

ensaios 94

PESCADORES,
CAMPONESES E
TRABALHADORES
DO MAR



AGRADECIMENTOS

Em abril de 1978 eu chegava a Dikhil, minúsculo oásis próximo às fronteiras da Somália e Etiópia. Dali para a frente era o deserto atravessado somente pelas caravanas dos pastores nômades que conduziam seus rebanhos para a imensidão de areia e pedras. Ao anoitecer, na magia do silêncio, os camelos carregados de mercadorias se erguiam para a grande viagem, e os somalis com as longas e antigas carabinas começavam a marchar lentamente deixando para trás as poucas luzes e a música melancólica da branca aldeia às bordas do deserto. Tudo era tão diferente e, ao mesmo tempo, tão parecido à saída das jangadas no Ceará ou à dos botes a vela de Itaipava. . . Na natureza, a mesma imensidão, o mesmo silêncio, o mesmo perfume. Nos homens, a mesma altivez, a mesma sabedoria, o mesmo respeito pelo mar e pela areia, o mesmo contentamento pela chegada ao porto e à fonte de água. A esses poucos e últimos homens livres que me ensinaram as coisas simples, o meu respeito e amizade. Aos amigos que viveram comigo esse encontro, o meu agradecimento e o meu carinho. A ambos dedico o que escrevi.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

1 — Mapa da distribuição geográfica do fitoplâncton, segundo a sua abundância	26
2 — Mapa da expansão da frota japonesa de atuneiros	42
3 — Mapa dos recursos da Costa Oeste da África	60
4 — Mapa do Litoral Sudeste	106
5 — Mapa da distribuição geográfica das principais espécies de pescado	110
6 — Mapa da produção de pescado por região e diferentes tipos de pesca	112
7 — Diagrama — Relações entre as formas de organização da produção existente no Brasil	115
8 — Mapa do litoral do Estado de São Paulo	118
9 — Gráfico 1: construção de camaroeiros	137
10 — Gráfico 2: construção de traineiras	137
11 — Mapa das principais praias de pescadores — Ubatuba	158

TABELAS

1 — Número, tipo de propulsão e tonelagem dos barcos no Japão	41
2 — Frota dos barcos acima de 100 t nos principais países	48
3 — Frota de navios-fábricas e navios-mães em alguns países mais importantes	48
4 — Formas de propriedade e capacidade de barcos na Bélgica	72

5 — Tipos de barcos em Santos	133
6 — Embarcações acima de 20 t brutas, segundo forma de propriedade	133
7 — Incentivos fiscais da Sudepe, por região, até 1974	134
8 — Produção e valor do pescado capturado por regiões brasileiras	134
9 — Barcos acima de 90 t, segundo a região e a forma de propriedade	136
10 — Pescadores por unidades da federação	144
11 — Número e proporção das embarcações motorizadas	145
12 — Relação entre produção e valor da pesca marítima artesanal e industrial no Brasil	146
13 — Formas de organização da produção na pesca	150
14 — Características das formas de produção pesqueira em Ubatuba	162

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	vii
INTRODUÇÃO	1

Primeira Parte

O DESENVOLVIMENTO DA PESCA E SUAS CONTRADIÇÕES	10-A	11
CAP. I — DA COLETA À CAPTURA DO PESCADO EM LARGA ESCALA		13
1 A pesca como atividade anterior à agricultura		13
2 A pesca na Idade Média		14
3 O declínio das corporações medievais de pescadores e o início das pescarias transoceânicas		17
4 A Revolução Industrial na pesca e o surgimento da produção capitalista		20
CAP. II — A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA PESCA EUROPÉIA DO ATLÂNTICO NORTE		24
1 As condições naturais da produção pesqueira		24
2 A produção dos trabalhadores do mar na Inglaterra ...		27
3 A pequena pesca e a produção empresarial-capitalista na Escandinávia		34

CAP. III — DOIS MODELOS DE EXPANSÃO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS: JAPÃO E UNIÃO SOVIÉTICA	39
1 O modelo japonês	39
2 O modelo soviético	43
CAP. IV — A EXPANSÃO DO CAPITAL E A DEPREDÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM PAÍSES DE ECONOMIA DEPENDENTE	47
1 O desenvolvimento das forças produtivas históricas na pesca dos países industrializados	47
2 A depredação dos recursos pesqueiros nos países de economia dependente	57
CAP. V — DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DESTRUÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DA NATUREZA	71
1 Tendências indicadoras da proletarização da força de trabalho	71
2 As relações entre o homem e a natureza no ecossistema marinho	81

Segunda Parte

O DESENVOLVIMENTO DA PESCA NO BRASIL E SUAS CONTRADIÇÕES	109-A 103
CAP. VI — A ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL SUDESTE DO BRASIL	105
1 A configuração espacial da acumulação do capital no setor pesqueiro	105
2 O surgimento da produção dos armadores de pesca e dos embarcados no Litoral Sudeste e a liberação da força de trabalho nas companhias catarinenses	119

CAP. VII — A CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E A ORGANIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE PESCA	131
CAP. VIII — ENSAIO DE TIPOLOGIA DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA PESCA	148
CAP. IX — AS FORMAS DISTINTAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EXISTENTES NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	157
1 A produção dos pescadores-lavradores	161
2 A produção dos pescadores artesanais	166
3 A produção dos armadores e embarcados	168
CAP. X — SURGIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	173
1 A pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores	173
2 A desestruturação da pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores	184
CAP. XI — A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS	193
CAP. XII — IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NO USO DO CONCEITO DE PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL NA PESCA	203
CAP. XIII — O PARTICULARISMO DOS PESCADORES E SUA INTEGRAÇÃO NO MUNDO URBANO	220
1 O pescador e a vida nas cidades	220
2 O beco sem saída dos pescadores artesanais	231

CAP. XIV — A DIVISÃO DE TRABALHO NA PESCA DOS EMBARCADOS E A PRODUÇÃO DO SOBRETALHO	242
CAP. XV — AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA PESCA CAPITALISTA	252
1 As relações de trabalho	252
2 O sentido da remuneração da força de trabalho pelo sis- tema de partes	258
CONCLUSÕES	267
ANEXO	273
BIBLIOGRAFIA	276

INTRODUÇÃO

Uma velha canção dos pescadores ingleses diz:

*“Nós, pescadores, somos livres,
fazemos nossa colheita nos imensos campos do
oceano, e não estamos sujeitos nem à corvêia
nem à meação”.*

Essa liberdade cantada pelos pequenos pescadores, donos de seus instrumentos de produção e de uma bagagem considerável de conhecimentos empíricos sobre as condições físicas e biológicas da reprodução dos cardumes de peixe, contrasta com as condições desumanas de existência dos tripulantes dos barcos pesqueiros a vapor, na fase inicial da revolução industrial da pesca, em meados do século XIX, na Inglaterra. Os pequenos pescadores tinham-se transformado em verdadeiros proletários de convés, trabalhando mais de 16 horas por dia, durante os meses em que permaneciam no Mar do Norte, em condições duríssimas, revezando-se entre o quebrar do gelo e o puxar das grandes redes de arenque e bacalhau. Esses trabalhadores do mar, que permaneciam quase o ano todo em longas viagens de pesca, longe de suas famílias, quando voltavam ao porto passavam o resto do seu tempo nos cabarés e nos bares aguardando serem escolhidos para um novo embarque.

A vida desses homens já era consideravelmente distinta da dos pequenos pescadores, donos de suas embarcações, em que trabalhavam com suas famílias e viviam em comunidades pequenas, espalhadas ao longo das costas inglesas. Era, no entanto, daí que provinha grande parte da força de trabalho dos grandes barcos, que no fim do século passado já pertenciam às empresas de pesca.

Se, na Inglaterra, a introdução do barco a vapor, a crescente divisão do trabalho nas embarcações sempre maiores e o aumento da escala da produção se fizeram, no setor pesqueiro, com decênios de atraso em relação aos outros setores da produção social, como a indústria têxtil, nem por isso o processo de acumulação que

colocou a força de trabalho do pequeno produtor à disposição do capital se fez de maneira mais suave e menos desumana.

A exploração da força de trabalho dos pescadores embarcados nos portos ingleses, por volta de 1880, não se diferenciava em nada daquela a que eram submetidos os operários de fábrica do começo do século XIX: o trabalho estafante dos menores, as longas horas de trabalho em condições de total insalubridade, a brutalidade dos castigos físicos, etc.

A Inglaterra, que no século XIX era o carro-chefe da Revolução Industrial na Europa, foi também o primeiro país onde se processou a introdução do maquinismo nos barcos de pesca. Foi também aí onde mais se aguçaram os conflitos entre os proprietários dos meios de produção, os armadores e donos de empresas de pesca, de um lado, e os trabalhadores da pesca, de outro.

Enquanto, na Inglaterra, a acumulação do capital se realizou com a desorganização da pequena pesca, cujos pescadores acabaram se concentrando em torno dos grandes portos, em outros países do Mar do Norte (como na Escandinávia), a pequena produção pesqueira não desapareceu. Ao contrário, os mestres de pesca que conheciam perfeitamente as condições físicas dos fiordes conseguiram se adaptar às novas condições técnicas da captura. Utilizando a força de trabalho familiar, esses pescadores experimentados conseguiram integrar, ao nível de sua unidade de trabalho, inúmeras inovações técnicas e aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho sem se proletarizar. O resultado é que, nesses países, a pequena produção e a produção empresarial-capitalista coexistem, sem que esta tenha destruído aquela.

O aumento constante da capacidade das embarcações e dos instrumentos de pesca, o aumento do consumo do pescado na Europa e o escasseamento dos cardumes levaram os armadores e empresas de pesca européias a vasculhar os mares em outros continentes. Assim, o litoral africano foi invadido por grandes barcos-fábricas e gigantes arrastões europeus e de outras nações industrializadas, especialmente a partir da Primeira Guerra. Em outros casos, como o peruano, a enorme riqueza biológica criada pelo fenômeno da ressurgência naquela parte do Pacífico serviu de base a uma indústria de farinha de pescado, controlada pelo capital estrangeiro.

No caso brasileiro, até a década de 30 a atividade pesqueira era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil. Com exceção dos grandes centros urbanos, os pescadores espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral combinavam a agricultura e a pesca. Enquanto aquela lhes fornecia os meios

de subsistência, esta lhes garantia o dinheiro incerto e ocasional com que compravam o que não produziam.

A introdução da captura da sardinha pelas traineiras, cuja produção em parte era destinada ao enlatamento, provocou mudanças consideráveis na organização da pesca, sobretudo nas Regiões Leste e Sul. Apesar de a pesca da sardinha exigir um aporte significativo de capital e usar a força de trabalho dos pescadores embarcados, tratava-se ainda de um empreendimento pequeno, desde que a maioria dos proprietários dispunha de uma só traineira e participava diretamente do processo de captura.

Em 1967, pelo Decreto-lei n.º 221, do Governo brasileiro, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca decidiu fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, carreando para o setor um volume considerável de recursos, através da aplicação dos incentivos fiscais. O objetivo era ambicioso: criar uma pesca empresarial-capitalista no Brasil. Depois de 12 anos de aplicação dessa política, os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores que somente receberam migalhas dos polpidos recursos destinados a empresas, muitas vezes fantasmas, continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil. Nesses últimos anos, a pesca passou por inúmeras transformações no Brasil. Surgiram empresas de pesca, e praias antes célebres pelos seus pescadores se esvaziaram, sendo ocupadas por residências secundárias. Essas mudanças ocorridas no setor constituem a preocupação básica deste trabalho.

O objetivo do presente trabalho é estudar as transformações ocorridas num setor esquecido da divisão social da produção: a pesca enquanto captura de recursos marinhos.

Interessa-nos analisar, em países diferentes, mas principalmente no Brasil, os processos pelos quais o produtor direto foi sendo gradativamente separado das condições naturais da produção, tornando-se um proletário do mar. Há indicações, no entanto, de que essa proletarização não seja um processo unilinear e inevitável. Em muitos casos, dá-se de uma convivência ou articulação de formas diferenciadas de produção. Essa articulação ganha características específicas distintas das que ocorrem em outros setores da divisão social da produção. Efetivamente, mais do que em qualquer outra atividade econômica, a pesca é influenciada pelas forças da natureza, com reflexos imediatos na regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos no processo de produção. Daí o interesse em se comparar as formas de produção e sua articulação em países que se encontram em graus distintos de acumulação do capital no setor

pesqueiro e em que os processos de dominância e subordinação entre as formas de organização se colocam de maneira diferenciada.

Escolhemos a Inglaterra porque aí o processo de acumulação de capital no setor pesqueiro era o mais intenso de toda a Europa, em fins do século passado e início deste, trazendo em seu bojo contradições marcantes entre os proprietários dos meios de produção e os pescadores embarcados. Analisamos, a seguir, a pesca na Escandinávia, porque, ao contrário da Inglaterra, verificou-se aí uma rearticulação da pesca artesanal, realizada em bases familiares, frente à pesca empresarial-capitalista, o que possibilitou sua sobrevivência. Apresentamos, rapidamente, o desenvolvimento das atividades pesqueiras no Japão e na União Soviética por representarem modelos distintos de forma de organização social da produção mas com efeitos similares sobre os recursos naturais, dadas as técnicas de alto poder de predação que ambos os países utilizam em sua expansão pelos mares distantes, considerados como propriedade comum. Entre as regiões de economia dependente, analisamos o Litoral Noroeste da África, área privilegiada de expansão da frota pesqueira dos países industrializados, e também o Peru, por representar um modelo exportador e totalmente dependente do mercado externo.

A análise do desenvolvimento e contradições da pesca nesses países constitui a primeira parte deste trabalho. Os processos verificados nesses países e regiões são complexos e fundamentais para se entender o que se passou na pesca brasileira. Por outro lado, não existem trabalhos, no Brasil, que analisem o processo de acumulação de capital na pesca desses países. O desconhecimento que em geral se tem desse setor força-nos a tecer considerações específicas sobre a atividade pesqueira que de forma alguma pode ser analisada como outros setores da divisão social da produção, tais como a agricultura ou a indústria.

Essa primeira etapa, ainda que constituída em grande parte de dados secundários, é o resultado de observações realizadas num espaço de mais de quatro anos, vividos seja na Europa seja em outros países da África e Ásia.

A segunda parte do trabalho concentra a análise do desenvolvimento da pesca no Brasil e mais especificamente no Litoral Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), porque foi nessa região que a atividade pesqueira propiciou uma acumulação de capital mais intensa, evidenciando contradições mais agudas que em outras áreas.

O objeto central é a explicação do surgimento, da constituição e também das limitações históricas do modelo capitalista de orga-

nização das atividades pesqueiras em relação a outras formas de produção não-capitalista, nessa parte do litoral brasileiro. Partimos da constatação de que até às primeiras décadas do século atual a pesca, em geral, era aí realizada em moldes da pequena produção mercantil, isto é, realizada dentro das unidades familiares ou de vizinhança nas inúmeras comunidades de pequenos pescadores espalhadas pelo litoral. Se em muitas dessas comunidades o pescado já se transformara em mercadoria, em todas elas a produção dos meios de subsistência constituía o objetivo fundamental das atividades pesqueiras.

Por volta de 1920/1930, começa a surgir uma outra forma de se organizar a produção que tem como base a pesca da sardinha pelas traineiras e secundariamente pela pesca dos barcos linheiros que, deixando o Rio de Janeiro, iam até os Abrolhos (BA). A armação dessas embarcações não só exigia um volume de capital considerável, uma divisão técnica de trabalho mais intensa no interior das embarcações maiores e já motorizadas, como também implicava o surgimento de um não-pescador, o armador. Além disso, essa captura se destinava, toda ela, ao mercado urbano em expansão. Em oposição à pequena pesca, à pesca dos camaradas e companheiros, a produção dos armadores e embarcados implicou uma separação gradativa entre o capital e a força de trabalho. Essa separação tornou-se ainda mais visível com a constituição das primeiras empresas de pesca na Região Sudeste onde, ao contrário de outras regiões brasileiras, existem cardumes de pescado que permitem uma exploração desses recursos de maneira mais contínua e regular.

Uma linha de pesquisa procura investigar quais foram as condições, quer históricas, quer naturais, que favoreceram o avanço e a acumulação do capital no setor pesqueiro dessa região estudada, bem como o surgimento e as relações sociais entre os agentes de produção.

Uma outra preocupação deste trabalho foi analisar a expansão do capital e suas relações com outras formas de organização da produção preexistentes, como a pequena produção mercantil até então predominante na área. Desse contato de formas diferenciadas de organização da produção surgiram modalidades específicas de articulação, que parecem influenciar os mecanismos de reprodução social de cada um desses modelos.

O desenvolvimento da pesca e suas contradições nos países estudados forneceram elementos valiosos para a análise dos processos sociais que ocorreram no caso brasileiro.

Partimos do pressuposto de que toda atividade transformadora da natureza se processa por uma combinação específica dos fatores de produção (objetos, instrumentos e força de trabalho), organizados pelas relações de produção. Essa combinação de fatores de produção bem como as relações sociais se apresentam como formas de organização social da produção. Essas diversas formas não existem isoladamente, mas historicamente se encontram articuladas, sob a dominância daquela em que o desenvolvimento das forças produtivas alcançou o seu grau mais elevado. Os agentes de produção, por sua vez, mantêm entre si relações sociais que se traduzem por oposições e antagonismos.

Ao contrário de outros setores da produção, como a indústria metalúrgica, a pesca é, em nossos dias, a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade.

Nesse contexto, ganha importância a noção do espaço litorâneo, considerado não somente em seus aspectos físicos, mas também como um conjunto de condições e processos naturais que influenciam as relações entre o homem e a natureza.

Realçando a importância dessas condições naturais não afirmamos que sejam elas elementos determinantes na formação e transformação de formas de se organizar a produção. Somente a análise concreta pode esclarecer como, por exemplo, em determinadas condições ecológicas, não aparecem, *in loco*, formas tipicamente capitalistas de relações sociais de produção, apesar de a apropriação final do produto ser realizada por empresas capitalistas (a produção é realizada por pequenas unidades familiares em regime de produção mercantil simples, mas a comercialização do produto é realizada por empresas capitalistas de fora da área).

A nosso ver, a expansão do capital, a articulação de formas diferentes de organização da produção, a dominância de uma sobre as outras, sua realização histórica diferenciada a nível nacional e/ou regional, são elementos de base na interpretação das chamadas diferenças regionais existentes na pesca.

Além disso, a forma de que se reveste essa articulação, com modos de produção em idades históricas diferentes, é um critério na própria determinação do conceito região. Nesse sentido, a região é um fenômeno histórico resultado do desenvolvimento de dife-

rentes formas de organização da produção em graus diferentes de subordinação ou dominação (LIPIETZ, 1977). Vê-se, pois, a necessidade de ultrapassar as explicações empíricas de desigualdades regionais como fenômeno em si e analisar os graus diversos do desenvolvimento das forças produtivas nos diversos espaços regionais. As desigualdades regionais perdem assim seu caráter geográfico e ganham significado histórico através dos processos de apropriação do excedente aí produzido, tanto pelas classes sociais regionais como extra-regionais (OLIVEIRA & CARDOSO, 1976).

A pesca, enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis, coloca problemas relevantes na análise da relação entre o homem e a natureza. Teóricos marxistas se referem freqüentemente à natureza como um objeto de trabalho homogêneo e indiferenciado no analisar os fatos naturais da produção (terra, mar, etc.). Apesar da distinção clássica feita por Marx (entre objeto de trabalho e instrumento de produção), a natureza quase sempre é analisada como uma entidade estática. No capitalismo, os elementos naturais usados como matéria-prima podem aparecer, para a grande indústria, como um fator de produção inerte. No entanto, a situação é abstrata em formas de organização social de produção caracterizadas pelo pouco desenvolvimento das forças produtivas históricas, onde o homem vive quase ao sabor dos ciclos de produção e reprodução natural (como é o caso na captura dos cardumes de peixes). Daí a importância do conceito de Gutelman (1974) de forças produtivas naturais.

Diante dos elementos acima assinalados, chamaremos forças produtivas da natureza os processos físico-químicos que agem independentemente da ação humana. É sobre esses processos, em diversos níveis de elaboração do produto, que o homem interfere através dos outros elementos que formam os meios de produção (instrumentos de trabalho, etc.). Daí, concluirmos que o homem não age sobre um objeto de trabalho estático, mas sobre um complexo biológico regido por leis e processos alheios à vontade humana, sobre os quais o homem pode interferir, introduzir novas forças até então exteriores ao meio ambiente considerado (cultivo artificial de ostras, por exemplo).

Teremos, pois, dois sistemas de produção que se articulam: o social e o natural. A esse último daremos o nome de ecossistema natural, entendido como um sistema de elementos, bióticos e abióticos, que mantêm entre si uma série complexa de relações que lhe permitem reproduzir-se segundo processos naturais (DEUTSCH, 1974).

A nosso ver, são dois sistemas irredutíveis, mas articulados entre si. Assim quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é reduzido, o homem vive no ritmo das forças produtivas da natureza. Na medida em que aumenta o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o homem consegue um controle maior sobre os recursos naturais, interferindo muitas vezes desastrosamente sobre os ciclos de reprodução dos ecossistemas naturais. No aprofundamento da discussão das relações entre o homem e a natureza, sobressaem os trabalhos de Moscovici (1972, 1974), Sachs (1974), Bookchin (1976), Galtung (1974), Harvey (1974), Bourgoignie (1972a), Barrau (1975).

Decorrente desta postura, coloca-se o debate em termos de percepção que cada grupo ou classe social tem do meio ambiente (GODELIER, 1974), segundo os objetivos da produção, bem como o conceito de taxa de exploração não só de mão-de-obra, como da natureza dentro da forma capitalista de produção (SKIBBERG, 1974).

Determinar a identidade das diversas formas pelas quais se organiza a produção pesqueira é também reconhecer que elas passam a existir a partir de condições naturais específicas, marcadas por processos que denominamos, anteriormente, de forças produtivas da natureza.

A região escolhida para a análise das diversas formas de organização da produção na pesca foi o litoral paulista, de modo particular o Litoral Norte. Nas proximidades se localiza o pesqueiro da Ilha Grande, o Mar Novo, rico em sardinhas e outras espécies de pescado. Pode-se encontrar aí o lavrador-pescador de Ubatumirim, o pescador artesanal do Portinho, na cidade de Ubatuba, o pescador embarcado nas traineiras de Picinguaba e os pescadores embarcados de uma moderna indústria de pesca, em São Sebastião.

A pesquisa de campo foi utilizada em 1971 e 1973, com o levantamento de 24 núcleos de pesca, abrangendo 470 famílias de pescadores. Destes selecionamos uma amostra de 90 pescadores, estratificados em donos de aparelhos de pesca e camaradas para a pequena pesca, os mestres, tripulantes e armadores para a pesca embarcada. Entre 1976 e 1977, voltamos à área por vários meses, refazendo algumas entrevistas, sobretudo com os pescadores que após a construção da rodovia litorânea (BR-101) haviam deixado as suas praias e migrado para a cidade de Ubatuba. O contato diário com os pescadores na rampa do porto, refúgio dos pequenos pescadores, acuados pelos turistas, nas baleeiras do Portinho e nas traineiras do entreposto, propiciou-nos um conhecimento maior do

homem do mar, conhecimento esse iniciado nos anos de trabalho em Cananéia e Iguape (1969-1971). A convivência com os caixas do Litoral Sul, com os quais nos identificamos por termos vivido em Iguape durante muitos anos, permitiu-nos melhor conhecer alguns traços básicos dos homens do mar daquela região, bem como compará-los com outros pescadores do Brasil.

Em 1976 realizamos uma viagem de estudo a algumas vilas de pescadores e portos do litoral nordestino. Entre elas citamos Prainha no Ceará; Pitangui no Rio Grande do Norte; Mundaú em Alagoas e Itaipava no Espírito Santo. A partir dessas pesquisas, elaboramos uma série de trabalhos que juntamos sob o título: "A pesca artesanal e a pesca empresarial no litoral nordestino" (1978).

Na Europa, estudamos diversos portos pesqueiros. Habitando cerca do porto holandês de Scheveningen, observamos os pescadores de arenque que saíam, logo no fim do inverno, para o temido Mar do Norte. As senhoras idosas, vestidas tradicionalmente de preto, que andavam no quarteirão do porto, lembravam os inúmeros pescadores que haviam perdido a vida no mar. A tristeza das viúvas contrastava com a alegria dos moradores da cidade que aguardavam, com impaciência, o descarregamento dos primeiros arenques jovens em maio/junho, literalmente engolidos, como manda a tradição holandesa. A visita aos portos ingleses do Oeste da Inglaterra colocou-nos em contato com a grande pesca realizada em moldes empresariais-capitalistas, com seus conflitos e contradições (1978).

Em trabalho nas Nações Unidas e na FAO conhecemos pescadores de outras partes da África, desde a Ilha de Luanda até Zanzibar, onde constatamos inúmeros pontos comuns com os pescadores do Nordeste brasileiro.

Tivemos também a oportunidade de conhecer as comunas populares de pesca de Beihai, no Golfo de Tonkin, China, os pescadores artesanais indonésios da Ilha de Bali, Indonésia, e os de Sabah, na Malásia. Esses trabalhos nos permitiram avaliar a importância da pesca no continente asiático que produz quase 50% do pescado produzido no mundo e onde o peixe é a fonte de proteína mais importante.

PRIMEIRA PARTE

O Desenvolvimento da Pesca e suas Contradições

CAPÍTULO I

DA COLETA À CAPTURA DO PESCADO EM LARGA ESCALA

1 A pesca como atividade anterior à agricultura

Pouco se sabe sobre a pesca nas sociedades primitivas, ainda que, segundo indicações arqueológicas e etnológicas, ela tenha representado uma importante fonte de alimento em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura. Sem dúvida, anteriormente à captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos. Os restos de cerâmica, cascas de ostras e mexilhões encontrados na Escandinávia, atestam a importância dos moluscos na alimentação humana no período anterior ao Neolítico. Segundo Herubel (1928), nas grutas de Madeleine (França) existem gravuras de peixes ao lado de bisontes. O arpão encontrado em Oban e nas ilhas de Seeland junto a restos de peixes e bisontes seria usado indistintamente para matar peixes e animais terrestres. Segundo o mesmo autor, somente no final do Paleolítico foi inventado o anzol, cujo uso representou um grande avanço na pesca. Já no Neolítico, a tecelagem primitiva permitiu o aparecimento das primeiras redes de pesca ¹.

Ao que parece, nesse período a pesca era principalmente lacustre e fluvial. Ainda segundo Herubel (1928), apesar de a embarcação egípcia ser mais antiga, a típica embarcação neolítica empregada na pesca é a piroga cavada em um tronco só.

Quanto ao método de conservação do pescado, o baixo-relevo do túmulo de Mera, em Saqqarah, datando da sexta dinastia do

¹ "Les premiers cordages et les premiers filets apparaissent dans les palafites suisses du lac Pfoeffikon. Leur substance est le lin, le lin sauvage, *Linum agrestifolium*, qui croit encore dans les régions méditerranéennes. Les mailles en sont grandes et carrées; des cailloux faisaient office de plombs, les flotteurs consistaient de fragments d'écorce de pin" (HERUBEL, 1928).

Império Menfita, é um dos antigos testemunhos da atividade pesqueira. Ele representa escravos egípcios secando peixes, e Heródoto afirma que no Egito Antigo o consumo de pescado era considerável, o mesmo acontecendo com o atum seco na Grécia Antiga.

Já no Império Romano, e sobretudo a partir da aparição do cristianismo, o consumo de peixe era considerável. A Lei Licínia, por exemplo, prescrevia os dias em que somente se devia comer pescado. Embarcações ligeiras faziam o trajeto entre a Sicília e Óstia carregadas de pescados, que já eram conservados em azeite. Também dessa época já existem indicações de cultivo de ostra sobre telhas, na Provença. A pesca mais comum no Mediterrâneo era a do atum, mas pescava-se também a sardinha, a lagosta, a baleia, etc.

Quanto à organização da produção existem poucas informações; a pesca era uma atividade de escravos, sendo o comércio, porém, controlado por negociantes especializados.

2 A pesca na Idade Média

A atividade pesqueira conheceu um grande avanço na Idade Média, quando podemos identificar dois momentos. No primeiro momento, a pesca se realizava no interior das propriedades feudais, constituindo-se em uma atividade ligada à agricultura e praticada sobretudo nos lagos, lagunas e zonas costeiras. Assim, era comum na Inglaterra e França que a renda da terra fosse paga, pelo servo-camponês ao senhor, em peixe, como a enguia (HERUBEL, 1928). Na Inglaterra, já em períodos anteriores à Revolução Industrial, sobretudo em áreas periféricas como nas Ilhas Shetland (mesmo nos séculos XVII-XVIII), o proprietário das terras contíguas à costa aceitava peixe e óleo de peixe como pagamento da renda da terra (SMITH, 1971).

A pesca e a fabricação de rede também foram atividades econômicas incentivadas pelos monges, possivelmente para atender o consumo crescente dos cristãos. Em Bolonha, onde a pesca era uma das atividades dos saxões, vindos do Norte no século IV, fabricavam-se redes nos mosteiros. Do século VII ao X, o peixe entrou definitivamente na alimentação popular, mesmo nas zonas rurais, onde se consumiam o arenque, o atum salgado e a carne de baleia. A aristocracia feudal consumia salmão, lagostas e outros pescados finos. O arenque tornou-se o peixe mais popular da Idade Média e foi o fundador de todas as cidades e portos de pesca do Mar do Norte e da Mancha (BOYER, 1967. p. 7).

No segundo momento, a pesca passou a ser uma atividade exercida sobretudo pelas cidades medievais. Assim, por exemplo, em 685, as 72 pequenas cidades de pescadores e marinheiros do Adriático reuniram-se para formar a República de Veneza. É interessante salientar que já nos séculos X e XI era comum, tanto no Adriático quanto na França, a utilização de *piscariae*, como cultivo extensivo de pescado. Entradas de estuários e pequenas baías eram cercadas formando açudes, cujos peixes aí retidos eram alimentados naturalmente pelas ricas águas estuarinas, ao fluxo da maré². A pesca da Alta Idade Média era praticada intensamente, não somente na Escandinávia, mas também no Mediterrâneo, na Bretanha, Normandia, no Cantábrico e na Inglaterra. Aí, já no século IX, estabeleceu-se uma legislação especial para a proteção dos alevinos de salmão. Por essa época tornou-se célebre a pesca da baleia pelos bascos no Golfo da Gasconha. A carne desse cetáceo era salgada e largamente utilizada como alimento dos exércitos e das equipagens dos navios, ao passo que o azeite servia como combustível para iluminação.

Com o período das invasões dos normandos, húngaros e sarracenos, o comércio do pescado foi desorganizado, mas ao final dos séculos X e XI foi restabelecido com grande prosperidade. A partir dessa época começaram a aparecer as corporações ou confrarias de comerciantes, como a Confrérie des Marchands de l'Eau, a dos Frères Pontifies, empenhados também no comércio de pescado. Em Paris e nas grandes cidades da França existiam corporações distintas para os mercadores de peixe de água doce e de mar. Estas últimas compreendiam diferentes tipos de comerciantes, como os ambulantes, os varejistas, os atacadistas, etc.³

Herubel (1928) descreve-nos o funcionamento das atividades pesqueiras em Boulogne, em fins do século XI e no século XII, quando o arenque tinha se tornado um meio de troca. A pesca do arenque se realizava através do sistema da *hôtage* ou contrato

² Essas tapagens existem até hoje no Adriático e são chamadas *valli* de pesca ou valicultura, sobretudo para o cultivo extensivo de espécies estuarinas como a tainha. Procedimento idêntico pode ser observado no litoral nordestino (Pernambuco e Rio Grande do Norte), sob o nome de viveiro.

³ Na França, foram os normandos que incentivaram a pesca do arenque na Mancha e no Mar do Norte. Desde o século XII, os portos de Boulogne e Calais se dedicavam à pesca e comércio do arenque. No século XIII, no reino do rei São Luís, apareceram os *jurés vendeurs*, fiscais que controlavam a qualidade do arenque vendido e a quantidade desse peixe que cada pessoa era autorizada a comprar. Por volta de 1400, o rei Carlos VI estabelecia os primeiros regulamentos de controle do tamanho das malhas das redes para a proteção dos cardumes.

entre um burguês da cidade e um mestre de barco, pelo qual o primeiro adiantava o capital necessário à construção e ao armamento da embarcação. A embarcação típica usada na pesca do arenque tinha de 10 a 15 toneladas, com uma tripulação de sete a oito pescadores. O mestre da embarcação, ou *hôte-marinier*, após a venda entregava ao *hôte-bourgeois* um sole por quilo de arenque pescado. Na repartição da produção, o barco e o mestre tinham direito a uma parte, e os pescadores a outra. A venda era feita por leilão, frente a um magistrado local que anunciava os preços de cada lote de pescado.

A preparação do arenque em salmoura, que começou provavelmente no século XIV, na Holanda ou Bélgica, incentivou ainda mais a pesca, pois esse pescado podia ser mais facilmente transportado para as cidades do interior.

A conversão dos povos escandinavos e eslavos ao cristianismo, por volta do século XI, provocou um aumento do consumo e da captura do pescado, principalmente do arenque, no Mar Báltico e no Mar do Norte. No século XII, os holandeses se lançaram na pesca do arenque, a partir de Rotterdam, Amsterdam e de Middelburg, onde, em 1271, se formou uma corporação de comerciantes que vendiam o pescado em Bruges e outras cidades flamengas. A pesca do arenque passou a ser tão vital para várias cidades do Mar do Norte e do Báltico, que a Liga Hanseática, criada em 1241, passou a controlar o seu comércio. Financiando a pesca, a Liga, que chegou a reunir 90 cidades sob sua guarda, monopolizou o comércio do pescado, estocando a produção e fixando o preço. O monopólio por ela exercido era tão forte que, em 1422, os navios da hansa afundaram os barcos de pesca holandeses não-sócios, que haviam mesmo aperfeiçoado as redes do arenque⁴. O aumento de escala da produção se refletiu também no aumento do poder de captura dos apetrechos de pesca e do tamanho das embarcações, que já se distanciavam da costa à busca dos cardumes. Assim, os barcos de pesca do arenque tinham atingido 100 toneladas (variando de 10 a 100 t), usando grandes redes de cerco e de deriva. Em 1416, os holandeses começaram a ajuntar várias redes, e em fins do século XV apareceram grandes redes formadas por até 50 panos, com 300 pés de comprimento e nove pés de altura cada uma.

⁴ No século XV, os holandeses eram os maiores produtores de arenque, utilizando mais de 1 000 barcos de pesca, tripulados por mais de 20 000 pescadores.

Já no século XIV, estabeleciam-se os primeiros tratados regulando (HERUBEL, 1928) a pesca do arenque. Em 1357, realizou-se o primeiro tratado sobre permissão de pesca entre os reis da Inglaterra, da Dinamarca, os Condados de Flandres e Holanda. Em 1410, as frotas de barco foram classificadas por nacionalidade, e a pesca noturna foi proibida. Em 1468, planejou-se uma conferência entre os ingleses, franceses e holandeses visando uma patrulha das zonas de pesca. Por fim, a competição e a demanda do pescado tornaram-se tão intensas que os bascos, senhores da pesca da baleia no Mar do Norte, foram expulsos da região pelos holandeses, indo aventurar-se já no Atlântico⁵.

Por volta do século XII, surgiram na Península Ibérica as primeiras corporações medievais — as confrarias de pescadores. Estas se tornaram tão poderosas no século XIV que chegaram a declarar guerra contra a Inglaterra por conta própria, ganhando o direito de pescar no litoral daquele país.

3 O declínio das corporações medievais de pescadores e o início das pescarias transoceânicas

Essas poderosas corporações entraram em choque com o poder nacional emergente, e a vitória do Estado moderno levou à dissolução de grande parte das mesmas, o que ocorreu no fim do reinado de Carlos V, em meados do século XVI⁶. Essas corporações

⁵ A captura da baleia, iniciada pelos bascos no Golfo da Gasconha, foi uma das principais pescas da Idade Média. Por mais de 200 anos, os bascos armavam anualmente de 50 a 60 barcos para a pesca desse cetáceo; mas, no século XVII, os holandeses passaram a dominar essa captura. Em 1696, eles conseguiram armar mais de 200 barcos, que iam pescar a baleia protegidos por mais de 10 navios de guerra. A partir de meados do século XVIII, a pesca cada vez mais intensiva levou ao desaparecimento gradativo desse cetáceo do Mar do Norte.

⁶ No Mediterrâneo, a primeira corporação de pescadores, a de Tortosa, parece datar de 1116 (OROZA, 1966). Essas guildas reuniam-se em irmandades sendo as primeiras as de Astúrias e Galícia (1205), reunindo as cidades da região; a segunda, a de Castilha (1296) (OROZA, 1966). Essas corporações eram organizadas para defender os direitos de seus associados, e os diversos reis da Espanha reconheceram os seus privilégios. Assim, Fernando II, em 1237, garantiu-lhes o direito de julgar e resolver as disputas entre os pescadores, sendo o chefe da corporação o magistrado máximo no posto de pesca (OROZA, 1966).

Os regulamentos da Confreria de Pescadores de Bermeo, fundada em 1353, no Norte da Espanha, apresentam muitas similitudes com os existentes para as Colônias de Pescadores no Brasil. Esses regulamentos davam aos *mayor-*

dificultavam a livre utilização da força de trabalho pelo capitalismo emergente e a acumulação de capital nas mãos da burguesia ⁷.

À medida que a atividade pesqueira se exercia em mares mais distantes, necessitava-se de mais capital para a armação dos barcos e manutenção das tripulações. Já no século XV, os barcos de pesca bascos e bretões chegavam à Península do Labrador (Canadá) à procura de bacalhau que seria o peixe mais capturado do século XVI ao XVIII, assim como o arenque foi o peixe da Idade Média, e o atum, da Antigüidade.

Essas viagens de pesca ao Labrador exigiam uma verdadeira organização empresarial. A primeira Companhia do Canadá, fundada pelos moradores de Dieffe e La Rochelle para comércio e colonização, tinha barcos de 40 a 150 toneladas para a pesca no Atlântico. Esses navios, protegidos por uma escolta, partiam para Portugal, em inícios de abril, onde embarcavam o sal. Após pescarem até fins de agosto na Terra Nova, voltavam com sua carga de bacalhau salgado e seco para a França. Os barcos franceses, no comércio com as Antilhas, traziam de lá café, açúcar, tabaco e rum, ao passo que levavam bacalhau seco para alimentar os escravos empregados na cultura canavieira.

domos de cada porto poderes consideráveis. Os *señores* ou *alcaldes del mar* decidiam quando a temporada de pesca devia começar, ordenavam a permanência da frota no porto quando da iminência de mau tempo, bem como, através de sinais com fogo, avisavam os barcos no mar da presença de piratas. Os regulamentos estipulavam inúmeras contribuições à Igreja, cuidavam da segurança dos barcos de seus associados no mar, tratavam do resgate de seus membros em caso de rapto por piratas, distribuíam os pescadores mais idosos entre as diversas tripulações, estipulavam a parte que os pescadores doentes recebiam, quando inativos. Essas ordenanças proibiam o mestre de barco de despedir um pescador até que terminasse a temporada de pesca, impunham controle às atividades comerciais dos *regateros* e *mulateros*, obrigavam a observância dos dias de festas religiosas.

⁷ A pesca de longo curso, que exigia mais capital, maior flexibilidade na utilização dos meios de produção e da força de trabalho, não se enquadrava mais nos limites estreitos das *confrerías* medievais. Estas limitavam o livre comércio (“ordenamos que cada y cuando algunos regatones tomaren pescado fresco para la provisión de la villa que no sea osado de hacer otra reventa a los mulateros”); limitavam a livre utilização da força de trabalho (“que ningún maestro sea osado de echar de su barco marinerero que se de cordel sin causa bastante”); limitavam também a competição (“que la víspera de fiesta que ha de haber procesión vengán los barcos al puerto antes de las avemarías” ou “que ninguno salga a la pesca antes del alba a la pena de este capítulo”). “Comemoración del VI Centenario de la Promulgación de las Ordenanzas de la Confrería de Pescadores San Pedro del Puerto de Bermeo” (1953).

Com o aparecimento da pesca de longo curso, o tamanho e a tonelagem das embarcações de pesca aumentaram consideravelmente. Nesse particular, os barcos de pesca acompanhavam as inovações da engenharia naval desenvolvida pelos navios empregados nas grandes viagens de descobrimentos.

No século XVI, as caravelas foram adaptadas para pesca, sendo substituídas no século XVII pelos *brigantins*. Após a Revolução Francesa, apareceram os brigues a três velas. Cada vez mais os veleiros de pesca se tornavam maiores e mais pesados⁸.

Dentre os diferentes tipos de redes, as de arrasto foram as que mais se desenvolveram, principalmente a rede de *trawl* (arrastão), a qual, mediante um longo processo evolutivo, se transformou, de um simples aparelho de pesca artesanal, no apetrecho industrial de maior poder de captura.

Em consequência da introdução, há menos de 100 anos — na década de 1880 — da máquina a vapor, e, posteriormente, do motor a combustão interna a bordo dos barcos pesqueiros, o *beam trawl* começou a ser utilizado cada vez mais intensamente. Posteriormente, passou-se para o sistema de parelha (dois barcos arrastando uma única rede de maiores dimensões — o *bull trawl*) e, finalmente, com a invenção das portas (tábuas que servem para manter a boca da rede aberta), o apetrecho tomou nome de *otter trawl*. Dado o seu alto poder de capturar, o arrastão ou *trawl* pode ser considerado o aparelho da grande pesca por excelência. Posteriormente, o barco que arrastava o *trawl* foi chamado de *trawler*⁹.

⁸ Os bascos que freqüentavam regularmente a Terra Nova chamavam-na de Ilha dos Bacalhaus. Já no século XVI, frotas de mais de 200 veleiros iam pescar na Terra Nova. No século XVII, os ingleses se lançaram também na pesca do bacalhau, competindo com os franceses que então gozavam de um quase monopólio nessa atividade. As diversas guerras entre a Inglaterra e a França afastaram esta última da pesca na Terra Nova. No começo do século XIX, os franceses recomeçaram a freqüentar as águas do Canadá. De 1836 a 1840, em média 150 barcos, com 26 000 homens, faziam a temporada do bacalhau na Terra Nova. O Estado incentivava essa atividade, atribuindo 50 francos por pescador, 22 francos por quintal de bacalhau seco exportado. Os principais instrumentos de captura eram os anzóis. Por volta de 1875, as pesadas chalupas a vela foram substituídas pelos *doris*, embarcações mais ligeiras. No fim do século XIX, os barcos da pesca oceânica tinham três mastros, por volta de 300 a 400 toneladas, e eram tripulados por cerca de 30 pescadores.

⁹ Traduziremos *trawler* por arrastão (barco).

4 A Revolução Industrial na pesca e o surgimento da produção capitalista

Podemos dizer que a pesca do bacalhau, a longa distância, praticada especialmente na Península do Labrador por armações vindas da Europa, constitui um exemplo típico e mais avançado da empresa mercantilista dos séculos XVII e XVIII. À exceção dos armadores independentes, que pescavam com sua própria embarcação, eram os comerciantes europeus que equipavam os barcos bacalhoeiros nas expedições à Terra Nova, dividindo os lucros com os mestres e pescadores ao fim da temporada. Desta maneira, assistimos, com a expansão da pesca a longa distância, seja nas costas da África, seja no Canadá, ao surgimento de um novo tipo de organização da produção que escapava ao pequeno pescador costeiro europeu. O volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo comercial e não mais na unidade familiar. Em alguns países, como a França, o aumento da captura na pesca costeira levou ao empobrecimento dos fundos e a uma diminuição da produtividade já na segunda metade do século XIX, incentivando a pesca de longo curso. Um caso típico ocorreu na pesca da lagosta na Bretanha, feita com covos transportados em embarcações abertas. No fim do século XIX, as pequenas embarcações foram substituídas por *sloops* de 20 toneladas, que podiam levar um número maior de covos. Com a sobrepesca das áreas tradicionais, os pescadores atravessaram a Mancha para pescar nas costas da Inglaterra, e daí se deslocaram para o litoral de Portugal e da Mauritânia.

Ainda no período em que a pesca de longo curso era feita com barcos a vela (primeira metade do século XIX), alguns fatores vieram incentivar o aumento da produção pesqueira: um deles, ressaltado por Kerzoncuf (1917), foi a melhoria dos meios de transporte, através das estradas de ferro que facilitavam a comercialização dos pescados nos centros urbanos. Um segundo fator foi o uso do gelo como meio de conservação do pescado, introduzido por armadores de Hull, em 1860.

A utilização do gelo permitiu também uma permanência maior no mar bem como a oferta do pescado *in natura* nos mercados urbanos. O uso de redes maiores, o aumento de carga permitida pelo gelo, tornaram os veleiros de pesca pesados e difíceis de manobrar. A invenção do barco a vapor veio resolver o grave problema de locomoção dos barcos, que já atingiam centenas de toneladas de carga no fim do século XIX.

Em 1862 (HERUBEL, 1928), os armadores de Sunderland (Inglaterra) tiveram a idéia de rebocar seus barcos de arrasto com barcos a vapor.

Por volta de 1860-1880, aparecem os primeiros b́arcos de pesca a vapor, iniciando-se assim um período de rápidas inovações tecnológicas com reflexos na própria organização global das atividades pesqueiras.

A reação por parte dos pescadores contra essas grandes embarcações a vapor foi considerável. Em 1898, os marinheiros de Trouville saquearam a carga de um arrastão a vapor. No mesmo ano, os pescadores do litoral atlântico, proprietários de barcos a vela, protestaram contra o uso dos arrastões a vapor. O Congresso dos Pescadores de Douarnenez declarou:

“O direito de pesca é reservado aos profissionais inscritos na marinha e é em virtude de uma tolerância injustificada que as firmas de arrastões a vapor organizadas pelos capitalistas entram nessa atividade” (BOYER, 1967. p. 13).

Essa reação tempestuosa dos pescadores de barcos a vela era compreensível, pois somente um desses barcos a vapor, com 14 tripulantes, pescava o equivalente a 80 veleiros tripulados por 600 pescadores. O desembarque dessa enorme captura causava a baixa dos preços do pescado e punha em perigo a sobrevivência dos pescadores embarcados em barcos a vela.

Kerzoncuf (1917) calculou que, entre um veleiro e um barco de pesca a vapor com as mesmas características e redes idênticas, o rendimento do primeiro era de 3 000 quintais de pescado, enquanto que o do segundo se elevava a 12 800 quintais, em fins do século passado. No entanto, por um longo tempo na Terra Nova, por exemplo, os barcos de pesca a vapor costumavam usar os barcos a vela para armazenar temporariamente a produção nos locais de pesca, ao mesmo tempo que a mão-de-obra era aí recrutada.

A difusão do barco a vapor fez com que o desaparecimento do barco a vela usado na pesca de longo curso fosse relativamente rápido na Europa. O primeiro permitia uma viagem mais rápida aos pesqueiros distantes bem como um arrasto mais constante. Em 1928, já haviam desaparecido quase todos os *drifters* a vela usados até então na pesca do arenque.

O barco a vapor, apesar de todas as suas vantagens, apresentava um grave inconveniente: era obrigado a retornar a terra frequentemente para se abastecer de carvão.

O aparecimento do barco motorizado, de calado sempre maior exigindo condições especiais de abastecimento e reparação, engendrou o surgimento de portos especializados em atividades pesqueiras. Os pequenos refúgios dos barcos a vela e outras embarcações artesanais deram lugar a portos de pesca sempre maiores¹⁰, para onde convergiam inúmeros pescadores artesanais à procura de trabalho.

Esses portos surgiram principalmente na Inglaterra, que, em inícios do século XX, contava com o maior dentre todos da Europa, Grimbsy, com uma descarga de 177 000 toneladas, seguido por Yarmouth, 112 000; Aberdeen, 102 500, e Lowestof com 100 000 toneladas. Em 1912 a pesca realizada pelas grandes unidades a vapor representava já 95% do total do pescado capturado na Inglaterra (KERZONCUF, 1917).

Na Holanda, no começo do século atual, o maior porto era o de Yumuiden, com 52 000 toneladas de pescado descarregado; na França, o de Boulogne, com 46 000; e na Alemanha é o de Geestmünde, com 52 500 toneladas.

A intensificação do capital industrial, não só nas atividades de captura, mas também de industrialização do pescado e sua comercialização, teve conseqüências importantes sobre a organização do processo de produção e sobre as próprias relações de produção.

Em muitos países europeus, sobretudo naqueles em que a exaustão dos recursos costeiros tornava cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos pescadores, a pesca a longo curso (de um a seis meses) passou a ser realizada sobretudo por empresas ou armadores capitalistas que não participavam diretamente das atividades de captura. O fato de um navio a vapor oferecer mais segurança e conforto nas longas viagens atraía a tripulação de pescadores de unidades de pesca menores, especialmente daquelas embarcações movidas a vela. Por outro lado o surgimento de portos especiais de pesca fez desaparecer muitas vilas de pescadores, colocando-os à mercê do capital nas grandes unidades de produção. Foi o que sucedeu em Grimbsy, no início do século, quando os

¹⁰ "La vapeur en a fourni le moyen, mais l'emploi du navire à vapeur, de dimensions tous les jours plus grands, a conduit le pêcheur à employer aussi, au lieu du petit port de refuge ordinaire, un vrai port en eau profonde. Il a fallu doter le port de l'outillage indispensable à l'entretien du bateau et à la pratique du nouveau genre de pêche, c'est-à-dire, créer de ateliers, des chantiers de réparation, des usines à fabriquer glace, etc." (KERZONCUF, 1917. p. 2).

pescadores das grandes companhias de pesca com 40 a 50 arrastões eram alojados em hotéis ¹¹. Houve, como na França, uma diminuição do número de pescadores, pela redução da tripulação dos barcos a vapor e também pela competição entre a grande e a pequena pesca. Concomitantemente, parece ter havido aumento da força de trabalho utilizada em terra (descarga, armazenamento, industrialização, comercialização). Como resultado desses processos surgiram mudanças nas relações sociais de produção entre os armadores-proprietários e a tripulação. Assim, apesar de o sistema de partes ser o mais generalizado em alguns portos como em Fécamp, na França, institucionalizava-se o pagamento de um salário à tripulação, variável segundo a função exercida no barco (mestre, mecânico, tripulante), seguido de uma participação segundo o volume capturado. As mudanças tecnológicas acarretaram também alterações profundas no processo de trabalho, com o aparecimento de funções novas no barco a vapor, como as do maquinista, mecânico, etc.

¹¹ "Le pêcheur a dû dire adieu désormais à la petite maison familiale et à la pêche pratiquée en compagnie de ses propres enfants, adieu à la liberté entière dont il jouissait sur sa propre barque: il a été pris par la machine industrielle et il est devenu un simple rouage de cette machine" (KERZONCUF, 1917).

CAPÍTULO II

A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA PESCA EUROPEIA DO ATLÂNTICO NORTE

1 As condições naturais da produção pesqueira

O Atlântico Norte é, sem dúvida, a área de pesca mais importante (vide mapa — fig. 1) no hemisfério norte, freqüentada intensamente por barcos de países com grande tradição pesqueira, tais como a Noruega, Suécia, Inglaterra, Holanda, Espanha e Portugal. Inclui uma vasta superfície oceânica englobando também parte do litoral canadense, especialmente os ricos bancos pesqueiros da Península do Labrador. É igualmente uma das áreas onde a pesca foi mais estudada, não somente do ponto de vista biológico, mas também econômico-social.

Podemos afirmar que nesses mares a concentração da riqueza biológica permitiu uma acumulação de capital mais intensa, levando ao surgimento de uma pesca de alta concentração de capital, realizada dentro dos modos capitalistas. Esta se concentrou em alguns portos importantes: Hull, Grimbsy na Inglaterra, Scheveningen e Yumuiden na Holanda, Vigo na Espanha, Newfoundland no Labrador, Boulogne na França, etc.

No entanto, nessa mesma área e às vezes disputando as mesmas águas estão as muitas embarcações de propriedade de pescadores independentes e/ou unidades familiares, cujos pescadores habitam pequenas aldeias espalhadas pela costas do Atlântico Norte.

Muitas dessas comunidades situam-se nos fiordes que constituem o acidentado litoral da Escandinávia, e outras se localizam em ilhas como as de Shetland e Faeroe, ao norte da Grã-Bretanha. Nem sempre essas comunidades culturalmente distintas se dedicam exclusivamente à pesca; exercem também atividades complementares, tais como a pequena agricultura, o artesanato, e mesmo estão ligadas ao turismo sazonal.

Os bancos pesqueiros mais importantes do Atlântico Norte se encontram na plataforma continental, onde existe uma grande variedade de perfis de fundo marinho e condições ecológicas apresentando variações sazonais importantes (temperaturas, correntes, etc.). Essas condições em constante mudança exigem dos pescadores artes diferenciadas de exploração dos vários recursos aquáticos, muitos deles constituídos por peixes migratórios (salmão, arenque, etc.). Um fundo marinho rochoso pode ser um excelente nicho ecológico para espécies de grande valor no mercado, como a lagosta, mas pode dificultar ou mesmo impedir sua exploração através de equipamentos de grande poder de captura, tais como o arrasto de fundo. Algumas áreas no Atlântico Norte são particularmente ricas em peixe, como a dos Grandes Bancos, pois se situam no limite entre a corrente fria do Labrador e a quente de Gulf-Stream, e são tidas como águas ricas em nutrientes para a subsistência e reprodução de inúmeras espécies, como o bacalhau, o linguado e o arenque. Os Grandes Bancos atraem agora frotas pesqueiras do mundo inteiro, incluindo a russa e a japonesa, que com seus barcos-fábricas colocam em perigo a própria reprodução biológica dos cardumes.

O caráter migratório de inúmeras espécies faz com que os grandes barcos pertencentes às empresas de pesca (*off-shore* ou longo curso) sejam aparelhados para perseguir esses cardumes (arenque, salmão), ao passo que as unidades menores, geralmente conduzidas pelo mestre-proprietário (*in-shore* ou pesca costeira), se contentam em capturar o pescado a uma distância e profundidade menores. No entanto, mesmo na pesca oceânica de longo curso existem barcos de mestres-proprietários, que competem com unidades de produção da pesca empresarial-capitalista, tendo conseguido um grau elevado de sofisticação tecnológica dentro dos limites da propriedade individual e familiar. Apesar de a maioria dos grandes barcos pertencer a empresas de pesca, os arrastões vindos da Escandinávia e operados pelos próprios mestres-proprietários e membros de sua família têm muitas vezes a mesma rentabilidade que os arrastões da pesca oceânica de propriedade de firmas inglesas de Hull e Grimbsy. Enquanto a tripulação desses últimos é recrutada entre os pescadores urbanos, proletários desses portos, a dos primeiros é constituída de membros da família e de seus conhecidos nas comunidades de pequenos pescadores artesanais da Noruega e da Suécia. Se, por um lado, há tendência ao crescimento da forma de organização marcada pela extração da mais-valia (pesca empresarial capitalista), por outro, em algumas

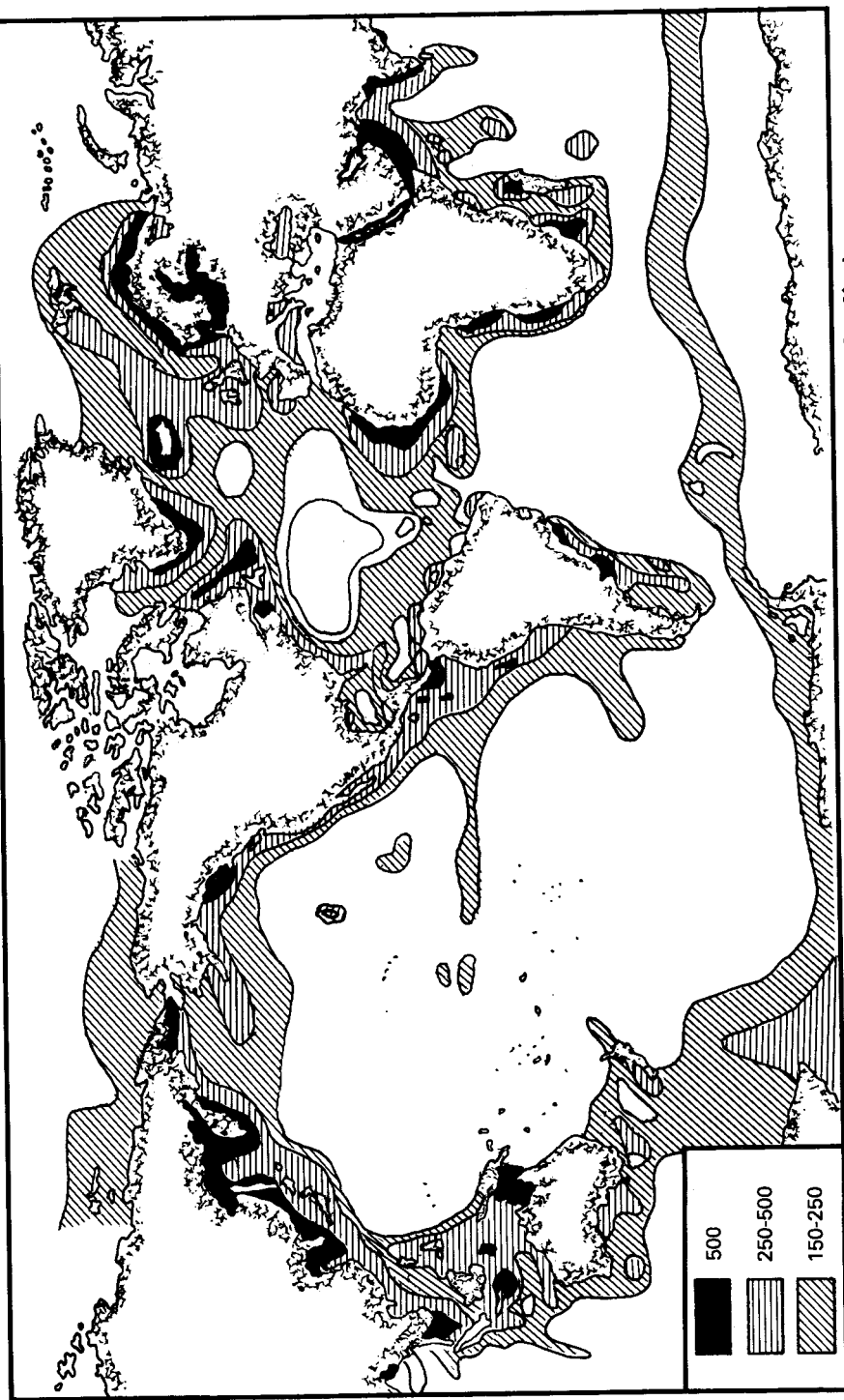


Fig. 1 — Mapa da distribuição geográfica do fitoplâncton, segundo a sua abundância
Fonte: FAO — Atlas des ressources biologiques des mers

áreas há até um reforço da pesca artesanal, como se pode observar na Noruega por exemplo.

No entanto, esses dois tipos de organização da produção não existem isoladamente, mas estão articulados numa relação de dominação/dependência. Dada a concentração dos meios de produção nas empresas capitalistas, a pequena pesca está subordinada a elas pelo fornecimento da força de trabalho ou mesmo do produto final, o pescado.

Tomaremos como exemplos dois tipos distintos de organização da produção existentes em áreas diferentes do Mar do Norte.

O primeiro caso é exemplificado pela pesca oceânica a partir dos portos ingleses de Hull e Grimbsy, e o segundo é formado pela Escandinávia, onde condições tanto naturais quanto históricas permitiram a sobrevivência de uma pesca realizada em caráter familiar autônomo que resistiu aos avanços da pesca empresarial já dominante no Atlântico Norte.

2 A produção dos trabalhadores do mar na Inglaterra

O desenvolvimento da pesca na Inglaterra apresenta características similares aos processos que marcaram a Revolução Industrial em outros setores da produção. Já em 1960, cerca de 46% do pescado desembarcado provinha da pesca de longo curso, realizada em moldes empresariais a partir sobretudo dos grandes portos de Hull, Grimbsy, Aberdeen, etc. Cerca de 50% das embarcações eram constituídas de grandes barcos *trawlers* de mais de 45 m de comprimento, pescando em águas distantes, como o mar da Islândia (2 000 milhas náuticas), de Barents (3 400 milhas náuticas), Groenlândia (4 900 milhas náuticas), Grandes Bancos, no Canadá (5 000 milhas náuticas). Cerca de 2/3 dos *trawlers* de longo curso eram de propriedade de três grandes companhias (1969), e, no porto de Hull, onde se concentra a maioria dessas grandes embarcações, 2/3 dos *trawlers* pertenciam somente a cinco firmas, dando uma média de 20 grandes barcos por firma (TUNSTALL, 1969). Essas firmas têm participação em numerosos setores de atividades afins, como fábricas de gelo, distribuição de produtos supergelados, fábricas de corda, de óleo de bacalhau, etc.

Se, do lado do capital, há uma grande concentração dos meios de produção, do lado da força de trabalho os pescadores provêm de áreas urbanas constituindo um mercado de trabalho cujas características são a instabilidade do emprego e a superexploração.

Tunstall (1969) descreve em pormenores a dramática situação desses proletários do mar, engajados por viagens de três semanas, quando trabalham 16 horas sobre 24, nas condições difíceis do Atlântico Norte. A situação desses trabalhadores de convés, que permanecem 2/3 do ano sobre um barco, afrontando o vento e o frio constantes, e o terço restante em terra, dentro das *pubs* e nos bordéis, aguardando o momento de reiniciar uma outra viagem de três semanas, é bem diferente da dos pescadores em barco de pesca costeira, que ficam somente de três a seis dias no mar.

Os portos de Hull e Grimsby, na Costa Oeste da Inglaterra, estão no centro do surgimento da pesca empresarial-capitalista. Por volta de 1840, os pescadores de Brixdam descobriram nas proximidades de Hull um pesqueiro prodigioso que atraiu de imediato outros barcos ainda de propriedade familiar. Em 1865, Hull já concentrava 270 barcos de pesca, com uma média de 50 toneladas cada. Em 1880, no porto de Hull já desembarcavam 420 barcos, e no de Grimsby, cerca de 600. Uma série de fatores vieram favorecer o crescimento e a expansão da atividade pesqueira nesses portos. Segundo Tunstall (1969), o desenvolvimento do transporte ferroviário facilitando o transporte do pescado aos grandes centros de consumo da Inglaterra durante a Revolução Industrial foi um dos principais fatores que favoreceram o crescimento da indústria pesqueira. É de se salientar que os peixes, como o bacalhau, dado o seu baixo preço, constituíam o alimento protéico de base da classe operária inglesa no período da Revolução Industrial na Inglaterra¹. Nas décadas finais do século passado, os barcos a vela foram desaparecendo, sendo que, por volta de 1920, Hull e Grimsby tinham suas frotas predominantemente constituídas por embarcações a vapor. Além disso, a introdução do gelo, de início importado da Noruega, aumentou consideravelmente a conservação do pescado. O sistema de pesca em frotilhas, pelo qual 50 ou mais barcos operavam juntos, sob a direção de um barco-chefe, descarregando numa única embarcação o produto diário, aumentou também o número de horas em pesca efetiva².

¹ "Much of Hull's cod went to the fish and chips shops which were expanding rapidly in number and provided a cheap staple food for the under-employed working class" (TUNSTALL, 1969. p. 35).

² Esse sistema de frotilhas, pelo qual várias embarcações autônomas trabalhavam sob o controle de um barco-chefe, talvez pudesse ser comparado à manufatura, analisada por Marx, pela qual os produtores independentes trabalhavam sob o controle de um patrão, ainda que conservando a propriedade de seus meios de produção.

Se a mecanização da frota pesqueira se concretizou cerca de 50 anos depois dos demais setores industriais da Inglaterra, nem por isso o processo de acumulação de capital se fez de forma distinta. A exploração da força de trabalho se deu da mesma forma descrita por Marx na indústria têxtil, décadas antes. Por volta de 1880, quando os sindicatos das indústrias manufatureiras tinham conseguido a aplicação de inúmeras leis trabalhistas, as condições de trabalho para os pescadores de Hull e Grimsby eram semelhantes às aquelas que, por volta de 1830, tinham horrorizado tantos autores: o trabalho estafante de menores, as longas horas de trabalho em condições de total insalubridade, a brutalidade e castigos físicos, etc.

De onde tinham vindo aqueles proletários da pesca que vendiam sua força de trabalho nos portos de Hull e Grimsby? Tunstall, que estudou ambos os portos, não nos fornece mais precisão sobre a origem desse proletariado que vive em meio urbano. Smith (1971), analisando o surgimento de pequenas comunidades pesqueiras nas ilhas de Shetland, ao norte da Inglaterra, fornece algumas pistas quanto à origem desse proletariado. Segundo ele, até inícios do século XIX, a pequena pesca familiar esteve intimamente ligada à agricultura, sendo atividade dos pescadores-lavradores (*farmer fishermen*). O equilíbrio entre o uso dos recursos da terra e do mar marcava as atividades dessa economia insular. Numa sociedade em que a terra podia produzir somente durante alguns meses por ano, dados os rigores do clima, o mar trazia o aporte de alimento complementar. Além disso, a maioria dos arrendatários que alugavam terras com acesso ao mar eram também pequenos pescadores acostumados a pagar a renda da terra com peixe. O proprietário comprava também o excedente, financiando aos seus arrendatários os aparelhos de pesca. No começo do século XIX, surgiram os negociantes especializados no comércio do bacalhau e do arenque, no âmbito de pequenas empresas mercantis.

Ao mesmo tempo, os proprietários da terra, passando a mecanizar a agricultura, começaram a expulsar de suas terras os agricultores-pescadores. Alguns deles foram então viver em comunidades pesqueiras, trabalhando com barcos pertencentes aos novos comerciantes que não só financiavam os equipamentos como também adiantavam o rancho (alimentação a bordo). Outros, porém, seguiram o mesmo trajeto dos camponeses ingleses: a ida forçada para as cidades, onde vendiam sua força de trabalho nas fábricas.

A maior parte da força de trabalho para as nascentes empresas de pesca provinha dos aprendizes, meninos que, a título de apren-

diz da profissão de pescador ou homem de convés, trabalhavam quase gratuitamente até a idade de 21 anos³.

A exploração dessa mão-de-obra juvenil chegava a extremos de trabalho forçado, parando somente em dias em que era impossível lançar a rede por razões climáticas. Após a captura, o peixe era eviscerado no convés, guardado em caixas, e, no sistema de pesca de frotilha, transportado em caíques para o barco-transporte, numa operação que custava a vida a inúmeros pescadores. Dadas as condições climáticas e de trabalho, as taxas de mortalidade eram altíssimas, superando mesmo as dos trabalhadores de minas de carvão. Assim, em 1883, 43 barcos de pesca foram a pique matando 360 pescadores. Hull foi o porto mais atingido, tendo desaparecido num só dia 129 pescadores, ou seja, 6% de sua força de trabalho. Em 1863, outros 144 pescadores perderam a vida no mar. As condições de vida a bordo eram das mais precárias, sendo os aprendizes obrigados a dormir poucas horas em fétidos beliches, no meio de fígados de bacalhau em decomposição.

Os aprendizes, que em fins do século passado representavam mais de 50% dos pescadores, saíam em sua maioria dos orfanatos e eram obrigados a trabalhar em regime de semi-escravidão⁴. As condições de vida no mar eram tão degradantes que os meninos preferiam muitas vezes mutilar-se a voltar para a pesca.

Assim, a formação das empresas de pesca em Hull e Grimbsy passou por este processo de exploração sem limites de uma mão-de-obra barata e que era obrigada a sujeitar-se ao capital, não nas fábricas de Manchester mas nos barcos inseguros, perdidos no Atlântico Norte.

Com a introdução do motor a vapor entre 1880 e 1895, a divisão de trabalho tornou-se mais complexa no interior dos barcos que já alcançavam 35 metros de comprimento. Surgiram o maquinista, seu ajudante e o foguista cujas tarefas não se misturavam com as atividades de pesca propriamente dita.

Apesar da explosão de vários conflitos sindicais, o volume de negócios continuou a subir, e Hull, que representava 1/8 do volume da descarga em 1913, passou a ser responsável por 1/3

³ "In practice, the function of apprenticeship was to supply cheap labour to the amaxkowners, which in turn helped them to make large profits and to plough back fresh capital to finance the continued expansion of the industry" (TUNSTALL, 1969. p. 22).

⁴ "Many boys of nineteen or eighteen spent their week ashore between trips living with girls and prostitutes. Venereal disease was extremely common, much to the annoyance of the master of the indoors boys since they had to provide them with medical attention" (TUNSTALL, 1969. p. 43).

em 1938, especializando-se na pesca de longo curso. Paralelamente, a forma de organização empresarial-capitalista foi se consolidando, com empresas em rápida expansão. Em 1934, no porto de Hull, 3/4 dos *trawlers* já pertenciam a empresas que possuíam em média 10 unidades cada.

A crise de 1930 também atingiu a indústria pesqueira, que somente nos anos 1929/30 havia adquirido 158 novos *trawlers*, a um custo de 25 milhões de libras. A crise da superprodução sobreveio em 1931, e outra vez os pescadores tiveram que suportar a carga da crise: como o valor da *poundage* (porcentagem sobre a produção) recebida pelos pescadores como participação na produção dependia do preço do pescado, a queda deste afetou drasticamente o rendimento dos pescadores. Além disso, os patrões reduziram alguns pequenos benefícios, como a renda proveniente da venda do óleo de fígado de bacalhau, pertencente até então aos pescadores, diminuindo também a tripulação dos barcos.

Quanto à organização do processo produtivo, ao contrário do que sucedeu em alguns países escandinavos, a pesca de longo curso trouxe consigo não somente a organização de empresas capitalistas, mas também a formação de um mercado de força de trabalho adaptado às exigências de uma atividade específica que é a pesca.

Ainda que os pescadores-proletários dos portos de Hull e Grimbsy possam ser considerados ocasionais na medida em que são empregados pelo espaço de três semanas, enquanto dura uma viagem, eles estão continuamente à disposição das empresas de pesca. Como afirma Tunstall (1969), a grande parte da mão-de-obra em Hull é recrutada em bairros de pescadores, nas proximidades do porto. No entanto, ao contrário do que ocorre na Escandinávia, somente 1/3 dos pescadores provém de família de pescadores.

Ainda segundo o mesmo autor, 2/3 dos pescadores começam a pescar quando têm 17 anos ou menos. Estes ou vieram diretamente da escola (com 14 anos) ou trabalharam em alguma outra atividade em terra, mas ligada à pesca (carregador de peixe no mercado, filetagem ou outras atividades ocasionais) ⁵.

⁵ Os jovens, antes de atingir a maioridade, quando passam a perceber salário integral, trabalham ou como ajudante de cozinheiro ou como aprendiz de convés. Esses últimos devem fazer um curso de 100 dias num colégio náutico, após o que, passam a receber a metade do salário-base mais a *poundage* integral (quinhão sobre a produção).

O sistema de recrutamento da força de trabalho varia segundo a categoria: os mestres de barcos são escolhidos pelos proprietários das firmas, e aos considerados mais capazes e eficientes são cedidos os barcos mais modernos. Os mestres considerados menos capazes ganham barcos mais velhos e uma tripulação de segunda categoria. Enquanto que os mestres mais capazes gozam de uma certa estabilidade, os menos eficientes não têm nenhuma estabilidade de emprego. O imediato é em geral recrutado pela firma após consulta com o mestre. Os motoristas gozam de uma certa estabilidade, pois o sindicato forçou os patrões a dar preferência aos seus associados. Os homens de convés realmente engajados na captura podem ser contratados e despedidos pelo imediato, mas em geral essas funções são exercidas por um agente de firma chamado *ship's runner* ou agente de barco. Todos eles são contratados na base de uma viagem de três semanas. As razões dadas pelas empresas para esse emprego ocasional, instável e sem segurança, são: sazonalidade da atividade dos barcos, liberdade dos pescadores em escolher o mestre com quem querem trabalhar, etc. Ora, Tunstall argumenta que os barcos só param de trabalhar quando vão para reparações no estaleiro, e, no verão, deixam de fazer algumas viagens quando o preço do mercado não é compensador. Esse período de ociosidade provavelmente não ultrapassa 15% dos dias do ano, o que não é diferente para uma série de outras indústrias. Quanto à liberdade do pescador de, depois de algumas viagens, omitir uma ficando em terra, é um argumento falacioso. Trabalhando duramente, durante três semanas, mais de 12 horas por dia, e somente ficando em terra dois dias e meio depois de cada viagem, é natural que o pescador não consiga seguir esse ritmo durante um longo tempo. Nesse caso, essa pausa entre uma série de viagens é o resultado inevitável de uma pressão desumana do trabalho e não uma justificativa para o chamado trabalho ocasional. Do lado do patrão, o trabalho ocasional assegura a oferta de uma mão-de-obra dócil, numa situação de altos níveis de desemprego. Essa alta insegurança no emprego desfavorece uma solidariedade sindical que poderia exercer uma forte pressão sobre as empresas.

As formas de remuneração variam de acordo com a função que os diversos trabalhadores têm na unidade de produção. Uma tripulação de arrastões normalmente era formada de 20 pessoas, distribuídas em quatro hierarquias: o pessoal *do convés* (1 mestre, 1 imediato, 1 contramestre, 10 pescadores); o pessoal *da casa de máquinas* (2 maquinistas e 2 foguistas); o pessoal *do rádio* (1 operador de rádio) e o pessoal *de cozinha* (1 cozinheiro e 1 ajudante).

O mestre, autoridade suprema no arrastão, e o imediato ganham uma porcentagem sobre a renda líquida de cada viagem. Isso significa que numa viagem bem-sucedida eles podem ser muito bem pagos e numa viagem malsucedida eles podem não receber quase nada.

Os outros membros da tripulação são pagos em bases mais seguras, isto é, um salário-base semanal, mais uma porcentagem sobre a renda bruta, o que faz com que os demais tripulantes tenham uma renda mais regular.

Quando a viagem é bem sucedida, o *poundage* (remuneração variável segundo a quantidade capturada) pode significar até 50% sobre o salário fixo.

No entanto, essa maior estabilidade de rendimento dos homens do convés e dos maquinistas é relativa, uma vez que ao final de cada viagem os homens que não trabalharam como a empresa esperava podem não conseguir um lugar num arrastão novo, onde a *poundage* é normalmente maior (melhores equipamentos, menores problemas mecânicos), passando a trabalhar em barcos menos eficientes.

Essa ameaça constante de ser rebaixado a um barco menos eficiente, de menor rendimento, pesa sobre os homens do convés e sobretudo sobre os mestres. Estes são escolhidos entre os melhores homens de convés, e, em geral, provêm de famílias de pescadores onde o pai era também mestre⁶. Depois de passar algum tempo nas funções de contramestre e de imediato, o jovem mestre recebe seu primeiro barco, geralmente uma embarcação de segunda ordem. Com esse equipamento, a empresa espera que o jovem mestre mostre seus talentos fazendo boas capturas seguidas. Se, após viagens consecutivas, ele trouxer boa produção, outros barcos melhores lhe serão cedidos para comandar. Se isso não ocorrer, ele poderá voltar à posição de imediato ou mesmo de homem de convés. Daí, a pressão constante sobre a tripulação e sobre si mesmo, que se concretiza em horas intermináveis de esforço sobre-humano, em tomadas de risco, etc. Além disso, após os 40 anos, dificilmente um mestre pode continuar operando num *top-trawler*, sendo obrigado a comandar barcos de segunda categoria. Depois dos 50 anos de idade, geralmente o mestre tem que se retirar do comando, indo

⁶ Em Hull, de 28 mestres, 18 eram filhos de pescadores e 10 eram filhos de outros mestres. Um mestre potencial pode contar com a experiência do pai, o que já é uma vantagem considerável sobre os demais. Hoje, no entanto, com o uso do radar, sonar, etc. para detecção dos cardumes, a experiência paterna teve sua importância reduzida.

procurar atividade malremunerada em terra, pois seu trabalho, ao contrário do maquinista, é muito especializado na pesca. Assim é que o mestre, geralmente muito bem pago durante alguns anos de sua vida útil, acaba seus dias na praia, desocupado, numa condição modesta.

3 A pequena pesca e a produção empresarial-capitalista na Escandinávia

Não é em todas as áreas de pesca no Atlântico Norte que a dominância da pesca empresarial-capitalista aparece com tanta clareza como na Inglaterra.

De outro lado, fatores de ordem natural e histórica favoreceram, em certas regiões, como na Escandinávia, o fortalecimento da pesca realizada dentro dos marcos da pequena produção mercantil em que os pescadores e suas famílias são trabalhadores diretos e proprietários dos instrumentos de trabalho com que operam. Na Noruega e na Suécia, especialmente, desenvolveram-se padrões de organização de produção distintos daqueles já estudados na Inglaterra.

A Noruega é um país de longa tradição pesqueira, e seus barcos tanto se empenham na pesca oceânica, indo cercar o arquipélago no Labrador e outras áreas do Mar do Norte, quanto exploram seus inúmeros fiordes, através da pesca costeira.

Ora, apesar da existência da pesca empresarial-capitalista, a atividade pesqueira mais importante se concentra nas mãos de pescadores autônomos, que, com a sua força de trabalho familiar ou de vizinhança, exploram os múltiplos recursos marinhos⁷. A Noruega contou também com uma longa experiência de organização cooperativa de pescadores independentes, que forçou o Estado a estabelecer leis restringindo a entrada de armadores não-pescadores na pesca, bem como a lançar diversos programas de financiamento de barcos e equipamentos de captura a juros baixos e a longo prazo. Além disso, organizações de pescadores conseguiram estabelecer um sistema centralizado de comercialização que garante bons preços ao pescado. No entanto, como afirma Wadel

⁷ A importância da pesca artesanal na Noruega pode ser constatada se compararmos a capacidade das embarcações norueguesas com as da Inglaterra hoje. Em 1975, cerca de 42% dos barcos da Noruega tinham capacidade inferior a 50 toneladas brutas, ao passo que somente 26% dos barcos pesqueiros ingleses estavam nessa categoria. De outro lado, 36% dos barcos britânicos tinham mais de 500 toneladas, enquanto que somente 15% dos barcos noruegueses estavam nessa categoria.

(1972), o papel do Estado por si só não constitui uma explicação da permanência de proprietários-pescadores nessa atividade em que com frequência foram substituídos por unidades empresarial-capitalistas.

Um dos exemplos da organização artesanal é o da pesca do bacalhau ao norte da Noruega. No período de após-guerra, o Governo iniciou um ambicioso programa de modernização da pesca do bacalhau com incentivo a empresas que promovessem a pesca de longo curso, durante o ano todo, através de arrastões modernos e grandes *long lines*. A produção dessa frota moderna, altamente capitalizada, se destinaria ao abastecimento em matéria-prima das indústrias de filetagem de bacalhau, de maneira constante. No entanto, o programa foi um fracasso, pois as empresas não conseguiram atrair os chamados pescadores artesanais para trabalhar como assalariados nas grandes embarcações (BROX, 1971, p. 4 373). Para assegurar o fornecimento de mão-de-obra, o Governo se baseava no fato de que, enquanto o pequeno pescador tinha uma renda média anual de 5 a 7 000 coroas (1957), os pescadores embarcados poderiam receber até 18 000 coroas nos grandes barcos (1957). As razões de recusa em embarcar foram atribuídas ao individualismo do pescador artesanal e o seu conservadorismo. No entanto, as causas dessa recusa em embarcar devem ser procuradas na própria organização da produção nas áreas costeiras da Noruega. Na década de 30, a imensa maioria dos pequenos produtores litorâneos eram agricultores-pescadores, que viviam sobretudo numa economia de subsistência, com fracas ligações com a economia de mercado. Tudo era produzido na pequena propriedade. O dinheiro suficiente para pagar impostos e comprar o que eles não produziam (café, açúcar, equipamento de pesca, etc.) era conseguido sobretudo pela atividade pesqueira sazonal. Dado o baixo preço do pescado, os habitantes costeiros que dispunham de propriedades agrícolas usavam os meses de verão para atividades agrícolas maiores, sendo a pesca somente uma atividade para o consumo doméstico. Os que tinham pouca terra saíam para a pesca sazonal a fim de conseguir meios complementares de subsistência, trabalhando como parceiros em barcos de proprietários mais afortunados.

Em 1935, houve um acordo entre o Partido Trabalhista e o dos Agricultores, pelo qual os pequenos agricultores receberiam uma série de incentivos para melhorar sua propriedade e agricultura. Ao mesmo tempo o Raw Fish Act garantia às organizações cooperativas o controle do mercado de pescado. O resultado dessa política foi não somente um reforço da pequena agricultura, mas também a compra de pequenas embarcações motorizadas que garantiam

ao agricultor uma renda monetária mais elevada no período de verão. Os que não tinham terra suficiente acabaram imigrando para as cidades e encontrando uma ocupação urbana. Criou-se então uma sólida economia camponesa, pela qual o pequeno proprietário podia dispor de sua força de trabalho familiar, usando todas as alternativas que lhe oferecia seu meio ambiente, de maneira a complementarizar as atividades agrícolas com as pesqueiras.

Essa era a situação da economia pesqueira quando se decidiu aumentar a captura do bacalhau através da grande empresa pesqueira. No entanto, o cálculo da renda do pequeno pescador independente (7 000 coroas) foi feito sem levar em conta a produção agrícola não monetarizada. Segundo os cálculos de Brox, se essa produção fosse adequadamente monetarizada, a renda *per capita* dos pescadores-lavradores chegaria facilmente à renda auferida pelo tripulante embarcado (18 000 coroas). Além de ambas as rendas tornarem-se mais ou menos idênticas no final, o esforço e a estafa de uma pesca industrial praticada o ano todo eram bem mais árduos.

Por outro lado, para o pequeno agricultor-pescador embarcar num grande arrastão, durante longo período, devia renunciar a uma complementaridade entre a agricultura e a pesca. Além disso, devia romper tradições de sociabilidade altamente valorizadas pelas comunidades de pescadores noruegueses. Nos casos em que alguns desses pequenos produtores se engajaram na pesca oceânica, era somente para buscar uma renda monetária adicional para investir na lavoura ou na pesca. Esse engajamento durava somente uma viagem de pesca de longo curso, após o que, o pequeno pescador abandonava o arrastão pertencente à empresa e voltava para suas atividades tradicionais.

Essa associação de atividades com a exploração de recursos em ecossistemas contíguos pode ser considerada como uma das razões pelas quais as comunidades pesqueiras da Noruega, especialmente ao norte, mantiveram-se relativamente estáveis e resistiram a uma proletarização em barcos de pesca oceânica. Segundo Brox (1971), o mesmo não teria ocorrido no grande porto inglês de Hull onde os pescadores (expulsos de suas terras litorâneas), morando em verdadeiros barracos nas cidades, não tinham outras alternativas de trabalho senão engajar-se como tripulantes de pesca oceânica, transformando-se em proletários.

É importante assinalar, também, que no caso norueguês os pescadores artesanais e pequenos armadores puderam acompanhar a evolução tecnológica verificada nos processos de captura.

Equipamentos eletrônicos também foram introduzidos e todas essas inovações foram feitas dentro de uma organização de trabalho

familiar, sem substituição por formas capitalistas de produção, como ocorreu em outros países.

Quais foram os fatores que permitiram a reprodução dessa forma familiar de produção?

Em primeiro lugar, como já dissemos, os pescadores (e agricultores) puderam forçar o Estado a programas favoráveis de financiamento.

Em segundo lugar, ocorreu a combinação de temporadas sucessivas de boa pesca, e uma poupança igualmente alta. Vivendo em comunidades pesqueiras onde os membros não-pescadores da família podiam exercer atividades complementares (agrícolas, artesanais, etc.), os mestres de barco e de rede reinvestiam quase todo o dinheiro adquirido com a venda da produção. Além disso, um dos valores dessas comunidades de pescadores era a exaltação do trabalho árduo e da produção, e não do consumo supérfluo (WADEL, 1972).

Em terceiro lugar, os mestres de rede e barco sabiam valorizar seu conhecimento prático, considerado como elemento-chave no sucesso de uma pescaria⁸. Os mestres capazes em geral adquiriam uma participação na rede e no barco, passando a ser parceiros. Assim, no momento da distribuição da produção, além do número de partes que lhes cabe como pescadores, os mestres ainda recebem outras concernentes à sua participação na propriedade da rede e do barco.

O domínio desse feixe importante de conhecimentos, segundo Wadel (1972), permitiu ao mestre de pesca, ao fim de um certo tempo, comprar seu próprio barco. Trabalhando com seus filhos, os mestres lhes passavam os segredos da profissão. Alguns desses jovens tornavam-se mestres e passavam a trabalhar em outros barcos, comprando aí quinhões de rede. Reiniciava-se assim um outro processo que levaria à fissão na propriedade, permitindo continuamente a reprodução da pequena pesca. Isto, no entanto, só foi possível pela utilização da força de trabalho familiar e dos conhecimentos de um ecossistema específico e de um conjunto de técnicas que constituem o núcleo da profissão do pescador artesanal. Essa fissão contínua da propriedade, segundo Wadel, limitava

⁸ É preciso se levar em consideração que a mestría é uma capacidade pessoal, um conhecimento raro que exige o conhecimento do mar e dos cardumes, padrões de migração dos peixes e localização dos melhores locais de pesca, além de uma certa capacidade em tratar com a tripulação em condições quase sempre difíceis e extenuantes. Além disso, a mestría só se consegue através de anos de experiência e é dificilmente adquirível através de cursos formais.

o surgimento de armadores com várias embarcações e de empresas de pesca.

A pesca na Costa Oeste da Suécia representa também um bom exemplo da sobrevivência da pesca artesanal, graças ao conhecimento que os pescadores têm de um meio ecológico altamente complexo.

O Litoral Oeste da Suécia caracteriza-se pela presença de inúmeras baías e enseadas e por um fundo de mar rochoso que dificulta a exploração dos cardumes, em larga escala, pelas empresas de pesca.

Os pescadores locais, explorando nichos ecológicos próximos à costa, onde era extremamente difícil se lançar a rede, desenvolveram técnicas especiais de arrasto em fundos ora rochosos, ora arenosos, através de movimentos precisos de lançamento e recolhimento das redes.

A continuidade dessa pesca, porém, se deve não somente à capacidade de adaptação a uma situação ecológica precisa, mas também à criação de associações de pescadores, que passaram a ter um forte controle sobre o mercado, restringindo certas pescarias consideradas predatórias e subsidiando outras.

A força de trabalho era preponderantemente familiar, o que permitia sua sobreexploração, quando, por exemplo, a safra estava boa e era preciso pescar durante horas contínuas.

Como acontecia na Noruega, no exemplo anterior, a reprodução do processo produtivo passava pela unidade familiar, ou melhor, pela sua fissão. O filho mais velho, quando casava, passava a pescar com seus descendentes, e sua unidade de produção chegava ao máximo de rentabilidade quando seus próprios filhos se tornavam jovens, antes de se casarem.

Assim, o uso da força de trabalho familiar é importante para a reprodução dessa forma de organização da produção, pois atua como um absorvedor de choques, como opina Löfgren⁹. A unidade de trabalho familiar, dispondo mais facilmente da força de trabalho, adapta-se melhor às mudanças que possam ocorrer na exploração de nichos ecológicos específicos do que as grandes unidades de captura, próprias da pesca empresarial-capitalista.

⁹ "It is evident that family band units with several owners have been more successful in keeping their enterprises going despite the diminishing returns. . . They have a 'shock absorbing' capacity which, for example, makes it possible to compensate for losses during bad periods by cutting down maintenance costs through an increased investment on their own labour" (LÖFGREN, 1972. p. 103).

CAPÍTULO III

DOIS MODELOS DE EXPANSÃO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS: JAPÃO E UNIÃO SOVIÉTICA

1 O modelo japonês

Além do continente europeu e mares adjacentes, o Japão apresenta alguns elementos importantes para a compreensão do surgimento da pesca empresarial-capitalista, em escala mundial. Já no começo do século, o Japão tinha cerca de cinco milhões de pescadores e ocupava o sexto lugar entre os maiores produtores mundiais do pescado. Em 1935, o Japão já produzia o dobro dos Estados Unidos, transformando-se no maior produtor mundial. O peixe representava o maior aporte protéico da população japonesa, especialmente durante a fase de industrialização intensa de antes da Segunda Guerra Mundial.

Apesar desse crescimento impressionante da produção pesqueira, 70% da produção total era baseada na pequena pesca, realizada por pequenas embarcações motorizadas cuja tripulação era sobretudo familiar, dispersa por um sem-número de comunidades pesqueiras.

Um complexo sistema de leis orais e regulamentos oficiais era responsável pela organização da pesca nessas comunidades. Suas bases estavam ainda na organização feudal, em que o nobre distribuía aos seus súditos certos direitos de pesca. Nessas comunidades a pesca era feita pelos *oyokata* ou proprietários de embarcações e redes, que muitas vezes dependiam dos comerciantes ou *toya*¹.

¹ A estrutura social de uma aldeia de pesca tradicional no Japão era bastante complexa no início do século. Yoshida e outros (1974) estudaram uma dessas aldeias, Katsumoto-una, que em fins do século passado era dominada pelos comerciantes (*toya*) que compravam com exclusividade a produção dos *oyokata*. Como eram financiados pelos *toya*, os *oyokata* dependiam

A revolução dos Meiji tentou nacionalizar os pontos de pesca, anteriormente apropriados pelos *toya* e pelos *oyokata*, mas a oposição foi tão grande que os direitos tradicionais das comunidades sobre os pontos de pesca foram restabelecidos.

A lei de pesca de 1901 reconheceu os direitos tradicionais das aldeias pesqueiras, mas reservou certas áreas para tipos especiais de pesca em alguns períodos por ano. Os *oyokata* acabaram se apossando desses locais e ocupando os pescadores como força de trabalho para os períodos de pesca mais rentáveis. Durante o resto do ano, esses pescadores trabalhavam com suas embarcações nas outras áreas controladas pela aldeia.

Com o correr do tempo, as águas costeiras foram se tornando menos produtivas, obrigando muitos pequenos pescadores a migrar para as cidades e portos de pesca à procura de emprego como embarcados nos grandes barcos de pesca oceânica (COMITINI, 1966, p. 422).

O Governo japonês, através de uma legislação de pesca severa, limitava o acesso dos grandes barcos às áreas costeiras, impedindo-os a realizar viagens cada vez mais longas. Com isso a grande pesca foi se concentrando nas mãos de empresas que dispunham de barcos cada vez maiores.

Desde 1920, os primeiros arrastões a vapor começaram a explorar as águas do Mar da China. A partir de 1930, aparecem os primeiros motores diesel, e em 1940 a pesca oceânica japonesa dispunha de 88 barcos a vapor e 816 barcos com motores diesel, de mais de 50 toneladas. Se a chamada pesca artesanal era responsável pela maior parte da produção pesqueira nas águas próximas, o imperialismo expansionista japonês incentivou a organização de grandes empresas capitalistas destinadas à pesca oceânica. Na década de 30, a organização de frotas de navios-fábricas e a procura de bases de terra em regiões longínquas afirmavam a supremacia naval e pesqueira do Japão nos mares da Ásia (exploração das baleias, no Pacífico Norte, do atum, etc.). No período imediata-

totalmente deles, apesar de essas relações de dominação estarem perpassadas pela de patrão/cliente. Como seus antepassados haviam trabalhado para as mesmas famílias dos *toya*, os *oyokata* estavam ligados àqueles por relações de obrigação.

A pauperização crescente dos pescadores levou-os a um conflito com os *toya*. Em 1930, os pescadores, com a ajuda estatal, se organizaram em cooperativa que garantia aos pequenos produtores o acesso a certas áreas de pesca anteriormente controladas pelos *toya*. Esses começaram a perder sua influência, ao passo que a cooperativa, financiando motores aos seus associados, tornou-se o centro do poder na aldeia.

mente anterior à Segunda Guerra Mundial (1936-1940) já começavam a se desenvolver todas as características da grande pesca japonesa, com grandes empresas pesqueiras integradas a outros setores industriais, alimentares, mecânicos e mesmo químicos.

O mapa (fig. 2) mostra, por exemplo, a expansão da pesca dos tunídeos entre 1948 e 1967, que não deixa uma única superfície marítima sem exploração.

Por volta dos anos 60, verifica-se a primeira grande crise da indústria pesqueira motivada sobretudo pela sobrepesca em algumas áreas, pelas quotas impostas aos barcos japoneses pelos países ribeirinhos, e pelas dificuldades crescentes em conseguir mão-de-obra para as grandes embarcações, devido às alternativas de emprego surgidas em outros setores industriais menos penosos no Japão. Os salários dos embarcados aumentavam, ao mesmo tempo que a produção e os preços do pescado no mercado interno se estabilizavam. Essa situação de crise levou muitas empresas de pesca a se associarem e se integrarem em grandes complexos bancários e industriais.

A partir de 1966, o volume de captura voltou a aumentar, passando de 6 557 000 nesse ano a 10 527 000 em 1975. Esse aumento de captura se deve não somente à exploração de novas áreas ou espécies, mas também a diversas inovações técnicas que aumentaram consideravelmente a produtividade pesqueira.

A relação entre a captura dos pescadores artesanais reunidos em cooperativas e das grandes empresas pode ser visualizada pela Tabela abaixo:

TABELA 1

Número, tipo de propulsão e tonelagem dos barcos no Japão

Tipos de barco	Número	%	Tonelagem	%
barcos sem motor	57 673	15,6	44 729	1,6
barcos com motor:				
menores de 5 t	285 695	76,7	482 536	18,4
de 5 a 50 t	21 542	5,7	315 898	11,7
de 51 a 100 t	4 045	1,1	323 648	12,2
de 101 a 500 t	2 886	0,8	702 984	26,1
maiores de 500 t	310	0,1	806 321	30,0
Total	372 151	100,0	2 676 116	100,0

Fonte: OCDE, 1976

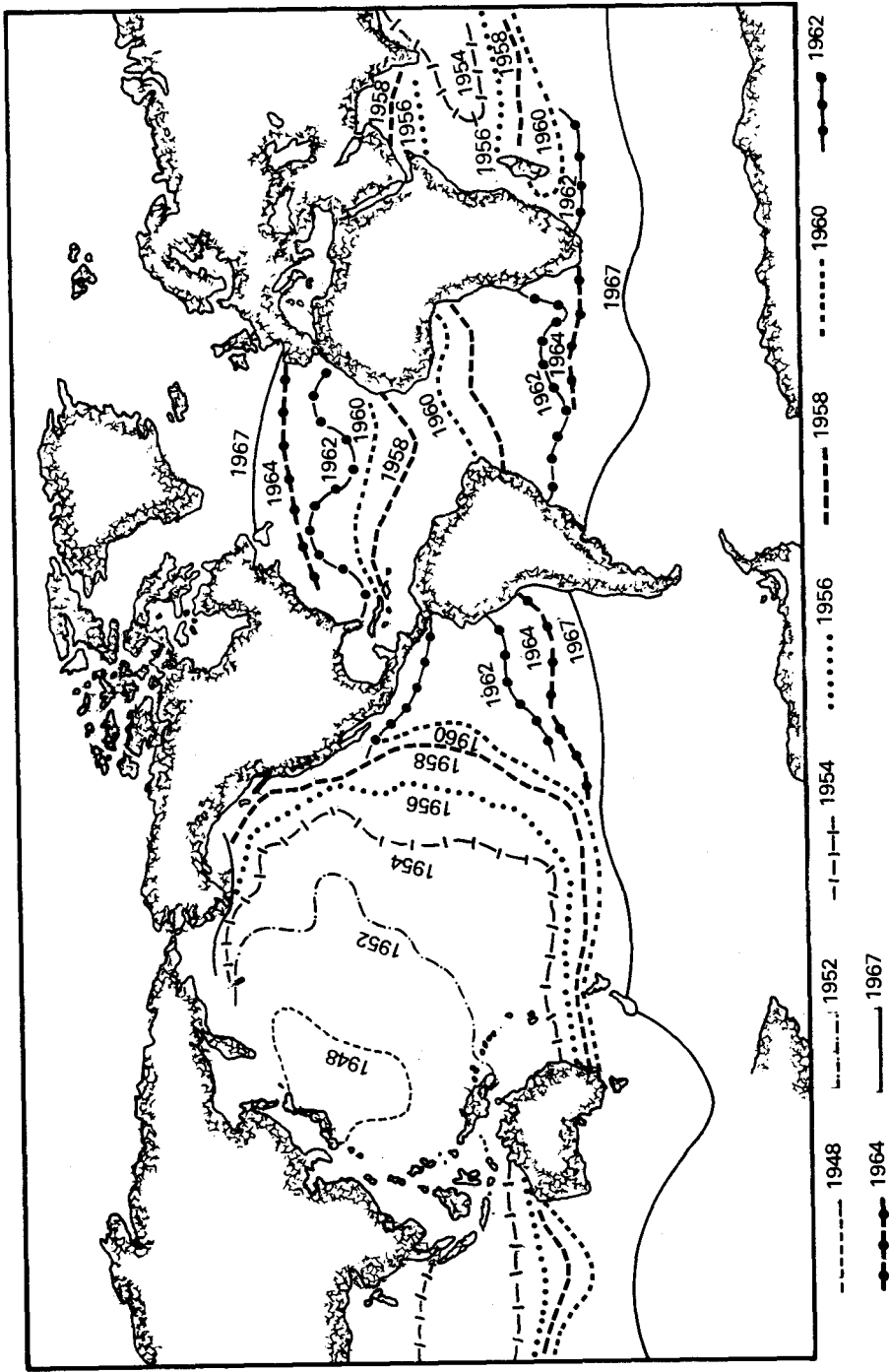


Fig. 2 — Mapa da expansão da frota japonesa de atuneiros

Como podemos observar, cerca de 97% das embarcações e 32% da tonelagem bruta total se concentram nos barcos menores de 50 toneladas, considerados pequenos para a frota japonesa atual. Igualmente, um grande número dos 482 000 indivíduos que se dedicam à pesca pode ser considerado pescadores artesanais. Eles são responsáveis por cerca de 30 a 40% da produção total pesqueira do Japão (pesca costeira, aquíicultura e águas interiores).

Em 1974, das 10 500 000 toneladas de pescado capturado, cerca de 30% procediam da pesca oceânica, 42% provinham da pesca a média distância, 18% eram da pesca costeira e 10% eram provenientes da pesca em águas interiores e aquíicultura. O fato de a pesca artesanal e de a pesca empresarial explorarem espaços físicos distintos evitou confrontações existentes entre ambas em outras partes do mundo.

2 O modelo soviético

A relação entre a pequena pesca e a empresarial-capitalista apresenta conotações diversas nos países anteriormente estudados. Na Inglaterra vimos como a expansão do capital levou a uma proletarianização crescente dos pequenos pescadores. No Canadá as indústrias de pesca controlam a produção através do sistema de financiamento dos equipamentos de pesca e dos preços pagos ao pequeno produtor. Já na Noruega, a organização dos pequenos pescadores permitiu-lhes sobreviver e competir favoravelmente com a grande pesca.

Na União Soviética, a relação entre o setor das cooperativas e o estatal se dá de uma maneira especial e merece uma análise especial.

Na URSS, a atividade pesqueira se divide entre a realizada dentro dos *kolkhozes* (cooperativas de produção), que exploram as águas interiores e costeiras, e a pesca estatal, realizada por grandes barcos de propriedade do Estado que se dedicam à grande pesca, em quase todos os mares do mundo. As profundas transformações por que passou a pequena agricultura russa no pós-revolução atingiram também a pesca, realizada no começo do século por um grande número de pequenos pescadores. Após o Primeiro Congresso Russo dos Pescadores, em 1923, afirmou-se o caráter cooperativista da nova organização proposta com a criação da União Panrusa dos Pescadores, órgão intermediário entre as cooperativas dos pescadores e o Estado. Nessas cooperativas (*Toz*), os meios de produção continuavam sendo propriedade dos pesca-

dores, mas o trabalho era feito em comum, sendo a produção repartida entre os cooperados. Em 1929, as cooperativas reuniam 63% das unidades de pesca na Rússia, mas a apropriação coletiva de produção quase não existia e os instrumentos de produção ainda pertenciam aos pescadores.

Com a introdução dos planos quinquenais formaram-se os *kolkhozes*², e os meios de produção passaram a ser de propriedade coletiva (mas não estatal). Em 1932, os *kolkhozes* já englobavam cerca de 80% das embarcações. A União Panrusa de Pescadores foi então substituída pela União Pansoviética dos *Kolkhozes* de Pesca, que fornecia ajuda técnica e planificava as atividades dos *kolkhozes*.

A partir de então, o papel do Estado se tornou cada vez mais importante, com a nacionalização de todas as indústrias de beneficiamento do pescado. Em 1935 cerca de 94% das unidades de produção organizadas em *kolkhozes* vendiam ao Estado cerca de 88% de toda a produção nacional. O desenvolvimento das forças produzidas, segundo Wronski (1975), levou a uma intensificação da captura para além da capacidade dos estoques pesqueiros, o que resultou num início de sobrepesca em muitas regiões da Rússia.

Ainda em 1932, o Governo criou as estações de motores e máquinas para a pesca (MRS), que intensificaram a mecanização das embarcações e dos instrumentos de pesca. A produtividade por pescador passou de 3,8 toneladas em 1929 para 7,3 toneladas em 1940.

A crescente intervenção do Estado num setor sujeito a tantas variáveis físicas de difícil controle parece não ter dado os resultados desejados, pois a produção pesqueira dos *kolkhozes* passou a diminuir. O Governo decidiu então, após 1955, vender os equipamentos de pesca pertencentes aos MRSs para os *kolkhozes*, o que representava mais flexibilidade na alocação dos recursos. Segundo Wronski (1975), foi a especificidade da exploração pesqueira que fez com que se verificasse uma tendência oposta à estatização verificada nos demais setores da economia russa.

Em 1960, a participação dos *kolkhozes* na economia pesqueira global da Rússia se tornou ainda mais importante com a criação da União dos *Kolkhozes*.

² Os *kolkhozes*, enquanto organização dos pescadores, são proprietários dos meios de produção. A assembleia geral do *kolkhoz* fixa o programa anual das atividades pesqueiras segundo os objetivos do plano. O trabalho é dividido em brigadas que recebem do *kolkhoz* o material de pesca necessário. Os mestres de barco são nomeados pela direção do *kolkhoz*, sendo esta eleita em assembleia.

O crescente aumento da produção levou a uma rápida predação dos bancos tradicionais de pesca. O Mar Cáspio, que produzia 600 000 toneladas em 1913, passou a 400 000 em 1928. As espécies consideradas finas começaram a desaparecer com a crescente poluição das águas pelas indústrias, com a construção de barragens que impediam a migração dos peixes, etc. Não somente a quantidade pescada passou a diminuir, como também a qualidade. O arenque, muito apreciado pela população, começou a desaparecer, e em 1970 a oferta de peixes apreciados pela população se reduziu em relação a 1966.

O resultado foi a criação de empresas estatais de pesca que passaram a explorar não somente o Mar do Norte, competindo com os barcos de outros países europeus, mas outras partes do mundo através de barcos-fábricas, arrastões gigantes, etc.

Segundo Wronski (1975), as empresas estatais, apesar de possuírem instrumentos de produção mais possantes, compraram uma parte de sua produção aos *kolkhozes*. Os preços pagos pelo pescado dos *kolkhozes* são no entanto inferiores àqueles pagos às empresas estatais. Em 1960 as empresas estatais recebiam 38,47 rublos por quintal de pescado, ao passo que os *kolkhozes* recebiam apenas 13,56. Como resultado, a remuneração do pescador dos *kolkhozes* era de 8,11 rublos, em contraste com os 17,47 rublos pagos aos tripulantes dos barcos do setor estatal. Dados os baixos preços pagos pelo Estado, muitos *kolkhozes*, após haverem entregue as quotas obrigatórias ao Estado, não tinham interesses em vender-lhe o excedente, transformando mesmo muitas espécies de peixe fino em farinha de peixe para alimentação do gado (WRONSKI, 1975).

Estabeleceu-se assim uma divisão de áreas na pesca russa: os *kolkhozes* exploravam as águas interiores e costeiras, ao passo que a pesca estatal explorava a pesca oceânica. A partir de 1970, este setor já era responsável por 70% da produção pesqueira nacional. Apesar disso, a pesca dos *kolkhozes* era mais rentável que a estatal, quando se tratava da exploração de certas áreas costeiras que exigiam um grande conhecimento do relevo do fundo marinho, das correntes, dos ventos e também dos hábitos de certas espécies exploradas tradicionalmente pelo pequeno pescador. O setor dos *kolkhozes* não ultrapassa agora os 25% da produção total, mas dirige-se sobretudo para a captura de espécies finas, apreciadas pela população (74% da produção nacional do esturjão, 62% do salmão, etc.).

A pesca dos *kolkhozes* está ameaçada de desaparecimento, sobretudo pelo empobrecimento das águas interiores e costeiras

da Rússia, viveiro de inúmeras espécies finas, e alimento tradicional do povo russo.

Na década de 50, a pesca oceânica tomou um grande impulso na Rússia, e hoje sua frota pesqueira, através de grandes unidades, explora mares situados a milhares de quilômetros de suas bases. Assim, no Atlântico Sul, entre a Maurítânia e África do Sul é possível se observar frotas de 30 a 50 navios de 2 500 toneladas, acompanhados por arrastões de pesquisa. Essas frotas espalhadas pelo mundo inteiro fornecem dados precisos sobre as condições, quantidades e tipos de pescado capturados. Mapas com precisão comparável aos obtidos de estações meteorológicas são então elaborados. Um computador do tipo Minsk 22 processa essas informações que são remetidas aos barcos pesqueiros permitindo reduzir consideravelmente a aleatoriedade da captura.

A frota soviética de barcos pesqueiros é hoje a mais potente do mundo, alcançando 2 966 751 toneladas contra 1 030 422 toneladas da frota japonesa, colocada em segundo lugar. Entre 1969 e 1975, a capacidade da frota pesqueira soviética praticamente dobrou. Esse aumento foi espetacular nos grandes barcos acima de 1 000 toneladas, que passaram de 397 unidades em 1969 (1 138 551 toneladas brutas) para 773 unidades (2 029 198 toneladas) em 1975. No setor de barcos-fábricas e barcos-mães, a supremacia soviética é ainda mais evidente, pois possui 540 das 723 unidades existentes no mundo, ou seja, 85% do total. É significativo também que a União Soviética possuía 252 dos 301 barcos-fábricas e barcos-mães acima de 4 000 toneladas brutas existentes no mundo.

Cerca de 100 000 pessoas são hoje empregadas na pesca oceânica soviética. De 200 a 600 pessoas, homens e mulheres, vivem a bordo de cada um dos 400 navios-fábricas que hoje compõem a frota de barcos dessa categoria³.

³ As condições de trabalho dos pescadores russos são melhores que as da maioria dos outros países. Segundo a legislação trabalhista soviética, as viagens não podem ultrapassar 100 dias contínuos. Todos os regulamentos em vigor nas empresas terrestres são aplicáveis às de pesca. As condições de trabalho são determinadas por acordos coletivos, que especificam também as formas de remuneração (em geral, salário mais quota sobre a produção), as horas de descanso, etc. Cada navio tem sua biblioteca, cinema, comunicação individual por rádio a terra, turnos especiais para os pescadores que seguem cursos por correspondência, etc.

CAPÍTULO IV

A EXPANSÃO DO CAPITAL E A DEPREDÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM PAÍSES DE ECONOMIA DEPENDENTE

1 O desenvolvimento das forças produtivas históricas na pesca dos países industrializados

A análise dos países industrializados escolhidos, que têm como base de exploração o Mar do Norte, revela em primeiro lugar o enorme desenvolvimento das forças produtivas alcançado em alguns tipos de pesca. Em menos de 50 anos, os românticos barcos a vela, que levavam meses para ir da Inglaterra ao Canadá, foram substituídos por enormes arrastões ou mesmo por fábricas flutuantes que industrializam o pescado a bordo.

Ao contrário do Brasil, em que hoje a tonelagem média dos barcos de pesca empresarial-capitalista não ultrapassa as 80 toneladas, nos países europeus a média se situa entre 300 e 800 toneladas (Tabela 2). Os barcos de pesca russos, poloneses e japoneses são ainda maiores, pois alcançam entre 2 500 e 3 500 toneladas, para os *trawlers*, ao passo que os navios-fábricas chegam a 10 000 toneladas (Tabela 3).

Pelas Tabelas 2 e 3 constata-se que 53% das embarcações acima de 100 toneladas encontram-se no Japão e na URSS. Quando se trata dos grandes barcos-fábricas, a URSS supera de longe os demais países, possuindo cerca de 85% dos barcos nessa categoria.

Entre 1969 e 1975 a tonelagem bruta dos barcos acima de 100 toneladas aumentou em mais 50%, passando de 7 000 para 11 000. Entre os países que apresentaram um aumento maior estão a URSS (de 3 400 000 para 6 000 000), o Japão (de 888 000 para 1 200 000), a Espanha (de 410 000 para 550 000) e os EUA (de 190 000 para 400 000 toneladas brutas).

TABELA 2

Frota dos barcos acima de 100 toneladas brutas, excluindo os barcos-fábricas e navios-mães, nos principais países

Principais países	Tonelagens brutas							
	100-500		501-1 000		> 1 000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
URSS	2 077	20,2	829	61,7	773	72,0	3 679	23,0
Japão	2 913	28,3	65	4,8	107	9,9	3 085	24,4
Espanha	1 569	15,2	93	6,9	79	7,5	1 741	13,8
EUA	1 575	15,3	119	8,8	37	3,4	1 731	13,6
Grã-Bretanha	475	4,6	105	7,8	38	3,5	618	4,9
França	517	5,0	67	5,0	33	3,0	617	4,9
Noruega	541	5,2	64	4,7	8	0,7	613	4,8
Peru	604	5,8	1	—	—	—	605	4,6
Total dos países	10 275	100,0	1 342	100,0	1 075	100,0	12 689	100,0
Total mundial	14 837		1 923		1 475		18 217	

Fonte: OCDE, 1976

TABELA 3

Frota de navios-fábricas e navios-mães em alguns países mais importantes

Principais países	Tonelagens brutas							
	100-2 000		2 001-4 000		> 4 000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
URSS	164	74,8	124	93,2	252	90,3	540	85,5
Japão	45	20,6	5	3,7	14	5,1	64	10,1
EUA	10	4,6	1	0,7	1	0,3	12	2,1
Polônia	—	—	—	—	7	2,5	7	1,1
RDA	—	—	3	2,2	5	1,8	8	1,2
Total dos países	219	100,0	133	100,0	279	100,0	631	100,0
Total mundial	280		142		301		723	

Fonte: OCDE, 1976

Nos anos de após-guerra, o tamanho e a potência dos barcos aumentaram consideravelmente¹. Em 1951, apareceu o primeiro *trawler* de popa (arrastão de popa). Até então, o arrasto da rede se fazia lateralmente, o que apresentava alguns inconvenientes, além do perigo de a rede atingir a hélice durante o arrasto. Com o arrasto feito a partir da parte traseira do arrastão, as manobras com as redes são mais rápidas e mais fáceis. O arrasto de popa permitiu também a construção de uma área abrigada (ponte coberta) onde os tripulantes podem trabalhar ao abrigo das intempéries. Na França, em 1965, de 52 barcos grandes de pesca, cerca de 18 eram de arrasto pela popa. Já por volta de 1965, a Inglaterra lançava ao mar *trawlers*-fábricas, como o Ranger Ajax, Ranger Apollo, com cerca de 1 800 toneladas, 2 700 cavalos-vapor, aptos a permanecer no mar cerca de dois meses, trazendo 500 toneladas de peixe congelado.

O Japão e a Rússia foram os países que puseram em serviço os maiores barcos de pesca atualmente existentes. Assim, a Rússia, já há alguns anos, aparelhou o Maria Poliavanova, arrastão de popa construído na França, com 7 500 toneladas, destinado à pesca da sardinha e apto para operar a milhares de milhas de suas bases. O Maiakowski já tem uma tripulação superior a 100 homens, ao passo que alguns barcos-mães superam os 500 tripulantes. O Japão, por sua vez, já por volta de 1967 lançava uma série de arrastões de popa como o Takashiho Maru de 3 500 toneladas e o Akebono Maru com 3 400.

Nas pescarias tradicionais, como nas do arenque e do bacalhau, as transformações tecnológicas foram espetaculares. Se, por exemplo, no começo do século, a pesca do bacalhau na Terra

¹ Entre os barcos de pesca de maior potência e tamanho que surgiram no após-guerra, podemos citar:

- 1 — O *trawler*-fábrica (arrastão-fábrica) com congelamento rápido a bordo, pode ficar mais tempo que o *trawler* convencional em alto-mar. Já em 1950 atingiu 90 m de comprimento, levando uma tripulação de 60 pescadores.
- 2 — O *trawler* de popa (arrastão de popa) com congelamento a bordo (*part-freezer-stern-trawler*), que é um meio-termo entre o *trawler*-fábrica e o *trawler* convencional, carrega também uma unidade de processamento de pescado. Tanto o tamanho quanto o número de tripulantes se aproximam do *trawler*-fábrica.
- 3 — O *mother-ship* (barco-mãe) é o porta-aviões da pesca. Constituído de um grande barco-fábrica e com uma linha inteira de processamento a bordo. É acompanhado por certo número de barcos de pesca que realizam a captura e a transferem para o barco-mãe. O Vostok, barco-mãe russo, com 225 metros de comprimento, é um dos maiores dessa categoria no mundo.

Nova se fazia com veleiros de até 300 toneladas, em meados do século os barcos de casco de aço chegam facilmente a 100 metros de comprimento com uma capacidade variável entre 1 000 e 3 000 toneladas. Essas embarcações dispõem de equipamentos de navegação os mais aperfeiçoados, como radares, navegadores Decca, etc., como qualquer barco de transporte por passageiro. Além disso, a maioria dessas grandes unidades dispõe de congelamento rápido a bordo. Os peixes, após a lavagem e descabeçamento, são filetados por máquinas e passam por túneis especiais onde são congelados a 40 graus abaixo de zero². Na pesca do bacalhau, por exemplo, os poloneses utilizam barcos-fábricas de 2 800 toneladas, que permanecem no mar 70 dias e são abastecidos nos portos canadenses. A Rússia, no mesmo tipo de pesca, usa frotas de 200 a 300 barcos, que, além dos arrastões propriamente ditos, compreendem navios-fábricas (de 10 000 a 20 000 toneladas), navios de transporte com frigoríficos (de 6 000 a 8 000 toneladas) e navios-oficinas que asseguram uma autonomia completa por vários meses.

A mecanização não atingiu somente o barco, mas também as tarefas de captura propriamente ditas.

A medida que os cardumes se situavam mais distantes da costa e a uma profundidade maior, era necessário desenvolver redes e sistemas de lançamento e de tração mais potentes.

A mecanização surgiu então como resposta não somente a tarefas sempre mais pesadas, dificilmente realizáveis a mão, mas também como necessidade do capital (empresas ou armadores) de reduzir ao máximo a tripulação de pescadores.

O aumento no peso e tamanho das redes e demais equipamentos de pesca exigia não só um aumento da potência do motor da embarcação, mas induziu à mecanização de inúmeras tarefas a bordo. No fim do século passado apareceram os guinchos e moitões de força.

No entanto, a grande maioria das inovações teve seu desenvolvimento ligado à evolução da Marinha durante a Segunda Guerra Mundial ou em anos imediatamente anteriores a ela. Em

² Nos anos de após-guerra, o consumo do pescado cresceu consideravelmente nos países industrializados. Na França, por exemplo, o consumo *per capita* passou de 8 a 12 quilos entre 1938 e 1962, mas é considerado reduzido em relação a outros países, como a Noruega (65 quilos *per capita* em 1965), Grã-Bretanha (23 em 1965), etc. Nos Estados Unidos, o consumo do camarão dobrou entre 1950 e 1964. Esse aumento do consumo está, sem dúvida, relacionado aos novos tipos de conservação de pescado, como o congelado, que aos poucos passou a substituir outros tipos mais convencionais, como o pescado enlatado, o salgado, etc.

1940, apareceram os primeiros instrumentos de detecção de cardumes, tais como a ecossonda (que permite uma busca vertical) e depois o sonar (para buscas horizontais). Igualmente, importantes inovações apareceram nas redes de pesca, sempre maiores. Surgiram indústrias especializadas na confecção de redes que passaram do linho para o algodão e outras fibras mais resistentes. Após a Segunda Guerra surgiram as redes de fibras sintéticas, mais resistentes e manuseáveis.

Mas a mecanização não parou aí. Na década de 50, inventou-se o *power-block* para recolher a grande e pesada *purse-seine* (rede de cerco). Aparecem também o sarilho mecânico para recolher e armazenar as redes de sena (*seine nets*), as redes de emalhar (*gill nets*) e até as grandes e pesadas redes de arrasto.

Por outro lado, o uso da radiocomunicação a bordo aumentou consideravelmente a segurança da navegação.

Finalmente, na década de 70 assiste-se a uma crescente automatização nas atividades de captura e industrialização³. Os computadores fizeram entrada não somente nos grandes arrastões de pesca oceânica, mas também nos navios-fábricas, verdadeiros porta-aviões, que, recebendo a captura de dezenas de barcos menores que com eles trabalham, industrializam a produção a bordo (congelamento e beneficiamento).

Essas alterações nas técnicas de captura se refletiram também na organização da força de trabalho. Na maioria dos países industrializados, o número de tripulantes para os barcos de longo curso passou a ser determinado não somente tendo-se em vista as leis de segurança da navegação, mas também a necessidade de força de trabalho requerida pelos instrumentos de captura cada vez mais possantes.

Em geral, o pessoal qualificado, responsável pela navegação (capitães, maquinistas, radioperadores), é determinado pela Marinha como para qualquer barco mercante, ao passo que o número máximo

³ A par dessas mudanças nas técnicas de captura, recentemente novas espécies de recursos marinhos vieram a ser exploradas, como o *krill*, crustáceo plantônico, parecido com um camarão. Enormes bancos desse crustáceo podem ser encontrados no Oceano Antártico e, segundo algumas estimativas, sua exploração permitiria uma captura de 60 milhões de toneladas anuais, ou um pouco menos da atual produção pesqueira mundial. Russos e japoneses já começaram a explorar esses recursos. Entre 1959 e 1967, os japoneses já haviam capturado 40 000 toneladas desse crustáceo, em escala experimental, usando-o como alimento nos cultivos artificiais de camarão. Em dezembro de 1973, foram divulgadas receitas de preparo culinário do *krill*, no Japão, e espera-se que nos próximos anos milhões de toneladas desse crustáceo sejam retiradas dos mares do Antártico.

de pescadores efetivos é definido através de negociações entre as empresas ou armadores e os sindicatos de pescadores. Na Bélgica, por exemplo, o número de pessoal qualificado para navegação varia de acordo com a potência do motor; no Japão, de acordo com a distância em que a pesca é exercida, e no Canadá, segundo o tamanho da embarcação.

Atualmente, muitas das funções na pesca, como as do capitão mestre de pesca, maquinista, operadores de rádio, só podem ser ocupadas por profissionais portadores de diplomas e licenças especiais.

Segundo publicação recente da Organização Internacional do Trabalho (1978), em poucos países houve alterações significativas no número de pescadores empregados por arte de pesca apesar das mudanças tecnológicas que ocorreram nos últimos 50 anos. Na Inglaterra, no entanto, houve redução no número dos tripulantes, devido à introdução da mecanização, o mesmo ocorrendo em alguns outros países onde a grande pesca é desenvolvida. À medida que os barcos foram se tornando maiores e mais potentes, exigindo grandes investimentos, tornavam-se propriedade de grandes empresas de pesca que dispunham não só do setor de captura, como também dos setores de industrialização e comercialização integrados verticalmente.

Essa concentração do capital se operou marcadamente na Inglaterra e na Alemanha. O grupo britânico Ross, por exemplo, dispunha já em 1965 de uma frota de 68 grandes arrastões de popa, de grandes indústrias de beneficiamento em Hull e Grimsby e assegurava a venda do pescado a 2 000 varejistas através de sua própria rede de transporte. Na Alemanha, o grupo Nordsee AG controlava, em 1967, mais de 25% da frota de pesca alemã e tinha suas próprias instalações de beneficiamento do pescado além de uma rede de distribuição com 300 peixarias.

A internacionalização do mercado, através do Mercado Comum Europeu, por exemplo, favoreceu o surgimento de firmas multinacionais no setor, que passaram a controlar a comercialização, sobretudo do congelado. Como exemplos, podem-se citar a Unilever, a Findus/Nestlé, a Consolidated (americana), etc. Numa situação de força, essas multinacionais ditam suas leis de compra aos produtores isolados. A integração vertical, a partir da distribuição, já se fez de maneira quase absoluta na Alemanha Federal, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, fazendo seu caminho, através das multinacionais, em outros países europeus, atingindo mesmo países do chamado Terceiro Mundo, como é o Brasil, Costa do Marfim, etc. (MORDREL, 1972. p. 412).

Essa estrutura empresarial foi retirando aos trabalhadores **diretos**, especialmente dos mestres de pesca, uma boa parte do **controle** do processo de trabalho que antes caracterizava a pequena **pesca**. Ao nível do processo de trabalho, a introdução de **equipamentos** eletrônicos de detecção de cardumes reduziu **consideravelmente** o elemento risco da atividade pesqueira, característica de **um modo** de produção onde o sucesso dependia quase que **totalmente** da sorte e do conhecimento acumulado pelos mestres de **barco** ao longo de gerações.

A imagem do velho e experimentado lobo-do-mar, mestre de pescaria, bronzeado pelo sol e castigado pelo vento, mudou **consideravelmente**. O mestre ou capitão de um arrastão moderno de pesca se parece agora mais com um *manager*, que na base de informações adquiridas através de instrumentos eletrônicos sofisticados adapta a posição de suas redes à captura de meia-água ou fundo, segundo as características dos cardumes localizados com **precisão**.

O capitão do barco não pode mais agir a seu bel-prazer no que diz respeito ao tempo de pescaria e local de descarga. O departamento de captura das modernas empresas segue a todo momento, através do rádio, o desempenho de seus barcos bem como o preço dos diversos tipos de pescado nos portos de descarga. Num sistema altamente competitivo, muitas decisões tradicionalmente tomadas pelo mestre de pesca saíram de suas mãos e passaram a outros *managers* que ficavam na terra integrados num complexo sistema empresarial.

No entanto, mesmo na pesca capitalista empresarial, altamente tecnológica, o controle sobre as variáveis ecológicas (tais como padrões de migração dos peixes, hábitos alimentares das diversas espécies, variações de temperatura, etc.) é limitado. Dessa forma um mestre de barco experimentado é uma peça básica no sucesso de uma empresa pesqueira, sendo altamente valorizado. Por outro lado, os tripulantes, trabalhando com guinchos automáticos e poderosos, não mais se parecem aos pescadores que despendiam horas e horas na puxada da rede. Agora podem ser considerados como proletários de qualquer indústria altamente mecanizada. É certo que, em muitos tipos de pesca, o tempo passado no mar pelos pescadores de longo curso aumentou **consideravelmente**.

À medida que os grandes barcos passam a depender menos dos caprichos da natureza, realizando uma captura mais estável, o sistema de partilha cede gradativamente o lugar ao assalariamento (acrescido freqüentemente por uma certa porcentagem sobre

a produção). Desmascarado o mito da participação, alimentado pelo sistema de partes na produção e vivendo os pescadores em arcabouços em áreas urbanas, a sindicalização se torna mais ativa, como ocorreu na Inglaterra e no Canadá. A introdução do maquinismo, seja na navegação, seja na captura, veio acentuar o processo de expropriação por que passa o pequeno pescador: expropriação não só de seus instrumentos de trabalho, mas também de seu conhecer, saber-fazer e do controle sobre o processo de trabalho. Daí a recente tendência desses novos proletários da pesca a se reunirem em sindicatos que lutam por melhores salários e condições de trabalho.

O fato de os pescadores constituírem um mundo à parte, passando semanas longe da terra, dificulta também a formação de uma consciência de classe. Esse baixo nível de sindicalização coloca os proletários do mar entre os grupos de trabalhadores mais explorados, como se pode observar pelos informes da Organização Internacional do Trabalho. As longas e estafantes horas de trabalho, o isolamento da família, a inexistência de inúmeros benefícios sociais já conseguidos por outras categorias de trabalhadores, são alguns elementos que marcam a dureza da vida no mar.

O surgimento de barcos pertencentes a empresas de pesca não indica, no entanto, um fenômeno linear de passagem pura e simples da pequena para a grande pesca. Os exemplos da Noruega e da Suécia parecem indicar que a pesca familiar pode coexistir com a grande pesca, ainda que a dominância no processo global caiba a esta última. Certos ambientes ecológicos podem dificultar a captura em larga escala, favorecendo a pequena pesca, cujos pescadores têm um conhecimento tradicional dos perfis de fundo e dos hábitos alimentares das espécies que aí vivem (em geral peixes de alto valor de mercado).

Conhecendo profundamente esses ecossistemas específicos, pode transformar seu *savoir-faire* em capital, comprando quinhões nas redes de proprietários, vindo ele mesmo a ser proprietário.

Quando, porém, se trata da pesca oceânica que requer muito capital, sobretudo na aquisição de aparelhos sempre mais possantes e sofisticados, as unidades maiores podem levar vantagens sobre as menores.

Ocorre freqüentemente que as empresas pesqueiras integradas verticalmente necessitam da pequena pesca para exploração de certas espécies de peixe que só podem ser capturadas artesanalmente. Dá-se então uma apropriação do produto final pela empresa capitalista sem que as formas tradicionais da pequena pro-

dução familiar sejam alteradas. Essa subordinação de uma forma de produção pela outra se dá também, por exemplo, através do sistema de financiamento. As empresas capitalistas, mesmo dispondo de barcos próprios para a pesca oceânica, financiam componentes da pequena pesca (apetrechos, embarcações) que passa a depender, para a sua sobrevivência, da primeira.

A pesca artesanal tem funcionado aqui como um verdadeiro arsenal de fornecimento de mão-de-obra para a grande pesca. Aquela arca com as funções de treinamento de mão-de-obra, que poderá servir à grande pesca. É verdade que muitas vezes o mestre de pesca artesanal se emprega num grande barco por temporadas, voltando depois a trabalhar em seu próprio barco com sua família. No entanto, em muitas áreas a completa destruição de bancos pesqueiros próximos à costa impede a continuidade da pequena pesca, e, então, o pescador acaba se colocando à disposição do capital como embarcado.

Em muitos casos, a destruição da pesca costeira não se faz pela competição da pesca empresarial, mas por outros fatores, como o aparecimento de outras alternativas de emprego como o turismo, a indústria, etc.

O aumento das dimensões, o aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação e captura, ampliaram também o raio de ação dos barcos de pesca. Ao mesmo tempo, certas áreas de pesca tradicionais, como o Atlântico Norte, sofreram um considerável afluxo de embarcações, especialmente dos países socialistas do Leste, no após-guerra (Rússia, Polônia). Mares, como o de Barents no Ártico, da Groenlândia, da Islândia, começaram a ser impiedosamente predados pelos novos e possantes engenhos de pesca; e, já em inícios da década de 50, os estoques de arenque mostraram sinais visíveis de sobrepesca. A produtividade por barco baixou drasticamente, provocando a bancarrota de empresas menores e o desemprego maciço de pescadores.

Essa rapina e destruição de estoques em áreas costeiras anteriormente ricas levou nações como a Noruega e a Islândia a aumentar as áreas marítimas sob sua jurisdição. A Noruega aumentou os limites de suas áreas territoriais de três para quatro milhas, e a Islândia de três para oito milhas em 1952.

Após a Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, a Islândia aumentou os limites de suas águas para 12 milhas, e a Inglaterra decidiu dar proteção de sua Marinha de guerra aos *trawlers* ingleses que pescassem nas águas islandesas entre seis e 12 milhas.

Os conflitos de jurisdição marítima cada vez mais frequentes levaram a Organização das Nações Unidas a convocar a Conferência de Genebra, em 1958. Se nenhuma solução global para os conflitos foi encontrada, a Conferência preparou uma série de textos de convenções ratificados por um certo número de países. Estipulava-se assim que a extensão do mar territorial não deveria ultrapassar 12 milhas marítimas. Outra conferência foi convocada em 1960, mas sem maiores resultados. Em 1964, 13 países europeus assinaram uma convenção pela qual cada Estado participante teria direitos exclusivos sobre os recursos pesqueiros existentes até seis milhas da costa. Entre seis e 12 milhas eram reconhecidos os direitos aos barcos estrangeiros que aí já pescassem tradicionalmente. Nessa zona, o país poderia estabelecer uma regulamentação especial de pesca, desde que não fosse discriminatório. Após essa Conferência, países como Argentina, Uruguai, Brasil, Islândia e Noruega, decidiram unilateralmente estender sua jurisdição sobre uma faixa de 200 milhas⁴.

A exploração cada dia mais intensiva dos fundos marinhos levou inúmeros países a estabelecer tratados de proteção e mesmo limitação da captura para a proteção dos estoques. Em 1902, foi criado o Conselho Internacional para a Exploração do Mar e, em 1949, o Conselho Geral de Pesca no Mediterrâneo, com sede em Roma. Convenções específicas foram assinadas para a proteção de espécies, como, por exemplo, a Convenção de Londres, em 1946, com a finalidade de impedir a sobrepesca de espécies como o arenque, o bacalhau, etc., no Mar do Norte. Na base de estudos biológicos, foram adotadas inúmeras disposições controlando o tamanho da malha, o tamanho do peixe a ser comercializado, etc.

Após depredarem grande parte dos recursos pesqueiros costeiros, as frotas dos países industrializados se lançaram à pesca intensiva no litoral dos países subdesenvolvidos. Essa depredação

⁴ Segundo estatísticas da FAO, em 1976, de um total de 56 milhões de toneladas de pescado capturados mundialmente, 16 milhões eram pescados por frotas estrangeiras. Desse total, quase a metade era pescada por frotas estrangeiras em águas atualmente sob a jurisdição dos países do Terceiro Mundo. A recente Convenção sobre os Direitos do Mar, assinada na Terceira Conferência do Mar, da ONU, em 1982, possibilita aos países costeiros explorar em exclusividade os recursos marinhos numa faixa de 200 milhas. Os países africanos, do Marrocos à Guiné, estão entre os mais favorecidos pelo novo regime. Entre 1975 e 1977 foram capturados 2,7 milhões de toneladas de pescado (excluindo o atum) nessa faixa, num valor superior a 1 bilhão de dólares. Aproximadamente 3/4 desse total foram parar nas mãos de países que tinham tecnologia e capital para explorá-los, entre os quais, o Japão, a Espanha, a União Soviética e a Coreia (TROADEC, 1982).

se faz sob as mais variadas modalidades, que vão desde a captura realizada nas proximidades dos continentes africano, asiático e sul-americano, até a formação de *joint-venture* com empresas locais ⁵.

Nessa destruição sistemática dos recursos marinhos existem poucas diferenças entre a ação das frotas dos países europeus capitalistas ou socialistas. Se, nos últimos, desapareceu a exploração da força de trabalho, continua no entanto a exploração irracional das forças produtivas da natureza.

2 A depredação dos recursos pesqueiros nos países de economia dependente

É sabido que mais de 90% dos recursos marítimos se encontram nas plataformas continentais, e, por isso mesmo, numa faixa relativamente restrita de mar, nas proximidades de países que dispõem de acesso marítimo (ver mapa — fig. 1). Essa plataforma continental é variável segundo os continentes.

Ora, nos países de fraco desenvolvimento das forças produtivas, a exploração dos recursos pesqueiros se faz através de embarcações relativamente pequenas, com fraco poder de captura e conservação, que de uma maneira geral não ultrapassam de 40 a 80 milhas da costa. Como vimos anteriormente, as nações chamadas industrializadas é que tiveram condições de explorar os estoques de pescado situados além das áreas costeiras. Há muito tempo vem se desenvolvendo o conceito de mar como propriedade comum, de livre acesso a todos. Esse livre acesso, tido como direito natural, seria responsável por uma exploração que levaria a uma depredação dos recursos do mar, dadas as dificuldades de controle sobre a captura. O que se passa na realidade é que nem todas as nações têm um acesso real aos recursos marinhos — mesmo os que se encontram em suas águas territoriais —, pelas suas limitações

⁵ É conveniente se lembrar que dos 72 milhões de toneladas de pescado produzidos no mundo, em 1977, aproximadamente 33% eram capturados pelos países industrializados, 35% pelos países de economia centralizada e 32% pelos países do Terceiro Mundo. Além disso, esses últimos vêm aumentando progressivamente sua participação no total da captura, e hoje, entre os dez maiores produtores de pescado estão cinco países do Terceiro Mundo: Peru, Chile, Índia, China e Coréia do Sul (FAO). Além disso, existem cerca de 12 milhões de pescadores no mundo, grande parte dos quais são pescadores artesanais. Em alguns países da Ásia, a pesca é uma atividade fundamental, e calcula-se que ali mais de 1 bilhão de pessoas têm no pescado a sua fonte de proteína mais importante.

tecnológicas e de capital ⁶. Desta forma, o conceito de oceano como propriedade comum passa a ser uma justificativa ideológica para a exploração livre e desastrosa por parte dos países que dispõem de capital e tecnologia necessários. É de se ressaltar que a recente expansão pesqueira de muitos países coloca em evidência uma situação catastrófica: depois de destruir os recursos marinhos situados em suas próprias águas territoriais, eles se lançam numa depredação em escala mundial, levando à destruição e à impossibilidade de reprodução biológica algumas espécies, como a baleia-azul, o arenque, o bacalhau, etc. ⁷

Tendo-se em vista essa expansão anteriormente mencionada, como se caracterizava a pesca nos chamados países subdesenvolvidos? Quais foram as reações dos pescadores à invasão de suas áreas de pesca?

Analisamos, em seguida, dois exemplos de desenvolvimento da pesca nos países de economia dependente, citando primeiramente os países da Costa Oeste da África.

Somente em 1973, os barcos japoneses retiraram cerca de 250 000 toneladas de peixe das proximidades da costa africana (sendo 60% da África Austral e 40% da África do Oeste). Isso sem contar os barcos russos, franceses, poloneses, espanhóis, que durante as várias temporadas varrem o rico litoral africano, especialmente nas costas da Mauritânia, Senegal, Angola, Namíbia e África do Sul (DOUMENGE, 1975).

⁶ Para alguns autores (CHRISTY & SCOTT, 1965), o fato de o mar ser um "bem comum", aberto a todos, está na base de todos os males da pesca, pois, quando esta é promissora, um número desproporcional de pescadores é atraído para esta atividade, produzindo-se a sobrepesca e dissipando-se a renda. A solução ideal seria a "privatização" do mar, onde, no limite, cada pescador teria seu pedaço de mar a explorar de uma forma eficiente, pois a renda seria apropriada individualmente. O argumento é falacioso, pois são várias as razões que levam à sobrepesca (incluindo o baixo preço do pescado), como mostra Emerson (1980). E também não é verdade que a entrada na pesca é aberta a qualquer um, em razão de o capital e a tecnologia exigida serem reduzidos, como afirma Panayotou (1982).

⁷ "Los recursos marinos han ido sucumbiendo con notable velocidad ante la eficiencia de las novísimas tecnologías. La ballena, la sardina de California y especies diversas en zonas como el Golfo de Viscaya, el Mediterráneo, Mar del Norte, Terra Nova, etc., que tradicionalmente fueron grandes reservatorios pesqueros, están en sus límites de sobrevivencia o ya lo han atravesado. El atún tropical, el camarón de México y Centro-América, la anchoveta peruana, el arenque del Atlántico Norte, el bacalao de Nueva Inglaterra y Terra Nova, el salmón en todas partes, la anchoveta, la merluza de Sudáfrica, y otras especies de gran volumen, se encuentran amenazadas por explotación excesiva y indiscriminada" (LUNA, J., 1974. p. 10).

Nas duas regiões citadas ocorre o fenômeno chamado ressurgência, pelo qual elementos nutritivos são trazidos à superfície pelas correntes marinhas e servem de alimentos a diversas espécies de pescado. Deve ser dada ênfase especial à ressurgência (*upwelling*) que começa nas costas da África do Sul e chega até Angola, e ao mesmo fenômeno que ocorre nas imediações da Mauritânia. Outras ressurgências de menor importância ocorrem no Golfo da Guiné, que sustentam um cardume apreciável de sardinha (ver mapa — fig. 3).

No entanto, bem antes da chegada dos europeus à costa da Guiné, os pescadores locais já conheciam a vela e a rede de fibra. Entre eles estão os etsi, antigos habitantes da Costa do Ouro (Gana, Libéria), os fanti, considerados mesmo atualmente exímios pescadores. Essa habilidade dos pescadores africanos foi aproveitada pelos donos de plantações, seja no Brasil (FORMAN, 1970), seja nas Caraíbas⁸.

Os principais instrumentos de pesca utilizados tradicionalmente por estas tribos de pescadores eram: a pesca de linha, com um ou vários anzóis (aproxima-se do atual espinhel); a pesca de rede fixa, um tipo de rede de espera, para peixes grandes. A rede, feita de fibras, sendo fixada no fundo com pedras, era provavelmente aquela descrita pelos portugueses quando chegaram à costa da Guiné; a pesca noturna, com ajuda de uma tocha para atrair os peixes que eram arpoados; a pesca de jereré, levado por um pescador, especialmente nas lagunas costeiras; pesca de tarrafa e de pequena rede arrastada por duas pessoas (rede de costa) também no interior das lagunas.

A embarcação típica usada nas pescarias costeiras era a piroga, cavada num tronco só e que media cerca de seis metros. Como descreve P. de Marcos, em 1602, com essas pirogas que comportavam de dois a oito pescadores, podiam ficar de cinco a seis horas no mar.

Essas canoas também podiam levar uma vela feita de fibras e cascas de árvores. Segundo ainda o mesmo historiador, saíam

⁸ Nas Caraíbas os escravos negros pescadores constituíram um subgrupo privilegiado dentro das fazendas, pois não estavam sujeitos à dureza do trabalho nos canaviais. Sua tarefa principal era fornecer o pescado para as mesas dos senhores de engenho. Segundo testemunho da época colonial, muitos africanos vindos da Costa do Ouro e da Costa do Marfim eram excelentes pescadores. "While discussing the merits of various African peoples in the New World, Moreau de Saint Mery remarks that the 'Negroes from Cap des Palmes and neighbouring areas are very skilful at hunting and fishing'" (PRICE, R., 1972. p. 436-7).

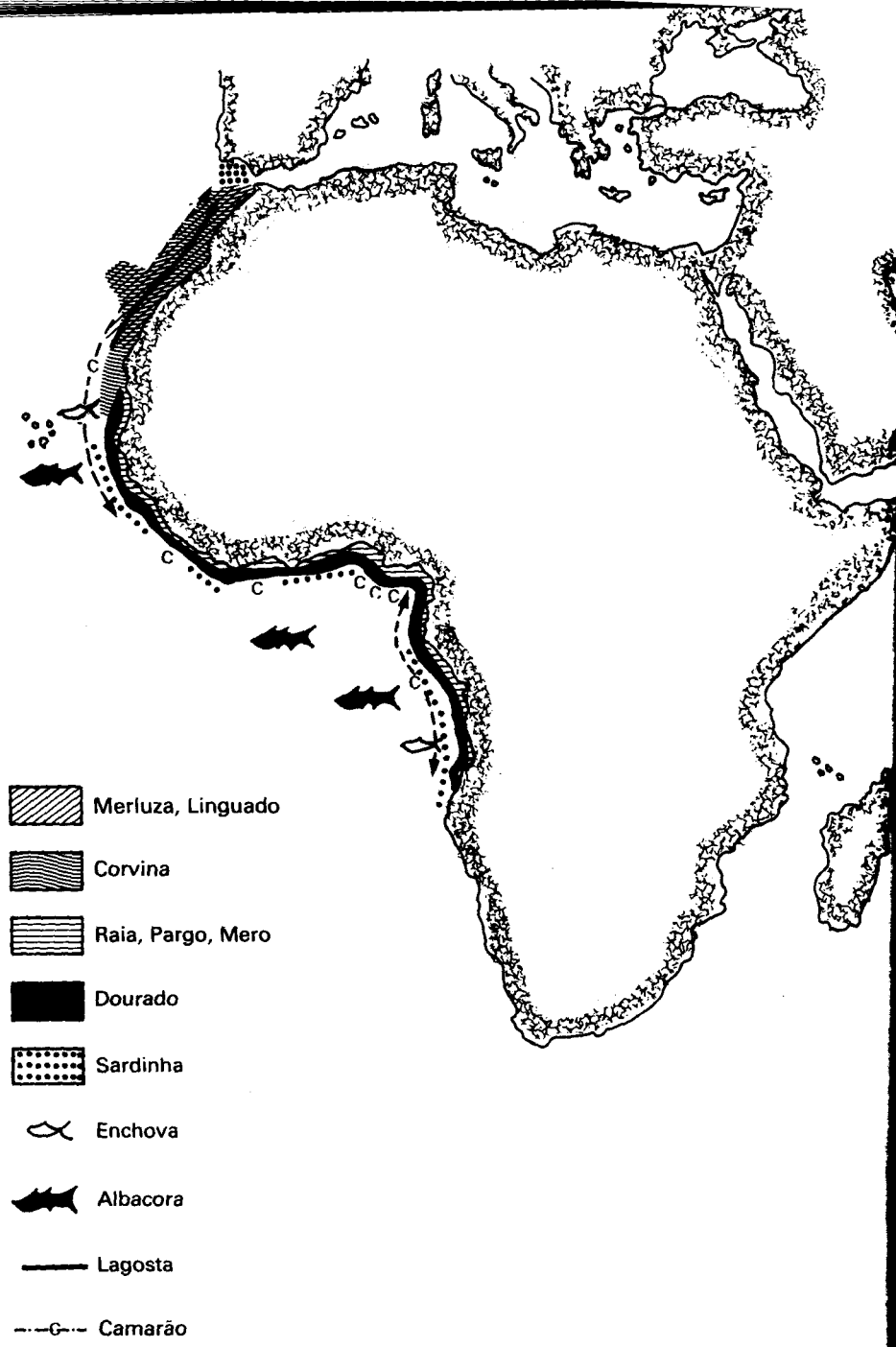


Fig. 3 — Mapa dos recursos (demersais, pelágios e crustáceos) da Costa Oeste da África

para pescar, de madrugada, e voltavam à tarde, com a ajuda dos ventos que sopravam para terra.

No século XVI, na costa da Guiné a pesca se realizava dentro das estruturas comunitárias e tribais, mas os pescadores deviam entregar alguns peixes aos representantes dos reis locais sob forma de tributo. Esse tributo se elevava a 1/5 dos peixes capturados no mar. Além disso, o peixe, provavelmente salgado e seco, era comercializado ou trocado por produtos vindos do interior. Uma vez retirada a parte destinada ao rei, as mulheres se encarregavam de sua comercialização, como aliás ainda se faz na pequena pesca costeira da região.

Com a chegada dos portugueses e outros europeus, os habitantes litorâneos vendiam o peixe e compravam o ouro às populações interioranas. Com esse ouro, eles adquiriam dos europeus as armas, os tecidos, e outros artigos.

Inúmeras inovações em apetrechos e equipamentos de pesca foram introduzidas através das migrações dos pescadores. Um dos exemplos mais típicos foi a introdução dos motores de popa pelos pescadores imigrantes do Senegal na Costa do Marfim, em 1950.

Depois da Segunda Guerra, os grupos de pescadores keta, por exemplo, se deslocavam de um extremo a outro da costa da Guiné, cobrindo distâncias consideráveis entre a Guiné (Conacri), Serra Leoa, Costa do Marfim, Togo e Gana. Essas companhias de pescadores keta, descritas por Polly-Hil (1970), passaram por transformações importantes à medida que, deixando a organização comunitária de aldeia, se lançavam na pesca voltada exclusivamente para o mercado. Essas transformações se iniciaram, como afirmamos antes, com a introdução do arrastão de praia, em meados do século XIX, e exigiam uma força de trabalho numericamente superior à existente ao nível de uma única aldeia (mais de 40 homens). Como afirma Polly-Hill (1970), quando os arrastões eram menores, a força de trabalho era de proveniência familiar; mas, à medida que o número e o tamanho dessas redes aumentavam, seus patrões eram obrigados a lançar mão de pescadores de fora da unidade familiar (extensa), rompendo-se então uma série de padrões mais igualitários na remuneração, propriedade, das redes, etc.

A organização dessas companhias (*company of men*) era bastante complexa. A rede de arrasto e as canoas eram propriedade de uma pessoa — o patrão da rede —, que podia ou não participar da pesca. No segundo caso ele engajava um mestre de rede que geralmente era um filho ou parente. A grande maioria dos pesca-

dores (cerca de 40) geralmente não parentes faziam um contrato de pesca (atualmente escrito) com o patrão da rede durante uma temporada. O patrão fazia então um adiantamento em dinheiro, com o que a companhia se equipava com alguns produtos necessários a sua manutenção. Essa quantia devia ser devolvida ao patrão no fim da temporada. Ao fim desta, descontados os gastos feitos (material de conserto, fios, etc.), a renda obtida era dividida em nove partes, cabendo três ao patrão de pesca, e as demais ao mestre e pescadores. A comercialização era feita pelas mulheres dos pescadores, que os acompanhavam durante toda a temporada.

Dado o preço elevado do arrastão de praia, a aquisição do equipamento era bastante restrita a alguns indivíduos. A acumulação inicial era feita por empréstimos à família externa. A rede era comprada por mestres de rede que pela sua habilidade começavam a ter partes nos equipamentos pertencentes a um patrão de pesca que não participava da captura.

Além da rede, o patrão de pesca devia dispor de uma certa garantia em dinheiro, que adiantava para a companhia no começo da pescaria. A rede, as canoas e esse capital de adiantamento constituíam uma unidade chamada *agbadaho*, que não podia ser dividida, e após a morte do pai passava ao filho mais velho.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe para o litoral do Golfo da Guiné algumas transformações importantes que se intensificaram nas décadas seguintes: a motorização das canoas, a introdução das redes de náilon, o surgimento de portos de pesca em alguns países, uma melhoria na comercialização através do uso do gelo e de câmaras frigoríficas. Ultimamente apareceram em alguns portos (como Abidjan, na Costa do Marfim; Tnia, em Gana; Baguida, no Togo, e Cotonu, no Daomé) arrastões variando entre 15 e 60 metros.

No Golfo da Guiné, foi Gana o país que mais se empenhou num programa de financiamento dos motores de popa. No entanto, se as pirogas motorizadas parecem ter obtido algum sucesso entre os pescadores de linha, pois lhes permitiam um acesso mais rápido e fácil a novos pontos de pesca, o mesmo não pode ser dito para os outros tipos de pescaria. Em pouco tempo, os pescadores se aperceberam de que não somente a amortização do motor era elevada, como também os custos operacionais, o combustível e outros gastos exigiam um esforço de pesca sempre maior, que nem sempre os recursos pesqueiros estavam em condições de suportar, advindo em breve uma intensa sobrepesca das áreas costeiras. Além disso, as dificuldades em se conseguir as peças de reposição constituíam um problema sério para os pescadores.

A pauperização dos bancos de pesca próximos à costa privava inúmeros pescadores da base de sua subsistência, e assim inúmeras equipes que utilizavam a rede de emalhar foram desaparecendo gradativamente. Segundo Surgy (1974), das 60 unidades de pescadores de sardinha existentes em 1955 no Port-Bouet e Grand-Bassam, só restavam quatro em 1963.

Uma vez esgotados os bancos de peixe próximos à costa, os *trawlers* da Costa do Marfim se deslocavam para as proximidades do litoral de Gana. Preocupado com essa pesca, o Governo de Gana adquiriu, em 1963, cerca de 13 grandes *trawlers* de 60 m de comprimento, e o resultado foi que em breve o mesmo problema de sobrepesca e baixa produtividade das embarcações fez sua aparição. O problema em Gana foi menos dramático que na Costa do Marfim, pois, aos pequenos pescadores foi reservada uma área costeira de três milhas de profundidade interdita aos *trawlers* de arrasto. No entanto, um crescimento desordenado do número de embarcações motorizadas trouxe sérios problemas de sobrepesca.

A queda das atividades pesqueiras locais e a ruína dos pequenos pescadores se devem concomitantemente à penetração das frota dos países industrializados, que em muitos casos construíram infra-estrutura industrial em terra como suporte às atividades de seus grandes barcos no mar. Na região estudada, a penetração dos grandes barcos de pesca estrangeiros se fez sobretudo a partir da década de 1960, com a vinda de barcos da Bélgica, Taiwan, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Espanha, Holanda, etc. Em 1965, por exemplo, das 2 100 000 toneladas capturadas na área, quase a metade era originária de barcos estrangeiros. Na Costa do Marfim, que se tornou uma das bases pesqueiras mais importantes daquela costa, em 1967 havia 67 arrastões pertencentes a nacionais, e 104 grandes barcos, especialmente atuneiros, pertencentes a armadores e empresas franceses, espanhóis e japoneses. Somente estes últimos dispunham de 15 atuneiros de grande potência e capacidade de carga (80 metros de comprimento)⁹.

A maior intensidade de exploração se faz nas costas da Mauritânia, onde em 1967 calculava-se que a frota estrangeira — especialmente francesa, espanhola, japonesa e russa — extraía cerca de 250 000 toneladas sem passar pelos portos do país.

⁹ É comum os barcos de pesca europeus completarem suas tripulações com pescadores africanos. Em muitos casos, somente o mestre e o motorista são europeus. Nos grandes barcos atuneiros (congeladores) da França, os pescadores são remunerados por salário mensal, acrescido de uma porcentagem sobre o volume descarregado.

O atum é a espécie mais procurada no Atlântico Sul, entre o Brasil e Angola. Os barcos franceses percorrem vários portos na safra do atum (Pointe-Noire entre junho e setembro, Abidjan entre outubro e fevereiro, e Dakar entre março e maio).

A sobrepesca dessa espécie já se fez sentir a partir de 1967, quando a produção (incluindo espécies similares) chegou a 266 000 toneladas provenientes somente dos grandes arrastões de popa superiores a 1 000 toneladas de carga, empregados pelos japoneses.

Mais recentemente, especialmente a partir da década de 70, países como a Rússia estabeleceram com alguns países africanos, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, tratados de pesca que parecem situar-se na mesma linha da atividade predatória dos países industrializados centrais. Realizada por grandes barcos-fábricas de beneficiamento e congelamento a bordo, essa pesca pode ser considerada uma atividade extrativa que pouco ou nenhum benefício traz aos países de onde essa riqueza é retirada.

O segundo exemplo, o do Peru, apresenta características distintas daquelas observadas na pesca do Golfo da Guiné.

A pesca da anchoveta, que no fim da década passada alcançava 10 milhões de toneladas anuais, colocando o Peru entre os maiores produtores de pescado do mundo, pode ser considerada um exemplo típico de exploração tradicional de matéria-prima voltada para o mercado externo. O aumento da captura da anchoveta foi algo sem precedentes na indústria mundial da pesca, passando de 59 toneladas, em 1955, para cerca de 10 000 000 em apenas 12 anos (1967). Em 1955, a exportação da farinha de peixe não chegava a 19 000 toneladas métricas, e, em 1967, se elevava a 1 594 000 toneladas métricas, representando nesse período um aumento anual de 50%, tanto na captura quanto na exportação (ROEMER, 1970).

A base natural dessa enorme produção se deve à presença da corrente fria de Humboldt, a qual, originando-se no Pacífico Sul (ver mapa — fig. 1), passa ao longo das 1 400 milhas do litoral peruano, produzindo a ressurgência. As anchovetas se alimentam de fitoplâncton abundante na área e são por sua vez a base alimentar de outras espécies de pescado.

A industrialização do bonito, do atum e de outras espécies de alto valor de mercado precedeu à produção da farinha de peixe, usada para enriquecimento da ração alimentar de galinhas e porcos nos países industrializados. Efetivamente, durante a Segunda Guerra Mundial houve escassez de proteínas de pescado no mercado norte-americano, motivada pelo desaparecimento da sardinha na Cali-

fórnica e pela exclusão do Japão, principal fornecedor de pescado enlatado. Surgiram então as primeiras enlatadoras de conserva, em Callao, abastecidas por pescadores espanhóis provenientes do Chile. Até 1950, o Peru exportava ainda cerca de 21 000 toneladas métricas de pescado enlatado ou congelado para o consumo humano, representando cerca de 57 milhões de dólares.

Após 1947, no entanto, os Estados Unidos voltaram a pescar, enviando os seus barcos até as costas peruanas, ao mesmo tempo que importavam o atum do Japão. O produto peruano foi alijado do mercado americano quando o Food and Drug Administration recusou-lhe o rótulo comercial de atum¹⁰.

Privados do mercado americano, algumas indústrias começaram a usar subprodutos do bonito para fazer farinha de peixe. Por essa época, experimentados pescadores espanhóis no Peru encontraram cardumes enormes de anchoveta. Em 1950, a Wilbur-Ellis Company, de São Francisco, desmontou sua fábrica de farinha de peixe e instalou-a em Chimbote, ao norte de Lima, associando-se a empresários peruanos. Outras empresas peruanas e americanas entrosaram-se no negócio da anchoveta, como a Star Kist e a Prurina (ambas americanas).

Inicia-se assim a indústria pesqueira no Peru, diretamente ligada ao capital internacional que passou a controlar não somente a produção, mas sobretudo a comercialização.

O grande *boom* da farinha de peixe se iniciou em 1957/1958, quando a recuperação dos países europeus no após-guerra aumentou consideravelmente a demanda de carne de porco e frango, cuja alimentação passou a ser feita na base da farinha de peixe.

O número de fábricas de farinha de peixe aumentou, vertiginosamente, de 39 em 1957 para 155 em 1967 (uma média de 10 fábricas por ano). Somente em 1963, cerca de 36 fábricas novas foram construídas, e o número de barcos que entraram para a pesca somente nesse ano (453 "bolincheiras") representou um aumento de 40% sobre a frota até então existente (ROEMER, 1970).

A capacidade de beneficiamento passou de 242 t/h em 1957 para 7 590 t/h em 1967, o que já possibilitava um volume três vezes superior ao total estimado da captura permitida, ou cerca de 10 000 000 de toneladas, acima do qual os cardumes sofreriam os efeitos da sobrepesca.

¹⁰ O mesmo procedimento foi aplicado à sardinha brasileira pelos países industrializados, há alguns anos, com a mesma finalidade: alijar concorrentes indesejáveis.

O número de barcos cresceu também assustadoramente, passando de 126 unidades, com uma capacidade de captura de 3 100 toneladas em 1954, para 1 523 “bolincheiras” (espécie de traineira usada na pesca da anchoveta), com uma capacidade de 140 000 t em 1963. Cerca de 165 unidades novas foram incorporadas à frota em 1961, e 223 em 1962. Surgia também um grande número de estaleiros, que alcançava 42 em 1963, com uma capacidade anual de construção de 1 200 “bolincheiras”.

Os efeitos dessa atividade frenética se fizeram sentir de imediato pela primeira crise da indústria. O preço da tonelada, de 140 dólares, em 1959, caiu para 58 dólares, em 1960, para superar outra vez os 100 dólares a tonelada em 1961 (no entanto, o preço unitário da tonelada da farinha de peixe peruana tinha caído a uma média de 70 dólares porque provavelmente havia sido vendida a preços desfavoráveis em 1959). Entretanto, os industriais continuavam tendo lucros excepcionais; a capacidade de beneficiamento aumentou, em 1961, em 77% sobre o ano anterior, e as exportações aumentaram 40% no mesmo período.

Esse aumento da capacidade produtiva se baseou num endividamento a curto prazo dos industriais que superdimensionaram suas fábricas à procura de um lucro rápido, na exploração de pescadores e operários empregados pela indústria, e finalmente na exploração intensiva dos estoques pesqueiros.

Efetivamente, os bancos dominados pelo capital estrangeiro abriram linhas de crédito excepcionais para os industriais que importavam dos Estados Unidos maquinário anteriormente usado para o beneficiamento da sardinha que desaparecera das costas da Califórnia.

Quem eram esses industriais que surgiram às dezenas, muitos dos quais sem nenhuma experiência anterior no ramo?

Segundo Abramovich (1973), 22% das fábricas de farinha de peixe eram de capital estrangeiro, 10% de capital misto e 60% de capital nacional. Em 1968, a firma Banchemo peruana detinha a maior indústria, responsável por 13,2% da produção total, seguida pela International Protein Corporation, americana, com cinco fábricas responsáveis por 6% da produção total; e a terceira, uma firma de capital misto responsável por 5,8% da produção total peruana (ROEMER, 1970).

É interessante ressaltar que a maioria das indústrias foi instalada da noite para o dia por grandes comerciantes, industriais de outros setores e proprietários latifundiários, os quais quase nenhuma experiência tinham no setor pesqueiro.

A principal característica dessa indústria foi o superinvestimento, seja em equipamentos de terra, seja na própria frota. Ávidos de lucros imediatos, esses industriais, a maioria dos quais aventureiros no setor, começavam a depredar os recursos marinhos que apresentavam os primeiros sinais de exaustão, já em 1961¹¹. Em 1965, o Instituto da Marinha alertava os industriais para o fato de que o limite da exploração racional da anchoveta teria sido alcançado. O superdimensionamento da frota em relação aos recursos pesqueiros é de tal magnitude que os 10 milhões de toneladas já em 1972, eram capturados em somente 100 dias, e a safra se esgotava bem antes do fim da temporada determinada pelo Instituto do Mar. Já em 1970, segundo o mesmo Instituto, as 1 411 "bolincheiras" tinham uma capacidade anual de captura de 23 milhões de toneladas, ao passo que a produção total auto-sustentável de anchoveta não deveria ultrapassar os oito milhões de toneladas (ACHURRA, 1970. p. 9).

A segunda crise começou por volta de 1968, com os preços internacionais por tonelada se estabilizando ou mesmo decrescendo, ao passo que as variações anuais começavam a ser alarmantes. A especulação no mercado internacional assumiu proporções gigantescas:

"La razón fundamental por la que los productores nacionales no pueden defenderse de esas actividades de especulación reside en el hecho de que ellos no venden el producto directamente a los consumidores, lo tienen que hacer por intermedio de los 'traders' y de los 'brokers' y son ellos precisamente quienes tienen basado su negocio los más de las veces en la especulación" (ABRAMOVICH, 1973. p. 37).

A participação do Peru na Associação dos Países Produtores de Farinha de Peixe¹² não parece ter melhorado a situação desse produto no mercado internacional.

A partir de 1967, as margens de lucro das indústrias parecem ter diminuído (ROEMER, 1970), e muitas delas foram à falência.

¹¹ Ainda que não existam dados concretos, Roemer (1970) estima que por volta de 1959 as margens de lucro das empresas eram iguais ou mesmo superiores a 50%.

¹² O Governo aderiu à Associação de Exportadores de Farinha de Peixe (FEO), composta de seis dos maiores países exportadores que estabeleceram quotas de exportação. A quota do Peru equivale a 60% das exportações mundiais de farinha do pescado.

Em 1972, restavam somente 102 indústrias, superdimensionadas, ao mesmo tempo que se observava uma concentração de produção nas mãos de grandes empresas. Em 1968, 20 grandes firmas, reunindo 50% das fábricas em operação, eram responsáveis por quase 70% da produção. Ao mesmo tempo eram essas grandes firmas que controlavam a Sociedad Nacional de Pesquerías, órgão dos empresários, encarregado pelo Governo de estabelecer as quotas de exportação para cada indústria, a fim de preencher as quotas peruanas internacionais previstas pela FEO.

Em 1972/1973, uma outra crise, desta vez mais violenta, se abateu sobre a indústria peruana, com a redução drástica dos estoques de anchoveta. Um número maior de indústrias altamente endividadas foi à falência, o que motivou a nacionalização das empresas de pesca, com a criação da Pesca-Peru, empresa estatal responsável não só pela captura, mas também pela industrialização do pescado. A crise envolveu também uma série de greves e movimentos reivindicatórios por parte dos trabalhadores do mar no Peru, que juntamente com os recursos naturais foram os mais explorados por essa indústria que beneficiou principalmente os industriais, exportadores e, em última instância, os países industrializados, que contaram com matéria-prima barata para a agropecuária.

Inúmeros trabalhos (ROEMER, 1970; IPARRAGUIRE, 1965) dão conta da exploração tanto dos trabalhadores das fábricas de farinha de peixe quanto dos pescadores empregados na frota pesqueira. Chimbote, por exemplo, um dos principais portos pesqueiros, passou de 17 000 habitantes em 1954 para 85 000 em 1962, a maioria dos quais empregados da indústria pesqueira e que viviam em favelas (*barriedas*) em condições miseráveis. Em 1969, cerca de 20 000 pessoas pescavam nas "bolincheiras" empregadas na pesca da anchoveta, ao passo que cerca de 12 000 trabalhavam em terra nas fábricas de farinha.

A frota de "bolincheiras" pertencia (1969) seja às próprias indústrias ou a armadores independentes. Segundo Roemer (1970), 70% da anchoveta era capturada por barcos pertencentes à própria indústria.

Os armadores arrendam os barcos e equipamentos aos mestres que por sua vez engajam os tripulantes, por uma ou várias viagens. Após a viagem, os tripulantes recebiam, em 1969, cerca de 102 soles por tonelada capturada, cabendo ao mestre uma soma fixa de 20 soles; 60 soles eram divididos entre os demais tripulantes, incluindo o motorista, e 22 soles eram repartidos em partes iguais entre os mestres e a tripulação. Fazia parte do con-

trato verbal a venda obrigatória de toda a produção ao armador ou à fábrica.

O processo de trabalho se dá pelo uso de "bolincheiras", embarcações equivalentes à traineira brasileira usada para a pesca da sardinha. É uma embarcação introduzida pelos espanhóis, que leva uma grande rede de cerco. Dada a proximidade dos cardumes, os barcos deixam o porto de madrugada, voltando para a descarga ao anoitecer. As "bolincheiras" foram aumentando sucessivamente de tamanho e potência do motor, tendo um barco médio cerca de 22 metros de comprimento e uma capacidade de 120 toneladas de peixe. Cerca de 11 pescadores são empregados nas manobras da captura que a partir de 1950 foram-se mecanizando rapidamente.

A primeira inovação foi a introdução da rede de náilon, por volta de 1956, que tinha metade do peso das pouco resistentes redes de algodão, difíceis de ser manobradas manualmente.

A introdução da ecossonda e do sonar se fez pouco depois, e cerca de 98% dos barcos já eram aparelhados com esses dispositivos em 1970. Nesse mesmo ano, cerca de 87% das "bolincheiras" eram equipadas com *power-block*, que operado hidráulica-mente levantava a grande rede sobre o convés. Uma bomba aspirante potente sugava então a anchoveta do saco e depositava nos porões. Segundo trabalho publicado pelo Bureau Setorial de Planificação de Pescado do Peru, cerca de 50% da força de trabalho tem menos de 30 anos. Além disso, 74% deles provinham das regiões costeiras, ao passo que 23% eram migrantes das províncias da Serra. Entre os mestres, cerca de 40% têm de três a quatro anos de experiência na pesca de anchoveta e 38% entre cinco e seis anos. Entre os outros tripulantes, somente 20% têm de sete a oito anos de experiência. Achurra (1970) sugere que uma boa parte dos embarcados provinha da pesca artesanal, mas Iparraquire (1965) afirma que, em épocas de escassez da mão-de-obra, os mestres eram obrigados a lançar mão de "volantes" ou "cachuelos", desempregados sem experiência que completavam a tripulação. Estes, bem como os migrantes da Serra, ao lado dos ex-pescadores artesanais, deviam constituir uma boa parte desses proletários do mar que serviam como força de trabalho para essa exploração desastrosa dos recursos do mar.

Os pescadores artesanais, em 1970, que se dedicavam sobretudo ao abastecimento interno com pescado de qualidade, não ultrapassavam 7 000 indivíduos. Enquanto as indústrias de exportação recebiam todo o apoio financeiro e técnico, um número muito

pequeno dentre as cooperativas de pescadores artesanais recebia créditos do Banco Industrial do Peru porque não ofereciam garantias suficientes (ACHURRA, 1970). Chega-se assim ao extremo de ver um país rico em recursos marinhos consumir somente 100 000 toneladas de pescado fresco, ou seja, uma média anual de sete quilos por pessoa.

As condições de vida dos pescadores industriais, segundo vários estudos, são miseráveis. Em Chimbote, um dos principais portos do país, segundo dados oficiais (1965), 10% dos pescadores estavam atacados por tuberculose em estado avançado. Sem dúvida, o colapso parcial da indústria pesqueira, no início da década de 70, pela exploração irracional dos recursos pesqueiros, não poupou a classe dos trabalhadores do mar, igualmente explorada.

**DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À
DESTRUIÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS
DA NATUREZA**

1 Tendências indicadoras da proletarização da força de trabalho

As transformações técnicas ocorridas na captura e na industrialização do pescado não somente aumentaram o poder predatório dos equipamentos mas também se realizaram dentro de um processo de concentração de capital. O custo cada vez mais elevado dos equipamentos de pesca, sua perecibilidade, a competição por pesqueiros cada vez mais distantes dos portos de origem, levaram à concentração da atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas, sobretudo nos países industrializados.

Tornou-se progressivamente mais evidente a separação do trabalhador direto — os pescadores tripulantes — dos meios de produção. Essa separação se evidencia no pagamento de salário mensal ou semanal aos tripulantes por parte das grandes empresas, em oposição à remuneração tradicional pelo sistema de partes, próprio da produção dos armadores e empresas familiares.

Ainda que as formas de remuneração da força de trabalho variem de país para país e de tipo de pesca, é possível constatar uma tendência ao assalariamento na chamada pesca oceânica. Em países como o Japão, observa-se uma correlação positiva entre o tamanho/tonelagem das embarcações, a propriedade desses barcos por empresas e o assalariamento da tripulação (ZOETWEY, 1956).

Existem poucos estudos sobre o sistema de remuneração da força de trabalho na pesca, nos últimos anos. Podemos no entanto comparar dois estudos preparados pela Organização Internacional do Trabalho em 1952 e 1978 ¹.

¹ OIT. *Conditions of work in the fishing industry*. Genebra, 1952; e *idem*. *Stabilization of employment and earnings*. Genebra, 1978.

Já em 1952 era possível se observar uma tendência à remuneração por salário de base acrescido de uma participação na produção daqueles países cujas empresas de pesca se dedicavam à pesca oceânica, apresentando uma produção mais estável e com alto consumo de pescado por habitante. Entre esses países encontravam-se a Alemanha Federal, Islândia, Estados Unidos, etc. Já para a pequena pesca desses países e naqueles países em que havia um fraco desenvolvimento das forças produtivas na pesca, predominava o sistema de remuneração à parte.

Um caso típico de correlação positiva entre a potência do motor, tamanho do barco e assalariamento pode ser verificado na Bélgica, já na década de 50.

TABELA 4

Formas de propriedade e capacidade de barcos na Bélgica

Formas de propriedade	Barcos até 35 t %	Barcos de 36-70 t %	Barcos de 71-100 t %	Barcos de 101-160 t %	Barcos > 160 t %
Individual/ /familiar	79,0	74,0	72,0	51,0	—
Empresas familiares	18,0	12,0	18,0	29,0	—
Empresas de capital limitado	1,0	7,0	5,0	—	—
Sociedade anônima	1,0	7,0	5,0	20,0	100,0

Fonte: OIT, 1952

Pode-se constatar que 100% dos barcos superiores a 200 toneladas, que se dedicavam à pesca oceânica, eram de propriedade de empresas (sociedades anônimas). Era nessas embarcações que predominava a remuneração por salário.

O relatório da OIT, 30 anos depois, confirma essa tendência ao assalariamento na grande pesca:

“Mesmo que a remuneração dos pescadores tivesse sido no passado e ainda hoje seja baseada principalmente no quinhão, existe uma tendência crescente de combinar essa forma de pagamento com um salário fixo, algumas vezes complementado por incenti-

vos. Esta combinação leva os pescadores a trabalhar eficientemente e com rapidez, garantindo ao mesmo tempo um salário mínimo" (OIT, 1978).

A introdução de relações sociais de produção capitalista na pesca se dá com a separação efetiva do pescador e os meios de produção e pela introdução da máquina a bordo. Efetivamente, nos grandes arrastões modernos, a rede é lançada e recolhida mecanicamente, sendo a operação comandada a partir de um painel de controle no convés. Da mesma forma, a posição da rede durante o arrasto pode ser corrigida a partir do painel de controle, sem necessitar a intervenção dos homens do convés. As próprias redes são tão grandes e pesadas que dificilmente poderiam ser manejadas diretamente pelos pescadores.

A introdução desses equipamentos se reflete diretamente na composição da própria tripulação onde o número de maquinistas tende a aumentar. Um grande arrastão de pesca oceânica, por exemplo, além do maquinista-chefe emprega mais três outros maquinistas, além de técnicos de refrigeração, técnicos de radiocomunicação, etc. Além disso, na medida em que o pescado é beneficiado a bordo, os homens do convés passam a ter uma atividade industrial tão importante quanto a da própria captura. Dessa maneira, a estrutura altamente complexa de um barco pesqueiro moderno faz com que ele se aproxime de qualquer unidade industrial em outros setores, onde as tarefas se tornam cada vez mais especializadas e impostas pelo ritmo das máquinas. O recolher da rede não é mais ditado pela cadência do braço humano, e, sim, pelo número de rotações do guincho... O ritmo da filetagem a bordo não é mais imposto pela habilidade do pescador em manejar a faca, mas pela máquina filetadora.

O aumento da tonelagem e do tamanho dos navios leva a uma concentração dos meios de produção nos modernos portos de pesca. Um grande arrastão exige condições especiais de atracamento e descarga, bem como a implantação de uma infra-estrutura de transporte e serviços normalmente a cargo do Estado, que também a administra. Daí também o caráter urbano desse novo proletariado pesqueiro que vive nas proximidades dos portos. Uma pesquisa entre os pescadores embarcados canadenses mostrou que 80% dos que trabalhavam para os barcos de empresa provinham das redondezas dos portos pesqueiros (PROSKIE & ADAMS, 1971).

Se esse novo proletariado pesqueiro no processo de produção se aproxima dos operários de outros ramos da produção industrial,

sua organização enquanto classe ou estrato está longe daquela conseguida em outros setores. Daí a possibilidade de uma exploração maior da força de trabalho. O relatório da OIT (1978) revela que somente 1/3 dos países que responderam ao questionário sobre as condições de trabalho na indústria pesqueira tem legislação que limita o número de horas de trabalho no convés. Enquanto em alguns países a duração da jornada de trabalho é definida por acordo coletivo, em outros os tripulantes chegam a trabalhar mais de 16 horas por dia, sobretudo nos dias de captura efetiva. A segurança no trabalho é quase inexistente para a maioria dos países². Em certos países, como o Japão, existe alguma garantia de emprego para certas artes e tipos de captura, como a pesca oceânica do atum, mas na maioria dos países os pescadores estão entre os trabalhadores de menor segurança no emprego, como atesta o relatório da OIT:

"Pode-se dizer que, com exceção dos países socialistas, não existe nenhum esquema de emprego permanente para os pescadores... Ainda há muito que fazer neste campo para que os pescadores gozem dos mesmos direitos que os trabalhadores de terra ou ao menos da segurança dos marítimos em geral" (OIT, 1978. p. 21).

Os pescadores embarcados formam, em quase todos os países, uma categoria de trabalhadores de difícil organização em órgãos de classe. Ao lado de explicações simplistas que acentuam o caráter individualista desses trabalhadores, vários fatores concorrem para explicar os graus de organização diferenciados existentes, quer sindicatos ou outros órgãos de classe. A título de exemplo, estudaremos dois países em que já existe uma certa tradição de organização sindical: a Inglaterra e o Canadá.

² Muitos explicam a mobilidade dos pescadores embarcados como uma força de guardar a liberdade no embarque. Dessa forma, a estabilidade não seria um valor apreciado pelos trabalhadores do mar. Tunstall (1969), estudando os pescadores embarcados ingleses dos portos de Hull e Grimsby, explica a inconstância no embarque como uma forma de se proteger das duras condições de trabalho a que continuamente estão submetidos quando em viagem. Sujeitos a essas difíceis condições, não é de se estranhar que a taxa de acidentes de trabalho seja aí mais elevada que em outros setores industriais. No Canadá, em 1971, cerca de 1/5 da força de trabalho deixou de embarcar por um período que chegou a até 20 semanas por ano, devido a acidentes ocorridos no convés, sobretudo com aqueles que trabalhavam com as redes. Outras doenças comuns entre os embarcados eram pneumonia, bronquite, etc. (PROSKIE & ADAMS, 1971).

Em ambos os países, os sindicatos de pescadores³ apareceram em fins do século passado e primeiras décadas deste século. O surgimento de indústrias de beneficiamento de pescado, a divisão de trabalho dentro do barco, a construção de portos pesqueiros que passaram a reunir os pescadores em concentrações urbanas, as duras condições de vida, parecem ter sido os principais fatores responsáveis pelo aparecimento das primeiras organizações sindicais. A concentração dos pescadores nas zonas urbanas favoreceu, por outro lado, o contato desses trabalhadores com outras categorias de operários fabris.

Na Inglaterra, por volta de 1895, a maioria dos barcos a vela tinham sido substituídos por embarcações a vapor. Os motores a vapor exigiam o trabalho de maquinistas e foguistas provenientes de outros setores industriais onde os sindicatos eram aguerridos e bem organizados. Eles eram pagos em salários, bem como os homens do convés. Nessa época, somente os mestres e contramestres ganhavam pelo sistema de partes.

Em 1895, a tentativa dos armadores do porto de Grimbsy em reduzir os salários dos maquinistas levou-os a se organizar num sindicato. Em 1901, os armadores, já reunidos na Federação de Proprietários de Arrastões, alegando aumento de custos dos equipamentos de pesca, decidiram estender a remuneração por partes aos maquinistas, homens de convés e demais categorias de pescadores. Como reação, os pescadores, liderados pelos maquinistas, entraram em greve, invadindo e depredando os escritórios da Federação dos Armadores. O centro de oposição era o Sindicato dos Maquinistas, que, num comunicado, colocava as seguintes objeções à remuneração pelo sistema de partes: os trabalhadores não poderiam ter seus salários variando entre 12 e 16 *shillings* a menos do que já ganhavam por semana; o sistema de partes poderia beneficiar algumas categorias, mas reduziria os ganhos dos demais; esse sistema aumentaria os atritos já existentes entre os homens do convés e os homens da casa de máquinas (maquinistas); a idéia mesma de remuneração por partes era antiquada e reacionária (TUNSTALL, 1969). Além disso, na medida em que as partes fossem atribuídas após a dedução das despesas de viagem, e como os pescadores não tinham acesso à contabilidade das empresas, havia um temor generalizado de que eles viriam a ser enganados por elas.

³ Não estamos tratando aqui das corporações de pequenos pescadores, que remontam, na Europa, à Idade Média. São conhecidas na Espanha como *confrerías*, e em Portugal como "casa de pescadores". No Brasil, a associação correspondente é a "colônia de pescadores".

Nessa greve, que se estendeu por várias semanas, ficaram evidentes as dificuldades em organizar os pescadores, revelando posições e interesses distintos. Os maquinistas eram mais bem organizados, lutavam pela manutenção e melhoria dos salários e sua liderança é que comandava a greve. Os homens do convés tinham interesses difusos, e, apesar de serem a maioria numérica, não chegaram a produzir seus próprios líderes. Os que eram mais capazes eram cooptados pelos armadores para as funções de mestre, quando então abandonavam o sindicato; os mestres, imediatos e contramestres, que representavam os armadores nas embarcações e que recebiam partes maiores, oscilavam entre apoiar os demais tripulantes ou não tomar posição definida.

Essas posições divergentes na luta sindical estavam relacionadas aos graus diversos de proletarização dos tripulantes. Os maquinistas, que vinham de fora da pesca e se ocupavam de uma máquina a vapor como qualquer outra, consideravam-se operários como seus colegas de outros ramos industriais; os mestres, que representavam os armadores nos arrastões, com muitos privilégios, estavam em geral ao lado dos patrões, mas não podiam opor-se diretamente aos demais tripulantes, pois deles dependiam para uma boa pescaria, e, em conseqüência, uma remuneração mais elevada. Os homens do convés, provindos em geral da pequena pesca onde o sistema de partes era generalizado, colocavam-se entre a segurança de um salário fixo que antes ganhavam e a expectativa de uma pescaria com sorte, a eterna loteria dos pescadores.

Os armadores, jogando com a rivalidade entre os homens do convés que puxavam as redes e os maquinistas acusados pelos primeiros de trabalhar menos e ter turnos de revezamento mais freqüentes, conseguiram fazer passar o sistema de partes, acrescido de um salário fixo semanal, entregue diretamente às esposas dos pescadores, em terra.

No final da Segunda Guerra Mundial, houve uma nova onda de greves, que exigia, particularmente, melhores condições de trabalho. Em 1946, os pescadores conseguiram o reconhecimento ao direito de seis horas de descanso diário, o limite de 16 horas por dia como jornada de trabalho, etc. Além disso, exigiam que a distribuição das partes se fizesse sobre a produção bruta, sem o desconto das despesas comuns. Revela-se assim mais claramente a rejeição das despesas comuns como investimento do capital e do trabalho em aparente pé de igualdade.

Nas demais reivindicações notava-se um certo equilíbrio entre as exigências dos maquinistas e dos homens do convés. Os armadores, por seu lado, jogando outra vez com a tradicional rivalidade

entre as duas categorias, recusaram-se a reduzir o número de horas de trabalho dos maquinistas.

No final, o cálculo das partes (*poundage*) passou a ser feito na base da produção bruta, mas não houve aumento significativo do salário de base semanal.

Nessa greve ficou claro como o sistema de *poundage* era uma arma ideológica nas mãos das empresas, garantindo a continuidade das dissensões entre os homens do convés e os homens da casa das máquinas que lutavam pela estabilidade da remuneração pelo salário⁴. Que o sistema de *poundage* favorecia as empresas pode-se constatar pelo fato de que na década de 50 os pescadores tinham se tornado uma das categorias de trabalhadores mais mal remuneradas da Inglaterra. Aqui seguimos Bidet (1974) em suas considerações sobre o caráter ideológico da partilha que leva à utopia da participação num empreendimento comum, baseado na divisão das despesas da armação. A rejeição dos pescadores em repartir esses gastos, verificada na greve de 1949 na Inglaterra, revela um avanço na consciência dos trabalhadores do mar, proprietários somente de sua força de trabalho.

A intensificação recente da introdução de operações mecanizadas também para a captura no após-guerra levará, sem dúvida, a uma maior convergência de interesses entre os homens da casa das máquinas e os homens do convés, oferecendo novas perspectivas para o sindicalismo na pesca.

Já, no Canadá, o sindicalismo dos pescadores apresentou características distintas do existente na Inglaterra na mesma época. Em fins do século passado, a pesca era uma das atividades econômicas mais importantes do litoral canadense. Ambos os oceanos que banham o Canadá são muito ricos em peixes, seja na Península do Labrador, no Atlântico Norte, seja na Colúmbia Britânica, no Pacífico. Aí existem grandes concentrações de salmão, bacalhau e arenque, quase todos de espécies migratórias que aparecem somente durante uma certa época do ano (vide mapa — fig. 1). Daí o caráter sazonal das indústrias de beneficiamento do pescado, espalhadas por toda a costa. Esparsas eram também as comunidades de pescadores compostas de migrantes e etnias diversas que habitavam o Pacífico Norte: os nativos, os brancos (italianos, gregos,

⁴ Culturalmente, as empresas, no sistema de *poundage*, jogam com o espírito de jogador de cassino que caracteriza o pescador em todo o mundo. O fato também de somente os homens de convés poderem se transformar em mestres era uma arma utilizada pelas empresas de pesca para silenciar os homens mais capazes e ambiciosos nos conflitos sindicais.

anglo-saxões) e os japoneses. Cada um desses grupos étnicos habitava em comunidades distintas, especializadas em diferentes artes de pesca. O controle exercido pelo Governo sobre as temporadas de pesca era um elemento a mais para acirrar a competição entre essas diversas comunidades.

Havia, porém, outros elementos que favoreciam uma certa união entre os pescadores até as primeiras décadas do presente século: as embarcações e apetrechos de pesca pertenciam às indústrias de beneficiamento do pescado, recebendo os pescadores por peças ou caixas de pescado capturado. As empresas alugavam os equipamentos de pesca aos pescadores, que, por seu lado, tinham o compromisso de vender-lhes a produção pelo preço estabelecido pelas indústrias. Dessa forma, a dependência dos produtores *vis-à-vis* às empresas era total. Os pescadores, por essa razão, consideravam-se mais próximos aos trabalhadores assalariados que aos produtores independentes.

Essa forma de remuneração se parece ao salário por peças, descrito por Marx⁵. As dificuldades de supervisão por parte das fábricas, dado o caráter disperso da produção, favoreciam esse salário pago por unidade capturada, introduzindo ao mesmo tempo uma intensidade ótima da exploração da força de trabalho. A remuneração por peças induzia o pescador a prolongar, por ele mesmo, a jornada de trabalho bem como a sua intensidade, a fim de aumentar seu rendimento. Como afirma Marx (*Le capital*, Ed. Sociales, Livro Primeiro, cap. XXI), esse tipo de salário não modifica em nada a natureza do trabalho assalariado, ainda que essa modalidade (por peças) possa ser mais favorável ao desenvolvimento da produção capitalista em determinadas condições especiais. Além disso, segundo Marx, existem variações individuais na remuneração, causadas pelos diversos graus de habilidade e experiências de cada trabalhador. Oferecendo um maior espaço para a individualidade de cada produtor, o salário por peça tende a desenvolver entre eles o espírito de competição, com resultados negativos sobre as forças produtivas da natureza. Como essa remuneração é relacionada ao número de peças produzidas, a superprodução pode levar à diminuição do rendimento de cada produtor. Aí se situava o fulcro dos conflitos entre as indústrias enlatadoras, donas dos meios de produção, e os pescadores.

⁵ O salário por peças induz o pescador a pensar que ele é remunerado pelo produto final que sai de suas mãos, e não pela sua força de trabalho. Daí qualquer variação no preço pago pelas indústrias ser considerada como perda ou lucro pelo pescador e não como variações em torno de uma média salarial que remunera a força de trabalho.

Foi em torno da garantia dos preços que surgiram as primeiras organizações sindicais canadenses na Colúmbia Britânica, na Costa Oeste do Canadá. Quando no começo do século apareceram os primeiros motores pequenos a gasolina, os próprios pescadores começaram a comprá-los, financiados pelas fábricas. Estas descartavam-se assim de muitos custos de produção, ao mesmo tempo que pelo financiamento mantinham os pescadores ainda mais dependentes em relação a elas. Sendo obrigados a pagar os empréstimos, os pescadores passaram a trabalhar mais intensivamente na pesca, abandonando a lavoura que constituía um grande aporte de meios de subsistência. Dependendo exclusivamente da pesca, esses pescadores ficaram também na dependência do preço pago pelas fábricas à sua produção. A maior autonomia de pesca, trazida pelos motores, aumentou também seu contato com os centros urbanos onde as organizações sindicais já exerciam uma influência considerável.

Esse sindicalismo dos pescadores canadenses tem quase 80 anos de existência, e sua história foi marcada pela violência e pelo radicalismo, em comparação à moderação dos sindicatos de pescadores ingleses, influenciados pelo trabalhismo. Entre 1893, início do movimento sindical, e 1940, houve mais de 40 greves, muitas delas selvagens e violentas.

O conflito sindical na Colúmbia Britânica (Canadá) foi marcado também por um antagonismo entre os brancos e nativos, de um lado, e os japoneses, de outro. Estes últimos eram usados pelas empresas como força de trabalho barata, quando a pressão dos outros pescadores se fazia sentir de maneira intensa. Durante a crise capitalista dos anos 30, a situação desses pescadores se tornou mais precária, o que os levou a greves sucessivas, declaradas por diferentes organizações sindicais em que estavam divididos os pescadores. Através da atuação de líderes comunistas, esses sindicatos se reuniram numa ampla federação chamada United Fishermen and Allied Workers. Daí o surgimento dos primeiros contratos coletivos entre as empresas e os pescadores, sobretudo com aqueles que trabalhavam na pesca oceânica, nos grandes arrastões, já de propriedade das grandes empresas.

Em inúmeros outros países começaram a surgir sindicatos de pescadores, que realizavam com as empresas contratos coletivos que visavam não somente garantir uma certa remuneração estável aos pescadores, como também melhores condições de trabalho. Enquanto, em alguns países, os sindicatos punham a descoberto os interesses divergentes entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, em outros, como a França, as organi-

zações de pescadores ainda estão perpassadas pela ideologia do igualitarismo e da parceria da produção (MORDREL, 1972).

Existem na França diversas associações de pescadores: a) uma representação territorial ou comitês locais da pesca marítima onde estão reunidos os armadores e empresas cujos pescadores são remunerados por um mínimo garantido e os representantes desses pescadores que são designados pelos sindicatos correspondentes, bem como os armadores que remuneram seus pescadores pelo sistema de partes e respectivos pescadores; b) representação profissional que reúne representantes dos empresários, armadores e pescadores de certos tipos de pesca (do atum, da sardinha, etc.). Os membros são indicados por proposição de seus organismos a nível nacional, mas são nomeados pelo Ministério da Marinha Mercante; c) uma representação central: o Comitê Central da Pesca Marítima, composto por representantes das diversas categorias profissionais, nomeados pelo Ministério da Marinha Mercante. Para Mordrel (1972), essa estranha composição de interesses é a expressão de um compromisso entre dois modos distintos de produção: a pequena e a grande pesca, mediadas pelo Estado.

No correr dos anos 1967/68, diversas greves de pescadores estouraram nos principais portos de pesca franceses (Concarneau, Boulogne, etc.). Essas greves foram consequência de uma baixa substancial dos rendimentos dos pescadores, resultante da baixa dos preços pagos ao produtor. Uma baixa nos preços do pescado reflete-se imediatamente na renda do pescador, uma vez que, na França, muitos pescadores são remunerados pelo sistema de partes ou participação da produção. Ficou patente nessas greves a importância da ideologia corporativista das instituições de pesca do país.

Como vimos, nos principais órgãos de representação dos pescadores reúnem-se os representantes dos armadores, dos comerciantes e dos pescadores. Valendo-se do princípio da remuneração à parte, artifício pelo qual jogam sobre os trabalhadores diretos grande parte dos riscos de produção, os armadores e empresários franceses conseguiram que o Governo atendesse a uma série de reivindicações, como: aumento do preço do produtor, isenção da taxa sobre o combustível, aumento dos subsídios à produção, controle das importações de pescado, etc.

Apesar de as greves serem comandadas pelos sindicatos locais da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), em nenhum momento colocaram-se em dúvida as desvantagens do sistema para o pescador embarcado e mesmo as modalidades da remuneração à parte, que se situa na base dessa forma particular de colaboração de classes sociais. Jogando com essa pseudo-identidade de interesses

com os pescadores embarcados, os armadores e empresários conseguiram uma série de vantagens do Governo que beneficiavam também os pescadores autônomos e marginalmente os pescadores embarcados remunerados à parte.

A única voz discordante foi a dos pescadores embarcados remunerados pelo sistema de salário mínimo garantido (salário e mais um proporcional sobre tonelagem capturada) no porto de Lorient e Boulogne que exigiram igualmente condições melhores de trabalho e salário. Como esses pescadores constituem os proletários do mar, empregados de grandes empresas, suas reivindicações se aproximaram daquelas provenientes dos outros setores do operariado francês.

Como afirma Mordrel (1972), a ideologia corporativa de pesca francesa significa um compromisso entre as diversas forças sociais e econômicas; de um lado, os patrões de empresas de captura e comercialização, e de outro, os pescadores artesanais, para melhor fazer face a perigos considerados comuns, especialmente a concorrência externa, no período de após-guerra. Trata-se, segundo o nosso autor, de uma situação de compromisso entre agentes de produção pertencentes a modos de produção diferentes: o empresarial-capitalista e o artesanal. A evolução recente da pesca empresarial-capitalista, com a remuneração por salário mínimo garantido, propiciou o surgimento de um grupo de assalariados que começava a perceber que seus interesses de classe não se identificavam com os daqueles que são donos dos instrumentos de produção. Se o número e a combatividade dos proletários do mar continuarem aumentando na França, é possível que as greves futuras tenham um conteúdo de luta diferente das do passado.

2 As relações entre o homem e a natureza no ecossistema marinho

Nos capítulos anteriores, vimos como o desenvolvimento das forças produtivas históricas, no setor pesqueiro dos países centrais, implicou seja a destruição da pesca artesanal, com a conseqüente utilização da força de trabalho liberada como pescadores tripulantes de barcos pertencentes a empresas, seja o surgimento do mecanismo de trocas desiguais, pelas quais o setor capitalista se apropriou a baixo preço da produção dos setores artesanais.

Essa exploração da força de trabalho se fez concomitantemente à destruição gradativa das forças produtivas da natureza. O desaparecimento de inúmeras espécies de pescado se deu não somente pela sobrepesca, facilitada pela introdução do maquinismo

e técnicas cada vez mais predatórias, como também pelos efeitos negativos da poluição proveniente dos dejetos urbano-industriais que em muitos casos provocam a eutroficação das águas (redução do teor de oxigênio) ⁶.

É sabido que 90% dos recursos marinhos se encontram nos limites da plataforma continental onde condições físico-biológicas favoráveis permitem que as comunidades animais e vegetais (elementos bióticos) mantenham intercâmbio energético e alimentar com os elementos nutrientes (abióticos) (ver mapa — figs. 1 e 2).

As diversas espécies existentes num determinado ecossistema se relacionam dentro do quadro da cadeia trófica, pela qual umas espécies servem de alimento às outras ⁷. O desconhecimento ou o desrespeito a esses processos complexos tem levado, especialmente através da captura indiscriminada e em larga escala, a verdadeiros desastres ecológicos pelos quais espécies inteiras de pescado desapareceram ou não puderam mais se reproduzir. Muitas vezes, a estrutura de demanda centrada sobre animais marinhos que se situam na base de importantes cadeias tróficas, como o camarão, tem levado à sobrepesca dessas espécies que por sua vez comprometem a existência de peixes que delas se nutriam. É preciso ter-se em conta que inúmeras características dos processos de produção na pesca, ao contrário de outras atividades humanas (com exceção da caça), estão marcadas pela natureza dos recursos a serem explorados. Muitas espécies de pescado exploradas comercialmente são cíclicas e móveis. Cíclicas no sentido de que são passíveis de

⁶ "La conférence de l'OAA/FAO, réunie à Rome en décembre de 1970 a défini la pollution marine comme étant l'introduction par l'homme dans le milieu marin de substances pouvant entraîner des effets délétères tels que dommages aux ressources biologiques, dangers pour la santé humaine, entraves aux activités maritimes y compris les pêcheries, détérioration des qualités de l'eau de mer pour son utilisation et réduction des possibilités dans des domaines des loisirs" (LEMAIRE, 1975. p. 258).

⁷ "Les organismes vivants ont entre eux des rapports de nature alimentaire qui forment les maillons successifs d'une chaîne. Le premier maillon est constitué par les espèces végétales qui grâce à la photosynthèse chlorophyllienne transforment l'énergie solaire en matière vivante. C'est le premier niveau trophique, celui des producteurs. Les tissus végétaux fournissent la nourriture de nombreux insectes et des animaux herbivores (ou phytophages) qui sont donc des consommateurs qualifiés de primaires, parce que d'autres animaux qui sont carnivores se nourrissent à leur tour de certains animaux herbivores: ce sont les consommateurs secondaires. Enfin, lorsque les végétaux, les insectes, les animaux herbivores ou carnivores meurent, leurs dépouilles seront utilisées par les décomposeurs ou détrivores (charognards, insectes nécrophages, champignons ou bactéries) qui transforment ces restes en éléments (humus, par ex.) assimilables à nouveau par les végétaux producteurs qui commencent ainsi un nouveau cycle" (LEMAIRE, 1975. p. 62).

exploração somente em algumas épocas do ano, pois passam por diversas fases até chegar à maturidade; móveis porque não ocupam um nicho ecológico fixo, ultrapassando não somente fronteiras marítimas de países, como até se deslocam de um oceano a outro. Além disso é preciso ter-se em consideração que essas migrações são motivadas por fatores vários, incluindo, por exemplo, o deslocamento da massa alimentar que nutre determinadas espécies (como fitoplâncton), mudanças de temperatura, salinidade, etc.

A desorganização do equilíbrio instável existente entre os diversos elementos que compõem um ecossistema natural, em casos extremos, levou à impossibilidade de os organismos naturais se reproduzirem, motivando o desaparecimento de inúmeras espécies aquáticas. Entre as espécies que já desapareceram ou em vias de extinção estão a baleia do Golfo da Gasconha, a baleia-azul, o arenque do Atlântico Norte, etc.

O resultado da sobrepesca foi o esgotamento puro e simples desses recursos naturais renováveis⁸ nos mares contíguos dos países centrais e o deslocamento das frotas para as águas dos países ditos subdesenvolvidos⁹.

A destruição das forças da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência. Na medida em que inúmeras espécies de pescado têm nas lagunas e estuários o seu ambiente de reprodução, a sobrepesca aí exercida causa uma diminuição da produtividade global do oceano.

Em trabalho anterior (DIEGUES, 1976), analisamos as relações existentes entre os grupos sociais e o ecossistema natural num ecossistema específico: os ecossistemas lagunar/estuarino.

Com o aproveitamento agrícola intensivo das terras próximas às lagunas, grande parte da água doce dos rios que aí desembocavam foi desviada para a irrigação, alterando-se o teor de salinidade das águas estuarinas, com efeitos negativos sobre a reprodução das diversas espécies marinhas. Em outros casos, a abertura de canais ligando lagunas ao oceano também alterou a salinidade, prejudicando o equilíbrio ecológico preexistente e causando a pauperização das populações de pescadores (DAGET, 1974; BOURGOIGNIE,

⁸ Recursos renováveis são aqueles que apresentam um ciclo de renovação relativamente curto. Porém, todo recurso poderá se tornar não-renovável, se a intensidade de utilização exceder sua capacidade de reciclagem.

⁹ Nessa atividade predatória não existe diferença entre um barco-fábrica do Japão ou da União Soviética.

1972a). Um dos casos conhecidos de intervenção desastrosa em ambientes estuarinos é o da destruição do mangue dos EUA e a transformação dessa área em solo agrícola. Depois da invasão das águas do mar, anteriormente impedida pelo manguezal, e de outros prejuízos ecológicos, as autoridades foram obrigadas a destruir os custosos trabalhos de drenagem já efetuados e permitir a volta do mangue.

Não se pode, entretanto, explicar a destruição dessas forças da natureza somente pela variável tecnológica ou pela introdução de instrumentos de produção mais predatórios. O que Jansen (1973) diz a respeito da destruição dos ecossistemas tropicais é válido para os ecossistemas marinhos:

“Existem muitos exemplos de manejos desastrosos dos agrossistemas tropicais existindo lado a lado com outros extremamente bem sucedidos mas realizados dentro de sistemas sociais diferentes. Isso sugere ser a organização social mais que as técnicas o fator responsável pela devastação dos ecossistemas tropicais”.

Em outros termos, como afirma Godelier (1973b), é o *rationale* de uma dada forma de organização social o elemento-chave na explicação de por que certas sociedades atingem formas de exploração dos recursos naturais renováveis que lhes permitem se reproduzir sem destruir irremediavelmente o meio ambiente, enquanto que outras desenvolvem processos produtivos altamente predatórios e comprometedores das forças naturais.

Godelier (1974) critica a tese de Polanyi e Dalton, segundo a qual uma estratégia de otimização dos recursos só é possível no interior de uma economia mercantil-capitalista. Segundo eles, somente esse sistema econômico, no interior do qual todos os fatores de produção — a terra, o trabalho, as matérias-primas — têm um preço, permitiria uma utilização ótima dos recursos baseada no cálculo e comparação dos custos de todas as alternativas de produção.

O que ocorre, no entanto, é que cada forma de produção determina uma maneira específica de exploração da natureza e conseqüentemente as normas boas ou más de utilização da natureza. Cada forma de produção social apresenta portanto uma racionalidade própria, indicada pelos objetivos mais gerais de sua reprodução social ao longo da história. Godelier denomina essas normas de racionalidade intencional entendida como um conjunto de regras sociais, conscientemente elaboradas e explicadas que se destinam a atingir certos objetivos societários. Assim, podemos distinguir racionalidades específicas ao analisarmos a atividade pes-

queira realizada dentro de formas de produção diferenciadas. Um pescador inserido ainda numa economia natural tem por objetivo na captura o aprovisionamento dos meios de subsistência para si e sua família. O excedente eventual é encaminhado para o cumprimento de certas obrigações rituais (consumo em certas cerimônias comunitárias). No outro extremo temos o armador de pesca que muitas vezes pode até empregar técnicas similares de captura, mas cujo objetivo de produção é o lucro monetário, a reprodução do capital, etc.

Esses dois pescadores, explorando o meio ambiente, terão dele uma percepção diferente, que se traduz num comportamento distinto em relação às forças da natureza.

Em formações sociais onde a principal forma de captura repousa sobre a frota empresarial capitalista, o limite da exploração de um cardume aparece somente quando o lucro médio já não é mais realizado, o que significa freqüentemente a destruição completa ou parcial dos estoques¹⁰.

Já em outras formas de organização social constata-se que a manutenção dos recursos é garantida por outro *rationale*, que permite a grupos sociais basearem sua reprodução social na reprodução biológica dos recursos renováveis.

Um exemplo de utilização sábia dos recursos aquáticos encontramos entre os tofinu, que viviam nas lagunas do Daomé (atual Benin). Além de utilizarem técnicas ecológicas como a "akaja"¹¹, aplicavam medidas tradicionais que visavam uma utilização adequada das lagunas, como as disposições comunitárias sobre o uso de instrumentos de pesca e a determinação de áreas sagradas onde a pesca era proibida. Essas coincidiam com as zonas de reprodução e crescimento dos alevinos, os quais, se fossem predados, poriam em risco a própria existência daquelas comunidades pesqueiras. Segundo Bourgoignie (1972b), uma das características da sociedade tofinu era a associação das estruturas sociais fundadas sobre a família extensa com atividades econômicas cen-

¹⁰ Autores, como Lonkin e Wilimowsky, chegam a preconizar o ajuste natural da captura pelas forças do mercado, mesmo que isso pudesse levar à superexploração de algumas espécies. Segundo esses autores, o mar é propriedade comum de todas as nações, mas só as que explorassem os recursos marinhos com eficiência poderiam explorar as águas não continentais (1973. p. 2 276).

¹¹ O "akaja" é um tipo de armadilha constituída por galhos de árvore colocados na laguna, onde os peixes se refugiam, encontrando alimento e proteção contra os predadores. De tempos em tempos, lança-se aí a rede retirando-se os peixes adultos. Uma armadilha idêntica encontramos na lagoa de Mundaú, em Alagoas, conhecida sob o nome local de caiçara.

tradas na pesca, onde os membros desenvolveram técnicas engenhosas de captura que tinham por objetivo manter um equilíbrio entre as necessidades da comunidade e a preservação do equilíbrio ecológico. Essas técnicas engenhosas, como o "akaja", permitiram aos tofinu não somente interpretar o meio lacustre onde viviam, mas também tirar dele o necessário a sua sobrevivência.

A construção de um grande porto na laguna, provocando desequilíbrios ecológicos consideráveis, e a entrada dos tofinu numa economia de mercado foram elementos que vieram a destruir irremediavelmente o equilíbrio entre o homem e a natureza existente anteriormente.

"A desorganização sócio-cultural deixou caminho livre para uma tecnologia destinada a usar os recursos do Lago Nokoné de uma maneira sempre mais individualista e anárquica. A pressão econômico-ecológica levou, à redução quantitativa e qualitativa das proibições tradicionais de pesca e a uma profanação dos lugares sagrados e preservados. Pediu-se à deusa Anasi Gbégu, por exemplo, para não levar em consideração a desobediência às leis que ela havia promulgado e que impediam a depredação da laguna. Os lugares santos, em sua grande maioria, desapareceram e seus símbolos foram devorados pelo sal das águas salobras, e os santuários foram profanados e abandonados pelos homens" (BOURGOIGNIE, 1972b. p. 429).

A inserção dos tofinu na economia de mercado levou à sobre-pesca e à destruição das bases naturais da produção, com a conseqüente desorganização da vida social tribal e o desaparecimento dos mecanismos que levavam os tofinu a se relacionarem de uma maneira harmônica com a natureza.

Firey (1960), no caso nigeriano, demonstrou como a economia de mercado pode suprimir normas tradicionais de controle e levar a uma exploração extremamente desastrosa dos recursos marinhos.

Em sociedades de pescadores de baixo desenvolvimento das forças produtivas o controle sobre determinados pontos se faz através da capacidade do pescador em, tendo-o descoberto, poder conservá-lo ¹². Em muitos desses casos, o melhor pescador é aquele

¹² Outros exemplos existem mostrando um manejo sábio de recursos naturais por certas sociedades. Algumas tribos indígenas da Amazônia jogavam no rio raízes de timbó, atordoando os peixes, que ficavam boiando na superfície. Depois de retirar somente os peixes necessários ao consumo, os índios urinavam no rio, fazendo com que as águas voltassem às condições químicas normais. Os peixes não coletados voltavam então a nadar.

que pode localizar e conservar para si ou sua família (unidade de produção) o maior número possível de pontos sem que esses sejam descobertos pelos concorrentes potenciais. Esses pontos podem ser explorados temporariamente e depois abandonados por outros melhores, bem como constituem a herança que um mestre pode passar aos seus descendentes.

A deterioração crescente das condições naturais da produção no ecossistema marinho, a pauperização dos pequenos pescadores resultante da sobrepesca de recursos pesqueiros limitados, as verdadeiras catástrofes ecológicas, como a ocorrida na Baía de Minamata, no Japão, pela poluição das águas com mercúrio, suscitaram questões relevantes na relação entre os tipos de sociedade e os diferentes ecossistemas. A súbita tomada de consciência, a nível planetário, do caráter limitado dos recursos renováveis e não-renováveis fez com que o tema das relações entre o homem e a natureza voltasse a ser discutido sob um outro prisma.

A produção pesqueira, dado o seu caráter aleatório e sobretudo predatório, constitui um *locus* ideal para essa reflexão. Mais do que qualquer outra atividade produtiva, a pesca se realiza dentro de processos de trabalho profundamente influenciados pelo tipo de recursos a serem explorados. Ao contrário da indústria, onde a matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança. Essas condições naturais em contínuo movimento dificultam a produção em massa e quando, pela introdução do maquinismo, ela se torna possível, como no caso da pesca do arenque, ocorre o perigo do extermínio de espécie.

A dizimação de inúmeras espécies animais terrestres e marinhas, a deterioração da qualidade de vida nas sociedades industriais, a crise energética, serviram para que o homem voltasse a considerar as condições naturais não como algo estático, mas como um complexo de relações e de processos que produzem e reproduzem a vida.

A ideologia burguesa e os filósofos como Bacon viam a natureza somente do ponto de vista de sua utilidade para o homem. Além disso, a natureza era considerada como um inimigo que o homem deveria conquistar e domesticar, a partir do conhecimento científico.

Marx, apesar de influenciado pelo Iluminismo, superou-o na medida em que para ele a natureza é uma realidade independente do homem, mas ao mesmo tempo mediada pela práxis humana. A natureza é não somente um elemento da prática do homem, mas também uma totalidade de tudo que existe. Em Marx, as relações

entre o homem e a natureza são complexas. De um lado, o ser humano é visto como parte da natureza — um conjunto de relações metabólicas envolvendo constante interação com o meio ambiente físico. Do outro, o ser humano é visto como social, isto é, como um conjunto de relações capazes de criar uma organização social (HARVEY, 1974. p. 265). Para Moscovici (1974. p. 160), o materialismo histórico concebe o desenvolvimento social como um prolongamento do desenvolvimento natural.

“Marx adota um ponto de vista radicalmente diferente. Para ele, o homem e sua atividade fazem parte integrante da natureza, e uma natureza humanizada é uma natureza transformada pela atividade humana, associada ao corpo e ao cérebro humanos. Em outros termos, uma natureza sem indústria e sem a arte do homem é uma ilusão ótica, uma abstração.”

Para Marx, a natureza¹³ só ganha sentido pela ação transformadora do homem através do trabalho. Ela, tomada abstratamente, rigidamente separada do homem, não é nada para o homem. Se a natureza é uma categoria social e histórica, ela não se confunde com a sociedade. A natureza não é uma categoria social e não pode ser dissolvida nos processos históricos de sua apropriação material (SCHMIDT, 1971. p. 70).

Apesar de serem dois pólos irredutíveis, existem, entre o homem e a natureza, processos de intercâmbio através do trabalho de transformação¹⁴. Mas a natureza continua sendo sempre o substrato da atividade transformadora do homem.

“O mundo material ‘filtrado’ pelo trabalho humano, e de fato não criado por ele, continua sendo aquele substrato mencionado (...) que existe sem a intervenção do homem” (MARX, apud BOTTOMORE. Manuscritos econômicos e filosóficos. 1963. p. 118).

¹³ Marx em suas obras usou vários termos para significar natureza: momentos objetivos da existência do trabalho, condições naturais do trabalho, etc.

¹⁴ Godelier afirma que as relações homem/natureza se dão em determinadas condições históricas e naturais específicas. Segundo ele, deve-se lembrar que o meio ambiente natural não é nem uma variável independente nem um fator constante. É uma variável que se transforma sob a ação mesma do sistema econômico e social. Dado o duplo sentido do termo meio ambiente — entendido o meio ambiente social, isto é, tipo de sociedade, como meio ambiente natural — é preferível estudar-se a relação dos ecossistemas e tipos de sociedades, ao invés de homem e seu meio ambiente. Deve-se privilegiar as condições de reprodução dos tipos de sociedade, tendo-se em vista suas condições internas e externas e as modificações que causam no meio ambiente natural (1974. p. 2).

Marx, no entanto, não vê a natureza como algo ontológico e homogêneo. Ele utiliza termos, como metabolismo, para significar não somente o intercâmbio que se dá entre o homem e a natureza, através do processo de trabalho, mas também entre os elementos constituintes da própria natureza. O termo metabolismo, usado por Marx nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* e também no *Capital*, significa a troca de elementos que se opera através dos elementos naturais.

Esse metabolismo, afirma Schmidt (1971. p. 76), está sujeito às leis naturais anteriores ao homem. O homem transforma a natureza, mas a intensidade e magnitude dessa transformação se encontram limitadas não somente pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, mas também pela estrutura da própria natureza. No entanto,

“quais das potencialidades imanentes à matéria são realizadas, e em que grau, continua sempre sendo função do nível das forças materiais e intelectuais da produção, já que a estrutura da matéria não é constante” (SCHMIDT, 1971. p. 63).

“O homem só pode seguir nessa forma de produção da mesma maneira que a natureza; isto é, ele somente pode alterar as formas da matéria” (MARX, 1964. p. 20).

Marx afirma que o homem confronta-se também com elementos da natureza como formas da natureza. Lamentavelmente ele não explorou mais profundamente essa linha de pensamento, desde que sua preocupação básica era a análise do sistema capitalista industrial, onde os elementos naturais entram no processo de produção como matéria-prima já acabada ou semi-acabada. Assim, o algodão entra no processo produtivo como fio, ou matéria-prima que já incorporou trabalho numa fase anterior, a da agricultura. Ora, é na primeira fase que o homem se defronta com as forças da natureza enquanto metabolismo, seja natural seja histórico, através do trabalho. É, no entanto, em atividades como a agrícola e a pesqueira, baseadas sobretudo nos ciclos naturais, que as forças produtivas da natureza ganham uma importância capital¹⁵.

Marx analisa os objetos da natureza enquanto condições objetivas ou naturais da produção. Enquanto estão na natureza, os

¹⁵ “Marx concentró sus exigencias en el estudio del capitalismo y se ocupó del resto de la historia con diversos grados de detalles, pero principalmente en la medida en que se vinculaban con los orígenes y el desarrollo del capitalismo.” (HOBBSAWN. Introducción a formaciones económicas precapitalistas de K. Marx. *Cuadernos de Pasado y Presente*. Córdoba, (20): 1, 1971.)

objetos só possuem um valor potencial. É o trabalho humano que arranca a matéria de suas condições naturais transformando-a em objeto de uso ou meios de subsistência. É importante considerar-se ainda uma diferença entre objeto de trabalho e meio de trabalho (matéria-prima). O objeto de trabalho é aquele objeto natural retirado da natureza pelo trabalho e transformado em valor de uso, ou, mais precisamente, em meio de subsistência. Já, quando um objeto tem o trabalho incorporado, Marx o considera como meio de trabalho ou também matéria-prima.

Ou, dito de outra maneira, as condições naturais externas de produção se dividem, sob o ponto de vista econômico, em duas grandes categorias: riquezas naturais como meio de subsistência, isto é, o solo fértil, águas piscosas, etc., e riquezas naturais como meios de trabalho, tais como as quedas-d'água, rios navegáveis, madeiras, metais, etc.

No primeiro caso, os recursos naturais são simplesmente objetos de trabalho, sobre os quais se aplicam os instrumentos de produção, ou de onde o homem retira os frutos, seja pela coleta, seja pela caça ou pesca.

Ao considerar o solo (e também a água) em seu estado virgem como o grande fornecedor dos meios de subsistência para o homem, Marx vê nele um objeto de trabalho humano. Tudo aquilo que o homem simplesmente separa do seu ambiente natural são objetos de trabalho, fornecidos espontaneamente pela natureza.

A terra pode ser considerada também como instrumento de trabalho. Nesse sentido, a terra não é somente o grande laboratório/arsenal que fornece os meios e a matéria-prima do trabalho e residência, base da comunidade. Ela é (incluindo os fertilizantes, arados, etc.) também um instrumento de trabalho entendido como algo que o homem interpõe entre si e a natureza.

É somente na medida em que o homem introduz energia exterior, através da preparação da terra, da adubação, do plantio e da colheita, utilizando outros instrumentos de trabalho, que a terra se transforma num instrumento de trabalho.

Poderíamos dizer que também o mar e seus recursos se transformam em instrumento de produção quando se aproveitam suas correntes (marés) para a produção de energia, ou ainda, quando, aproveitando as forças naturais, o homem passa a cultivar o peixe através da aquíicultura.

Marx, preocupado com um outro estágio da produção, o capitalista industrial, onde a matéria-prima já recebera uma filtragem, numa incorporação inicial do trabalho humano, encontra dificul-

dade em analisar aquelas formas de organização social de produção baseadas na extração, tais como a mineração, a caça e a pesca:

“O objeto do trabalho é dado pela própria natureza na indústria extrativa, exploração de minério, caça, pesca, etc... Todos os outros ramos da indústria manipulam matérias-primas, isto é, objetos já filtrados pelo trabalho...” (O capital. Livro I, cap. 7).

No entanto, mesmo a produção do objeto de trabalho que o homem arranca da natureza implica a incorporação do trabalho humano, uma vez que este é o único criador de riqueza.

“Mas, mesmo quando se trata apenas de encontrar, de descobrir, torna-se imediatamente necessário um trabalho, um esforço, como na caça, na pesca, no pastoreio; é preciso que o sujeito produza (isto é, desenvolva) certas aptidões. Se circunstâncias há em que, sem qualquer instrumento (portanto, sem a ajuda de produtos do trabalho destinados eles próprios à produção), o homem pode apropriar-se daquilo que se lhe oferece sem lhe mudar a forma (o que acontece ainda na pastorícia), é preciso considerá-las, mesmo no estado primitivo, como transitórias e de modo nenhum normais” (MARX, 1973. p. 26).

Ora, o caso da atividade pesqueira é muito particular. Devido aos processos naturais (maior fertilidade das águas), e também à sorte, pode ocorrer que o pescador retire das águas um volume considerável de pescado sem um grande esforço. Podemos então afirmar que, nessas condições favoráveis, o tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência é menor que em outras situações. Marx lembra que essa fertilidade diferencial pode levar a uma dependência maior do homem em relação à natureza, levando-o a viver da mão para a boca. Nesse sentido ele afirma que não foram os trópicos, com sua vegetação luxuriante, mas os países temperados, os progenitores do capital.

No que se refere à atividade pesqueira podemos dizer que no mar estão as condições naturais da produção: os recursos marinhos que nele existem antes da captura são, na verdade, recursos potenciais. Na medida em que, através do trabalho, o pescado é capturado, ele se transforma em objeto de trabalho ou meio de subsistência (objeto separado de suas condições naturais de existência). O peixe, na medida em que é processado, seja no barco-fábrica seja na indústria de terra, transforma-se em matéria-prima.

A maior ou menor importância do pescado, seja como objeto de trabalho ou meio de trabalho, é um indicador de um maior ou

menor grau do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e mesmo do tipo de forma de organização social da produção.

A produção do pescado enquanto meio de subsistência indica um estágio da produção em que o homem e seu trabalho se confundem com as condições naturais da produção. A própria tecnologia, no caso limite, se confunde com a extensão do próprio corpo humano. O homem tira proveito do que Marx chama de tecnologia natural, ou dos processos próprios da natureza para a produção da vida.

Por isso, afirma Marx, nas sociedades pré-capitalistas, o homem se utiliza da riqueza natural como meio de subsistência ou objeto de trabalho, ao passo que, nas sociedades de maior desenvolvimento das forças produtivas, a riqueza natural é considerada mais como instrumento de trabalho (quedas-d'água, madeira, metal, matérias-primas em geral).

“A terra é ainda vista aqui como algo que existe naturalmente e independente do homem, e não ainda como capital; isto é, como fator de produção. Ao contrário, o trabalho aparece como um fator da natureza” (MARX, apud BOTTOMORE. 1963. p. 149).

Daí se explica o fato de na pequena produção mercantil pesqueira o fator trabalho não entrar como capital. Ele se identifica como uma das condições naturais da produção. Na medida em que o processo produtivo se dirige principalmente para a produção dos meios de subsistência, para a produção dos valores de uso, o trabalho não é considerado um custo de produção ou um valor de troca. Da mesma forma, o próprio pescado não aparece como fruto do trabalho, mas como uma dádiva da natureza. As condições primitivas da produção se apresentam como “pressupostos naturais da existência natural do produtor; do mesmo modo, o seu corpo vivo que ele reproduz e desenvolve realmente aparece não como obra sua, mas como sua própria condição...” (MARX, 1973. p. 23).

Daí também afirma Marx que todas as formas mais ou menos naturais, mas ao mesmo tempo resultado do processo histórico e nas quais a comunidade pressupõe sujeitos unidos objetivamente às suas condições de produção (...), correspondem necessariamente a um desenvolvimento limitado das forças produtivas... Para Marx, as sociedades pré-capitalistas tinham um caráter anistórico na medida em que os instrumentos e os objetos de trabalho não eram produtos do trabalho, mas frutos das condições naturais das

quais os próprios grupos humanos não se diferenciavam (SCHMIDT, 1971. p. 178).

Gutelman (1974. p. 20) retoma a mesma idéia ao afirmar que, nas formas de organização social em que o nível das forças produtivas é baixo, a produção (seu volume, qualidade e eficácia) é determinada pelas forças produtivas da natureza e pelo conhecimento (*savoir-faire*) que o produtor tem desses processos.

Ele explicita mais a noção de metabolismo natural usada por Marx e dá-lhe um estatuto teórico novo, denominando os processos naturais que se desenvolvem independentes da ação humana de forças produtivas da natureza¹⁶. Para ele é aplicando-se o trabalho sobre essas forças produtivas naturais que se obtém a produção. Essas forças produtivas naturais consistem em processos físico-químicos que agem independentemente da ação humana, tais como a fotossíntese, a circulação de elementos nutritivos, etc. Esses processos se dão no interior de um espaço físico definido. No caso da agricultura, é o afastamento forçado do trabalhador direto desse espaço, onde se realizam esses processos, que permite ao não-trabalhador se apropriar do sobretrabalho.

¹⁶ Skibberg (1974. p. 646) vai ainda mais longe ao afirmar que a infra-estrutura econômica de uma sociedade não é formada somente pelas forças produtivas do trabalho e pelas relações sociais de produção, mas também pelas forças da natureza. Segundo esse autor, para Marx, a relação de tensão dialética entre as forças produtivas históricas e as relações de produção constitui a força motriz da história. As condições naturais seriam para Marx condições invariantes da produção. O autor parece sugerir que a tensão dialética que leva às mudanças estruturais inclui também as forças produtivas materiais. Num dado momento, a crise estrutural se verificaria pela contradição entre as forças produtivas históricas e as da natureza. No momento em que, pelo desenvolvimento desproporcional das forças produtivas do trabalho (tecnologia), as forças produtivas naturais não pudessem mais se exercer (diminuição fatal da capacidade fotossintética, de depuração das águas do mar, etc.), criar-se-ia um impasse para a própria reprodução humana.

Nessa mesma linha de pensamento, Skibberg afirma que, apesar de toda riqueza ser oriunda do trabalho humano, nas atividades extrativas, como a pesca, ocorre a existência de um sobrelucro extrativo. Para ele, na medida em que se aumenta, por exemplo, o esforço de pesca (técnicas mais predatórias), há uma transferência de valor dos recursos ao lucro não proporcional ao trabalho despendido. Nesse caso, não se pode afirmar que todo o lucro provém do subpagamento do trabalho, nem que foram os trabalhadores diretos os explorados. Houve, sim, uma sobreexploração da natureza que pode levar à sua destruição (desaparecimento dos estoques pesqueiros), o que, indiretamente, pode afetar as gerações futuras, que não mais poderão se utilizar desses recursos.

Já no caso da pesca, a formação do sobretrabalho não se funda necessariamente na separação dessas forças produtivas naturais, já que normalmente o oceano é de livre acesso¹⁷, mas na impossibilidade do produtor direto de dispor de equipamentos de captura e, secundariamente, da sua incapacidade em usar os conhecimentos adquiridos, por não ser capaz (por falta de embarcação e redes) de explorar o espaço marinho para onde migram os peixes quando as condições naturais onde viviam antes sofrem alterações físicas.

Por sua vez, quando o homem vive na dependência dos ciclos naturais (safra anual da tainha, por exemplo), todo o seu tempo útil deve ser utilizado para a produção dos meios de subsistência para si e sua família, havendo pouca possibilidade de formação de um excedente¹⁸. Como afirma Marx, sem um certo grau de produtividade do trabalho ou de desenvolvimento das forças produtivas não há excedente de produção, o nível de divisão do trabalho será baixo e como conseqüência não há diferenciação social. A esse nível técnico e de produtividade social a solidariedade de grupo é uma condição indispensável para a sobrevivência física do grupo.

Meillassoux (1960) afirma que quando a atividade humana se baseia na extração desses objetos de trabalho, cuja produção é de imediato disponível ao fim de cada processo de trabalho (caça, pesca, etc.), a divisão desses produtos entre os participantes é a forma mais normal de remuneração do trabalho.

Aí talvez resida uma explicação possível de por que na pequena pesca o sistema de remuneração por partes da produção *in natura* (número de peixes) seja tão freqüente.

Se por um lado em muitos textos marxistas as forças da natureza são consideradas como fatores invariantes da produção

¹⁷ Algumas comunidades de pescadores protegem as suas áreas tradicionais de pesca contra a invasão de estranhos. Trata-se de uma área que passa a ser explorada por um grupo de pescadores, não se tratando de propriedade individual. Um caso típico é o das comunidades de pescadores no Japão, organizados em cooperativas e que têm o direito de explorar uma certa área de pesca adjacente. Em algumas comunidades litorâneas brasileiras, como em Cananéia, o pescador que montar primeiro o seu cerco fixo de bambu num determinado lugar tem o direito de se apropriar do pescado capturado pela armadilha. Não se trata, no entanto, de um direito vitalício ou hereditário.

¹⁸ "Lorsque le niveau de développement des forces productives est extrêmement bas, et qu'il ne permet aux groupes humains de produire un surplus significatif par rapport aux simples besoins psychologiques, il ne peut y avoir de division des groupes en classes sociales" (GUTELMAN, 1974. p. 35).

(SKIBBERG, 1974), por outro lado o conceito de reprodução nos oferece uma alternativa teórica adequada para o tratamento das relações entre os ecossistemas naturais e as formas de sociedade. Para a maioria dos autores marxistas, a análise da reprodução social se esgota na reprodução do capital, da força de trabalho e das relações sociais. Ora, em sociedades que vivem da exploração direta da natureza (baseadas na agricultura, pesca, etc.) há uma correlação importante entre a reprodução social e a reprodução natural. Nas comunidades de pescadores, por exemplo, há uma correlação entre a reprodução da vida social e a reprodução dos estoques de pescado. A reposição dos instrumentos de trabalho — por exemplo, redes — se realiza após a safra de um determinado peixe. Da mesma forma, as festividades e comemorações se realizam após a salga e a venda de determinados peixes que aparecem somente durante certo período.

Nesse sentido, a reprodução das condições de produção recai sobre dois elementos fundamentais: a reprodução das forças produtivas históricas e a das relações de produção (ALTHUSSER, 1970). Isto é, a cada ciclo produtivo são repostos os meios de produção (matéria-prima, objetos e instrumentos de trabalho) e a força de trabalho. Por outro lado, as modalidades dessa reposição são garantidas pelas relações que os agentes de produção estabelecem entre si. A reprodução dessas relações por sua vez é em grande parte assegurada pela superestrutura político-ideológica.

Ora, ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos de trabalho — o pescado — se realiza segundo as leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem. Essa imprevisibilidade na reprodução natural influencia de maneira considerável a reprodução social das comunidades de pequenos pescadores.

A pesca empresarial-capitalista, ainda que dependa menos das forças da natureza para reproduzir, nem assim está livre dos limites que se lhe impõem os próprios recursos naturais. Com um arrastão-fábrica, pode-se, até certo ponto, superar os condicionamentos físicos a que está sujeito o pescador artesanal e sua pequena canoa. O homem passa a explorar diversos ecossistemas marinhos ao mesmo tempo. Mas, afinal, os limites da predação são dados ainda pela capacidade limitada da reprodução dos estoques. Aí reside um aspecto importante na análise da atividade pesqueira, esquecido muitas vezes por aqueles que analisam a pesca como idêntica aos outros setores da divisão social de produção.

À medida que o capital técnico (equipamentos de pesca e navegação) se torna cada vez mais poderoso e o acesso à sua propriedade mais limitado, surge a possibilidade histórica de o seu proprietário se apropriar do sobretrabalho dos outros pescadores.

A atividade pesqueira ingressa, então, naquele estágio descrito por Marx em que as condições naturais passam a ser consideradas como instrumento de trabalho, não mais como objeto de trabalho; o pescado se transforma em mercadoria, em matéria-prima para o processamento industrial. Inicia-se então o processo de separação do produto direto das condições naturais do trabalho: não somente os objetos da natureza se transformam em mercadoria como também a força de trabalho se destaca de sua situação primitiva de condição natural de produção para se tornar, ela mesma, objeto de compra e venda. Surge então o trabalho excedente, o sobretrabalho, considerado como o dispêndio de energia por parte do trabalhador direto (trabalho necessário) apropriado pelos detentores dos meios de produção¹⁹.

O capital técnico, que era menos importante que o *savoir-faire* profissional e que as forças produtivas da natureza, torna-se o centro do processo produtivo. O próprio pescado já não aparece

¹⁹ A propósito, é importante se ter em conta que as condições naturais favoráveis, como o clima propício, a fertilidade da terra e do mar, influenciarão o tempo requerido para a produção dos meios de subsistência do produtor (tempo do trabalho necessário à reprodução do trabalhador), mas não a existência do trabalho excedente ou sobretrabalho, gerador de mais-valia. O sobretrabalho é fruto de uma relação entre os produtores diretos e não-produtores e se inicia no momento em que o trabalho necessário termina. Daí se concluir que as razões que levam o produtor direto a trabalhar além do tempo necessário e seu produto ser apropriado pelo não-trabalhador não têm explicação na fertilidade da terra ou do mar e sim na forma de organização de produção em que ele está inserido. A mencionada fertilidade fornece a possibilidade, mas não a realidade do sobretrabalho.

“La faveur des circonstances naturelles fournit, si l'on veut, la possibilité, mais jamais la réalité du surtravail, ni, conséquemment du produit net ou de la plus value. Ainsi, le climat plus ou moins propice, la fertilité de la terre plus ou moins spontanée, etc., le nombre des premiers besoins et les efforts que leur satisfaction impose seront plus ou moins grands de sorte que, dans des circonstances d'ailleurs analogues, le temps de travail nécessaire variera d'un pays à l'autre, mais le surtravail ne peut commencer qu'au point où le travail nécessaire finit. Les influences physiques qui déterminent la grandeur relative de celui-ci tracent donc une limite naturelle à celui-la. À mesure que l'industrie avance, cette limite recule”. (MARX. *Le capital*. Éditions Sociales, Livre I. Tome II, p. 186.).

como um dom da natureza, mas um produto que somente ganha existência pela aplicação do capital.

Na produção capitalista, a natureza torna-se algo externo ao homem, algo que pode ser transformado em objeto de troca. A natureza deixa de ser reconhecida como um poder em si mesma e passa a ser uma utilidade para o homem. Como afirma Schmidt (1971, p. 121):

“numa situação pré-industrial, o elemento natural é dominante, enquanto que na sociedade industrial a intervenção humana se exerce de maneira crescente sobre os elementos materiais providos pela natureza”.

Marx antevê o capitalismo e os efeitos do desenvolvimento enorme das forças produtivas do trabalho sobre as forças da natureza, a sua pauperização progressiva, as dificuldades na regeneração da fertilidade do solo, etc. A produção capitalista não somente arruína a saúde física dos trabalhadores como também desorganiza a vinculação material (o metabolismo) entre o homem e a terra.

“Em suma, cada avanço da agricultura capitalista é uma progressão não somente na forma de explorar o trabalhador mas também na arte de devastar o solo; cada progresso na arte de aumentar a fertilidade do solo por um certo tempo é também um avanço na destruição das fontes duráveis de fertilidade... A produção capitalista somente desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando simultaneamente as duas fontes de onde jorra toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX. *O capital*. Livro I, cap. XV).

Em suma, a produção capitalista não somente se baseia na produção desenfreada da força de trabalho, como também na exploração destrutiva das forças produtivas da natureza, rompendo, freqüentemente, os complexos processos pelos quais essa indústria natural produz e reproduz a própria vida.

O aparecimento de formas capitalistas de produção na pesca significou não somente a separação do trabalhador direto dos instrumentos de trabalho e seu conseqüente assalariamento, mas também a expropriação progressiva do *savoir-faire* profissional desse conhecer complexo, apanágio de todo pescador experiente.

Mais do que em nenhuma outra profissão, a tomada de decisão de lançar uma rede, por exemplo, está sujeita à avaliação de

uma série de fatores naturais que vão desde a posição da lua e sua influência nas marés até os hábitos migratórios do pescado na procura de seu alimento.

O conhecimento dessas variáveis naturais, normalmente acumulado de maneira empírica pelos pescadores, passado de geração em geração, constitui o núcleo mais importante da *expertise* que caracteriza, por exemplo, um bom pescador. É verdade que a forma de adquirir e armazenar esses conhecimentos complexos tem se diversificado enormemente nas últimas décadas. O pescador lagunar de Cananéia (Brasil), por exemplo, para localizar certos tipos de peixe, como a pescada, costuma usar a canoa como caixa de ressonância para ouvir o ronco da pescada. O bom mestre de traina, pela ardência ou brilho de um cardume de sardinha em noite escura, pode avaliar sua profundidade e volume com boa precisão. O jangadeiro do Nordeste guarda seu ponto de pesca, no mar alto, por um complexo sistema de triangulação de marcas situadas na costa (pontas de morro, etc.).

Andersen (1972) mostra como os pescadores artesanais no Atlântico Norte tratam o seu conhecer tradicional como um capital escasso e raro que lhes permite não somente o acesso a bancos férteis de pesca como também lhes garante o acesso à propriedade dos equipamentos de pesca. Um proprietário de rede pode abrir sociedade com um mestre de pesca experimentado, entrando este somente com sua experiência e seu trabalho.

Na pesca industrial, os instrumentos eletrônicos de detecção de cardumes como o sonar, a ecossonda, os instrumentos sofisticados de navegação e mesmo os computadores nos grandes barcos, processam um volume considerável de informações necessárias à captura, tornando obsoleto o longo processo de aprendizado de pai para filho.

Como resultado, a figura do mestre ou do proeiro das pequenas traineiras, que ficava a noite inteira pendurado no mastro, perscrutando o oceano, recebendo vento e chuva, foi radicalmente alterada. O mestre de um barco moderno é antes um técnico de informática que passa boa parte de seu tempo diante da tela do sonar procurando cardumes, ou diante do rádio recebendo instruções do departamento de captura da empresa a que pertence a embarcação e da qual ele mesmo é assalariado. Muitas vezes, na base das informações recolhidas pela ecossonda ou sonar, o mestre da grande pesca costuma, ele mesmo, fazer sua própria carta de

pesca, indicando no mapa com coordenadas geográficas precisas os locais onde encontrou bons cardumes nas diversas estações.

Se é verdade que a introdução desses equipamentos modernos reduziu o grau de incerteza e aumentou o controle sobre as variáveis naturais, nem por isso a pesca deixou de ser uma atividade de risco ou sorte. Mesmo barcos de pesca modernos continuam afrontando furacões e tempestades imprevistas, muitas vezes regressando ao porto com os porões vazios.

Além disso, o conhecimento do comportamento das espécies marinhas implica o uso de técnicas de captura adaptadas às condições variantes. Assim, para cada nicho ecológico e mesmo para cada espécie aí existente há necessidade de instrumento diferente. Às vezes, mesmo para a mesma espécie, como a tainha, por exemplo, dependendo de sua fase de crescimento, de época de migração, o pescado necessita de conhecimentos e apetrechos de pesca diferentes.

As condições naturais muitas vezes são tão diferenciadas que eliminam a possibilidade de uma exploração em larga escala, através de uma forma de organização empresarial-capitalista, como vimos na Escandinávia.

É aí que entra o pequeno pescador, utilizando a mão-de-obra familiar com uma grande experiência de nichos ecológicos precisos, onde os apetrechos de captura através de longos anos se adaptaram àquela pesca. Existe, então, uma simetria entre o conhecimento acumulado e o instrumento de trabalho que, em geral, é de sua propriedade (ou familiar).

Instrumentos eletrônicos como o radar e o sonar tornam caducos muitos conhecimentos empiricamente acumulados durante gerações. O sucesso da pesca realizada por barcos empresariais modernos repousa muito mais na leitura das informações colhidas por estes instrumentos e colocados numa carta de pesca.

Andersen (1972, p. 70) analisa com minúcias o comportamento dos mestres que hoje passam grande parte de seu tempo na leitura do sonar, da ecosonda e na escuta dos outros mestres pertencentes ou não à mesma empresa. O radiorreceptor-transmissor fornece não só informações sobre o deslocamento de outros barcos que procuram os mesmos cardumes, como também permite ao mestre informar à empresa sua localização, o volume capturado, etc. Como a frota de pesca é verticalmente integrada ao setor de processamento, essas informações são de absoluta importância. No entanto, como bem constatou Andersen, as informações são pro-

positalmente distorcidas pelos mestres a fim de evitar a competição de outros barcos quando a pescaria está boa. Daí, o ceticismo com que o mestre recebe qualquer informação sobre o aparecimento ou não de grandes cardumes por qualquer um de seus colegas, pertencentes ou não à mesma empresa. No fundo, a arte de um bom mestre é despistar os concorrentes quando encontram um bom pesqueiro e tentar, no meio das informações fornecidas, propositalmente distorcidas, saber onde o peixe foi parar quando ele mesmo ainda não encontrou.

No entanto, o blefar nas informações²⁰ não se explica pelo individualismo do pescador, mas pela teia de relações que num barco liga o mestre à tripulação e à empresa.

Para um mestre, de nada valem suas capacidades profissionais se não contar com uma tripulação experiente e que seja mais ou menos estável. Ele só poderá mantê-la se, usando de melhor maneira os equipamentos e sua experiência, conseguir boa produção. Quanto menos barcos usarem o pesqueiro, maior a produção e maior será a porcentagem que caberá a cada pescador. O mestre sabe que será julgado não só pela empresa, mas também pela tripulação. Se não conseguir manter uma boa produção, ele poderá vir a receber um barco mais velho, com piores condições de pesca e dificilmente ele encontrará uma boa tripulação²¹.

A introdução do maquinismo não somente propiciou a expropriação do *savoir-faire* tradicional dos pescadores como também alterou a percepção que eles tinham do ecossistema marinho. De um lado, os potentes barcos de pesca industrial depredaram os cardumes de tal forma que alteraram a própria capacidade de repro-

²⁰ O blefar nas informações através do rádio não parece ser um fenômeno universal. Yoshida e outros (1974) afirmam que os mestres da vila de Katsumoto, no Japão, se comunicavam pelo rádio quando encontravam bons cardumes de peixe. Mentir pelo rádio era considerado um fato execrável para o mestre que podia perder sua reputação ao chegar ao porto. No entanto, o segredo dos bons pontos de pesca era característica do pescador daquela vila. O Comitê de Jovens da Cooperativa do Matsumoto, segundo Yoshida, teria conseguido persuadir os pescadores mais velhos a transmitir-lhes gradualmente os segredos de pesca que anteriormente eram passados só aos seus filhos.

²¹ Além disso, numa área altamente competitiva, o estado geral da embarcação e dos equipamentos de pesca conta muito. Um arrastão em operação sofre um desgaste considerável, e se o equipamento (guincho, motor, etc.) não está em boas condições, a tripulação perderá tempo em reparos, prejudicando a pesca. Quando a empresa adquire um novo arrastão, é em geral o melhor mestre com a melhor tripulação que passa a operá-lo.

dução dos cardumes. De outro lado, a poluição urbano-industrial causou mudanças físico-químicas nas águas com resultados imediatos sobre o comportamento das espécies.

A percepção que o pescador tem do meio ambiente varia de acordo com as formas de produção em que estão inseridos ²².

Vimos em exemplos anteriores que, na pequena produção mercantil, onde os produtores trabalham principalmente para a produção dos meios de subsistência, existia a percepção de que para a sobrevivência do grupo, os recursos naturais deviam ser utilizados com cuidado, evitando-se o desperdício ²³. Se os pequenos pescadores habitavam numa região de águas férteis, os recursos poderiam aparecer como ilimitados; mas havia a limitação da capacidade de captura, uma vez que o volume de produção estava determinado pelo volume da força de trabalho familiar, seus conhecimentos e também pela sua capacidade de consumo. Como os recursos pesqueiros não se encontravam dispersos homoganeamente por toda a área, muitas comunidades tratavam de proteger as áreas férteis contra a invasão de intrusos.

Assim, na pesca costeira de Newfoundland, na Terra Nova (Canadá), as comunidades pesqueiras tinham, antes da década de 50, um certo controle sobre as áreas de pesca que lhes pertenciam tradicionalmente. Se um pescador de fora pusesse aí sua armadilha, receberia nela, como primeiro aviso, uns quilos de pedra. Na medida em que os pescadores das diversas comunidades compraram motores e puderam se deslocar, facilmente começou uma aguda competição pelas áreas de pesca, surgindo problemas de pauperização dos cardumes.

²² É fundamental, como afirma Godelier (1974, p. 39), analisar cuidadosamente o sistema de representação que os indivíduos e os grupos fazem do meio ambiente em que vivem. É a partir dessas representações mentais que eles agem sobre o meio ambiente. A percepção que os indivíduos têm do seu meio ambiente natural é formada somente de representações mais ou menos objetivas, mas igualmente de julgamentos de valor e de crenças. Um determinado meio ambiente pode ser lugar de moradia de poderes sobrenaturais, bons ou maus, que podem interferir no funcionamento da vida dos homens. Daí a necessidade dos ritos de proteção que nos descreve Malinowski (1948).

²³ Na vila de pescadores, no Japão, estudada por Yoshida et alii (1974), cada barco tinha sua *funadama* ou espírito guardião. A *funadama* é uma divindade feminina, cuja estátua é colocada em uma pequena capela junto ao mastro principal. Os pescadores fazem suas orações diante da deusa protetora, antes de saírem para o mar, e também lhe oferecem peixe e arroz após a pesca. As mulheres são proibidas de entrar nos barcos ou pescar porque a *funadama* ficaria furiosa com a presença feminina.

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina; os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pressa com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidas, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória. Rompe-se a solidariedade grupal e o resultado final é o abandono puro e simples da pequena pesca que já não permite nem a produção dos meios de subsistência nem a transformação dos pequenos pescadores em proletários do mar que passam a participar diretamente na pilhagem dos oceanos.

A dinâmica do capital leva não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza.

SEGUNDA PARTE

O Desenvolvimento da Pesca no Brasil
e suas Contradições

CAPÍTULO VI

A ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL SUDESTE DO BRASIL

1 A configuração espacial da acumulação do capital no setor pesqueiro

No litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro (vide mapa — fig. 4), ideal para o estudo das diversas formas de organização da produção pesqueira, encontramos o moderno arrastão de camarão da Confrio (Companhia Nacional de Frigoríficos), a traineira tradicional pertencente a um armador, a baleeira motorizada pertencente a um pequeno produtor artesanal que pesca sozinho ou com um camarada, e cada vez mais raramente uma companhia, que com o tresmalho espera a entrada das tainhas nos meses frios.

Cada uma dessas unidades de produção acena para formas produtivas diferenciadas, que, no entanto, já não existem em seu estado puro. Essas unidades de produção, representando tempos históricos diferentes, não existem de maneira estanque. A reprodução da força de trabalho, dos instrumentos de produção e das relações sociais de produção próprias a cada uma das formas passa pelo crivo da articulação existente atualmente entre as várias formas de organização pesqueira (pequena produção de mercadoria, pesca empresarial-capitalista, etc.).

Essas unidades de produção coexistem num espaço geográfico ou região que em se tratando de um meio ambiente marinho apresenta características particulares. Quando nos referimos a região não tratamos somente desse espaço geográfico, mas de um conjunto de condições naturais, físicas e biológicas que servem de base a determinadas formas de organização social da produção. O espaço costeiro e/ou oceânico se configura em termos de ecossistemas, dentro dos quais se desenvolvem processos naturais de reprodução de espécies marinhas. Nesses ecossistemas os processos biológico dão origem a uma verdadeira indústria natural e sobre

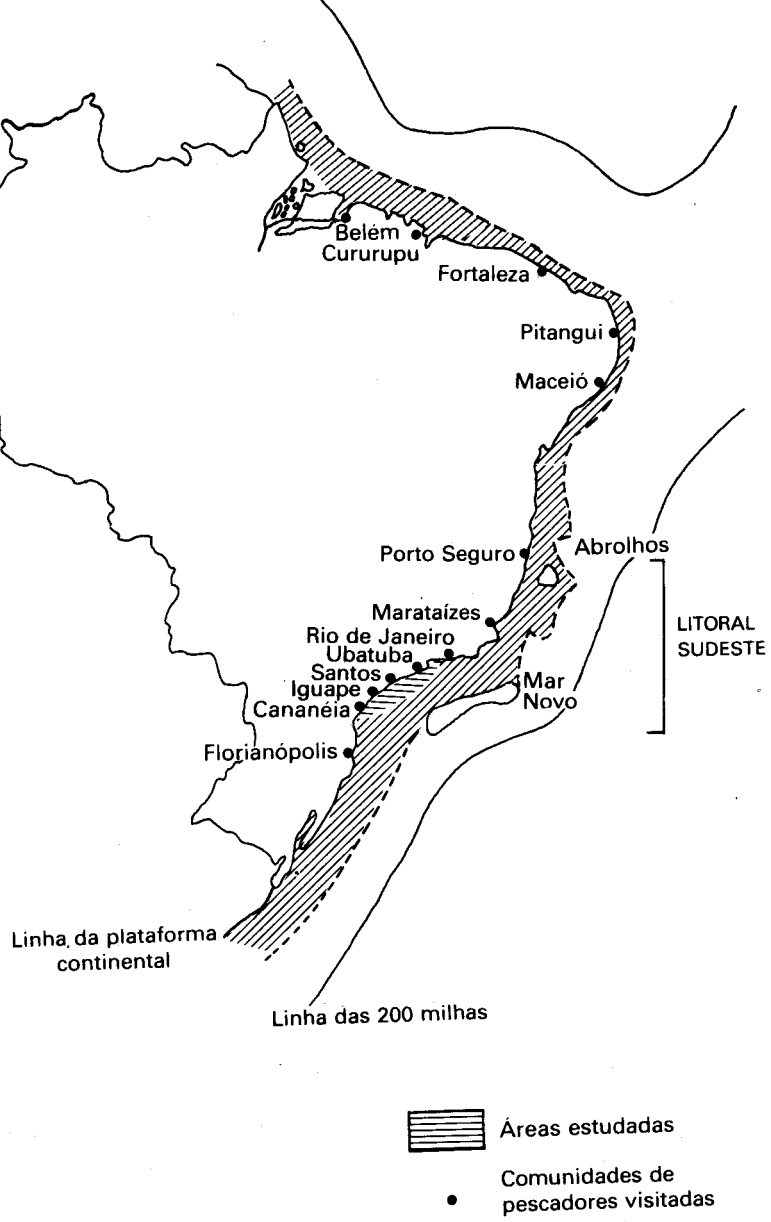


Fig. 4 — Mapa do Litoral Sudeste

eles os homens interferem desenvolvendo entre si relações de produção e forças produtivas sociais. São essas que fazem da região a realização espacial de determinados fenômenos sociais e históricos.

Nesse sentido, a região é uma construção histórica, e portanto mutável, reflexo no espaço¹ de diferentes maneiras de se produzir a vida material e social.

Vê-se, pois, a necessidade de se ultrapassar as explicações empíricas das chamadas desigualdades regionais como fenômenos em si e analisar os graus diversos de desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes espaços regionais. As desigualdades regionais perdem seu caráter estreitamente geográfico e ganham um significado histórico através da noção de apropriação do excedente produzido em determinados espaços físico-sociais tanto pelas classes sociais aí existentes quanto pelas classes extra-regionais².

Em se tratando de uma atividade econômica baseada sobre a exploração de recursos móveis e que se reproduzem de uma maneira cíclica, a pesca só poderá ser entendida em relação às condições naturais em que ocorre a reprodução biológica das espécies marinhas. Ora, ao longo do litoral brasileiro as condições naturais da atividade pesqueira são bastante diferenciadas.

No litoral nordestino há uma abundância de espécies heterogêneas de pescado (pargo, albacora, etc.) que são dificilmente cap-

¹ "Produit social par excellence, l'espace n'en conserve moins une réalité physique complexe. C'est en effet un ensemble fait de composantes physico-chimiques et biologiques, naturelles et artificielles dans la mesure où les oeuvres humaines tiennent une place de plus en plus grande, prédominante même, en milieu dans l'environnement de l'homme. Tout cet univers est mesurable, dosable, quantifiable, mais l'approche statique en est insuffisante car l'espace n'est pas seulement étendu: il a sa dynamique propre. Il est le siège d'interrelations, de combinaisons de mécanismes, mettant en jeu les différentes composantes" (REMICA, 1974. p. 31).

² "Ao contrário, uma abordagem que se centre no exame da divisão regional do trabalho e nas suas mutações, sob o controle hegemônico da produção capitalista no Brasil, pode propiciar o entendimento da natureza do conflito que levou a criação da Sudene pelo exame do desenvolvimento desigual inter-regional, pelo exame da desigualdade de caráter e do ritmo dos conflitos sociais nas diversas regiões que polarizavam e expressavam as condições da expansão capitalista no Brasil, pelo exame dos diferenciais de acumulação em todo país e finalmente pelo exame e investigação do que é uma região num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista. Ela aponta no final para uma redefinição do próprio conceito de região, num sistema de base produtiva capitalista e talvez até para a completa desaparecimento dessas regiões" (OLIVEIRA, F. & CARDOSO, F. H. 1976. p. 9).

turáveis em larga escala, dados os nichos ecológicos em que estão inseridas: fundos de pedra que dificultam, por exemplo, a técnica do arrasto. São, no entanto, espécies de alto valor de mercado, que constituem a base da pequena pesca.

Já no Litoral Sudeste-Sul as condições físicas favorecem o aparecimento de grandes concentrações de pescado tais como a sardinha, o camarão, a merluza, a pescada, etc. Tais espécies são passíveis de exploração em larga escala.

Dada a importância que assume o ambiente físico para a organização da produção social na pesca é importante conhecer suas características especiais. Como foi afirmado anteriormente, os fatores naturais existem dentro de um conjunto de relações que denominaremos ecossistema natural. Deutsch (1974) define ecossistema como

“um conjunto de elementos relativamente estáveis, muitas vezes geográficos e biológicos inter-relacionados, que em seu desenvolvimento capacita o sistema de maneira mais ou menos automática a manter-se, limitar-se e reproduzir-se num determinado espaço de tempo, apesar das alterações que possam ocorrer em alguns de seus elementos”.

Os fatores bióticos e abióticos que compõem o ecossistema natural marítimo existem dentro de um determinado espaço cujas fronteiras não são sempre claramente definidas. Nesses diversos ecossistemas marítimos se produz a biomassa através das forças produtivas naturais. No caso específico do espaço aquático, mais do que em outros ecossistemas terrestres, há uma grande mobilidade dos recursos. Enquanto certas espécies nascem e se desenvolvem num nicho ecológico geograficamente restrito, outras, como a tainha, o salmão, freqüentam nichos separados fisicamente por milhares de quilômetros.

Os pescadores, segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais alcançado pelas diversas formas de organização de produção em que estão inseridos, exploram um ou vários desses ecossistemas naturais. Historicamente existe uma certa correlação entre os graus de desenvolvimento das forças produtivas sociais e o tipo e dimensão espacial dos ecossistemas explorados. Assim, o pequeno pescador inserido na pequena produção mercantil simples tem condições técnicas e de conhecimento para explorar ecossistemas limitados espacialmente tais como os lagunares. A exploração do ecossistema oceânico que implica conhecimentos especiais de navegação, tamanho e potência adequada de embarcações, se

fez historicamente fora dos quadros de pequena produção mercantil³.

Se, no interior de ecossistemas aquáticos, as relações entre seus elementos naturais são dinâmicas e mutáveis, as estabelecidas entre esses processos e as diversas formas de organização social, criadas historicamente, também o são.

Podemos distinguir, segundo a produtividade natural, três ecossistemas marinhos: o das águas temperadas, o da ressurgência e o dos mares tropicais. O ecossistema marinho das águas temperadas, como o do Mar do Norte, que estudamos anteriormente, é muito rico, verificando-se na primavera uma retomada da atividade produtiva natural com grande produção de fitoplâncton, como se pode ver pelo mapa (fig. 1, Parte I). O ecossistema dominado pela ressurgência, tal como existe no Peru, é de grande produtividade natural, causada pelo aporte de nutrientes de fundo pelas correntes marinhas. Nesses ecossistemas a cadeia trófica é curta, isto é, microrganismos, como o fitoplâncton ou zooplâncton, são consumidos por peixes geralmente pelágicos, como a sardinha, a anchoveta, sendo convertidos diretamente em energia.

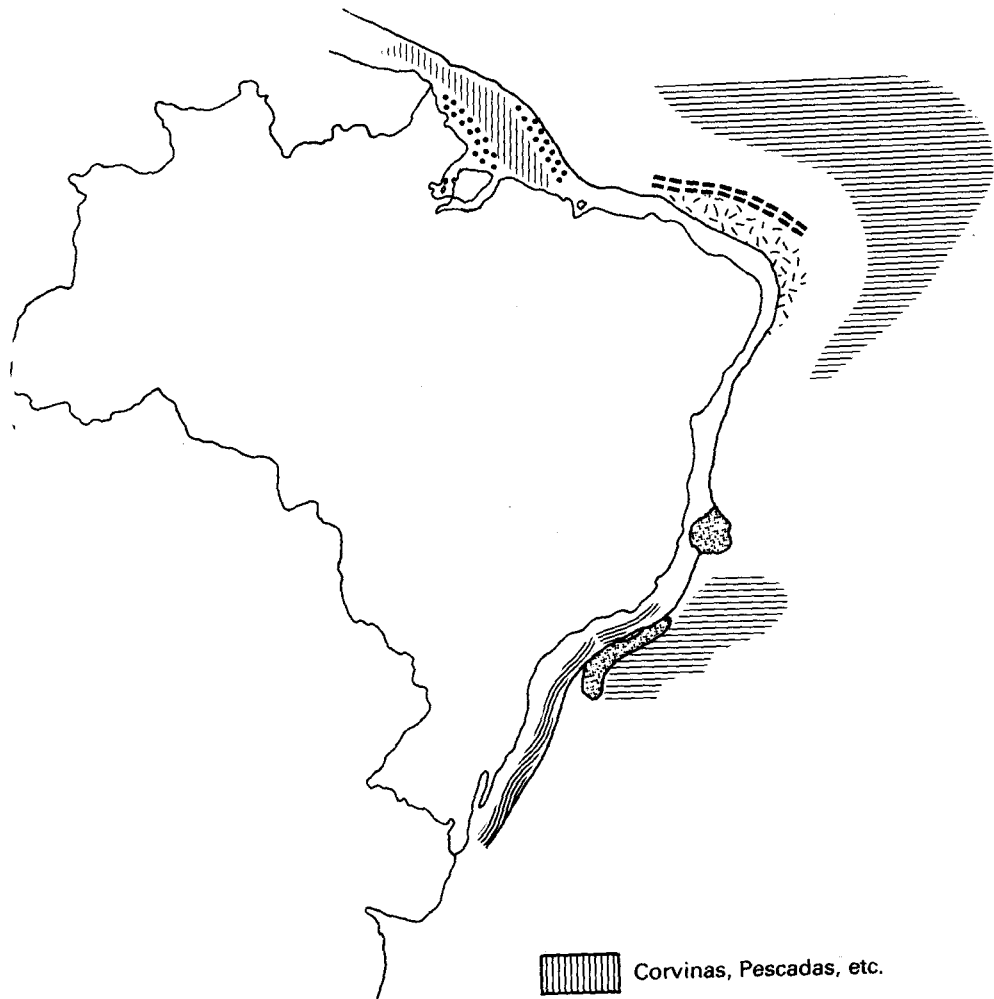
Já os ecossistemas de mares tropicais, como o brasileiro, são geralmente pobres porque não se beneficiam dos fenômenos naturais descritos anteriormente. Os mares tropicais e subtropicais (MATSUURA, 1979b) se caracterizam pela grande variedade de espécie e pela pouca abundância de cada uma (vide mapa — fig. 5).

Yesaki & Bager (1975) dividem o litoral brasileiro em quatro regiões naturais, segundo o tipo de fundo, a fauna, a flora e os tipos de pesca. O mapa (fig. 6) mostra a proporção e tipo de pescado capturado nas diversas regiões do Brasil.

A Região Norte possui alta produtividade primária causada pela foz do Amazonas, mas a topografia de fundo é irregular, dificultando as operações com redes de arrasto de fundo.

A Região Nordeste apresenta uma produtividade relativamente baixa. A plataforma continental é estreita, de fundo irregular cons-

³ Se as características naturais favorecem o surgimento de certos processos específicos de produção, as formas históricas de que eles se revestem ultrapassam no entanto tais limitações naturais. Um exemplo é a ostreicultura francesa realizada tradicionalmente na área de influência das marés, nos quadros de uma produção familiar. A descoberta de que as sementes de ostras, colocadas a uma profundidade maior, davam rendimentos consideravelmente superiores implicava a aquisição de grandes e custosas dragas para a coleta cujo aporte em capital extravasava os limites da pequena produção. Daí o surgimento de empresas capitalistas que passaram a utilizar mão-de-obra assalariada, onde antes era empregada a produção familiar.










-  Corvinas, Pescadas, etc.
-  Atuns, Bonitos, etc.
-  Sardinhas
-  Pargos
-  Camarões
-  Lagostas
-  Pesqueiros importantes:
1. Mar Novo
2. Abrolhos

Fig. 5 — Mapa da distribuição geográfica das principais espécies de pescado

tituído por corais (MATSUURA, 1979b), permitindo o arrasto em somente 20% da área.

A Região Sudeste possui uma plataforma continental mais larga, com fundo em areia e lama, o que favoreceu a técnica do arrasto. A ocorrência de grandes cardumes de peixes pelágios (sardinha, tainha, anchova, etc.) permite uma captura mais constante e regular. Em 1973, foram capturadas cerca de 230 mil toneladas de sardinha-verdadeira, ou seja, 25% da produção nacional de pescado. A área de pesca da sardinha se estende até 50 m de profundidade, enquanto que a desova se concentra em regiões de até 100 m de profundidade, situadas principalmente entre a Ilha Grande e a Ilha de São Sebastião, e entre Santos e Paranaguá Matsuura (1979b) estimou a biomassa do estoque desovante entre 500 mil a um milhão de toneladas.

No litoral da Região Sudeste existem também peixes demersais, capturados geralmente com rede de arrastão de porta ou parelha (rede de arrasto com dois barcos). As principais espécies são: a corvina (*Micropogon furnieri*), a pescada-olhuda (*Cynoscion striatus*), a pescada-foguete (*Macrodon ancylodon*), goete (*Cynoscion petranus*), etc. A biomassa mínima dessas espécies foi calculada em 220 mil toneladas para essa região.

Os camarões mais capturados nessa região são o rosa (*Penaeus brasiliensis* e *Penaeus paulensis*), sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e o branco (*Penaeus schimitii*), sendo que o primeiro ocorre em alto-mar, o segundo na água costeira e o terceiro nos ambientes lagunares e estuarinos (IWAI, 1972). Os estoques de camarão são limitados, e inúmeros trabalhos apontam problemas de sobrepesca dessas espécies, especialmente após 1967.

A Região Sul possui também uma plataforma continental larga e plana propiciando o uso de técnicas de arrasto de fundo.

Essas condições naturais especiais, aliadas ao surgimento dos ciclos econômicos de alto desenvolvimento das forças produtivas em setores da divisão social de produção, tais como a cultura do café e as indústrias, favoreceram a acumulação do capital no setor pesqueiro no Litoral Sudeste. Essa concentração de meios de produção se traduz especialmente em empresas capitalistas de pesca e em grandes portos pesqueiros, geralmente construídos pelo Estado.

Cerca de 80% das indústrias pesqueiras estão localizadas nas Regiões Sudeste e Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Muitas das empresas recentemente criadas no Norte e Nordeste têm capitais de grupos econômicos pesqueiros das Regiões Sudeste e Sul. Um outro elemento indicativo dessa

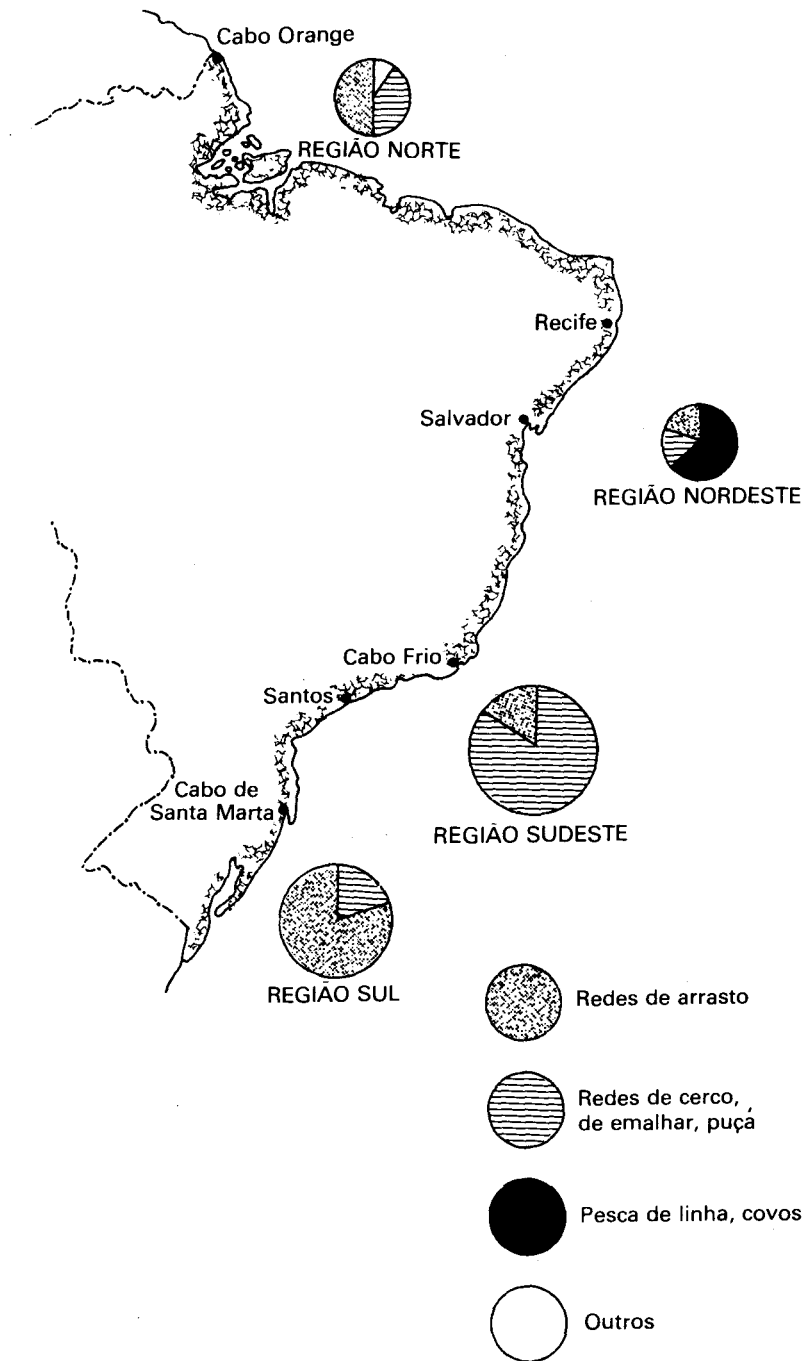


Fig. 6 — Mapa da produção de pescado por região e diferentes tipos de pesca

Fonte: Matsuura, 1979b

polarização no processo de acumulação é a concentração dos barcos pesqueiros, superiores a 20 toneladas, nas Regiões Sudeste e Sul, que abrigam mais de 70% da chamada frota de barcos grandes. Igualmente concentra-se nessa parte do litoral brasileiro mais de 68% da mão-de-obra embarcada, ao passo que no Norte e Nordeste vivem mais de 76% dos chamados pequenos pescadores e pescadores artesanais.

Essa concentração de meios de produção se processou de forma mais intensa a partir da década de 60, quando cerca de 94% das empresas de pesca beneficiadas de aporte considerável dos incentivos fiscais se estabeleceram nas Regiões Sudeste e Sul.

Uma primeira constatação é que, no Litoral Sudeste-Sul, onde condições naturais e históricas permitiram uma acumulação mais intensa de capital, houve o surgimento de uma organização social da produção distinta da pequena pesca. A pesca embarcada, realizada por armadores ou por empresas de pesca nesta região, já supera em volume e valor a produção da pequena pesca, realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil. Esta não desapareceu, como veremos, e em certas microrregiões apresenta sinais de vitalidade, mas já está dependente e subordinada à pesca empresarial-capitalista.

No litoral nordestino, a pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção é ainda predominante, sendo comum as poucas empresas de pesca aí existentes se apropriarem de uma parte considerável do excedente produzido pela primeira.

Não se trata, como mostraremos, de formas de organização de produção estanques limitadas a um determinado espaço físico. Entre elas existem relações intensas, cabendo, no entanto, um papel dominante às empresas de pesca do Sudeste e Sul que controlam grande parte das atividades pesqueiras do Brasil.

O diagrama seguinte (fig. 7) expressa, em termos espaciais, as relações que há entre as diversas formas de organização da produção existente atualmente no Brasil.

A partir dessas constatações empíricas, colocam-se algumas questões: Quais foram as condições naturais e históricas que propiciaram, no Litoral Sudeste, o surgimento de um embrião de pesca empresarial-capitalista? Teria esse núcleo se originado a partir de um processo diferenciado de reprodução da pequena pesca? Ou então, a acumulação de capital que permitiu a produção e a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho se originou de uma forma de organização social da produção pre-existente? Até que ponto, o modelo social emergente (a pesca

embarcada) é distinto da pesca dos camaradas (ou modelo da companhia)?

Na região em estudo podemos distinguir a grosso modo três espaços pesqueiros distintos ⁴:

a) O “espaço litorâneo” (*inshore*) constituído principalmente pelos ecossistemas estuarinos (lagunas, estuários, foz de rios, baías fechadas e enseadas, recifes e corais) ⁵. É um espaço abrigado contra as intempéries do mar de fora e explorado pelo pequeno pescador através de canoas a remo ou pequenas embarcações motorizadas e armadilhas fixas como o cerco de taquara. O Litoral Sudeste apresenta muitas formações lagunares-estuarinas, tais como as lagoas fluminenses, a Baía da Guanabara, as enseadas no Litoral Sul paulista ⁶.

Estuários e águas costeiras adjacentes se beneficiam da riqueza biológica criada a partir dos sedimentos transportados pelos rios, da vegetação de mangues e da mistura de água doce e salgada causada pelos movimentos das marés.

Inúmeros autores já salientaram a grande produção primária existente nos ecossistemas estuarinos (quantidade de matéria elaborada por vegetais autotróficos que representam o potencial de alimento teoricamente disponível para os animais heterotróficos). Essa mesma riqueza biológica é assegurada pelas algas (plantas), que produzem energia alimentar pela fotossíntese. A cadeia alimentar pode também se organizar a partir de detritos provenientes especialmente da vegetação de mangue, que, caindo nas águas estuarinas, são decompostos por microrganismos (mineralizando a matéria orgânica utilizável nos níveis tróficos seguintes — LUGO & SNEDAKER, 1971).

Os sistemas estuarinos, portanto, recebendo um aporte rico em matéria orgânica da drenagem continental e do próprio mangue, e estando em comunicação com o oceano através do movimento das marés, constituem viveiros naturais de inúmeras espécies

⁴ Forman (1970. p. 7) distingue, no Nordeste, a “pesca litorânea” (*onshore fishing*), praticada nas bocas dos rios, através de armadilhas fixas; a “pesca costeira” (*coastal fishing*), praticada nos limites da plataforma continental, em jangadas e botes a vela, com redes e linhas; e a “pesca oceânica” (*ocean fishing*), praticada por grandes embarcações além da plataforma continental.

⁵ ODUM (1971. p. 352) caracteriza as lagunas, estuários e enseadas como extensões semifechadas de água que têm conexões com o mar aberto. Ocorre aí a mistura de água salgada do oceano com a água doce oriunda da drenagem continental.

⁶ Para uma análise mais detalhada entre os processos sociais e processos naturais num ecossistema estuarino, ver DIEGUES. *L'écosystème lagunaire Iguape—Cananéia*; une étude de cas. Paris, CIREP, 1976.

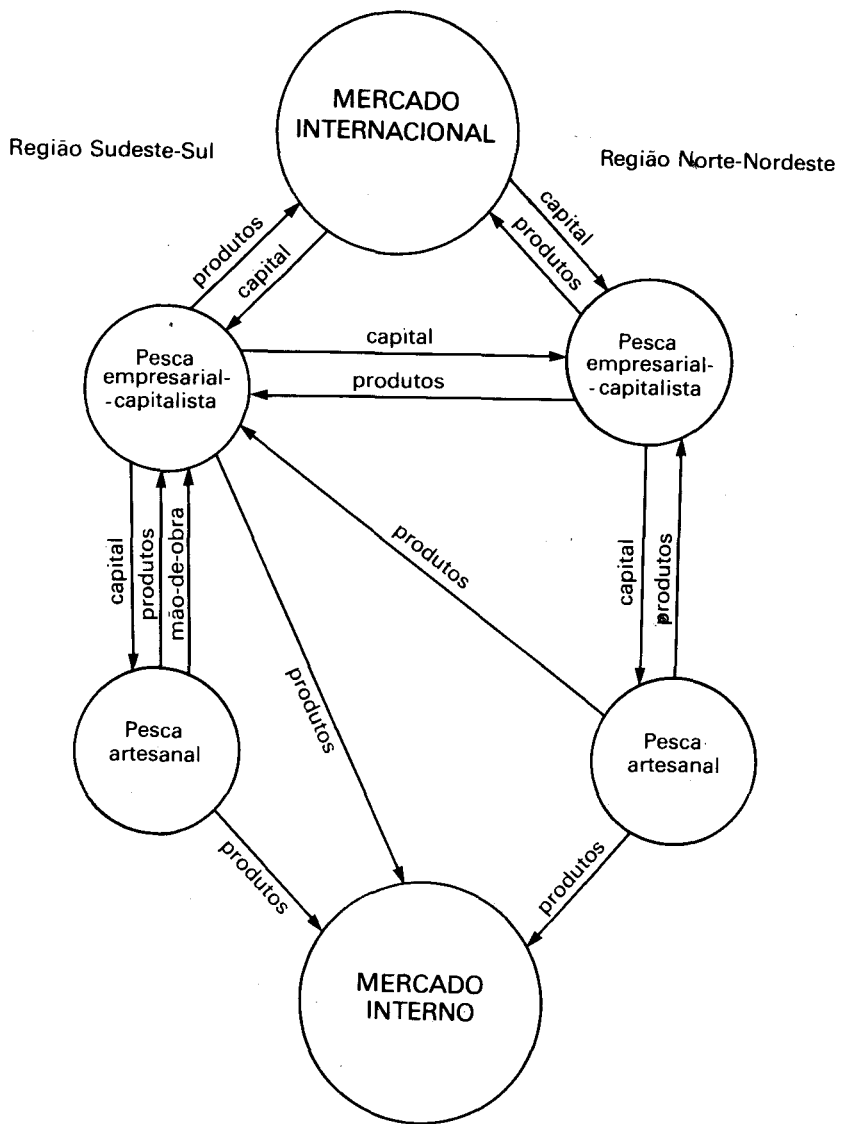


Fig. 7 — Diagrama das relações entre as formas de organização da produção existentes no Brasil

de pescado (crustáceos, moluscos e peixes) que aí vivem ou passam parte do seu ciclo de vida, retornando depois ao mar aberto ⁷.

- b) O “espaço costeiro” é a faixa compreendida entre a costa propriamente dita e o talude continental, que, a partir da região estudada para o Sul, começa a ser mais largo. É uma entidade geográfica específica resultante do contato entre o mar e terra. A conquista deste espaço, que exige um conhecimento considerável de navegação, representa muitas vezes um passo decisivo na produção e reprodução do pescador, enquanto categoria social. Na Região Sudeste essa área é explorada por grandes botes a vela, baleeiras motorizadas, botes motorizados, traineiras, etc.
- c) O “espaço oceânico” é a área que se inicia nas extremidades da plataforma continental, onde a atividade pesqueira só é possível com grandes embarcações que podem ficar vários dias e mesmo semanas no mar.

É importante ressaltar que cada um desses espaços tem uma vida marinha própria, ainda que muitas espécies de peixes frequentem mais de um deles em fases diversas do seu ciclo de reprodução biológica. A própria fertilidade das águas é diferente nesses espaços. De uma maneira geral, enquanto as águas estuarinas e litorâneas (até cerca de 180 m de profundidade) são ricas, o oceano profundo é um virtual deserto biológico (vide mapa — fig. 1, na Parte I).

⁷ Em trabalho anterior (DIEGUES, 1976), analisamos a importância desses ecossistemas estuarinos, ricos em recursos biológicos e que são utilizados de diferentes maneiras pelo homem (fins turísticos, industriais, portuários, etc.). Através de um rápido inventário de muitos sistemas estuarinos brasileiros (estuário do Amazonas, Baía de S. Marcos, Lagoa do Mundaú, em Maceió, Baía de Todos os Santos, lagoas fluminenses, Baía da Guanabara, complexo lagunar de Iguape—Cananéia, Lagoa dos Patos, Mirim e outras), podemos constatar a rápida degradação da riqueza biológica desses ecossistemas com a conseqüente pauperização das populações humanas que viviam da exploração dos recursos aí existentes (pesca, coleta, etc.). A apropriação capitalista desses espaços, com a busca de um lucro rápido, resultou na destruição biológica da Baía de Todos os Santos por diversos tipos de poluentes químicos provenientes do centro industrial de Aratu, na destruição de uma rica flora e fauna na Baía da Guanabara. A intervenção capitalista mais ou menos recente nesses meios ambientes, transformando em mercadorias uma variedade enorme de recursos (por exemplo, terras à margem através da especulação imobiliária), levou à destruição pura e simples da vegetação do mangue, o que motivou desequilíbrios sérios na composição dos diversos elementos bióticos e abióticos que integram a grande complexidade desses ecossistemas e conseqüentemente a sua virtual destruição enquanto viveiros e celeiros biológicos.

Na região de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo, os três espaços marítimos anteriormente mencionados apresentam características distintas de pesca segundo os ciclos de reprodução das espécies aí existentes e das artes de pesca criadas pelos pescadores para capturá-las. O espaço litorâneo é constituído pelas inúmeras enseadas (do Mar Virado, da Fortaleza, do Flamengo, de Ubatumirim) e sacos (da Ribeira). Nesses nichos ecológicos aparecem a cavala, o carapau, a espada, o bonito, a sororoca, a tainha, que são capturados pelo pequeno pescador com redes tradicionais, como o tresmalho, e também pelos cercos flutuantes. A pesca aí é predominantemente de praia, com pequenas redes de arrasto, de espera, etc. No espaço costeiro, na altura das diversas pontas (Ponta Grossa, da Cruz, de Almada), numa isóbata de aproximadamente 20 metros, realiza-se a pesca do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyerii*), que tem seu ciclo de vida limitado aos fundos de areia e lama. Pelo que se conhece, essa espécie não penetra nas lagunas, limitando-se a um deslocamento paralelo à costa, o que permite uma captura durante o ano todo. A captura do sete-barbas se faz com pequenas baleeiras, com motor de 10 a 20 H.P. (comprimento de 7,5 a 10 metros) e com pequenas redes de arrasto. Ainda nos limites do espaço costeiro, mas a uma profundidade de 50 metros ou mais, pratica-se a pesca da sardinha com barcos-traineiras (em média 14-18 m de comprimento), especialmente na região do Mar Novo (vide mapa — fig. 8). Pequenas redes de arrasto são usadas por essas baleeiras. Existem também os arrastos de porta pequenos, chamados também de baleeiras, mas que dispõem de uma pequena superestrutura a ré, que serve de abrigo aos pescadores e de guarda do material de rancho. Eles têm comprimento inferior a 11 metros e motores que não ultrapassam os 40 H.P. A pesca do cação, com espinhel, se realiza também nesse espaço costeiro, mas distante várias horas de navegação, na direção das ilhas (Vitória, Búzios, etc.). Os barcos que pescam com espinhel de mais de 700 anzóis têm comprimento em média superior a 8 metros e levam uma tripulação de três pescadores. O desembarque do cação se faz predominantemente no Saco da Ribeira.

Nos limites do espaço costeiro e no início do espaço oceânico operam os arrastões de porta médios e grandes, e também os arrastões de parrelha médios e grandes. Ainda que operem na região, raramente descarregam a produção no entreposto de Ubatuba. Os arrastões de porta médios constituem uma parte considerável dos barcos que descarregam em Santos e têm um comprimento variável entre 11 e 22 metros. Dos 224 barcos existentes nessa categoria, em 1969, mais da metade tinha sido construída

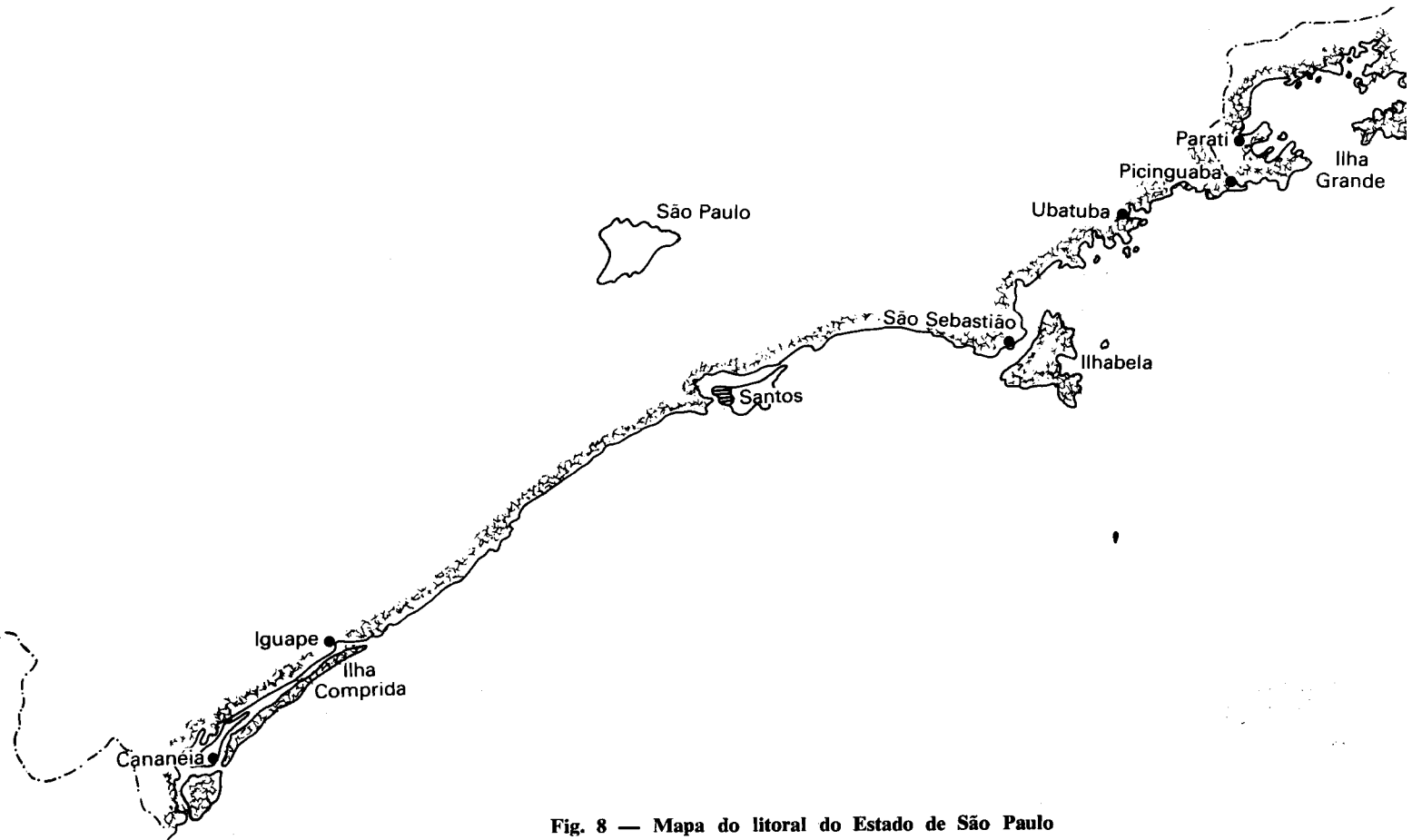


Fig. 8 — Mapa do litoral do Estado de São Paulo

após o início da política dos incentivos fiscais, em 1967, tendo sido encomendados em geral por empresas de pesca (Confrio, p. ex.) em estaleiros nacionais ou estrangeiros. Muitos deles foram construídos em aço, dispoendo de equipamentos sofisticados de captura e navegação, tais como a ecossonda, o radiogoniômetro, aparelhos de comunicação, guinchos, etc. Trabalham em geral com duas redes, uma em cada bordo. Tanto no lançamento como no recolhimento da rede são utilizados guinchos acoplados a motores auxiliares. Muitos deles se dedicam à captura do camarão-rosa (*Penaeus brasiliensis*), a uma profundidade superior a 40 metros. Esses barcos, essencialmente camaroeiros, realizam cerca de 22 viagens por mês, demorando-se cada um em média 10 dias no mar. A tripulação varia entre seis e nove homens, composta de um mestre, um motorista (às vezes com ajudante), um gelador, um cozinheiro, e os demais são pessoal de convés (tripulantes pescadores). Os arrastões de parelha, especialmente os pequenos (abaixo de 10 m), também freqüentam a região, ainda que a área de captura das parelhas médias e grandes se situe sobretudo no Sul do Brasil. Operam sempre com duas unidades, arrastando uma rede de fundo, na captura dos peixes demersais, especialmente da pescada-foguete, corvina e goete. Os arrastões de parelha grande (entre 10 e 20 metros de comprimento) chegam até as costas do Rio Grande do Sul e Uruguai, realizando uma viagem média de 13 dias. São barcos de empresa (Sociedade Pesqueira Tayo) e levam uma tripulação média de 15 homens (1 mestre, 1.º motorista, 2.º motorista, contramestre, cozinheiro, dois geladores e 8 pescadores). Os arrastões de parelha médios (entre 10 e 20 metros de comprimento) levam uma tripulação de 6 homens. Os arrastões de parelha pequenos que freqüentam o Litoral Norte praticam um tipo de pesca rudimentar, utilizando uma embarcação para a guarda da rede e outra para o pescado. O número de tripulantes é de 4 a 6 em cada barco, deslocando-se de um barco para outro durante o recolhimento da rede. Quando vão de Santos a Ubatuba, levam cerca de três dias de viagem. Pertencem em geral a um armador ou a um mestre-proprietário.

2 O surgimento da produção dos armadores de pesca e dos embarcados no Litoral Sudeste e a liberação da força de trabalho nas companhias catarinenses

O aparecimento das traineiras na Região Sudeste coincidiu com o início da pesca embarcada no Brasil e significou um rompi-

mento gradual com a pequena pesca. Este rompimento se tornou mais marcante na década de 30, quando os barcos sardineiros — as traineiras — passaram a abastecer as indústrias de conserva de sardinha, entrando numa escala de captura até então desconhecida da pequena pesca. Essa escala de captura significou não somente a utilização de equipamentos de pesca possantes, como também a exploração dos mares mais distantes com uma unidade de produção onde a divisão do trabalho era mais diversificada que na pesca das canoas e jangadas até então dominante no litoral brasileiro.

Antes de analisarmos a estrutura interna dos dois modelos, a pesca embarcada das traineiras e a pesca dos camaradas no Litoral Norte de São Paulo, é importante conhecermos as condições em que a traineira foi introduzida no Brasil. Sendo os meios de produção de alto custo, e elevado o número de tripulantes, a primeira questão que se coloca é a seguinte: De onde proveio o capital e a mão-de-obra necessários a esse empreendimento?

Como, segundo os poucos estudos disponíveis (BERNARDES, 1958 e BRITO SOEIRO, 1960), essa pesca se originou no Rio de Janeiro, é importante traçarmos as linhas gerais de seu aparecimento. Pescadores imigrantes espanhóis e portugueses, que se estabeleceram no Rio de Janeiro em fins do século XIX, introduziram três artes de pesca que se tornaram a base da atividade pesqueira mais evoluída no Brasil.

a) A “pesca de linha de fundo com caíques”. Foi introduzida pelos poveiros, portugueses da Póvoa do Varzim, vila de pescadores ao norte do Porto⁸. A dissolução da pesca tradicional em seu lugar de origem fez com que esses pescadores de grande tradição pesqueira procurassem o Brasil, para onde vieram trazendo apetrechos de pesca e até embarcações a remo e a vela (BER-

⁸ “Os poveiros, tão bem representados entre os portugueses do Rio de Janeiro, tinham uma atividade bem diferenciada da dos seus camaradas do Centro-oeste e formavam uma comunidade cerrada, que, estando em dissolução na terra natal, ainda se mantém em forte coesão no Brasil. Trabalhavam em lanchas, cujos donos e mestres formavam a elite dos pescadores (gente de Tronca), e em catraias, com redes de emalhar, e nos últimos anos também com anzol. Hoje já não há nenhuma lancha, e no verão as catraias raramente saem para o mar por falta de gente para a manobra. Com a morte da faina tradicional morreram também as tradições e o modo de viver tão característico dos homens do mar... As dificuldades crescentes na pesca tradicional fizeram com que os homens válidos procurassem, na pesca do bacalhau e nas traineiras de Matozinhos, os recursos que não podiam encontrar em sua terra” (BRITO SOEIRO, 1960. p. 52).

NARDES, 1958. p. 198). Esses poveiros embarcavam numa lancha, indo até os Abrolhos, no sul da Bahia, onde, passando para os caíques — pequenos botes — pescavam sozinhos à linha. A pesca do caíque era considerada perigosa e dura, mas os preços dos peixes de pedra (pargo, badejo, namorado) eram compensadores.

- b) A “pesca do camarão com arrasto de porta”. Por volta de 1900, os pescadores portugueses e espanhóis do bairro do Caju começaram a empregar o balão, rede, que, sustentada por dois longos cabos, presos a uma canoa em movimento, propiciava um rendimento bem superior às redes tradicionais, puxadas manualmente pelos pescadores. Posteriormente, alguns portugueses começaram a utilizar uma pequena rede de arrasto, em forma de saco, puxada por duas cancas, cuja boca se mantinha aberta. Pouco depois, os espanhóis acrescentaram-lhe duas portas, à semelhança do *ottertrawl*, de maneira que, puxada por uma só embarcação, a boca da rede se mantivesse aberta. O fato de essa arte de pesca se realizar no interior da Baía da Guanabara facilitou sem dúvida a transformação de agricultores portugueses (migrantes) em pequenos pescadores⁹.
- c) A “pesca da sardinha pelas traineiras”. A pesca da sardinha não tinha quase nenhuma importância, na Região Sudeste, até fins do século passado. Segundo Bernardes (1958) foi somente por volta de 1910 que pescadores espanhóis introduziram a traina, uma grande rede de cerco, que, fechando-se, concentra a sardinha num grande saco. Essa rede era muito empregada na Costa Norte da Espanha e também na França. O primeiro pescador a utilizá-la trouxe-a pronta da Espanha, e, diante do sucesso por ele alcançado, muitos outros o imitaram, recomendando pano naquele país para a confecção da rede.

Até 1930, a pesca da sardinha era realizada pelas companhias tradicionais; mas, a partir de então, com a introdução do motor, a pesca da sardinha passou a ser feita pelos barcos-traineiras, com duas tripulações: a tripulação do barco e a tripulação da rede. Na Quinta do Caju, um dos centros mais importantes de

⁹ “Todos estes portugueses eram já pescadores em suas terras. Mas há um fato estranho: 12% dos portugueses inquiridos eram de Lazarim (Lamego), onde se dedicavam à agricultura. O primeiro agricultor que virou pescador o fez por acaso. Resolvido a embarcar para o Brasil, como muitos conterrâneos seus, a sorte não lhe foi favorável dentro das atividades que exercia. E assim se tornou pescador na Baía da Guanabara” (BRITO SOEIRO, 1960. p. 53).

pesca da sardinha no Rio de Janeiro, havia cerca de 500 trainas em 1956, segundo Brito Soeiro (1960), empregando de 15 a 20 homens cada.

Dessas 500 trainas (redes), somente 6 pertenciam a brasileiros. Durante o verão, essas traineiras pescavam perto da Baía da Guanabara, mas no inverno tinham de se afastar mais, à procura de sardinhas, indo mais ao sul. A criação do Entrepasto de Pesca, em 1934, e a abertura de indústrias de enlatamento de sardinha deram um grande impulso à pesca das traineiras.

No início, a pesca da sardinha era realizada dentro do sistema de companhias¹⁰, isto é, o dono do barco e dos equipamentos de pesca participava da mesma com vizinhos que eram remunerados pelo sistema de partes. O raio de ação inicial era bastante reduzido, como se pode constatar pela descrição de Brito Soeiro:

“De verão, saem da Guanabara para o norte ou para o sul, mas, sem se afastarem da costa . . . assim, todas as noites as embarcações se recolhem, e os pescadores vêm dormir em casa. De inverno, pescam só no interior da baía, mas conservam-se no mar de cinco a oito dias. O mestre ganha duas ou três partes, os companheiros uma, e as traineiras oito a catorze, segundo o tamanho da rede” (1960. p. 54).

À medida que o mercado se ampliava e se tornava mais estável com o aparecimento das indústrias enlatadoras de sardinha, a organização da pesca das traineiras se tornava mais complexa. Apareceu então o armador, que possuía várias traineiras, onde colocava, como mestre, parentes, conhecidos ou vizinhos. A presença de grandes cardumes de sardinha no Sul e sobretudo a dispo-

¹⁰ Companhia (ou companhia), nome proveniente de Portugal e que significava sociedade ou grupo de pescadores que trabalham juntos, de forma igualitária. A remuneração do trabalho se fazia pelo sistema tradicional de partilha do produto final capturado. “Cada companhia é formada pelo pessoal de mar — 40 a 44 remadores permanentes, quatro substitutos, um calador para lançar as redes e dois ajudantes, todos eles obedecendo sem restrições ao arrais — e pelo de terra, de que fazem parte os redeiros, as acolhedoras dos cabos, dois atadores de chicote (rapazolas que atam a corda das juntas aos cabos da rede), trabalhando sob as ordens de um arrais de terra, um vendedor, um escrivão e um contratador de gado . . . Todos os dias ou semanalmente, conforme a praia, depois de retirado o total das despesas dos impostos do gado (70\$000 a 100\$000 por junta, pelo dia de trabalho, ou 40\$000 a 52\$000 por meio dia) e o preço de meio litro de vinho por pescador fazia-se, até há poucos anos, a divisão do dinheiro em três partes: duas para distribuir pelos companheiros, outra para os barcos de redes” (BRITO SOEIRO, 1960. p. 59).

nibilidade de pescadores que podiam ingressar como tripulantes fizeram com que as traineiras do Rio de Janeiro e de Santos comessem a freqüentar Santa Catarina.

Lago e Gouveia (1968) analisam em detalhe a desestruturção da pequena pesca, ou pesca de companhia como ali era chamada, realizada pelos descendentes dos açorianos.

Os migrantes açorianos, que no século XIX vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram sobretudo agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal, cujo produto uma vez vendido fornecia o dinheiro necessário para a compra de mercadorias que eles não produziam. Efetivamente a pesca da tainha e da anchova era realizada com pequenas redes de praia e canoas a remo, dentro dos moldes das companhias, marcadas por um certo igualitarismo. A pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sitiantes do litoral catarinense.

Pela descrição de Lago e Gouveia (1968), constata-se que tradicionalmente a companhia, uma sociedade agrário-pesqueira, era uma unidade de produção composta pelos membros de uma ou mais famílias aparentadas. Os instrumentos de produção — as redes e canoas — eram em geral de baixo custo, o que facilitava sua posse pelos pescadores locais.

Na década de 1940-1950, começou a se acentuar uma evasão das atividades agrícolas para a pesca. Por vezes, a transferência da atividade agrícola para a pesca se explicava em função de problemas, como o esgotamento de solos, pragas que se repetiram na lavoura da mandioca — “jarvão” — ocorridas em várias comunidades da Ilha de Santa Catarina (Ingleses, Bom Jesus, Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Ponta das Canoas). As rendas baixas auferidas na agricultura forçavam seus participantes a se integrarem cada vez mais na atividade pesqueira (LAGO & GOUVEIA, 1968. p. 67). A competição com produtos agrícolas vindos de outras áreas do interior também foi um fator de desorganização da pequena agricultura litorânea.

Essa passagem maciça da agricultura para a pesca era o prenúncio de situações dramáticas. A formação de muitas companhias em praias onde antes a pesca era uma atividade ocasional introduziu um elemento novo: o conflito pelos pontos em que o peixe começava a escassear.

“Nas áreas de prática de arrastão de praia, a luta pelos melhores pontos de praia já é comum e absorve proporções de graves conflitos, como na Praia dos Ingleses. Este fato esbarra, é verdade,

nas determinações legais que regem a propriedade particular das águas. Entretanto, a chegada das tainhas assinala a intensificação de conflito entre companhias de uma mesma comunidade. . . Em Arroio do Silva, a disputa por uma vaga na função de camarada nas cinco paréias que as operam é muito expressiva, senão como conflito, mas como a perspectiva dramática de transferência de agricultores ou de outros profissionais para uma atividade que apresenta uma condição muito limitada de oferta de colocação" (LAGO & GOUVEIA. 1968. p. 49).

A desorganização dessa sociedade agrário-pesqueira, com o aparecimento de um grande número de ex-agricultores-pescadores, que passaram a viver exclusivamente da pesca, veio alterar a estrutura tradicional das companhias. O surgimento de grandes arrastões de praia, redes de mais de 200 braças, que empregavam até mais de 20 camaradas, significou também o aparecimento de proprietários de redes, muitas vezes absenteístas. Estes eram representados na captura pelos patrões de pesca ou mestres de redes que organizavam o lance e a puxada de rede na praia. Segundo Lago, em outro trabalho (1961), esse patrão de pesca era às vezes assalariado pelo proprietário de rede que não participava da pescaria. Os camaradas dessas companhias ampliadas recebiam em partes.

É importante observar que essas companhias ampliadas não eram mais as sociedades tradicionais, sendo resultado momentâneo da fusão de duas ou mais companhias. Os camaradas não mais possuíam partes na que pertencia geralmente a um bombeiro ou atravessador (comerciante). A sua viabilidade histórica em transformar-se em pequena empresa capitalista só não foi possível por ter dizimado os cardumes de peixes próximos à praia tornando-se uma atividade não rentável.

A proliferação dessas companhias, que aliás muito se aproximam das *company of men* descritas por Polly-Hill (1970) na costa da Guiné, foi sem dúvida uma das razões da predação dos recursos pesqueiros das praias catarinenses e um dos fatores que motivaram a aparição dos pescadores migrantes ou andorinhas.

Os pescadores-andorinhas deslocavam-se então em caminhão para as praias do Rio Grande do Sul, onde serviam como camaradas em companhias organizadas pelos proprietários locais de redes e embarcações.

Era, como bem afirma Lago, a fuga de miséria . . .

"A migração é, pois, decorrência de situações dramáticas para a sobrevivência de inúmeras famílias tradicionalmente dependentes da ocupação pesqueira. . . (1961. p. 76).

Na imensa maioria dos casos, porém, a migração não trazia consigo uma melhoria nas condições de vida, pois os andorinhas eram igualmente explorados pelos donos de barcos no Rio Grande do Sul, não lhes permitindo realizar a poupança a que aspiravam:

“Essa poupança é comumente muito reduzida, e, não sendo suficiente para lhe permitir redes maiores, embarcações e motores para acioná-las, tende a aplicá-las diversamente... Muitos retornam, invariavelmente, com as mãos abanando, após gastos superfluos efetuados nas áreas para onde migrou. Muitos deixaram a família em situações de penúria, forçando a evasão escolar dos filhos menores que são impelidos a ajudar na manutenção doméstica” (LAGO & GOUVEIA, 1968. p. 75).

Foi nesse contexto de desorganização de uma forma específica de organização da produção que expulsava força de trabalho excedente, que surgiram as traineiras de Santos e do Rio de Janeiro. Estas atraíam essa mão-de-obra excedente, que, dada a sua oferta, comprimia a remuneração dos tripulantes.

Tanto na ida das andorinhas às praias distantes, como no embarque em traineiras de fora, o pescador tinha em mente o projeto de poupar dinheiro para a compra de equipamentos de pesca que lhe permitissem voltar a ser de novo proprietário de meios de produção mais poderosos ¹¹.

Impossibilitados de realizar seu projeto de vida como proprietários autônomos de baleeiras motorizadas, grande parte dos catarinas foram obrigados a morar nos escuros e barulhentos porões das traineiras, amarrados na sujeição dos embarques, que só abandonaram por outro embarque em barcos cujas partes eram consideradas mais compensadoras. O que se passou em Santa Catarina com a decomposição da pequena agricultura e pesca, com a for-

¹¹ O embarque como tripulantes das traineiras não foi porém o único resultado da dissolução da companhia. O surgimento de um mercado para o camarão bem como de pequenas empresas para seu beneficiamento, o menor investimento para a aquisição de um pequeno arrasto (em comparação ao custo elevadíssimo da traineira) e a reduzida mão-de-obra necessária facilitaram a transformação de antigos proprietários de redes de companhia em pequenos proprietários de embarcações motorizadas. Para esses, a pesca tornou-se a atividade básica, senão única, realizada dentro de uma forma de organização social da produção, que podemos denominar pequena produção dos pescadores artesanais. Aí se situa o aparecimento do chamado pescador artesanal. Em suma, para liberar-se das teias da companhia, o pescador catarinense aspirava a tornar-se mestre-proeiro de uma traineira, ou pequeno proprietário de uma baleeira motorizada.

mação de um excedente populacional marginalizado e miserável que migrava sazonalmente para as praias de outros Estados para subsistir, pode ser considerado como o processo de acumulação primitiva que permitiu aos armadores de Santos e do Rio de Janeiro contar com uma mão-de-obra barata para as traineiras. Esse processo de diáspora marcou o início da dispersão dos catarinas, que hoje representam, por exemplo, em Santos, 70% dos tripulantes das traineiras e 50% dos arrastos de parelha.

O surgimento de traineiras, já nas primeiras décadas deste século, representou o primeiro passo para a concentração dos meios de produção e da força de trabalho na pesca¹². Não se tratava, no entanto, ainda, de um empreendimento capitalista-empresarial, pois o dono da traineira ou era também o mestre ou o patrão de pesca, que participava diretamente do processo de trabalho, junto com os embarcados, muitas vezes parentes ou conhecidos.

À medida que esses donos de traineira conseguem ajuntar algum capital, comprando outras traineiras ou barcos linheiros, eles se afastam do processo de trabalho direto, passando a desempenhar o papel de administrador e vendedor da produção que é desembarcada pelos seus prepostos ou mestres.

A esses donos de várias embarcações onde trabalham os pescadores embarcados chamaremos de armadores.

Poderíamos considerá-los como donos de pequenas empresas de captura que passaram a se tornar mais numerosos na Região Leste, à medida que se estabeleciam as indústrias de beneficiamento

¹² Neste trabalho identificamos a produção das traineiras com a produção dos armadores e embarcados, pois foi a captura da sardinha, que era mais estável, que possibilitou na Região Sudeste essa separação progressiva entre os proprietários dos instrumentos de produção e os da força de trabalho.

Os barcos linheiros, por exemplo, no Rio de Janeiro, em 1950, eram embarcações maiores até do que as traineiras e dedicavam-se à captura de pescado fino, de certo valor no mercado. Nessa época, encontrava-se barco linheiro de até 90 toneladas brutas (Miramar, etc.), enquanto que a traineira mais possante não ultrapassava as 35 toneladas brutas. Em 1950 havia no porto do Rio de Janeiro cerca de 52 barcos linheiros ocupando 720 pescadores, ou seja, uma média de 14 pescadores por embarcação. No mesmo ano havia 38 traineiras que empregavam 482 pescadores, ou seja, uma média de 15 pescadores por embarcação. No entanto, em 1977 o número de linheiros caía para 18, ao passo que o das traineiras aumentava para 88.

A produção das traineiras também oferece maior interesse na medida em que oferece uma forma de cooperação de trabalho mais complexa do que a existente no barco de pesca a linha, onde cada pescador funciona como unidade mais ou menos independente.

do pescado¹³, para as quais muitos passaram a ser fornecedores. O empreendimento desses armadores que dispunham de alguns poucos barcos não poderia, no entanto, ser considerado como empresas de pesca, pois estas implicam uma organização mais complexa, que supõe uma integração vertical de setores de captura e industrialização. Elas aparecem de uma maneira geral mais tarde (como exemplo, citamos a Confrio).

Não foi possível estudar a origem das empresas de pesca no Brasil, mas há indicações de que alguns armadores proprietários de vários barcos tenham prosperado de tal forma que em alguns anos constituíram sociedades anônimas, ou empresas de pesca, como definimos acima. Há indicações também de grandes comerciantes de pescado que estabeleceram suas empresas, não somente no setor de captura, como também no beneficiamento e comercialização. Elas teriam surgido, portanto, a partir do capital comercial.

Um dos exemplos mais significativos é o da Companhia Krause, hoje uma das empresas de pesca mais importantes do Brasil, possuindo setor de captura, beneficiamento e comercialização próprios. Além de possuir uma frota de mais de 12 barcos grandes, foi até 1974 a firma catarinense que mais incentivos recebeu da Sudepe. Essa empresa, inicialmente de caráter familiar, agia sobretudo na compra do camarão do pequeno pescador, finan-

¹³ As indústrias de beneficiamento do pescado surgiram por volta da década de 30, e entre elas estão as enlatadoras de sardinha de São Gonçalo (1934) no Rio de Janeiro.

No Litoral Sul de São Paulo, já na década de 1930, surgiram pequenas empresas que se dedicavam à salga da manjuba, algumas das quais possuíam sua frota própria de canoas. Trata-se, no entanto, de empresas familiares que funcionavam alguns meses por ano. Na década de 40, segundo o *Anuário da Pesca Marítima do Estado de São Paulo* (Secretaria da Agricultura), funcionavam, além das salgas do Vale do Ribeira, três empresas de prensagem de pescado: a Indústria de Pesca Tupi, a Pesca Santos Ltda., as Indústrias Unidas de Pesca.

Ainda na década de 40, algumas indústrias de pesca começaram a ser fundadas no Rio Grande do Sul, tais como a Pescal, a Indústria de Pesca Apolo e a Indústria Brasileira de Peixe Ltda. Ao que parece, tanto os primeiros pescadores quanto os primeiros industriais da pesca eram descendentes dos açorianos: "As primeiras fábricas de conservas do pescado, frutas e hortaliças instaladas no Rio Grande e Pelotas eram iniciativa de gente da mesma origem lusitana, e algumas fábricas, atualmente modernizadas, se alicerçavam ali" (Suplemento do *Correio do Povo*, 1970).

Igualmente, entre as primeiras empresas de beneficiamento do pescado estavam a Companhia do Pescado Norte do Brasil, fundada em 1930, na Paraíba, e a Manufatura Cearense de Conservas Alimentícias (1936).

ciando-lhe inclusive a aquisição de redes e outros equipamentos de pesca. Já em meados de 1960, a Krause instalou pequenas câmaras frigoríficas em muitas comunidades, que eram abastecidas por mais de 100 baleeiras (embarcações motorizadas de boca aberta) pertencentes a pequenos pescadores. Vendendo camarão resfriado aos grandes centros urbanos do Centro-Sul, a Krause investiu em instalações para congelamento, passando então a exportar para o mercado internacional. Outras empresas catarinenses, como a Sopesca, a Ensol, a Navepesca, seguiram a mesma linha da Krause, possuindo poucos barcos de captura própria e comprando a maior parte da produção dos pescadores autônomos que passavam a depender delas por inúmeros vínculos.

Fenômeno semelhante parece ter ocorrido no Nordeste, onde empresas novas se formaram nas proximidades das áreas onde abundava espécies de alto valor de mercado, ou seja: o litoral do Ceará e Rio Grande do Norte, para a pesca de lagosta, que anteriormente era praticada pelas jangadas e botes tradicionais¹⁴. Muitas dessas empresas a princípio se limitavam a comprar a lagosta dos pequenos pescadores, vindo depois a estabelecer suas frotas próprias de captura. Ainda hoje, no Ceará, cerca de 20 firmas, operando com 32 barcos próprios (acima de 20 t), capturam cerca de 40% da lagosta que comercializam, comprando os demais 60% de fornecedores autônomos.

Um outro caminho para a formação dessas empresas foi a constituição de cooperativas que ao longo dos anos foram se transformando em verdadeiras sociedades anônimas. Entre elas estão, por exemplo, a Cooperativa Nipo-Brasileira (fundada em 1953) e a Copas (Cooperativa de Pesca Atlântica de Santos, fundada em 1957), em Santos. Essas cooperativas reuniam armadores autônomos, com uma ou mais embarcações e se destinavam sobretudo a facilitar a comercialização do pescado e o financiamento dos

¹⁴ No Nordeste e Sul do país, ainda na década de 50, estabeleceram-se algumas empresas de pesca estrangeiras.

Em 1951, um decreto de Getúlio Vargas permitia armadores de pesca estrangeiros se estabelecerem no Brasil com suas embarcações, recebendo os mesmos privilégios concedidos a barcos nacionais (YESAKI & BAGER, 1975). Em 1958 chegaram ao Rio Grande do Sul seis *cutters* escandinavos, que iniciaram o arrasto de fundo com portas, estimulando a transformação das parelhas (dois barcos que arrastam simultaneamente uma rede) em arrastões de fundo. Posteriormente, a Imbrape e a Tayo, ambas empresas japonesas, estabeleceram-se em Recife e Santos respectivamente.

equipamentos de pesca¹⁵. A história da Cooperativa Nipo-Brasileira somente pode ser entendida sob a luz da política dos incentivos fiscais injetando maciços capitais nas empresas de pesca já existentes ou a serem formadas. Até essa época, efetivamente a Nipo-Brasileira se caracterizava como uma organização de pequenos armadores. Com um número importante de pequenos armadores japoneses e seus descendentes com boa experiência de pesca, a Nipo-Brasileira, pelo relatório de setembro de 1970, tinha 303 membros, dos quais cinco eram pessoas jurídicas (firmas). Ora, segundo o relatório da diretoria da Nipo-Brasileira em 1975, o número de associados já se havia reduzido a 150 (metade), mas o capital realizado aumentava de dois bilhões de cruzeiros para seis bilhões. Além disso, ainda segundo o mesmo relatório, a produção pesqueira de seus sócios passava de 24 000 toneladas (em 1970) a 26 000 (em 1976), o que representa mais da metade do pescado desembarcado no litoral paulista. Esses dados por si só demonstram uma larga concentração dos meios de produção em mãos de armadores mais poderosos, alijando o pequeno armador que constituía, no início, a grande parte dos associados da Cooperativa¹⁶.

Mais recentemente, essa Cooperativa comprou duas grandes empresas de pesca à beira da falência, a Compesca e a Inape (1975), aumentando consideravelmente o seu capital. O caráter especial dessa cooperativa se revela também pela lista impressionante de outras empresas que investiram através dos incentivos fiscais na Nipo-Brasileira. É interessante observar que os dois maiores investidores são firmas multinacionais (a Atlantic S.A. e a Volkswagen do Brasil), que em 1975 detinham mais de 50% de todo o capital investido através dos incentivos fiscais no setor pesqueiro¹⁷.

¹⁵ Ainda na década de 40, houve uma experiência piloto de uma companhia estatal responsável pela captura e comercialização do pescado, mas teve curta duração.

¹⁶ É de se salientar que muitos membros da diretoria eram, em 1977, armadores, donos de verdadeiras empresas de pesca. É interessante observar, aliás, que os embarcados identificam os armadores e as cooperativas como uma só entidade. Para eles, não importa se a traineira pertence à Cooperativa ou a um armador ou empresa. As dificuldades da vida no mar são as mesmas e a exploração é também a mesma. "Cooperativa é bom para quem tem barco. Para o embarcado, não muda em nada" (embarcado de Picinguaba).

¹⁷ Aliás, essa invasão recente das multinacionais no setor pesqueiro brasileiro pode ser constatada pela compra da tradicional indústria de sardinha Coqueiro, pelo Grupo Quaker, e da Metal Forty, pelo Grupo Brascamp.

Além disso, abrindo agências nos principais portos pesqueiros do país (incluindo Rio Grande, Itajaí, Salvador e Recife), a Cooperativa compra também a produção dos pequenos armadores e de pequenos pescadores, não necessariamente seus associados, o que revela o mesmo tipo de ação de outras empresas capitalistas no ramo.

Um desenvolvimento mais recente foi o surgimento de modernas empresas de pesca, criadas e incentivadas a partir do Decreto-lei n.º 221 da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, em 1967. Por esse decreto, pessoas jurídicas ou firmas de outros setores poderiam aplicar até 25% do Imposto de Renda na criação ou incentivo a empresas de pesca, com a finalidade de criar uma indústria de base no setor pesqueiro.

Em decorrência desses estímulos, até fins de 1972 a Sudepe havia aprovado a utilização de recursos na ordem de Cr\$ 1 742 milhões (a preços não corrigidos) — beneficiando 137 empresas (MENCIA MORALES et alii, 1976) — dos quais, Cr\$ 1 191 milhões eram incentivos fiscais, e Cr\$ 551 milhões, de contrapartida, em recursos próprios¹⁸.

Dada a importância fundamental dessa intervenção do Estado no processo de acumulação empresarial-capitalista, trataremos desse fenômeno em capítulo posterior.

¹⁸ Os principais benefícios fiscais criados pelo Decreto-lei 221 de 1967 foram:

- a) isenção de imposto sobre produtos industrializados para as embarcações de pesca e redes destinadas à pesca comercial e científica;
- b) isenção de quaisquer impostos e taxas federais para o pescado *in natura* ou industrializado no país, que se destinasse ao consumo interno ou exportação;
- c) isenção de Imposto de Renda e adicionais às pessoas jurídicas com projetos aprovados pela Sudepe;
- d) isenção de impostos para importação de produtos industrializados, taxas aduaneiras e quaisquer outras, federais, para as importações previstas nos projetos aprovados pela Sudepe.

CAPÍTULO VII

A CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E A ORGANIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE PESCA

Até a década de 60, a atividade pesqueira no Brasil, mesmo na Região Sudeste onde houvera um maior desenvolvimento das forças produtivas, se limitava à pesca artesanal e à produção dos armadores, proprietários de algumas poucas embarcações (traineiras, linheiros, etc.). As empresas de pesca, como foram definidas no capítulo anterior, eram raras e se limitavam à produção do pescado para ser enlatado ou consumido fresco. Somente no Nordeste haviam-se organizado algumas empresas que exploravam a lagosta para exportação.

Na Região Sudeste, a sardinha e os peixes de fundo, dados os cardumes relativamente grandes no Litoral Sudeste-Sul, favoreciam a atividade dos armadores de traineiras e barcos linheiros cuja produção era comercializada nos grandes centros urbanos.

Essa concentração dos meios de produção não era, no entanto, suficiente para a criação de uma indústria estável cujo lucro fosse reaplicado na pesca.

Em 1960, quando os barcos-fábricas e atuneiros japoneses, de centenas e mesmo milhares de toneladas brutas, vasculhavam o oceano próximo ao nosso litoral, as traineiras e linheiros do Rio de Janeiro não ultrapassavam algumas dezenas de toneladas brutas.

Dependentes do capital comercial que monopolizava a compra do pescado nos portos pesqueiros, revendendo-o com grandes lucros, os armadores e sobretudo os pescadores artesanais não encontravam estímulos para o aumento da produção. A isso se juntava a relativa baixa produtividade natural do mar brasileiro, que, ao longo de todo o litoral, apresenta somente alguns pontos ou bancos pesqueiros mais produtivos. Acrescente-se o fato de alguns desses pesqueiros abundantes em pescados de alto valor de mercado encontrarem-se no Norte e Nordeste, para os quais o mercado local é reduzido. De outro lado, os grandes estoques de pescado de

custo mais baixo, como a sardinha, encontram-se no Sul, onde a demanda por peixes finos é maior. Estabeleceu-se então um complexo sistema de transporte, pelo qual o peixe salgado, ou enlatado, é levado do Sul para os Estados do Nordeste ¹ com custos elevados.

Com o objetivo de romper com esse círculo vicioso de baixa produtividade e alto preço para o consumidor, o Governo lançou em 1967 o programa de incentivos fiscais, a fim de acelerar os investimentos privados na pesca, aumentando como consequência a produção de pescado.

Essa política trouxe modificações importantes na organização da pesca no Brasil, mas atingiu objetivos distintos daqueles previstos no início. As empresas recém-criadas lançaram-se num programa de construção e importação maciça de barcos, equipamentos e infra-estrutura de terra, dimensionando-os para uma pesca costeira que geralmente não podia ir além da plataforma continental. O número de barcos acima de 20 toneladas brutas no porto de Santos passou de 18 unidades, em 1950, para 324, em 1976. Fenômeno idêntico ocorreu no Rio de Janeiro onde os barcos acima de 20 toneladas passaram de 40 unidades, em 1950, para 202, em 1976 ².

Pode-se constatar, na Tabela 5, o aumento do capital empregado nos meios de produção pelo crescimento do número dos barcos médios (camaroeiros), em Santos, entre 1950 e 1976.

Na medida em que os benefícios fiscais favoreciam somente as empresas, o número de barcos pertencentes a elas aumentou consideravelmente. Da mesma forma, o fato de a maioria das empresas beneficiadas terem suas sedes no Sul levou a uma concentração ainda maior dos meios de produção nessa região. A Tabela 6, com dados da Sudepe para 1977, mostra claramente a concentração dos barcos acima de 20 toneladas brutas no Centro-Sul.

¹ Assim, por exemplo, o Estado de Pernambuco é até hoje o maior consumidor de pescado salgado que provém, em grande parte, dos Estados do Sul.

² Dada a grande diversidade das artes e tipos de pesca, não existe uma classificação única para as embarcações.

Um barco considerado grande para a pesca da sardinha não o é necessariamente para a do atum. Podemos dizer, no entanto, que há uma correlação entre o tamanho, tonelagem e a potência do motor, de um lado, e a forma de propriedade, de outro.

Uma das classificações existentes no Brasil é a do Instituto de Pesca, que utiliza como critério o tamanho dos barcos. Os barcos pequenos são os que têm menos de 11 m de comprimento; os barcos médios são os que se situam entre 11 e 20 m, e os barcos grandes são os maiores de 20 m de comprimento. Para uma descrição das características das embarcações usadas no litoral paulista veja-se Ramos, Verrone e Gallo (1976).

TABELA 5

Tipos de barcos em Santos nos anos 1944, 1950 e 1975

Barcos	1944	1950	1975
Pequenos: menos de 11 m	25	50	100
Médios: entre 11 e 20 m	51	106	222
Grandes: maiores de 20 m	0	2	14
Total	76	158	366

Fonte: Instituto de Pesca

TABELA 6

Embarcações acima de 20 toneladas brutas, segundo forma de propriedade

Região	Proprietários de barcos acima de 20 toneladas					Empresas com barcos acima de 20 toneladas		
	Proprietários com 1 barco		Armadores			N	%	Média de barcos
	N	%	N	%	Média de barcos			
Norte	11	6,0	6	5,4	2	7	5,5	4
Nordeste	29	15,0	2	4,5	2	28	21,3	3
Sudeste	142	75,0	35	80,0	3	53	40,4	4
Sul	6	4,0	1	2,2	3	43	32,8	3
Total	188	100,0	44	100,0	2,5	131	100,0	3,5
Total de barcos	188	100,0	110	100,0	—	458	100,0	—

Fonte: PDP — Sudepe

Um primeiro fato que salta à vista é que cerca de 74% das empresas, que em 1977 dispunham de frota própria, situavam-se na Região Leste, concentrando-se nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ora, foi precisamente aí que se localizaram as empresas que mais se beneficiaram dos incentivos fiscais.

TABELA 7

Incentivos fiscais da Sudepe, por região, até 1974

Região	N.º de empresas incentivadas	%	Valor em 1 000 \$	%	Produção marítima * desembarcada (em toneladas)	%
Norte	3	2,5	26 765	2,5	62 000	5,6
Nordeste	1	0,8	2 197	0,3	157 000	24,3
Sudeste	62	53,0	642 240	61,3	191 000	30,0
Sul	51	43,5	375 708	35,9	231 000	36,0
Total	117	100,0	1 046 910	100,0	641 000	100,0

* Incluindo pesca artesanal.

A Tabela 7 fala por si mesma no que se refere à concentração dos meios de produção nas Regiões Sudeste e Sul que atraíram cerca de 97% de todos os recursos fiscais no período de 1967 a 1974. Comparando-se com o desembarque efetuado, nota-se um fenômeno na Região Nordeste, e que voltaremos a analisar mais adiante: apesar de aquela região ter recebido somente 0,3% dos incentivos fiscais, a produção desembarcada elevou-se a 24% do total do país. Poder-se-ia supor que a pequena pesca dirigida para a produção de pescado de alto valor de mercado (lagosta, etc.) constituiu a base da produção pesqueira na região, passando de 85 000 toneladas, em 1960, a 157 000, em 1974. Essa hipótese parece se confirmar pelo fato de a participação do Nordeste no valor da produção pesqueira do Brasil ter passado de 31%, em 1960, para 39%, em 1973, conforme a Tabela abaixo.

TABELA 8

Produção e valor do pescado capturado por região brasileira

Região	1960				1973			
	Produção em 1 000 toneladas	%	Valor em 1 000 \$	%	Produção em 1 000 toneladas	%	Valor em 1 000 \$	%
Norte	26	9,4	595	7,6	58	8,4	105 202	6,0
Nordeste	85	30,3	2 462	31,7	148	21,4	687 499	39,6
Sudeste	103	37,5	3 389	43,7	220	31,7	639 955	36,9
Sul	61	21,8	1 302	16,8	266	38,3	300 825	17,3
Total	275	100,0	7 750	100,0	692	100,0	1 733 481	100,0

Fonte: IBGE — Sudepe

A concentração dos meios de produção nas Regiões Sudeste e Sul se reflete no fato de grande parte da infra-estrutura de terra (cais de atracação, fábricas de gelo, câmaras de congelamento), financiada seja diretamente pelo Governo seja pelos incentivos fiscais, ter sido construída nessas regiões. A capacidade de congelamento, que sem dúvida constitui um fator importante no desenvolvimento da pesca, encontra-se em grande parte concentrada nas Regiões Sul e Sudeste.

Assim, somente os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro concentram cerca de 91% de todo o pescado congelado do Brasil (Sudepe, 1974).

A Tabela 9 ilustra significativamente a concentração dos barcos grandes e modernos (acima de 90 toneladas), especialmente os arrastões, os lagosteiros e os combinados, em mãos das empresas. Enquanto cerca de 40% dos barcos acima de 20 toneladas brutas pertencem a donos de uma só embarcação, a quase totalidade dos barcos acima de 90 toneladas pertencem às empresas de pesca e não mais a armadores. Além disso, é nos Estados que mais se beneficiaram dos incentivos fiscais que os barcos com mais de 90 toneladas brutas são mais freqüentes (São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

Se analisarmos as artes de pesca desses grandes barcos, notaremos um outro tipo de concentração: aquela exercida sobre determinadas espécies de recursos marinhos (camarões, lagostas, piramutabas, etc.). Trata-se de espécies vendidas no mercado externo. Efetivamente, após os incentivos fiscais acentuou-se ainda mais a predação de algumas espécies de alto valor de mercado e que não se destinam ao consumo interno. Na ânsia de recuperar o capital investido nos meios de produção, as empresas, de uma só vez, lançaram-se na captura de camarão que em poucos anos sofreu os efeitos dessa sobrepesca.

TABELA 9

Barcos acima de 90 toneladas segundo a região e a forma de propriedade

Estado	Tipo	Total de embarcações acima de 90 toneladas	Formas de propriedade dos barcos acima de 90 toneladas brutas	
			Armadores %	Empresas %
Pará	arrastões	34	0,0	100,0
Ceará	lagosteiro	10%	12	0,0
	combinado	80%		
	arrastão	10%		
Rio de Janeiro	arrastões	65%	33	40,0
	traineiras	26%		
	combinados	9%		
São Paulo	arrastões	96%	54	36,0
	trawlers	2%		
	linheiro	2%		
Santa Catarina	arrastões	63%	45	0,0
	combinados	20%		
	traineiras	17%		
Rio Grande do Sul	arrastões	75%	18	5,0
	combinados	25%		
Amazonas	navio-fábrica	1	0,0	100,0
Paraíba	combinados	2	0,0	100,0
Pernambuco	combinados	50%	4	0,0
	linheiros	50%		
Espírito Santo	linheiros	1	100,0	0,0
Total		204	18,0	82,0

Se atentarmos para os gráficos da página seguinte (figs. 9 e 10), veremos como o ritmo de construção de camaroeiros se acelerou em Santos entre 1958 e 1970, ao passo que o de traineiras praticamente não se alterou.

A devastação dos barcos de camarão foi tão violenta, especialmente entre 1967 e 1972, que os estoques baixaram rapida-

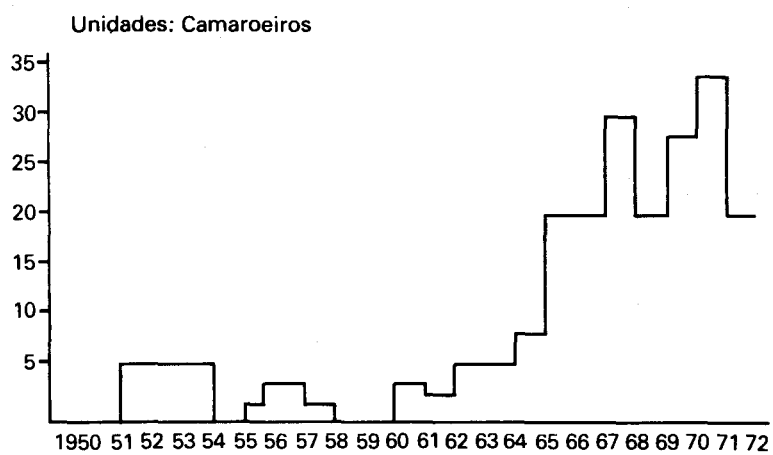


Fig. 9 — Gráfico 1: construção de camaroeiros

Fonte: Ramos, E., Verrone e Gallo, 1976

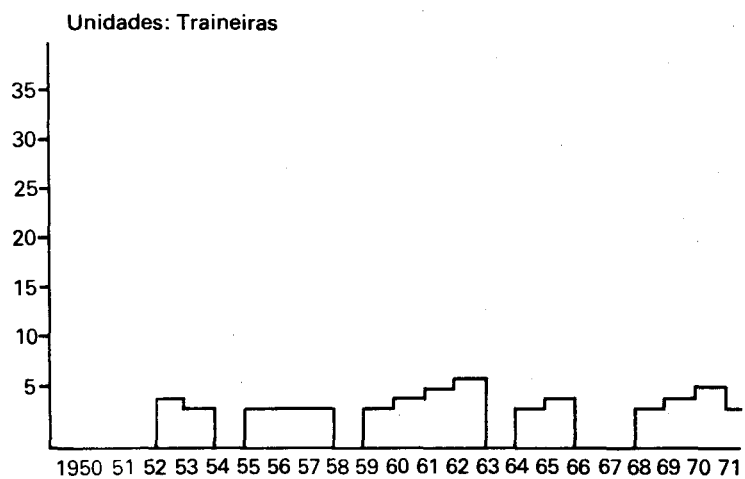


Fig. 10 — Gráfico 2: construção de traineiras

Fonte: Ramos, E., Verrone e Gallo, 1976

mente no Litoral Sul do Brasil, provocando, juntamente com o aumento do custo de combustível, uma crise na maioria das empresas. A reação de muitas delas foi enviar seus barcos para o Norte do Brasil, especialmente na foz do Amazonas e no Pará, onde existiam ainda grandes estoques. Ao mesmo tempo, as empresas do Sul passaram a comprar a produção dos pescadores artesanais nessas regiões, através de pontos de compra. Da parte dos pequenos pescadores, essa demanda incentivou uma pesca dirigida para o camarão e espécies similares, causando por sua vez uma destruição rápida de ecossistemas até então extremamente produtivos, como os lagunares. Um caso típico dessa tendência ocorreu na laguna de Cananéia, onde, em 1963, a produção de camarão sete-barbas era de apenas 68 toneladas, passando a 835, portanto mais de 10 vezes, em 1974. O camarão-legítimo sofreu uma exploração ainda mais violenta. Já em 1973, o volume capturado na laguna tinha diminuído consideravelmente. A partir de 1968, inúmeras empresas de São Paulo e de outros Estados estabeleceram aí postos de compra, e os pescadores que antes capturavam diversas espécies de pescado passaram a se concentrar somente no camarão, ocasionando desequilíbrios dificilmente reparáveis no ecossistema lagunar³.

Explorando de forma predatória os recursos limitados da laguna numa resposta a uma demanda das empresas, os pequenos pescadores destruíram os seus próprios meios de subsistência, provindo daí uma pauperização social ainda maior. À medida que o camarão foi escasseando, os postos de compra das empresas foram desaparecendo para se instalar em outras áreas onde o processo recomeçava.

Não foram os barcos brasileiros, no entanto, os únicos responsáveis por essa devastação. A região da foz do Rio Amazonas e áreas adjacentes, considerada o filé mignon dos bancos de camarão, foi "cedida" à pesca pelos barcos norte-americanos por um tratado bilateral. A partir de 1972, cerca de 200 camaroeiros americanos obtiveram a permissão de explorar essa região, pagando a taxa irrisória de 3 200 dólares por embarcação para toda a temporada. Isso significou uma evasão de divisas da ordem de 40 milhões de dólares por ano. Em 1973, por exemplo, 192 camaroeiros enviaram aos Estados Unidos cerca de sete milhões de libras de caudas de camarão. Em 1976, provavelmente devido à sobrepesca, 99 cama-

³ Para uma análise mais detalhada da pauperização, não somente do ambiente natural, como também da população de pescadores na laguna de Cananéia, ver DIEGUES, *L'écosystème lagunaire Iguape—Cananéia; une étude de cas*. Paris, CIREN, 1976.

roeiros norte-americanos tinham enviado a seu país cerca da metade produzida em 1973 (FREDERICK & WEINER, 1978) ⁴.

A desnacionalização da pesca pode ser constatada, não somente pela compra de algumas fábricas de enlatamento de pescado por multinacionais, como também pela política de *joint-ventures*, pelas quais empresas brasileiras se associam às estrangeiras para a exploração dos recursos pesqueiros.

A tentativa do Governo brasileiro de criar uma possante indústria capitalista na pesca, a partir de um carreamento enorme de recursos pelos incentivos fiscais, não deu o resultado esperado. Das quase 131 empresas que receberam incentivos fiscais, nos dez anos dessa política, cerca de 40% foram simplesmente à falência. Muitos proprietários ou grupos que vieram de outros setores (outros ramos industriais, firmas de engenharia, de comércio, financeiras, etc.) foram considerados pelos empresários com tradição na pesca como "aventureiros" que se aproveitavam do dinheiro fácil da Sudepe ⁵.

Santa Catarina foi um dos Estados em que mais surgiram empresas com o dinheiro da Sudepe, e foi também aí que ocorreu o maior número de falências ⁶.

⁴ "A seguir, o Brasil firmou acordos de pesca com Trinidad e Tobago, Barbados e Suriname, que receberam quotas muito menores que a dos Estados Unidos, a preços especiais: 1 360 dólares por embarcação. Renovados, sistematicamente, com exceção do acordo com o Suriname que terminou ano passado, continuam em vigor as autorizações de pesca para as frotas dos Estados Unidos, Trinidad e Tobago e Barbados, reduzidas este ano para 90, 17 e 15 embarcações, respectivamente. A lição dos acordos internacionais de pesca custou ao Brasil, em cinco anos, uma produção de camarões de exportação — levados pelas frotas estrangeiras — avaliada em mais de US\$ 200 milhões, total que equivale ao valor das exportações brasileiras de pescado durante o período de 1971/1975 inclusive" (*Jornal do Brasil*. "A nau dos insensatos chamada Sudepe". 1 maio 1977).

⁵ "Não foi só a Pescal que pediu dinheiro à Sudepe, depois da criação do Fiset/Pesca. Outras empresas respeitáveis, que não quero citar, fizeram o mesmo. Quando vimos que o dinheiro estava caindo nas mãos dos mesmos aventureiros de sempre, resolvemos fazer os pedidos, porque, de certa forma, estaríamos salvando o dinheiro da pesca, porque em nossas empresas ele estaria realmente aplicado e não desviado para outros fins" (*Jornal do Brasil*. 3 maio 1977).

"Umas (indústrias), como a Joqueira, procuram saída alugando câmaras para estocar carne de gado; outras, como a insolvente Permarsul, já não têm saída; as mais fortes, como a Pescal, sonham com os cardumes prateados do atum em alto-mar; as mais fracas, como a Cunha Amaral, fecharam; raras, como a Leal Santos, não dependem mais da Sudepe; e o resto vai à deriva, rebocado pelo dinheiro da pesca" (*Jornal do Brasil*. 3 maio 1977).

⁶ A descrição caricaturesca do fim de algumas dessas empresas em Santa Catarina mostra o resultado da política artificial adotada: "Dez anos depois, uma das empresas incentivadas, a Codipesca, em Laguna, serve de estre-

Não foram somente as pequenas empresas que faliram. Em São Paulo, grandes empresas, como a Compesca e a Inape, com possantes instalações de terra, foram à falência após terem recebido financiamentos consideráveis através dos incentivos. As falhas dessa política foram reconhecidas mesmo por estudos oficiais da Sudepe (MENCIA MORALES et alii, 1976). Os erros mais comuns apontados foram:

- inversões consideráveis em fábricas de processamento, sem se saber da existência da matéria-prima. O resultado é que, em 1976, as empresas de enlatamento funcionavam com 72% da capacidade ociosa no Rio Grande do Sul, 87% em Santa Catarina, 44% no Rio de Janeiro. A utilização das instalações de congelamento não ultrapassa os 20% em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- desequilíbrio nas inversões: entre 1967 e 1972, cerca de 51% dos investimentos foram canalizados para a industrialização, 29% para a captura, 13% para a administração, e somente 7% para a comercialização, onde se situa um dos pontos de estrangulamento do setor pesqueiro;
- captura seletiva de espécies de alto valor no mercado internacional, o que levou à rápida predação dos recursos naturais. A destruição contínua de espécies marinhas, situadas num nível intermediário da cadeia alimentar, poderia ter causado a escassez alimentar para outras espécies que delas se alimentavam.

A pesca seletiva aumentou os custos operacionais, sobretudo os dos combustíveis, que representam mais de 60% dos gastos totais de uma viagem de pesca. Entre as causas do insucesso na implantação da indústria pesqueira, é importante se assinalar a limitada produtividade natural das águas tropicais e subtropicais a que nos referimos anteriormente. O fato de os bancos e cardumes de peixes se encontrarem rarefeitos ao longo do nosso litoral induz sua exploração mais racional por barcos de pequena pesca, preferencialmente tripulados por força de trabalho familiar, tal como ocorre, por exemplo, na Noruega. Constatamos, por exemplo, no litoral do Espírito Santo, que botes de até 13 metros, movidos a vela ou a pequenos motores, exploram com sucesso fundos rochosos

baria; o dono da Madepesca, que faliu em Criciúma, comprou uma farmácia em Florianópolis; o da Oceânica vendeu o último dos três barcos, fechou a empresa e dirige um moinho; o da Viação Internacional ficou louco; da Pepepesca só resta um barco; o dinheiro da Ander serviu para a montagem de uma firma de plásticos; e o da Cibradep, que vendeu a fábrica, construída com o dinheiro da Sudepe, trocou de dono e mudou para Itajaí — continua fechada" (*Jornal do Brasil*. 6 maio 1977).

situados a mais de 50 milhas da costa. Pescadores experientados também existem no Nordeste, Sul e Sudeste, que eram proprietários de suas próprias embarcações no momento em que se lançou o programa dos incentivos fiscais. Eles poderiam ser a base de um programa realista de desenvolvimento da pesca se o Governo tivesse melhorado as condições de conservação e comercialização do pescado. *Embarcações maiores e mais potentes deveriam ter sido financiadas somente para a captura de espécies ainda não exploradas* e que se situam a mais de 200 milhas da costa, tais como o atum. O grande argumento dos empresários, de que faltaria mão-de-obra especializada para a exploração dos recursos pesqueiros da nossa plataforma continental, é falacioso. Repetiu-se na pesca, de alguma forma, o que já ocorrera com a indústria automobilística. Desprezaram-se as potencialidades e a infra-estrutura incipiente, que já existia, e sobrepôs-se uma estrutura chamada moderna, que, no caso da pesca, se revelou ainda mais desastrosa, pois levou a uma rápida destruição das riquezas naturais já escassas em nosso litoral. É significativo o fato de as empresas de pesca, que receberam todo o apoio governamental, comprarem dos pescadores artesanais uma parte importante do seu desembarque. Sabe-se que muitos mestres de barcos de empresa ancoravam sua embarcação numa área de pesca artesanal, compravam a produção local e desembarcavam no cais da empresa o pescado como sendo capturado por seu barco.

Um outro ponto de estrangulamento desse modelo exportador foi o fechamento das águas uruguaias e argentinas à pesca dos barcos brasileiros. Efetivamente, cerca de 20% dos incentivos fiscais foram aplicados nas indústrias do Rio Grande do Sul, que esperavam contar com o pescado (especialmente a merluza) capturado em águas argentinas e uruguaias. As restrições posteriores à pesca dos barcos brasileiros nessas águas levou a uma carência crônica de matéria-prima e ao fechamento de várias indústrias.

O aumento do preço do óleo combustível, especialmente a partir de 1973, veio agravar ainda mais a situação já desesperadora de uma indústria mal dimensionada. Os barcos, planejados para o arrasto em águas pouco profundas, perderam sua operacionalidade após a destruição irracional dos estoques de camarão nessas áreas, pois não eram aptos para explorar estoques pesqueiros mais distantes.

O efeito conjugado da captura reduzida, resultante da predação orientada somente a certas espécies de pescado dirigidas para a exportação, e do alto custo do combustível parece atingir sobretudo os arrastões grandes que operam nos limites da plataforma continental. Ramos, Verrone e Gallo (1976), estudando a renta-

bilidade bruta (lucro dividido pelo capital total empregado) de um camaroeiro grande, um camaroeiro médio e uma baleeira, que operam no Litoral Sul de São Paulo na captura do camarão, chegaram à conclusão de que, enquanto a rentabilidade do primeiro se aproxima de zero, a do segundo se eleva a 73%, e a do terceiro a 40%. Se alguns desses arrastões de porto grandes continuam operando, é através da política de subsídios à exportação do camarão e de outras espécies (isenção do ICM, crédito a baixos juros, etc.).

Os polpudos subsídios à exportação constituem ainda hoje o *deus ex machina* que mantém vivas inúmeras empresas de pesca, mas funcionam negativamente sobre um crescimento harmonioso da indústria de pesca, afetando desfavoravelmente a estrutura de oferta de certos tipos de pescado no mercado brasileiro.

Alarmada com a freqüente bancarrota das empresas, a Sudepe, através da Portaria 011/75, criou um fundo de saneamento que levou a uma concentração maior ainda dos meios de produção nas mãos de umas poucas empresas consideradas viáveis. Por esse Programa de Fusão, Incorporação e Saneamento do Setor Pesqueiro, uma empresa considerada sólida receberia capital da Sudepe para incorporar outras empresas em situação financeira difícil. As críticas a essa política, que parecem ter favorecido ainda mais o aventureirismo, revelam a inviabilidade crônica desse projeto de construir uma indústria de base calcada não só na exploração do pequeno pescador, do pescador embarcado, mas também dos próprios recursos naturais.

As causas do insucesso em criar uma sólida indústria de base avançada pelos tecnocratas da Sudepe não vão ao cerne do problema. Esse projeto nacional não tinha suporte em nenhum setor de empresários, realmente experimentados na atividade pesqueira. Isso porque, como vimos, os empresários capitalistas eram em número extremamente reduzido no setor pesqueiro, na década de 60. Essa situação foi bem caracterizada por um empresário capitalista de experiência no setor, quando afirmou:

“Quando vimos que o dinheiro (da Sudepe) estava caindo nas mãos dos mesmos aventureiros de sempre, resolvemos fazer os pedidos, porque, de certa forma, estaríamos salvando o dinheiro da pesca...” (Jornal do Brasil. 6 maio 1977).

Impedindo o acesso aos incentivos fiscais das pessoas físicas (armadores autônomos, pescadores artesanais, etc.), a Sudepe tentou criar uma pesca capitalista sem empresários capitalistas. Daí a invasão de aventureiros de outros setores, que, segundo opinião

dos industriais da pesca, investiam o dinheiro da Sudepe em outras atividades mais rentáveis. Aliás, uma das acusações mais correntes à política dos incentivos fiscais é ter possibilitado a certos empresários a importação, com isenção alfandegária, de equipamentos que se destinavam a outras indústrias pertencentes ao mesmo grupo econômico.

O aumento do número e das dimensões dos barcos de pesca exigiu um aporte de força de trabalho considerável, que passou a ser empregada como embarcados. A sofisticação crescente dos equipamentos utilizados exigia uma mão-de-obra capacitada que num certo lapso de tempo não pode ser formada. Nesse período as empresas disputavam os mestres de pesca experientes, que eram relativamente raros, sobretudo para a pesca dos grandes arrastões que iam pescar em águas argentinas e uruguaias.

Pelos dados da Sudepe, havia em 1967 cerca de 5 110 pescadores embarcados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (vide Tabela 10). Com o grande aumento do número de embarcações a partir de 1967, o número dos tripulantes dos barcos motorizados, que já naquele ano representava 71% de todos os pescadores embarcados do Brasil, deve se situar por volta dos 14 000 pescadores nesses Estados. Isso significou uma necessidade de se encontrar pelo menos cerca de 800 novos mestres de pesca e 9 000 tripulantes, número dificilmente encontrável num curto período de tempo. Daí o recurso à força de trabalho dos andorinhas, pescadores catarinenses que, recrutados no Sul do país, podem ser hoje vistos nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Belém, etc.

Enquanto os empresários com o dinheiro fácil dos incentivos construíam barcos e fábricas que iam à falência, a força de trabalho desses embarcados era um verdadeiro juguete que passava de uma embarcação a outra. Pressionados pelo capital que visava a reprodução rápida, esses embarcados eram e são explorados através de longas jornadas de trabalho, nos dias de fadiga do mar, nas condições difíceis de trabalho que não raramente se traduzem no naufrágio das embarcações com perda de vidas humanas⁷.

⁷ "O tribunal marítimo registra diversos desaparecimentos de barcos de pesca. Os funcionários dizem que recebem apenas a comunicação do desaparecimento de embarcações em alto-mar, com tripulação a bordo, que nunca mais são encontradas" (*Jornal do Brasil*. 1 maio 1977).

Por outro lado, muitos pescadores acabavam sendo ludibriados pelas empresas em seus direitos trabalhistas, que não depositavam o dinheiro devido ao Instituto Nacional de Previdência Social.

TABELA 10
Pescadores por unidades da federação

Estado	Pescadores artesanais						Tripulantes de embarcações motorizadas (1967)				
	1940	%	1950	%	1970	%	Mestres	Moto- ristas	Tripu- lantes	Total	%
Amapá	—	—	1 072	0,94	775	0,5					
Acre	10 427	12,3	13 762	12,6	7 361	5,0					
Pará	14 442	17,1	20 069	17,7	23 484	15,9					
Região Norte	24 869	29,5	33 831	29,9	31 620	21,4	32	32	186	250	3,47
Maranhão	10 338	12,2	14 546	12,8	18 583	12,6					
Piauí	951	1,1	—	—	1 633	1,1					
Ceará	4 801	5,7	5 994	5,2	14 215	9,6	55	60	523	638	
Rio Grande do Norte	3 667	4,3	4 141	3,6	7 434	5,0					
Paraíba	1 384	1,6	2 025	1,8	3 291	2,3					
Pernambuco	3 606	4,2	4 044	3,5	5 536	3,7	16	28	317	361	
Alagoas	3 618	4,2	4 216	3,2	5 940	4,0					
Sergipe	2 090	2,4	4 498	3,9	3 345	2,2					
Bahia	8 936	10,6	11 886	10,5	16 057	10,9					
Região Nordeste	39 391	46,7	51 350	45,4	76 034	51,7	92	109	968	1 169	16,2
Espírito Santo	1 281	1,5	1 466	—	2 984	2,0					
Rio de Janeiro	6 090	2,2	7 550	6,6	9 866	6,7					
Guanabara	—	—	2 511	2,2	1 949	1,3	200	381	2 464	3 045	
São Paulo	2 836	3,3	3 920	3,4	5 150	3,5	208	280	1 637	2 065	
Região Sudeste	10 207	12,1	15 447	13,6	19 949	13,5	408	601	4 101	5 110	71,0
Paraná	1 338	1,6	1 123	0,9	2 728	1,8					
Santa Catarina	6 554	7,7	7 479	6,6	10 727	7,3	43	43	459	545	
Rio Grande do Sul	2 014	2,4	2 802	2,4	6 100	4,1	14	18	83	115	
Região Sul	9 909	11,7	11 404	10,0	19 555	13,4	57	61	542	660	9,0
Total	84 373	100,0	113 104	100,0	147 158	100,0	589	803	5 797	7 189	100,0

Não foram somente os pescadores embarcados os únicos a serem explorados nesse crescimento rápido e de curta duração das empresas de pesca no Brasil. Como já afirmamos, as transformações ocorridas no setor pesqueiro e nos outros setores da produção social afetaram profundamente a pequena pesca. Enquanto alguns pescadores artesanais se convertiam em pescadores embarcados, outros abandonaram simplesmente a profissão por não poderem retirar dela os meios de subsistência. Esse processo de abandono da profissão parece ter atingido com maior intensidade os Estados do Sudeste e Sul do país, sendo que no Norte e Nordeste a pesca artesanal e aquela que complementa a agricultura não parecem ter perdido sua importância. Efetivamente, a participação relativa dos pescadores artesanais nordestinos aumentou entre 1950 e 1970, passando de 45,4% do efetivo nacional para 53,5%, em 1970 (vide Tabela 10).

Apesar dos equipamentos antiquados e rudimentares (Tabela 11), a participação da pesca artesanal em 1940 era de 83% do desembarque do pescado e 44% do seu valor⁸.

TABELA 11

Número e proporção das embarcações motorizadas

Regiões	Ano			
	1959		1968	
	Embarcações motorizadas	Total das embarcações	Embarcações motorizadas	Total das embarcações
Norte	105	36 234	226	44 822
Nordeste	70	39 100	362	54 003
Sudeste	1 522	24 000	4 059	20 394
Sul	606	13 554	2 791	21 836
Total	2 303	112 888	7 438	141 055

Fonte: IBGE

⁸ Em 1960, havia somente cerca de 2 240 embarcações motorizadas em todo o litoral brasileiro, ou seja, 2% do total das embarcações pesqueiras (112 786). Cerca de 95% delas encontravam-se nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil. Isso indica que a quase totalidade das embarcações pesqueiras eram movidas a remo ou a vela. Em 1967, as embarcações motorizadas já representavam 5,3% do total das embarcações pesqueiras (133 000) e concentravam-se nas Regiões Sudeste e Sul (92%). O número de embarcações motorizadas (5% do total no Nordeste) era desprezível indicando que naquele ano a quase totalidade da produção pesqueira nordestina, repre-

Em 1977, dez anos após a implantação dos incentivos fiscais às indústrias, a pesca artesanal, sem nenhuma ajuda financeira considerável, ainda era responsável por 50% do volume total da pesca brasileira e por cerca de 50% do valor gerado por essa atividade (Tabela 12). Em Santa Catarina, por exemplo, a pesca industrial é responsável por quase 70% da produção, mas seu valor não passa de 40% do total, ao passo que a pesca artesanal, concentrando-se em espécies de alto valor de mercado, é responsável por 60% do valor gerado (1974) ⁹.

TABELA 12

Relação entre produção e valor da pesca marítima artesanal e industrial no Brasil

Tipos de produção	Produção em toneladas	Ano						
		1960			1970			
		%	Valor em 1 000 Cr\$	%	Produção em toneladas	%	Valor em 1 000 Cr\$	%
Pesca artesanal	184 000	83,6	2 285	44,2	280 884	53,4	290 995	59,5
Pesca industrial	36 000	16,4	3 469	55,8	246 000	46,6	198 000	40,5
Total	220 000	100,0	5 754	100,0	526 884	100,0	488 995	100,0

No Rio Grande do Norte, a pesca artesanal é responsável por 95% da produção e 79% do valor gerado (1974). No Ceará, ela representa 86% da produção e 40% do valor. Na Bahia, a pesca artesanal é responsável por cerca de 90% do total da produção (1974).

Além disso, uma parte importante do que é considerado oficialmente como produção empresarial-industrial provém na verdade

sentando 1/3 da captura nacional, era de proveniência da pequena pesca. Os termos artesanais e industriais usados por órgãos governamentais do setor pesqueiro têm uma significação bastante imprecisa. Em geral, é considerada artesanal a pesca realizada pelas colônias de pescadores. Outras vezes, o critério de classificação é a dimensão da embarcação utilizada.

⁹ A participação da pesca artesanal se revela ainda mais importante se considerarmos que a frota das empresas incentivadas foi responsável por somente 11% da produção total do país em 1977.

Outros dados indicam que, apesar dos altos investimentos do setor empresarial-capitalista, a expansão da produção pesqueira no decênio 1967-1977 (5,7% ao ano), na vigência dos incentivos fiscais, foi inferior ao decênio anterior (7,7% ao ano), quando ainda não vigoravam os incentivos da Sudepe.

dos pescadores artesanais pelo sistema de compra da produção artesanal através dos portos da empresa mencionados anteriormente. No Rio Grande do Norte, por exemplo, estima-se que somente 40% da produção das empresas provém da frota própria, sendo que 60% é comprada aos pescadores artesanais (DIEGUES, 1978). No Pará, em 1974, a frota empresarial empregava cerca de 582 pescadores embarcados, ao passo que mais do dobro era constituído por pescadores artesanais que usavam os barcos cedidos pelas empresas em regime de arrendamento (BRITO, 1975). O mesmo pode ser dito no Amazonas, onde as "geleiras" e outros barcos de transporte compram o pescado aos pequenos pescadores.

Ora, apesar da importância da pequena pesca já na década de 60, a ajuda financeira da Sudepe ao setor artesanal foi mínima. Do total dos investimentos em dezembro de 1978, a pesca empresarial havia recebido Cr\$ 3 364 864 000 (valor corrigido), enquanto a pesca artesanal recebera somente 402 969 000, ou seja, menos de 12% do total do capital destinado à pesca empresarial.

Largando a pequena pesca à própria sorte, o objetivo do Decreto-lei n.º 221 de 1967 era claro: atribuir à pequena pesca a função de um bolsão de força de trabalho barata para a frota empresarial-capitalista que ao mesmo tempo se apropriara do pescado do setor mais dinâmico da pequena pesca (a produção dos pescadores artesanais motorizados), através do domínio da comercialização.

Esse projeto poderia ter sido realizado plenamente, se o setor empresarial-capitalista não tivesse serrado com tanta pressa o galho em que confortavelmente se assentara, fortemente amparado pelos incentivos fiscais. Depredando rapidamente os recursos naturais pesqueiros e incapacitada de lançar-se na pesca oceânica, uma parte considerável da frota pesqueira criada com o dinheiro do incentivo acabou apodrecendo nos portos, pois o pescado capturado nem sempre dava para pagar os gastos operacionais dos barcos.

Naquelas regiões em que, por razões naturais e históricas, o avanço da pesca empresarial-capitalista se fez com menor intensidade, como no Norte e Nordeste, a pequena produção sobreviveu mais facilmente. Nas Regiões Sudeste e Sul, além do impacto do processo de acumulação de capital e da devastação dos recursos pesqueiros costeiros, outros fatores como a urbanização, a especulação imobiliária, vieram desorganizar a pequena pesca. Nos próximos capítulos analisaremos em maior profundidade esses processos numa região determinada: o Litoral Norte do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO VIII

ENSAIO DE TIPOLOGIA DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA PESCA

Na análise da produção pesqueira do Litoral Sudeste brasileiro, e mais especificamente do Litoral Norte do Estado de São Paulo, percebe-se que os agentes da produção pescadores/não-pescadores se relacionam entre si e com as condições objetivas da produção, segundo certas formas ou modelos que ganham uma existência histórica¹. Ainda que em dados momentos históricos uma dessas formas seja a dominante, a mais dinâmica, elas coexistem e se articulam. Tendo-se em vista as diversas combinações dos fatores produtivos em relações sociais de produção, constatamos que elas assumem formas possíveis e algumas subformas: a) a produção pesqueira de auto-subsistência ou primitiva; b) a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil; c) a produção pesqueira capitalista.

No interior da pequena produção mercantil identificamos ainda duas subformas: a) a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores, e b) a pequena produção dos pescadores artesanais.

No interior da produção pesqueira capitalista encontramos duas subformas: a produção dos armadores de pesca e a produção das empresas de pesca.

Na Tabela 13, colocamos as principais características de cada uma das formas e subformas da organização social da produção.

¹ As formas de organização social da produção são definidas a partir das relações de produção existentes em cada uma delas. A sua distribuição no espaço litorâneo é regulada pela expansão do processo de produção de mercadorias, e, em última análise, com o avanço do capital nesse setor particular da divisão social da produção que é a pesca. As categorias utilizadas devem ser consideradas antes como instrumentos de trabalho destinados a explicar processos de mudança e não como modelos estáticos e universais. Eles foram construídos a partir de um setor determinado, o pesqueiro, e de uma realidade específica, a do Litoral Sudeste brasileiro.

Utilizaremos alguns conceitos ou instrumentos de trabalho que nos permitam a produção de novos conhecimentos no domínio da análise das formas de organização da produção existente na atividade pesqueira.

Trabalharemos fundamentalmente com três categorias que a nosso ver cobrem as situações existentes na pesca do Litoral Sudeste brasileiro.

1 — “Pesca de auto-subsistência ou primitiva”. Hoje praticamente desaparecida do litoral brasileiro, com alguma ocorrência em locais distantes do Amazonas, praticada seja dentro dos quadros das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos. Realizada por reduzidos agrupamentos humanos, a pesca é somente uma das atividades do grupo, aliada à caça e à pequena lavoura também de subsistência. É realizada sobretudo dentro de uma economia onde só existe a produção de valores de uso. Em nenhum momento há a mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente produzido é utilizado dentro do princípio de reciprocidade ou de padrões redistributivos. A unidade de trabalho pode ser a própria tribo ou a unidade familiar. Mourão (1971, p. 155) encontrou vestígios dessa economia de troca em locais isolados, ao sul do complexo lagunar de Iguape—Cananéia. Sendo uma forma de organização de produção que não é significativa no caso brasileiro, não nos deteremos em sua análise nem em suas formas de transição.

2 — “Pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil”. A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda. Isto pressupõe uma certa divisão social do trabalho, em que, mesmo ao nível da pesca, já há funções mais ou menos especializadas que não necessariamente participam da captura; tal é o caso, por exemplo, do artesão fazedor de canoas; os produtores diretos, nesse caso, são independentes, proprietários dos meios de produção, incluindo aí o *savoir-faire* tradicional empregado na localização dos cardumes. O processo de trabalho se organiza dentro da unidade familiar (nuclear ou extensa) ou grupo de vizinhança, a tecnologia se caracteriza pelo baixo poder de predação, e o nicho ecológico explorado é relativamente restrito. A captura do pescado se realiza com instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc.), de propriedade familiar ou individual, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de

TABELA 13 Formas de organização da produção na pesca

Fatores variáveis	Pesca de auto-subsistência; economia natural	Pequena produção mercantil simples		Produção capitalista na pesca	
		A pequena produção familiar dos pescadores-lavradores	A produção dos pescadores artesanais	A produção dos armadores de pesca e embarcados	A produção das empresas de pesca
1. Objetivos da produção pesqueira	Auto-subsistência grupal	Quantidade destinada à produção de objetos de uso maior que a destinada a objetos de troca	Parte da produção destinada à produção de objetos de troca é maior que a destinada à produção de objetos de uso	Produção total convertida em mercadoria	Produção total convertida em mercadoria
2. Relações sociais de produção	Propriedade grupal dos meios de produção (ex. tribo indígena)	Propriedade familiar dos instrumentos de produção	Propriedade individual dos instrumentos de produção	Propriedade dos instrumentos de produção nas mãos do armador autônomo	Propriedade dos instrumentos de produção nas mãos de uma empresa de pesca
3. Critério de alocação dos recursos e fatores de produção	Satisfação de necessidades comunitárias/tradição	Marginalmente o mercado de fatores de produção	Parcialmente o mercado de fatores de produção	Principalmente mercado de fatores de produção	Mercado como fator central na alocação dos recursos
4. Remuneração da força de trabalho	Divisão tribal/comunitária da produção segundo as necessidades alimentares	Remuneração pelo sistema de partes; parceria; retribuição <i>in natura</i>	Remuneração pelo sistema de partes sobre o valor da captura; remuneração em dinheiro	Remuneração principalmente pelas partes, mas com assalariamento em algumas funções	Remuneração por um salário mínimo garantido acrescido de quotas da produção segundo funções exercidas no barco
5. Unidade de trabalho	Tribo/clã/comunidade	Grupo doméstico sem especialização entre pescadores	Grupo de pescadores independentes, com ou sem laços familiares	Grupo de embarcados recrutados em vários lugares; especialização de tarefas incipientes	Grupo de embarcados, recrutados em vários lugares; grande especialização de tarefas
6. Instrumentos de produção	Braço, ou extensão imediata deste	Aparelhos fixos; linha; pequenas redes de emalhar	Redes; aparelhos de arasto semimecanizados e móveis	Aparelhos de pesca mecanizados e móveis	Grande mecanização dos aparelhos de pesca. Automação
7. Propriedades dos instrumentos de produção	Comunitária	Familiar	Propriedade individual/familiar. O proprietário participa da pesca	Armador individual, proprietário de várias embarcações. Não participa da pesca	A empresa é a proprietária de várias embarcações
8. Capacidade de produção/escala de produção	Mínima	Reduzida	Média, dependendo do meio ambiente físico e da competição entre pescadores	Superior às baleeiras e canoas motorizadas	Considerável
9. Espaço de captura	Rios; enseadas	Rios; áreas estuarinas	Áreas costeiras	Plataforma continental	Limites da plataforma continental e o oceano
10. Propulsão das embarcações	Embarcações usadas raramente	Remo ou vela	Pequenas embarcações motorizadas ou a vela	Barcos a motor central com convés	Grandes embarcações com motores possantes e grande autonomia
11. Tipos de conservação do pescado	Inexistente; o pescado é consumido de imediato	Pouco utilizado. Em geral, é a salga/secagem	Gelo em pedras; salga	Gelo ou resfriamento a bordo	Resfriamento ou congelamento a bordo

partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos). Em suma, o princípio que organiza essa forma de produção é o da mercadoria, ainda que a mercantilização da produção varie segundo os subtipos que apresentamos abaixo:

a) A forma de produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo: a produção dos pescadores-lavradores. Nesse caso, a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra (tainha, por exemplo). Aí a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de *cash* ou dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais. Em todos os casos, a atividade pesqueira se inscreve dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores (em São Paulo, é a típica lavoura caiçara, centrada no plantio da mandioca, mas que associa, além da pesca, o artesanato caseiro, a coleta de frutos do mato, como palmito, etc.). O calendário complexo das atividades econômicas, apesar de diversificado, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores (ideologia) é marcado pelas atividades do trato da terra (mesmo sendo agricultura itinerante). Em geral, os mesmos membros da família (parentes) constituem as unidades de trabalho, que se destinam seja ao trato da terra (em algumas de suas fases), seja à captura do pescado. Nesse sentido, o conceito-chave é do grupo doméstico, entendido como um sistema de relações sociais que, baseado no princípio de residência comum, regula e garante o processo produtivo. No limite, a intensidade do trabalho tem como teto o número de trabalhadores diretos existentes nos grupos domésticos. Quando há necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico apela-se para o mutirão, ou ajuda de vários grupos domésticos em ocasiões especiais, tais como a colheita, etc. A divisão de trabalho é reduzida e se dá por critérios de sexo e idade, cabendo às mulheres uma parte maior nos trabalhos caseiros e de roça, enquanto que os homens, de maneira ocasional, integram as companhias de pesca. A pesca é uma atividade complementar destinada a produzir valores de troca. A remuneração da força de trabalho se dá pelo sistema de partilha ou quinhões identificado como parceria. Como no entanto os equipamentos são de baixo custo relativo, o igualitarismo na divisão do produto é bastante visível. Enquanto que nas

pescarias mais simples (picaré, por exemplo) intervêm somente o grupo familiar, em outras mais complexas, como o cerco da tainha, podem participar várias unidades familiares. Em geral, os instrumentos de pesca, incluindo a rede, são feitos também com base no trabalho familiar, sendo utilizados em sua confecção o algodão (comprado fora), as tinturas tradicionalmente conhecidas (como o jacatirão), para sua conservação. Os instrumentos de trabalho, especialmente as embarcações, por exemplo, não são mecanizados ou motorizados, e o seu raio de ação, bastante limitado. A pesca é realizada principalmente em lagunas, baías fechadas, ou dentro de ambientes protegidos, tais como recifes. Nesses casos, são os peixes que acostam; o pescador-lavrador não vai procurá-los em alto-mar. Por isso, em geral usa aparelhos fixos de captura, tais como o cerco e o curral.

Ele não vive somente da pesca, nem tem conhecimento e experiência para ir buscar os peixes além dos estreitos limites do meio ambiente que domina (precariamente). A própria canoa é muitas vezes mais um meio de transporte que um instrumento usado na captura do pescado. Nesse caso, é a pesca que mantém o contato mais intenso desses pequenos produtores, donos de seus aparelhos de pesca, com o mercado, através, em geral, do intermediário, que em um primeiro momento é o mesmo comerciante que lhes comprava o pequeno excedente agrícola, comercializado em vilas ou cidades. A medida que a pesca passa a se tornar mais intensa e o excedente maior, a dependência em relação ao intermediário ("pombeiro" ou "atravessador") cresce proporcionalmente. No fundo, esse pequeno produtor não trabalha somente como pescador; é na lavoura que se definem ainda as condições de sua produção: a terra, sob sua propriedade e em seu controle, é o meio de produção mais importante. Ele se sente mais à vontade junto à casa de fazer farinha, no cultivo de seu pequeno pomar, que no calão do seu picaré.

Na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção, e na medida em que inexistente uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção.

b) A pequena produção mercantil dos pescadores artesanais. Apesar da manutenção de algumas características básicas próprias da pequena produção mercantil familiar simples, surgem alguns elementos que nos permitem falar em pequena produção mercantil ampliada.

O grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira, não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados à venda; à medida que surge um excedente utilizado na compra de embarcações motorizadas que exigem certos conhecimentos, a mão-de-obra mais apropriada nem sempre é a familiar. De acordo com as novas bases de partilha da produção introduzidas, nem sempre é interessante utilizar um parente como camarada.

A atividade pesqueira passa a ser a principal fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários. O dono da embarcação motorizada, por exemplo, passa a exigir mais pescado, alegando custos maiores na manutenção da embarcação, pagamento de financiamentos feitos, etc. Rompe-se então um certo igualitarismo existente na subforma de produção anteriormente descrita. Com isto, torna-se mais nítida a diferença entre os proprietários dos meios de produção e os camaradas. As grandes companhias, ou grupos de pesca, vão reduzindo o seu contingente de mão-de-obra para dar lugar a tripulações menores, mais especializadas, que operam geralmente com embarcações motorizadas. Surgem então funções antes inexistentes nas embarcações não-motorizadas, como o motorista, o gelador, etc., ao mesmo tempo que desaparecem outras.

Esse novo tipo de pesca, explorando ambientes marinhos e costeiros mais amplos, exige conhecimentos mais específicos que os anteriormente usados pelo pescador-lavrador.

A propriedade individual dos meios e instrumentos de trabalho na pesca passa a ser um elemento fundamental em toda a organização produtiva, ao passo que a propriedade familiar deixa de ser tão importante.

Há um avanço tecnológico importante, como a introdução da embarcação motorizada, das redes de náilon, de novos processos de conservação e transporte do pescado, etc.

Organiza-se todo um processo de comercialização do pescado, em que progressivamente os atravessadores individuais vão perdendo gradativamente o terreno para as firmas de compra e financiamento da produção.

Em suma, é somente nesse estágio que surge o pescador artesanal como tal, que passa a viver exclusiva ou quase exclusivamente da sua profissão.

O pescador artesanal passa a viver e a reproduzir suas condições de existência na pesca, voltada fundamentalmente para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o balaio ou cesto de peixe, religiosamente separado antes da partilha, constitua uma das bases de sua sobrevivência e de sua família.

No entanto, o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total *vis-à-vis* ao intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência (e que constitui sua profissão), são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil.

3 — “Pesca realizada dentro da forma de organização social capitalista da produção”. Na produção capitalista da pesca, podemos encontrar dois subtipos:

a) A produção dos armadores, proprietários de mais de uma embarcação. Os armadores não participam das atividades da captura, à frente das quais colocam um preposto: o mestre. Os embarcados são tripulantes engajados para as diversas tarefas da pesca. Em relação às formas de produção anteriormente descritas, há divisão de tarefas importantes, com o aparecimento de funções distintas ligadas à direção (mestres), à casa das máquinas (motoristas), à preparação do “rancho” (cozinheiros) e ao manejo das redes e equipamentos de pesca (os homens do convés). Não há, no entanto, a introdução do “maquinismo” que transformaria essas atividades em tarefas estanques, retirando seu caráter manual. Apesar de os embarcados não serem proprietários dos instrumentos de produção, a remuneração da força de trabalho, para a maioria das funções, se faz pelo sistema de partes.

b) A produção empresarial-capitalista. É através deste subtipo que a pesca capitalista atinge seu grau mais elaborado. Suas principais características são:

— A propriedade dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa, organizada em diversos setores e integrada verticalmente: o setor de captura, a industrialização e a comercialização.

— O setor de captura, em terra, passa a ter uma importância fundamental, limitando o poder de decisão do mestre no que diz respeito a quanto pescar, onde descarregar, etc. O próprio

processo de captura passa a ser controlado em terra pelo sistema de rádio.

- O regime de salário mensal ou semanal torna-se o mais generalizado, ainda que, em alguns casos, os pescadores recebam uma porcentagem sobre o valor global da produção.
- A divisão de tarefas atinge um grau importante, com a introdução das máquinas para lançar e recolher a rede, de beneficiar o pescado a bordo, etc.
- Atividade voltada totalmente para a produção de mercadorias: a reprodução dos meios e agentes de produção passa pela extração da mais-valia dos trabalhadores do mar, que não mais possuem o conhecer e *savoir-faire* que caracterizava o pescador artesanal, possuidor de um *métier*.

CAPÍTULO IX

AS FORMAS DISTINTAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO PESQUEIRA EXISTENTES NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

O Litoral Norte de São Paulo, ao contrário do Sul, é bastante recortado, dando origem a um sem-número de pequenas baías, enseadas e ilhas (vide mapa — fig. 11). Além disso, é uma região em que a Serra do Mar mais se aproxima do oceano, chegando em alguns pontos a cair diretamente nele. É marcada não somente pela presença de peixes de pedra, de alta qualidade, como o badejo, o namorado, etc. (peixes demersais), mas também pela passagem de inúmeros peixes migratórios. Além disso, o ambiente marinho é aí propício para inúmeras espécies pelágicas, como a sardinha, a anchova, o carapau. Nas proximidades estão os parciais de fora ou mar novo, onde existem quantidades apreciáveis de espécies finas, como o namorado, a cavala, o badejo, a pescada-amarela, etc. Essas condições naturais, ao contrário do Litoral Central de São Paulo, com suas extensas praias de areias, deram lugar a gêneros de vida diretamente ligados ao mar (FRANÇA, 1954).

No próprio Litoral Norte, constatam-se diferenças entre as diversas praias no que diz respeito à vinculação maior ou menor às atividades pesqueiras. Assim, na praia de Ubatumirim, a Serra do Mar recua vários quilômetros, dando origem a uma várzea utilizada para a lavoura de subsistência, especialmente da mandioca. Já a praia de Picinguaba é incrustada na montanha e constitui um excelente porto, mas não apresenta retroterra utilizável para a agricultura. Esses condicionamentos físicos, além de outros sociais e históricos, favoreceram o surgimento de pescadores que retiravam principalmente do mar seus meios de subsistência.

Na pequena praia de Picinguaba, situada no extremo norte do litoral paulista, com uns 400 habitantes, no período do claro, quando as tripulações das traineiras não saem para pescar, há uma

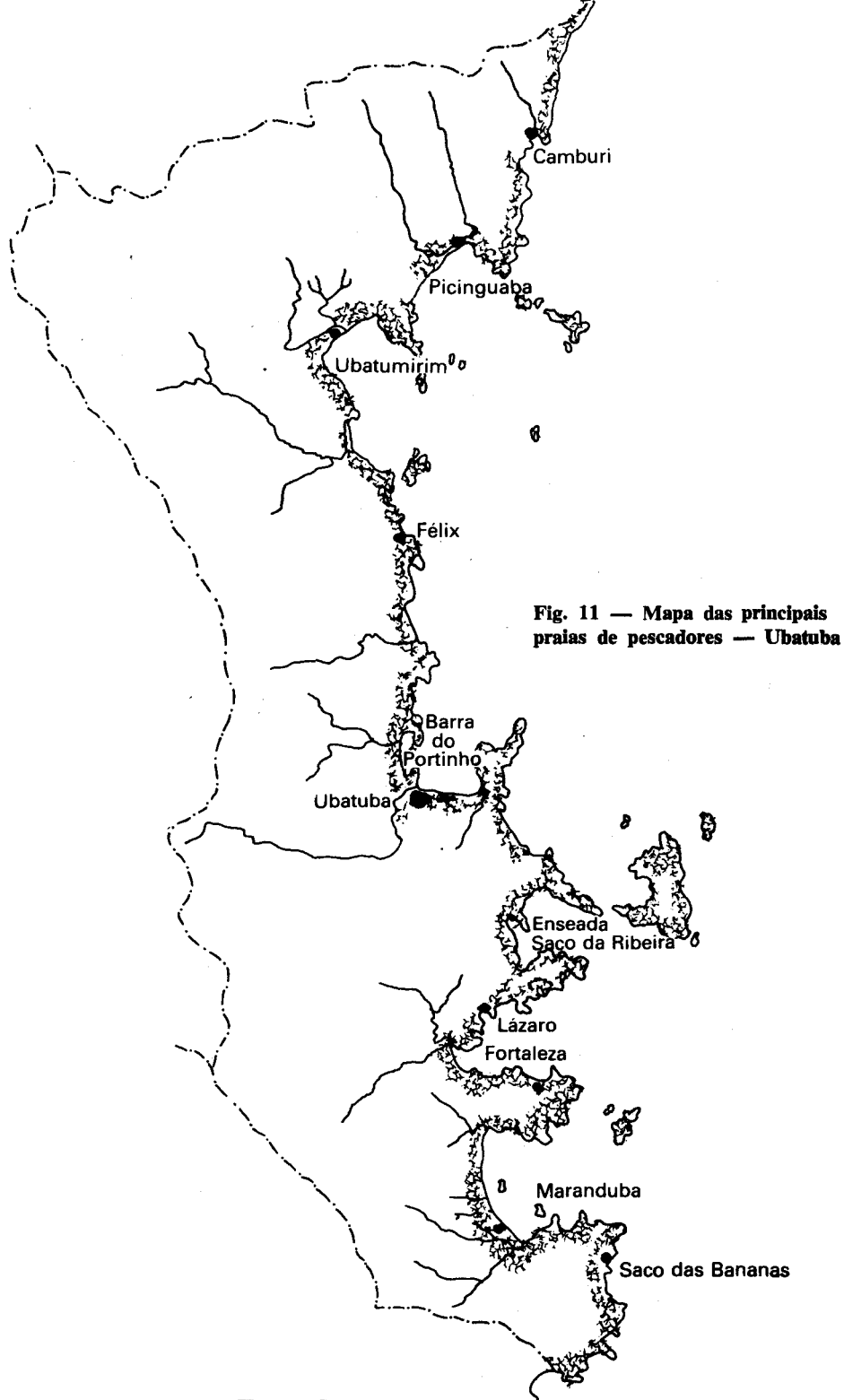


Fig. 11 — Mapa das principais praias de pescadores — Ubatuba

movimentação fora do comum. Os embarcados costumam as grandes redes de sardinha estendidas na praia, entre um e outro copo de cachaça, que vão beber na única venda da vila. É ali que a conversa gira em torno dos últimos acontecimentos da pesca, das partes de cada traineira, das mudanças de tripulação, dos jogos de futebol. Dentro da pequena enseada, o porto mais seguro do Litoral Norte, quatro ou cinco traineiras ficam ancoradas por quase uma semana, até que o mestre, passada a lua cheia, ordene o embarque dos tripulantes, que visitavam suas famílias em terra. Durante essas visitas, a vila enche-se de vida com rádios portáteis tocando alto as músicas mais recentes.

Ao mesmo tempo, canoas a remo, levando grupos de quatro a seis camaradas, vão visitar os cercos flutuantes situados próximos aos costões.

Uma sociedade de velhos pescadores trabalha com o tresmalho no cerco da tainha, no meio da enseada, enquanto outras voltam de recolher a rede de espera, colocada na noite anterior.

No fundo da praia, um outro pescador, ajudado por seu filho, acondiciona em caixas de isopor com gelo camarões sete-barbas, arrastados de madrugada por uma baleeira motorizada. Em breve, ele rodará seu motor Yamar 10 H.P. em direção ao mercado de Ubatuba, onde vai vender sua produção.

Essa cena tão familiar, no momento da realização de nossa pesquisa de campo em 1971-1972, encobria, no entanto, uma realidade diversa. Em poucas horas, os jovens embarcados abandonariam a praia para voltar à escravidão das três pesadas semanas de lançamento e recolhimento da grande traina nas águas perigosas, além da Ilha Grande; o dono da baleeira motorizada voltaria para Ubatuba, para onde já tinha levado mulher e filhos; restariam na praia os pescadores velhos que aguardariam a embarcação do atravessador que lhes compraria o pescado a preço de quase nada. Ou então eles iriam procurar os novos fregueses, os turistas ou a gente de fora, que já havia comprado grande parte das posses ou das casas antigas a que antes ninguém dava valor.

E mais ainda, aqueles vários grupos de pescaria já participavam de mundos diferentes: o da traineira, de propriedade do armador de Santos, onde os embarcados de Picinguaba vão descarregar a sardinha; o dono da baleeira motorizada que arrasta o camarão com seu filho, mas já mora na cidade; e as sociedades ou grupo tradicional de pescaria, que reúnem, como no começo do século, quatro ou mais pescadores na pesca da tainha. Só que as sociedades são menores, pois cada vez fica mais difícil encontrar o número de sócios ou camaradas aptos a participar da pescaria.

Coexistindo, essas diversas unidades de produção representam, no entanto, tempos históricos diferentes e formas específicas, pelas quais se organizavam e se organizam os meios de produção e a força de trabalho na atividade pesqueira. Na verdade, a sociedade, a traineira, a baleeira motorizada e o grande *trawler* da Confraria não representam somente técnicas de pescar distintas, mas maneiras diferenciadas de se organizar os meios de produção e a força de trabalho. Essas unidades de produção não apareceram numa seqüência linear histórica, nem necessariamente representam um desenvolver contínuo das forças produtivas. Existem, no entanto, algumas tendências históricas em seu aparecimento, como existiram momentos em que uma ou outra chegou a ser dominante no Litoral Norte.

A Tabela 14 oferece alguns indicadores sobre a organização global da atividade pesqueira na região de Ubatuba. Nesse quadro, a partir das informações obtidas pelas pesquisas de campo e através de fontes secundárias, estabelecemos algumas correlações entre formas diferenciadas de organização da produção.

De um total de 600 pescadores, em Ubatuba, 62% pertencem à categoria dos pescadores-lavradores ou pescadores-biscateiros, responsáveis por cerca de 5% do pescado capturado e de 9% do valor da produção¹. Para essa categoria, 60% da produção se destina à venda, enquanto que 40% é deixada para o autoconsumo.

Esses pescadores-lavradores ou biscateiros são, em geral, os mais pobres, desde que, em 1971, cerca de 60% não alcançavam o salário mínimo regional, sendo obrigados a complementar sua renda com atividades ligadas ao pequeno comércio, ao cuidado de casas de gente de fora, turismo, etc. A maior parte desses pequenos produtores moram nas praias ao sul da cidade de Ubatuba, tais como Maranduba, Enseada, Perequê-Mirim, e se encontram acuados pela invasão de suas praias pelas casas dos turistas, pelos *campings*, etc., que começam a tomar conta do Litoral Norte, especialmente a partir da década de 60. Outros moram em algumas praias ao norte da cidade, em área de difícil acesso até 1973-1974, quando foi aberta a estrada litorânea que liga Ubatuba ao Rio de Janeiro.

A segunda categoria, a que reservamos o nome de pescadores artesanais, vive quase que exclusivamente da pesca e mora principalmente na área urbana de Ubatuba e no Saco da Ribeira.

¹ Em Cananéia, ao sul do Estado, essa categoria representa cerca de 70% do total de pescadores. O pescado não-comercializado ou de auto-subsistência, avaliado entre 50-60% do total, não foi considerado.

Ela representa 14% do total de pescadores responsáveis por cerca de 19% do total de pescado e 30% do valor gerado. É uma categoria social relativamente recente, vivendo sobretudo da captura do camarão e do cação, que pesca em embarcações motorizadas — as baleeiras — e em pequenos botes motorizados. A quase totalidade da produção é comercializada, seja na cidade, seja na capital do Estado.

A terceira categoria, que representa 24,5% do total, são os pescadores embarcados em traineiras, seja pertencentes a uma empresa local de beneficiamento da sardinha, seja a armadores e empresas de pesca cujas sedes estão em Santos e no Rio de Janeiro. Alguns poucos são tripulantes dos *trawlers* da Confrío, cuja sede está situada no município vizinho de São Sebastião.

A maior parte desses tripulantes embarcados é oriunda das praias do norte de Ubatuba, como Picinguaba e Almada, e também da cidade de Ubatuba. A pesca da sardinha pelas traineiras representa cerca de 75% do total da captura e 60% do valor gerado.

1 A produção dos pescadores-lavradores

Os pescadores-lavradores exploram um ambiente ecológico extremamente limitado, constituído, no Litoral Norte de São Paulo, de enseadas e baías fechadas. São pescadores de praia, onde utilizam pequenas redes, como o tresmalho, pequenos arrastos, a tarrafa e também a linha de mão. A canoa a remo não lhes permite ir muito longe. Os camaradas se reúnem para pescar em sociedade, unidade doméstica que pode reunir seja membros de uma mesma família (pais e filhos), seja membros de família diferente, mas pertencentes a uma mesma praia ou povoado. Percebe-se ainda a importância de se pertencer a uma praia, apesar de hoje essa solidariedade ter-se enfraquecido muito. É indicativo que cerca de 85% dos pequenos pescadores tenham nascido na praia onde até hoje moram. O fracasso da safra da tainha, que antes representava um dos elementos básicos da organização social do pequeno produtor litorâneo, faz com que os grupos de pequenos pescadores não tenham uma safra principal. Agora, pescam quando podem, especialmente à noite, enquanto que durante o dia fazem de tudo um pouco, segundo a necessidade imediata e a disponibilidade do que fazer para ganhar a vida; um pouco de lavoura, se a terra ainda é disponível; a limpeza dos jardins das casas dos turistas,

TABELA 14 Características das formas de produção pesqueira em Ubatuba
Formas de organização da produção

Variáveis/fatores	Pequena produção mercantil simples		Produção capitalista	
	Pequena produção familiar dos pescadores-lavradores	Pequena produção dos pescadores artesanais	Produção dos armadores e embarcados	Empresas de pesca (existentes somente em Santos e São Sebastião)
1. Área de maior incidência	Praias e enseadas ao sul de Ubatuba, mais algumas ao norte	Área costeira	Interior da plataforma continental	Limite da plataforma continental
2. Distribuição dos pescadores, segundo modelos/formas de organização da produção	Porcentagem sobre o total 62,0%	13,5%	24,5%	—
3. Participação no total da produção e valor em 1974 por forma de produção	Produção 6% Valor 9%	19% 31%	75% 60%	—
4. Destino da produção	Venda 60% Autoconsumo 40%	90% 10%	100%	100%
5. Grupo de trabalho	Sociedade ou companhia — unidade doméstica / familiar composta pelos camaradas ou companheiros	Em sociedade: pescadores pertencentes ou não à mesma família/grupo doméstico, donos dos aparelhos de pesca e camaradas	O grupo dos embarcados: mestres, motoristas, cozinheiro, gelador, tripulação	O grupo dos embarcados: mestre/contramestre, radiotelegrafista, motorista, cozinheiro, técnico de frio, homens de convés
6. Relação social de produção	Proprietários (redes) 53,5% Não-proprietários 46,5%	Proprietários de canoas motorizadas e baleeiras 70% Não-proprietários 30%	Armadores (número reduzido) Tripulantes (embarcados)	Empresas Tripulantes
7. Características da propriedade	Difundida	Restrita	Concentrada	Concentrada
8. Relações técnicas de produção	Donos de rede e camaradas participam da captura	Dono de barco e camaradas participam da captura	Armador (não participa da pesca) Mestres Tripulantes — cozinheiros, geladores, homens de convés, etc.	Chefe do setor de captura em terra Mestre Tripulantes

9. Divisão de trabalho	Mínima: sexo, idade	Reduzida: motorista; não-motorista	Tarefas mais determinadas	Rígida divisão de tarefas
10. Remuneração da produção	Partilha: 1/2 para o dono da rede 1/2 para camaradas	Partilha: após o desconto dos custos da produção para o dono do barco 50% para camaradas 50%	Partilha: metade das partes para o armador e metade para a tripulação 2 — motorista 6 — mestre 1/2 — congelador 1 — tripulantes	Salário mínimo garantido mais porcentagem sobre a produção, ou sistema misto de partilha e salário
11. Instrumento de produção	Tresmalho Pequena rede de arrasto Linha Canoa	Rede de arrasto Barco/baleeira motorizada (7,30 m)	Barco/traineira (médio) Barco para cação (médio) Barco para camarão (médio)	Grandes arrastões Traineeiras Redes de arrasto
12. Propulsão embarcação	Remo 73%	Motor 6 — 60 H.P. 22%	Motor 61 — 300 H.P. 5%	Mais de 300 H.P.
13. Produção e valor mensal por embarcação típica em 1971	Canoa a remo, tresmalho e três pescadores em 1971 Produção 500 kg Valor bruto Cr\$ 700	Baleeira — três pescadores; motor 15 — 30 H.P.; arrasto de portas cação: 3 750 kg valor bruto Cr\$ 2 000	Traineeira: 12 — 16 m: motor 13 — 16 homens produção 80 000 kg valor bruto Cr\$ 20 000	—
14. Mercado	Periférico	Periférico, mas responsável pela maior parte das alocações dos recursos	Central	Central
15. Excedente	Nulo ou quase inexistente	Reduzido	Considerável	Considerável
16. Sistema de venda	Compromisso com intermediário Sim 30% Não 70%	Compromisso com atravessador Sim 40% Não 60%	Venda às empresas de beneficiamento Contratos formais de venda	Venda realizada pela própria empresa
17. Conservação da produção	Venda a fresco	Gelo	Gelo	Frigorífico
18. Espaço de captura	Enseada, praia 1/2 dia de pesca	Espaço costeiro, praia de fora, um dia de pesca	Espaço costeiro uma semana de pesca	Espaço oceânico mais de uma semana de viagem
19. Identificação dos cardumes	Visual	Visual	Visual	Eletrônico
20. Visão dos recursos pesqueiros pelos pescadores	Estoque diminuindo 57% " aumentando 8% " estável 35%	Diminuindo 63,0% Aumentando 6,0% Estável 25,5%	Diminuindo 12,5% Aumentando 15,0% Estável 72,5%	—

dos quais são caseiros; quebra-galhos em construção civil, etc. A produtividade decrescente das águas próximas à costa, aliada a outros fatores, como o crescente distanciamento forçado da praia, ocupada pelos pescadores amadores, turistas e suas casas, torna cada dia mais difícil encontrar companheiros para as pescarias. Cerca de 57% desses pequenos pescadores tinham outra atividade além da pesca, especialmente a pequena agricultura e o pequeno comércio. É uma população que envelhece rapidamente, pois 57% têm mais de 40 anos e somente 4% têm menos de 20 anos, indicando que a reprodução física da força de trabalho é muito pequena. Quase 30% desses pequenos pescadores trabalham sós: nesse caso, a pesca é feita a linha, de cima das pedras ou na canoa a remo, de onde jogam também a tarrafa, ao passo que 70% trabalham com camaradas. A cooperação existente nesse grupo é simples, no sentido de que a divisão de trabalho é bastante reduzida. Em princípio, cada camarada tem conhecimento e experiência suficientes para exercer todas as tarefas relativas à pequena pesca².

Aqueles camaradas, que são proprietários de rede, se identificam muito mais com as atividades agrícolas ou ligadas aos serviços que com a pesca. Ganhando mais com a prestação de serviços, o número de camaradas sem canoa e rede é cada vez menor.

Em algumas praias, existem armadilhas fixas chamadas de cercos flutuantes, introduzidos no Litoral Norte, por volta de 1920, pelos japoneses. São aparelhos de pesca, que se situam fora da capacidade de aquisição pelos pequenos pescadores devido ao seu alto custo, sendo propriedade de comerciantes-atravesadores que vivem nas cidades. Esse cerco é despescado três vezes ao dia por seis camaradas que recebem a metade da produção, sendo que a outra metade vai ao dono do cerco.

Os pequenos pescadores são responsáveis também pela manutenção da rede que a cada oito dias é retirada da água para conserto.

Cerca de 30% dos pequenos pescadores têm compromisso de vender o pescado a um comerciante-atravesador fixo, que em muitos casos lhes adianta dinheiro para a aquisição de redes e outros equipamentos de pesca. Essa vinculação com o atravessador é menor nas praias onde o número de turistas de fim de semana aumenta continuamente, criando um mercado novo para um excedente reduzido e irregular.

² Funções que exigiam qualidades especiais — como a do vigia que de cima do morro localizava o cardume de tainha que acostava — já quase não existem mais.

A reprodução dos instrumentos de trabalho desses pequenos produtores litorâneos não passa exclusivamente da pesca. A reposição de uma rede muitas vezes é fruto de parcas economias feitas em outras atividades não-pesqueiras, de empréstimos de um amigo ou conhecido da cidade.

Na medida em que uma parte considerável da produção se destina ao autoconsumo e não há o salário do camarada a ser repostado, a noção de custos de produção é bastante vaga. Os custos de produção se limitam, em muitos casos, à compra esporádica de fios de náilon para a recomposição da rede. Muitas vezes, tanto o pano da rede como o fio para reparos vêm da venda do atravessador, ao qual o pescador paga com a produção. No fundo, o pequeno pescador trabalha o suficiente para atender a uma quantidade bastante reduzida de necessidades, que se resume àquilo que não pode ser produzido na roça. A força de trabalho não é considerada um custo de produção que tenha um preço; daí a tendência à superexploração da própria força de trabalho e de seus familiares: trabalha-se o quanto for necessário para se ter a mistura para as parcas refeições e se ter um mínimo de dinheiro para pagar a conta na venda.

A reposição da força de trabalho constitui, sem dúvida, o ponto de estrangulamento da pequena pesca, na medida em que os filhos agora raramente se integram na pequena pesca, preferindo empregos urbanos que os afastam gradativamente da praia.

Raramente o reduzido excedente produzido e apropriado pelo atravessador propicia, a compra de embarcação motorizada que amplie a área de captura e de equipamentos de pesca mais posantes. A única forma para a aquisição desses equipamentos é a venda da posse de terra à beira-mar, em geral herdada de seus antepassados. A venda da posse significa, em geral, o afastamento da praia e a migração para a cidade. Ali, o pequeno pescador passa a reforçar o contingente sempre crescente dos subempregados que vivem de pequenos serviços aos turistas, ou a comprar uma baleeira motorizada, com a qual passa a viver exclusivamente de pesca. Esse último passo, no entanto, é dado somente por uma ínfima parcela dos pequenos produtores litorâneos. A mudança para uma vida exclusivamente dependente da pesca passa, como veremos mais adiante, pelo abandono das atividades agrícolas.

Os que não têm posses de terra a vender acham-se espremidos nos cantos de praia onde mal têm lugar para deixar suas canoas, vivendo em condições não menos difíceis que aqueles que foram à cidade e acabaram no subemprego ou mesmo no salário mínimo como funcionários da Prefeitura.

2 A produção dos pescadores artesanais

A segunda categoria, a dos pescadores artesanais, trabalha com as baleeiras e botes motorizados na pesca do camarão e do cação. A maioria desses pescadores descarrega o produto no Portinho, próximo ao Mercado de Pescado, no centro de Ubatuba. Enquanto alguns moram no próprio Portinho em péssimas condições de higiene, outros, especialmente os que viviam recentemente nas praias do norte, vivem nos bairros de Umuarama e Estufa, onde compraram um pequeno lote e aos poucos vão construindo suas casas. Cerca de 65% das embarcações medem entre cinco e oito metros, com um motor variando entre 6 e 10 H.P., enquanto que 35% são barcos superiores a nove metros, com motores entre 20 e 60 H.P. Enquanto as primeiras dedicam-se sobretudo ao arrasto do camarão sete-barbas, as embarcações maiores pescam o cação com o espinhel.

O custo dessas embarcações motorizadas, variando entre 10 e 40 mil cruzeiros em 1971, escapa à capacidade de investimento do pequeno pescador. Sua aquisição implica a venda do terreno nas praias e na migração para a cidade. Dessa forma, somente 35% dos pescadores artesanais do Portinho são originários da cidade de Ubatuba, sendo que mais de 50% deles têm chegado das praias de Pinguaba, Almada, Ubatumirim, há menos de cinco anos.

Efetivamente, com a chegada da BR-101 às praias do Norte, famosas pela sua beleza, intensificou-se a especulação imobiliária, incluindo a violência e a coação física sobre os caiçaras que detinham a posse da terra, mas em geral não possuíam o título de propriedade. Pressionados pelos especuladores, alguns pequenos pescadores venderam suas casas e terras, vindo com a família para a cidade de Ubatuba, onde passaram a viver exclusivamente da pesca.

Na baleeira motorizada para arrasto do camarão, que representa a maioria das embarcações do Portinho, trabalham em geral dois pescadores: o dono do barco e um camarada que pode ser parente ou conhecido.

A remuneração do trabalho se faz também pelo regime de partilha, sendo a metade das partes para o barco e a outra metade para os camaradas. Como na maioria dos casos o dono do barco pesca junto, ele acaba ficando com 2/3 da produção. No entanto, ao contrário do que ocorre na pequena pesca, a partilha é feita depois de descontadas as despesas com o combustível.

O fato de a embarcação motorizada exigir a compra antecipada do combustível, e algumas vezes do gelo, introduz elementos novos na percepção dos custos de produção. Ao contrário do pequeno pescador não-motorizado, a pescaria tem de render no mínimo o suficiente para pagar o gelo e o óleo, taxas previdenciárias e a prestação mensal do barco.

A superexploração da própria força de trabalho, com o prolongamento das horas de atividade, encontra uma limitação nos gastos com o combustível, dado o seu alto preço. Daí a superexploração dos recursos naturais com a captura de filhotes de peixe, na tentativa de repor ao menos os custos operacionais.

Capturando um produto perecível, como o camarão, o pescador artesanal fica na dependência imediata dos meios de conservação, como câmaras frigoríficas, de propriedade dos atravessadores.

Também os que se dedicam à pesca do cação dependem dos atravessadores, que lhes fornecem a isca. Controlando as câmaras frias, onde se conserva o pescado, e o sistema de transporte para o mercado central do Ceagesp na capital do Estado, esses atravessadores têm um grande controle sobre a produção do Portinho. Os comerciantes recebem o pescado e se encarregam de vendê-lo aos atacadistas do Ceagesp ao preço do dia, retendo uma porcentagem que chega até 50% do valor da produção, a título de despesas operacionais ou taxas de serviço. Alguns desses atravessadores têm barcos próprios, que entregam a mestres, constituindo-se assim em armadores. Apesar de terem informações escassas sobre o preço diário do pescado no Ceagesp, a maioria dos pescadores artesanais vêem no atravessador a figura do explorador, o "tubarão", o único a ganhar dinheiro com a pesca.

Constatamos também que um certo número desses pescadores artesanais passou um tempo de sua vida como embarcado numa traineira, onde esperava acumular algum dinheiro para comprar seu próprio barco.

É o caso do seu Inácio, que até os 15 anos viveu na roça, em Ubatimirim, vindo ocasionalmente puxar a rede na praia. Ainda moço, embarcou numa traineira, indo pescar em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Voltando para Ubatimirim, vendeu sua posse na praia, depois de ter tentado levar para frente sua roça de banana. Com o dinheiro apurado, comprou um terreno em Ubatuba, onde começou a construir. Levou sua família para a cidade, e ali comprou também um bote motorizado, com o qual pesca camarão juntamente com o irmão.

Ao contrário do pequeno pescador, o pescador de Portinho vai à procura do camarão e do cação, tendo uma postura diferente quanto aos recursos do mar. Para eles, esses recursos existem, variam em quantidade, de ano para ano, mas a captura não é somente um fator de sorte. É preciso queimar combustível na viagem e especialmente no arrasto. É preciso saber pescar, senão passa o tempo inteiro gastando combustível e passando a rede sem nenhum resultado. Além disso, há a competição dos grandes camaroeiros, que passam perto, arrastando tudo e limpando o lodo onde se esconde o camarão.

No entanto, os pescadores do Portinho têm consciência de que suas embarcações de boca aberta não lhes permitem ir muito longe, onde há mais peixe. Para tanto, teriam de ter barcos maiores, e não somente isca. "Pra juntar dinheiro é preciso ser armador e ter muito dinheiro para agüentar as fases ruins, quando o peixe não aparece. Ter vários barcos é melhor porque quando um não pesca, outro pesca." Mas esses pescadores têm noção de que transformar-se em armadores requer não somente um capital que a pequena pesca não permite acumular, mas também organização, com câmara de gelo, caminhões e tudo.

3 A produção dos armadores e embarcados

O terceiro grupo de pescadores é constituído pelos embarcados. A primeira categoria desses embarcados é constituída pelos tripulantes das traineiras.

A área de atuação das traineiras é muito variada; a pesca de sardinha é feita próximo à costa no verão e mais distante no inverno, quando esse peixe se afasta do litoral. No inverno, portanto, a traineira leva mais tempo para chegar ao pesqueiro, realiza viagens mais longas e mais penosas para a tripulação.

Ao contrário do produto da pequena pesca, considerada como peixe fino, de alto valor de mercado, a sardinha é o peixe retirado principalmente para a industrialização e o consumo popular. Come-se pouca sardinha em Ubatuba, considerada um peixe gorduroso e de muita espinha.

A sardinha é o pescado mais desembarcado no entreposto de Ubatuba, numa proporção variando entre 93% do total em 1968 para 75% em 1974.

O número de traineiras que desembarcam no entreposto é também muito variável, pois depende sempre do preço oferecido pelos atacadistas no Rio de Janeiro e Santos. Dadas as péssimas

condições do entreposto de Ubatuba, o desembarque é feito manualmente, o que força uma traineira a ficar muito tempo no cais. Por isso, uma grande parte da sardinha capturada nas imediações de Ubatuba é desembarcada em outros portos.

Entre 1968 e 1974, segundo dados do Instituto de Pesca, houve uma média de oito traineiras que descarregavam de maneira constante e cerca de 40 outras que descarregavam ocasionalmente.

A propriedade das traineiras estava dividida entre os armadores e uma salga de Ubatuba. Esta última possuía cerca de 1/3 das traineiras, enquanto as demais pertenciam a armadores autônomos, que em geral não moram em Ubatuba.

Em Ubatuba, em 1970, existiam quatro salgas, que utilizavam em média 20 empregados, sendo que a maior parte deles era constituída de operários temporários, recrutados no período de safra. Uma dessas indústrias, de propriedade de japoneses, além de filetar e enlatar sardinha, possuía uma fábrica de gelo própria e duas traineiras. Estas, no entanto, não descarregavam constantemente para a indústria, mas muitas vezes em Santos ou no Rio de Janeiro, quando o mercado apresenta preços mais compensadores. Uma parte importante da sardinha desembarcada em Ubatuba é levada para São Paulo (Ceagesp) em caminhões, mas o volume decresceu consideravelmente de 1968 (50% do total) para 1971 (27% do total).

Uma vez que o preço da sardinha de Ubatuba segue a cotação do Ceagesp e que os barcos das salgas não descarregam continuamente no entreposto da cidade, não foi possível constatar um monopólio das salgas sobre o produto, como ocorre em outros portos.

É evidente, no entanto, que os proprietários têm mais alternativas de colocação da sardinha que um armador.

De uma maneira geral podemos dizer que, com exceção da salga mencionada, a propriedade das traineiras extravasa os quadros de pesca local. Nenhum dos pescadores da região tornou-se armador de barcos sardinheiros. Igualmente, as salgas de Ubatuba, em sua maioria, não pertencem à gente do local.

Ao contrário, as traineiras vêm buscar em Ubatuba os tripulantes, provenientes sobretudo das praias do norte, como Picinguaba, Almada, etc.

Efetivamente, se tomarmos como exemplo as praias do norte do município, cerca de 20% dos pescadores de Picinguaba, 70% de Camburi, 65% do Leo, são tripulantes de traineiras. Ao contrário dos pequenos pescadores, dos quais somente 10% estão na

pesca há menos de 10 anos, entre os embarcados essa porcentagem se eleva a 20%, o que demonstra que nos últimos anos a pesca embarcada tem atraído mais gente do que a pequena pesca.

Na praia de Picinguaba, principal centro de recrutamento no Litoral Norte de São Paulo, cerca de 59% dos embarcados têm menos de 30 anos, mostrando que, apesar da dureza do embarque, muitos jovens procuram aí uma alternativa de vida.

Muitos deles, como os embarcados do Camburi, desembarcam nos três a quatro meses do inverno, quando a pesca de sardinha é muito difícil, para ajudar os parentes na roça, voltando às traineiras no verão. Outros deixam a família na praia, cuidando da roça, enquanto partem esperando poupar algum dinheiro. Os familiares e vizinhos cuidam então dos interesses de família. O dinheiro que o embarcado ganha na sardinha não garante nem a subsistência da própria família, obrigando-o a retirar uma boa parte dos meios de subsistência da terra e de algum peixe que os filhos podem conseguir como camaradas na pequena pesca.

A compra de uma canoa ou baleeira para se transformar em pescador autônomo para uma grande maioria dos embarcados não é mais que uma ilusão, pois dificilmente a parte que recebe ao fim de cada pescaria lhe permite saldar as dívidas com o armador. Como vimos, somente com a venda da posse, os poucos que ainda a detêm podem comprar um pequeno barco a motor, estabelecendo-se por conta própria.

Uma outra categoria de pescadores embarcados é constituída pelos tripulantes de *trawlers* ou arrastões de propriedade da empresa Confrio, cuja sede industrial se localiza em São Sebastião, a algumas dezenas de quilômetros ao sul de Ubatuba.

A Confrio contrasta com as pequenas empresas familiares de Ubatuba pelas suas dimensões, pela integração horizontal e vertical de diversos setores de atuação (desde a captura, comercialização, industrialização e exportação) e pela sua sofisticação tecnológica. É considerada uma das empresas de pesca mais sólidas e modernas do país, ocupando (1973) cerca de 200 operários no setor de beneficiamento do pescado e quase 200 tripulantes em seus modernos arrastões que se dirigem especialmente para a pesca do camarão e pescados finos para a exportação. Ao contrário dos armadores autônomos, donos e administradores de pequenas frotas de traineiras, a Confrio dispõe de departamentos próprios de captura que orientam a pesca de seus *trawlers* grandes espalhados pelo Brasil. Apesar de comprar um pouco de camarão dos pescadores artesanais do Litoral Norte, o grosso de sua produção vem,

seja de seus próprios barcos, seja da compra da produção de inúmeros pescadores autônomos ou de armadores espalhados por toda a costa brasileira. De fato, a Confrio mantém filiais que funcionam sobretudo como pontos de compra da produção artesanal em vários Estados do Nordeste e Sul do Brasil.

Raros são os pescadores oriundos do Litoral Norte na frota de *trawlers* da Confrio, cujas viagens são mais longas e a pesqueiros mais distantes que os freqüentados pelas traineiras³. Essas diversas unidades de produção, no momento da pesquisa, eram predominantes em microáreas dentro da região estudada e revelavam graus distintos de contato com a economia mercantil e a vida das cidades. Nas praias de Cacandoca, Saco das Bananas, Flamenguinho, Fortaleza, ao sul da cidade de Ubatuba, e Ubatumirim, Promirim e Almada ao norte, predominavam ainda os pescadores-lavradores, com menor inserção no processo de produção de mercadoria. Já nas praias próximas à cidade, como no Sãco da Ribeira e no Portinho, dentro da área urbana predominavam os pescadores artesanais. Os pescadores embarcados provinham sobretudo das praias de Picinguaba e Camburi, desde muito tempo utilizados como tripulantes pelas traineiras que de Santos e Rio de Janeiro costumavam buscar nessas praias os pescadores de sardinha.

As primeiras eram praias mais isoladas, sobretudo antes da construção da estrada Rio—Santos. Enquanto mais de 44% dos pescadores embarcados visitavam Ubatuba (ou Santos) mais de dez vezes por mês, 13% dos pequenos pescadores (pescadores sitiantes e artesanais) faziam o mesmo. “Vamos pra Ubatuba só em última necessidade. . . quando carece levar um doente. O que nos vale é a lancha do padre, que passa aqui uma vez por sema-

³ Naquelas regiões, onde a produtividade natural das águas ou o preço de mercado são elevados e estáveis, há uma tendência à introdução de um salário-base acrescido de uma porcentagem sobre a produção. Isso ocorre no Pará, onde a captura do camarão e posteriormente da piramitaba alcançou índices elevados, atraindo mesmo barcos do Sul (a partir de 1970). Além do sistema tradicional, os embarcados da pesca empresarial tinham uma remuneração constituída de uma parte fixa e outra variável, de acordo com os resultados obtidos na pescaria. No Pará (BRITO, 1975), como remuneração mensal fixa, um técnico de pesca recebia entre 2 500 e 4 000 cruzeiros; um mestre, entre 1 200 e 1 700 cruzeiros; um motorista, entre 900 e 1 600 cruzeiros; um guincheiro, entre 450 e 500 cruzeiros; e um homem de convés, de 300 a 800 cruzeiros. Além desse sistema, havia a forma de remuneração por tonelada capturada. O mestre recebia Cr\$ 70,00 por tonelada; o motorista, Cr\$ 23,00; o guincheiro, Cr\$ 20,00; e o pessoal de convés, Cr\$ 14,00 por tonelada.

na...” (pescador de Almada). Entre os pequenos pescadores, cerca de 42% dos que vão à cidade o fazem para comprar produtos de que necessitam. Somente 13% deles vão para vender a produção. Cerca de 43% desses pequenos produtores vão à cidade por problemas de saúde, visita a parentes e amigos, etc.

A faixa etária desses pescadores dá algumas indicações sobre as condições de reprodução da força de trabalho em cada uma dessas unidades. Enquanto 66,6% dos pequenos pescadores tinham mais de 40 anos de idade, somente 25% dos pescadores embarcados estavam nessa faixa. Entre esses últimos havia uma grande proporção de pescadores com idade inferior a 30 anos (47,5%), o que indica que a pesca embarcada atraía mais os jovens que a pequena pesca. Entre os embarcados havia cerca de 12,5% que haviam terminado o primário, porcentagem que descia a 4% entre os pequenos pescadores.

No Portinho, onde se concentram os pescadores artesanais, somente 25% dentre eles exerciam outra atividade além da pesca. Nas praias mais retiradas, como Ubatumirim, todos os pequenos pescadores exerciam uma atividade complementar, particularmente a lavoura. Enquanto, entre os pequenos pescadores, cerca de 32% faziam o artesanato (redes, esteiras), somente 15% dos pescadores embarcados tinham nessa atividade uma fonte complementar de renda. Um outro aspecto importante revelado pela pesquisa diz respeito às fontes de obtenção dos meios de subsistência, especialmente dos alimentos. Cerca de 30% dos pequenos pescadores possuem ainda em funcionamento a casa de forno onde preparam a farinha de mandioca, alimento de base dos pescadores do Litoral Norte. Entre os pescadores embarcados, somente 12% possuíam a casa de forno, dependendo, pois, totalmente do que ganhavam como embarcado. Em Almada, por exemplo, todos os pequenos pescadores ainda preparam sua farinha na casa de forno, ao passo que todos os embarcados compram fora a farinha. O mesmo ocorre na praia da Fortaleza, onde predominam os pescadores-lavradores.

CAPÍTULO X

SURGIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

1 A pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores

Nas comunidades pesqueiras do litoral paulista e fluminense, a pesca da tainha (*mugilidae*), que durante os meses frios movimentava as companhias¹, está em vias de desaparecimento. Efetivamente, em muitas praias, onde até dois decênios atrás grandes mantas de tainha arribavam e eram cercadas por várias sociedades que chegavam até a emendar tresmalhos para não deixar o peixe escapar, hoje raras vezes elas aparecem e ainda menos frequentemente; os pequenos pescadores jogam as canoas no mar para apanhá-las. Assim mesmo, em Picinguaba ou Ubatumirim já não se consegue juntar mais de uma sociedade para matar tainha; são talvez os derradeiros e velhos pescadores que cercam os cardumes a partir da praia, com um pequeno arrasto.

O importante não é que uma técnica de captura desaparece. . . É toda uma forma de se organizar a produção no espaço litorâneo estudado que se desestrutura. Não é a pesca da tainha feita por sociedades que desaparece, e sim uma forma de existência: o modo de vida do sitiante-pescador².

¹ Os grupos de pequenos pescadores que partilham entre si o pescado capturado são chamados de companhia em várias áreas do litoral brasileiro: no Amazonas (NEIVA & XIMENES, 1975), em Santa Catarina (LAGO & GOUVEIA, 1968), no Rio de Janeiro (BERNARDES, 1950 e DUARTE, 1978).

² A combinação agricultura/pesca é muito freqüente nas populações litorâneas e ribeirinhas no Brasil. Assim, segundo dados do Pescart, em 1974, no Amazonas, somente 64% dos pescadores viviam exclusivamente da pesca, enquanto que 36% exerciam outras atividades complementares, notadamente a agricultura. Um estudo de Tavares (1975) para a comunidade de Icarai, próxima a Fortaleza, mostra que uma parcela considerável daqueles pesca-

O surgimento da policultura no Litoral Norte, especialmente a partir do fim do século XIX, está ligado à desorganização da economia cafeeira que até meados do século passado transformara Ubatuba numa das regiões mais ricas do Estado de São Paulo. Ubatuba tinha em 1860 uma receita equivalente a 6,8% sobre a receita total dos municípios de São Paulo, e em 1880 não passava de 0,4%. O esgotamento das terras do Litoral Norte, bem como o deslocamento do ciclo do café para o Oeste, foram fatores responsáveis pela decadência regional.

Durante alguns anos, no começo do século, a retomada do plantio de açúcar em Ilhabela manteve um certo dinamismo na economia do Litoral Norte. Os barcos que freqüentavam o porto de Ubatuba na exportação de café foram substituídos pelas canoas de voga que garantiam o transporte de tonéis de aguardente, fumo e outras mercadorias entre Parati, Ilhabela e Santos.

“Destinadas a levar produtos, principalmente a aguardente, da ilha para Santos, onde eram habituais no mercado, e a trazer artigos para as casas de comércio locais, as canoas de voga passaram a responsabilizar-se pela totalidade dos transportes. Apesar de representar um esforço escrito com páginas de abnegação e heroísmo, a pequena frota de que a maioria era constituída pelas embarcações de menor capacidade não poderia anualmente senão carregar umas 500 a 800 toneladas para Santos” (FRANÇA, 1954. p. 14).

O fim do miniciclo açucareiro levou a população litorânea a se refugiar na pequena agricultura, tendo na pesca ocasional da

dores consorciavam atividades agrícolas com pesca (46%), apesar de, em outros agrupamentos de pescadores (Iguape, Prainha, Morro Branco, etc.), os pescadores viverem exclusivamente do produto de seu trabalho no mar. Essa tendência dos pequenos pescadores cearenses de dependerem cada vez mais exclusivamente da atividade pesqueira pôde ser denotada já em 1963, quando 62% deles viviam exclusivamente de pesca, e a agricultura representava uma atividade complementar para cerca de 14% dos mesmos. A partir de então, com o desenvolvimento crescente da captura de lagosta, pode-se supor que a dependência da pesca como atividade dominante na produção de valor de troca tenha aumentado. Já no Rio Grande do Norte, pesquisa realizada em Caiçara, uma das mais importantes colônias de pescadores (Sudene, 1970), mostrou que, apesar de somente 10% dos pescadores exercerem ao mesmo tempo outras atividades, o trabalho agrícola complementar é exercido pela grande maioria destes últimos. O mesmo padrão se repete para a Bahia (Ivo, 1975). Em Santa Catarina, em 1961 (LAGO, 1961), cerca de 14% daqueles que tinham atividades complementares (26%) à pesca praticavam a agricultura. Essa porcentagem diminuiu sensivelmente nos últimos anos, se atentarmos para o fato de que a população de pescadores é quase toda urbana atualmente (92% em 1970).

tainha um complemento alimentar. Ao mesmo tempo, o pouco excedente constituído pela tainha seca era comercializado com núcleos populacionais do interior (São Luís de Paraitinga, etc.).

Como resultado do fim do curto ciclo açucareiro do Litoral Norte, iniciou-se uma evasão populacional dos municípios do litoral, que buscavam os centros maiores como Santos³. Somente por volta de 1920, com a vinda de barcos motorizados de Santos para comprar peixes, é que os pequenos produtores litorâneos começaram a se especializar na pesca.

A policultura que coexistia com a grande plantação de café tornou-se a atividade predominante do caiçara após o fim do ciclo cafeeiro do Litoral Norte. Vicente de Carvalho (1943. p. 682) descreve essa complementaridade entre a pequena agricultura e a pesca, salientando a precariedade das condições de vida do praiano:

“O alimento é simples e pouco variado, produto de suas culturas e da pesca. Apertado entre o mar e a serra, pouco terreno se lhe oferece para plantar. A várzea muito úmida exige drenagem e outras obras dispendiosas. Contudo, os praianos fazem sempre suas pequenas roças, as quais fornecem mandioca e cana para o fabrico da garapa, com a qual adoçam o café. Além desses, só os produtos do mar enriquecem sua alimentação diária. Inconstante como é o oceano, ora lhe oferece pescado em abundância até excessiva, a ponto de não poder aproveitá-lo todo, ora muito agitado impede a saída das canoas e, portanto, o abastecimento. Alguns dias seguidos de mau tempo são suficientes para o esgotamento das provisões, e os praianos se vêem na contingência de recorrer à pesca de siris ou a desenterrar amêijoas na beira da praia, a fim de matar a fome...”

França (1954. p. 29), estudando a pequena produção caiçara na Ilhabela, após o término do ciclo açucareiro, que por algum tempo substituiu o ciclo do café, afirma que 57% dos pequenos produtores viviam conjuntamente da agricultura e da pesca.

“Feijão, milho, batata-doce e outros produtos, todos de pequena expressão na agricultura e na alimentação do caiçara, ocupam

³ O aumento do consumo de peixe em Santos acompanhou o crescimento considerável da população motivado pelo desenvolvimento do porto, que se tornou, nas primeiras décadas do século, o maior centro exportador de café do Brasil. Assim, em 1890, Santos tinha uma população de 13 000 habitantes. Dez anos depois passou para 50 000, numa taxa de crescimento anual de 28%. Em 1940, a população de Santos já havia passado a 160 000; em 1960, a 271 000, e em 1970 a 345 000 habitantes.

roças anuais, em minúsculas parcelas, sempre relacionadas com a subsistência imediata, localizando-se no interior da considerável área devastada."

Os instrumentos de trabalho usados na agricultura eram também precários, o mesmo acontecendo com os instrumentos de pesca. A preparação do terreno era feita pela derrubada da mata com foices e machados. Segue-se então a queimada do mato seco e o plantio das ramas de mandioca, feito em geral de julho a novembro. Faziam-se as limpas ou capinas a enxada, três a quatro vezes durante o primeiro ano. Homens e mulheres trabalhavam na roça, mas cabia aos primeiros a roçada e a queimada.

"Rudimentar é, também, o tratamento das magras colheitas. A maior parte dos produtos trazidos das roças ou apanhados nos quintais encaminha-se diretamente para a cozinha ou para a mesa familiar. A farinha de mandioca é, porém, objeto de uma preparação minuciosa, pequena indústria de que se encarregam as mulheres, no rancho ou casa de farinha, anexa às habitações" (FRANÇA, 1954. p. 29).

Ao lado da agricultura e da pesca existiam inúmeras outras atividades que tornavam os pequenos produtores quase independentes do comércio das vendas.

"Não faltam ainda as engenhocas ou moendas manuais de madeira, para a cana (obtenção do caldo que serve para adoçar o café), e os pilões, destinados a beneficiar o café para a moagem, depois da torrefação. Nos terreiros limpos, ao lado das casas, ou nas praças, executam-se as operações de secagem do café, do milho, do feijão, que são expostos ao sol em pequenos tabuleiros... Nestas tarefas, geralmente executadas pelas mulheres, e na cozinha resumem-se as únicas preparações dos produtos agrícolas da subsistência caiçara" (FRANÇA, 1954. p. 30).

A policultura caiçara existia também no Litoral Sul de São Paulo durante o século passado, e a cultura do arroz era a atividade mais importante, praticada seja através da mão-de-obra escrava, seja através do produto independente (policultor). No entanto, foi a desorganização dessas atividades agrícolas que motivou uma reversão acentuada para a pequena produção de mercadorias, em que o caiçara, utilizando a mão-de-obra familiar ou doméstica, vivia quase que exclusivamente para a satisfação das necessidades

de reprodução sua e de sua família, vendendo algum excedente nas vilas e cidades do litoral⁴.

Por outro lado, os solos litorâneos são em geral arenosos e pouco férteis, obrigando os pequenos agricultores a realizar uma agricultura itinerante, marcada pelo pousio relativamente longo.

As características geográficas da costa, formando vales com terrenos aptos à agricultura ou o litoral de encostas montanhosas limitando o cultivo do solo, são elementos importantes ao peso das atividades econômicas que os caiçaras e praieiros podem exercer.

“A distribuição dos centros de pesca ao longo do litoral, ora recordado, ora retilíneo, tem profunda influência no gênero de vida dos pescadores, pois variam com as condições físicas diversas, aí encontradas, as possibilidades de alguma atividade complementar...”
(BERNARDES, 1958).

Por outro lado, no Litoral Sul a abundância de recursos naturais existentes no ecossistema estuarino induz o caiçara de Iguape—Cananéia a explorá-lo de maneira diversificada. Enquanto a cultura da mandioca, do arroz, e o pequeno pomar lhe garantem a subsistência, o pequeno produtor local lança mão da cata de ostra, da coleta do palmito na floresta, do artesanato de fibras e da própria pesca para conseguir o dinheiro com que vai adquirir outras mercadorias que não pode produzir.

A intersecção dos diversos processos de trabalho deu origem a um complexo calendário de atividades em que as safras e entressafras exerciam um papel importante, marcadas por festas religiosas e folclóricas.

Na região de Iguape—Cananéia, o ciclo produtivo agrícola começava com a rápida preparação do solo para o cultivo da man-

⁴ “Na área de Cananéia, a história nos deixa claro que a região passou, também, por vários ciclos, quer lançando o homem à terra, quer dela o tirando. A passagem para a agricultura, nessa região, não nos parece que tenha correspondido, mesmo no passado, a um objetivo de vida. Abandona-se a agricultura quando os estaleiros necessitam de madeiras, volta-se à agricultura quando a construção naval desaparece. Outros emigram. Abandona-se a agricultura quando o peixe, o palmito, e, mais tarde, a caxeta, passam a ter mercado. Se a policultura, no sentido europeu, por exemplo, não é norma entre nós, ela, no Litoral Sul, ao se implantar, não correspondeu a uma expectativa de realização de vida, mas antes se consubstanciou num recurso destinado a garantir um mínimo de vida, quando da ocorrência de alguma crise cíclica” (MOURÃO, 1971. p. 94).

dioca, cuja farinha serve de prato-base para a alimentação caiçara. A mandioca era plantada em ramas, em fevereiro, e levava mais de 16 meses para ser arrancada. Como em geral era usada somente para farinha, ela era conservada no solo, sendo retirada aos poucos quando dela se tinha necessidade.

Os pequenos produtores litorâneos faziam sua roça em lugares próximos à sua casa, especialmente as quadras de mandioca. É aí que formavam também o pomar com algumas árvores frutíferas. Já o cultivo do arroz era feito em terras mais distantes da laguna, e de fertilidade maior⁵.

Na região de Iguape, o arroz, que anteriormente era uma produção destinada à venda, teve o seu cultivo prejudicado, especialmente a partir do momento em que a pesca da manjuba entrou em circulação monetária (década de 40, em Iguape). O plantio do arroz coincidia com a safra da manjuba, e a capina nem sempre era feita, pois o período de pesca se estendia até abril/maio. Em abril, iniciavam-se as colheitas, tanto do arroz como do feijão das águas e, já em junho, iniciava-se a safra da tainha, estendendo-se até julho.

A unidade de produção agrícola era fundamentalmente familiar, ainda que dentro do calendário de atividades houvesse divisão de trabalho entre os diversos membros da família. Na roça, é o grupo doméstico quem trabalha, ainda que as tarefas mais pesadas, como a queimada ou a primeira limpeza do terreno, fossem realizadas pelos homens adultos. Uma vez montada a pequena roça, as mulheres passam a ter papel importante em sua limpeza, capina, etc.

Na lavoura, tanto no Litoral Norte quanto no Sul, quando os braços domésticos eram insuficientes para dar cabo do serviço, a cooperação se ampliava, dando origem ao mutirão ou puxirão. O mutirão, prática de cooperação entre pequenos produtores, que se organizava em geral nas colheitas, não era utilizado na pesca; consistia em chamar-se os vizinhos para um dia de trabalho, du-

⁵ “Na região de Cananéia, o calendário agrícola também não favorece o plantio de arroz (outubro, novembro e dezembro), que coincide com as pescarias do tempo quente, enquanto a colheita se realiza de março a maio, quando começa a aparecer a tainha. A cultura do arroz requer duas ou três limpezas. Já o feijão, o de seca, é semeado em agosto e setembro, período em que a faina pesqueira se amaina, enquanto que a colheita se realiza em novembro e dezembro, meses de plena pescaria...” (MOURÃO, 1971. p. 88).

rante o qual o dono do mutirão fornecia a comida. No fim do dia, organizava-se o fandango, e a festa varava a noite com danças e cantorias ⁶.

O mutirão não tinha somente a função de organizar a força de trabalho em unidades de produção maiores que a familiar, mas servia também para manter laços de solidariedade entre os vizinhos das redondezas. Permitia também um fluxo mínimo de informações entre os caçaras e possibilidades de namoro e eventuais casamentos entre os jovens participantes.

Nessa forma de organização de produção em que a agricultura era a atividade-chave, na reprodução dos lavradores-pescadores, o "tráfico", ou casa da farinha, era o local onde os membros da família passavam longas horas na preparação da farinha, consumida em todas as refeições ⁷.

"O 'tráfico', conjunto de ralador, cesto de tipiti para prensagem, prensa de rosca mais vara, ou de alavanca, forno ou secador de cobre, foi registrado em 30% das habitações amostradas da área lagunar de Cananéia, enquanto que na Ilha do Cardoso aparecia em 63% das casas visitadas" (MOURÃO, 1971. p. 90).

O artesanato representou uma atividade importante, nos períodos em que os sítiantes produziam, na própria localidade, quase tudo de que necessitavam. Assim, utilizavam-se fibras para a confecção dos cestos e samburás de pesca, das esteiras e dos tipitis

⁶ "O batimento do arroz constitui uma cerimônia celebrada do seguinte modo: espalham o arroz em palha sobre o chão de uma sala e fazem um fandango por cima. Ao som do tambor, batem o pé, moços e moças, o dia inteiro e à noite até o amanhecer; depois jogam a palha e põem o arroz em outra sala. Repetem esse fato até bater toda a safra de arroz. Quando acabam o fandango, que é ritmado por um tambor e às vezes acompanhado por uma rabeça, estão todos bêbados de pinga e de cansaço" (PIERSON, D. & TEIXEIRA, 1947. p. 9).

⁷ "A casa é semelhante à do caipira. De pau a pique, telhado de duas águas de sapé, raras vezes caiada... A construção é frágil, e o vento voa pelas frinchas do telhado e das paredes, completando a obra das chuvas fortes do verão. No fim de poucos anos, ameaçada de ruir pela ação combinada desses agentes da erosão, ela é abandonada por seus moradores que levantam outra nova, de preferência a consertá-la. Os móveis são escassos: bancos de madeira, prateleiras para guardar pratos e canecas de folha e demais objetos de uso doméstico, a mesa onde colocam o pote de barro e a cuia para retirar a água... Não comem à mesa, mas sentados em qualquer parte, na soleira da porta ou simplesmente nos calcanhares, a posição mais comum. Dormem em esteiras de palha, postas sobre tábuas armadas sobre cavaletes ou caixões de madeiras..." (CARVALHO, Vicente de. 1943. p. 682).

para a fabricação da farinha; usava-se o barro para a fabricação de potes, e madeiras para remos, gamelas, bancos, etc. O artesanato de fibras e barro era de responsabilidade das mulheres e crianças, ao passo que o de madeira, incluindo a fabricação de canoas, ficava a cargo dos homens.

Quando até a década de 30 esse tipo de produção era generalizado na região lagunar, a produção do excedente agrícola era pequena, pois de uma maneira geral a agricultura era uma atividade de subsistência do grupo familiar.

Se a pequena agricultura fornecia a base da subsistência do pequeno produtor do litoral do Estado de São Paulo, a pesca, a coleta do palmito, forneciam-lhe algum dinheiro com que compravam os bens que não produziam diretamente.

A pesca da tainha, realizada com técnicas variadas, segundo as exigências dos diversos nichos ecológicos em que ela penetrava em sua corrida (corso) a partir do Sul do Brasil, tinha uma função mais ou menos idêntica em todas as comunidades pesqueiras situadas no Litoral Sudeste brasileiro: o fornecimento de um complemento à dieta alimentar, e, ao mesmo tempo, servir como mercadoria, como objeto de venda ao pequeno produtor, que com ela adquiria os bens que não produzia diretamente.

No Litoral Norte de São Paulo, as tainhas começavam a aparecer em maio, eram abundantes em junho e julho e desapareciam em agosto. Os aparelhos de pesca adaptavam-se ao ciclo específico desse peixe, para cujas fases os pescadores locais usavam nomes especiais: em maio eram de corrida, e em agosto, de arribada.

A rede usada tradicionalmente no Litoral Norte de São Paulo para pesca de tainha era o tresmalho, sendo posteriormente substituída pelo arrastão de praia. O tresmalho, ao que parece, de origem portuguesa, era uma rede de emalhar, composta antigamente pela superposição de três malhas de tamanhos diferentes. A rede de tresmalho era fabricada com fio de algodão pelos próprios pescadores, que passavam boa parte do tempo em contínuos consertos. Para aumentar sua resistência davam um banho com água de casca de aroeira, cajueiro ou jacatirão.

No cerco da tainha, no entanto, participavam em geral duas sociedades em duas canoas, com um tresmalho cada, além de canoas que seguiam a pequena distância para "aparar" as tainhas que tentassem fugir. Cada tresmalho tinha o seu mestre, um chumbeiro e um proeiro. Uma vez localizado o cardume (que de dia é reco-

nhecido por um leve marulhar e à noite pelo clarão típico), os companheiros eram chamados pelo toque da buzina, dando-se início ao cerco, com ambas as redes ligadas entre si.

Ainda que não existisse uma divisão nítida de tarefas, cabia ao mestre ⁸ localizar e cercar o cardume para que este não fugisse, bem como dirigir as operações gerais de captura; o proeiro dirigia a canoa e o chumbeiro largava a cortiça.

Essa pesca se realizava, em geral, no interior das unidades familiares ou da vizinhança. O grupo de trabalho na pesca da tainha — a sociedade — podia ser composto de elementos da mesma família, irmãos e filhos, ou de parentes e conhecidos. Em ambos os casos, no entanto, provinham do grupo doméstico, entendido como um sistema de relações sociais baseado no princípio de residência comum que reflete e garante o processo produtivo. Podemos afirmar que a base da sociedade era a força de trabalho familiar, e, nesse sentido, ela se identifica com a unidade de trabalho da roça de mandioca. Quando uma atividade específica, como a pesca da tainha, exigia um aporte maior de mão-de-obra, recorria-se a outras unidades familiares, ainda dentro, no entanto, da economia doméstica. A pesca era uma atividade eminentemente masculina, ainda que em alguns lugares a mulher participasse na puxada da rede ⁹.

A forma de remuneração nessa parceria era bastante simples e se processava logo após a pescaria. Os peixes eram divididos em montes, cabendo a cada um dos pescadores uma porção. A forma mais costumeira era a meia, onde cada um dos pescadores (no caso de um grupo de dois) recebia a metade. À medida que o pescador começou a comprar a rede de náilon do comerciante da cidade, e era preciso pagá-la, generalizou-se o costume de se deixar uma parte ou quinhão para a rede. Nesse caso, mesmo que

⁸ Na pequena pesca, a função do mestre se baseia na habilidade pessoal do pescador, sua experiência, capacidade visual, bom relacionamento pessoal, etc. Na maioria dos casos, a função de mestre não lhe traz vantagens monetárias diretas. Ele goza, em geral, de grande prestígio na comunidade dos pequenos pescadores.

⁹ A mulher, em quase todas as sociedades de pescadores, não participa da atividade pesqueira de alto-mar, ainda que possa complementar a dieta familiar, catando moluscos na praia. No Golfo da Tailândia, constatamos que as mulheres participam da captura, quando, junto com a família, moram nos barcos. Nesse caso, ajudam os maridos nas fainas do mar, descendo nas praias somente para dar à luz.

o proprietário da rede não viesse pescar, ele receberia uma parte, a parte da rede¹⁰.

Já no Litoral Sul, em Cananéia e Iguape, a pesca da tainha era feita principalmente através dos cercos de bambu e taquara. Consiste numa barragem (espia) de taquara de 50-60 metros, perpendicular à borda da laguna, que termina por uma “casa” (ou “rodo”), que é o local onde o peixe fica preso, após atravessar a entrada. O cerco é em geral propriedade familiar ou de dois pescadores vizinhos que se revezam na tarefa de cortar o bambu e preparar a armadilha. Toda a família ajuda na confecção do cerco, mas “assentar” o mesmo é uma tarefa exclusiva dos homens, exigindo grande perícia na descoberta de local apropriado, com correnteza de maré e fundo adequado. O cerco dura somente seis meses; após o que, grande parte do tecido de bambu tem que ser substituído. É em geral despescado na maré vazante, sendo a produção dividida igualmente pelos proprietários. Além de ser uma armadilha de grande aporte de mão-de-obra e conhecimento, tem como vantagem a possibilidade de o peixe capturado poder ficar preso vários dias, fornecendo não somente peixe fresco para consumo familiar, quanto a certeza de se conseguir algum dinheiro com a sua venda na cidade.

A captura da tainha podia também ser feita com a rede de cerco, uma espécie de pequeno arrastão de praia, que era lançada da canoa.

No litoral fluminense, a pequena produção mercantil era realizada por processos de trabalho que comportavam intensidades diversas de aporte de capital e força de trabalho.

Bernardes (1950) descreve a pesca da espia (dentro dos molhes da companhia) praticada no litoral fluminense. Era uma combinação da pesca de espera e de arrasto. O vigia, do alto do morro, vendo o cardume, dava sinal aos homens de canoa que com a rede de arrasto faziam o cerco do cardume. Participavam dessa pesca nove camaradas, sendo que na partilha o dono da rede

¹⁰ Quando na pesca da tainha participava mais de um tresmalho ou terno, a divisão da produção era mais complexa no Litoral Norte: o proprietário do terno de tresmalho e das duas canoas recebia 1/3 do total capturado. O proprietário da rede, quando participava da pescaria, recebia 1/3 do tresmalho mais um quinhão (o quinhão é uma quantidade variável de peixe resultante da divisão do monte por seis participantes, após a retirada do terço da rede). O proprietário da canoa e de uma parte do tresmalho recebia a metade de 1/3. O adulto que entrava com o serviço recebia um quinhão, e a criança, 1/2 quinhão.

ficava com um terço da produção, cabendo a cada pescador um quinto. O mestre e o vigia recebiam quinhão e meio.

A pesca da tainha, dada a abundância do pescado, era a que exigia uma quantidade maior de força de trabalho; daí a reunião de dois ou mais grupos de pescaria em sua captura. Existiam, no entanto, outras artes de pesca que podiam se exercer mais facilmente pelo chefe de família, ajudado pelos filhos. Assim, por exemplo, a rede de espera podia ser colocada e retirada por dois pescadores; a pesca a linha e a de tarrafa podiam ser exercidas por um só pescador, etc.

Sendo a pesca, enquanto produção de mercadoria, uma atividade sazonal, que dependia em larga escala de um recurso sujeito a variações consideráveis, o excedente produzido era também ocasional e variável. Por ocasião de uma boa safra, poderia haver um certo excedente comercializável, mas este dependia sobretudo das condições de salga da tainha, uma vez que esta era a única forma tradicional de conservação do pescado. Nesse caso, o sal era um fator limitante a uma acumulação em larga escala de um produto muito perecível. Observe-se que, tendo-se em vista a precariedade dos processos domésticos de secagem e salga, a conservação do produto se limitava a algumas semanas.

Por isso, o pequeno produtor litorâneo, ao levar os seus produtos para vender nos pequenos núcleos urbanos, transportava em sua canoa, não somente a tainha seca, mas também alguma farinha de mandioca, rapadura, lenha cortada, etc.

Nesse tipo de organização social, o pólo da acumulação de capital, ainda que reduzido, não se encontrava com pequenos produtores, mas nas mãos dos comerciantes urbanos.

Como não se tratava de uma economia de auto-subsistência, mesmo que os contatos com o mercado fossem ocasionais, a reprodução dos meios de produção já passava pelos comerciantes urbanos, onde os pequenos produtores se abasteciam de fios de algodão para tecer suas redes, de sal, de combustível para os lampiões, etc.

No entanto, a categoria social que se reproduz nessa forma de organização da produção não é o pescador *tout court* e sim o pescador-sitiente; diríamos um pequeno produtor, que é mais ligado ao sítio e à lavoura que à pesca.

A policultura caiçara, ainda que decadente, é bastante visível em algumas praias de Ubatuba que visitamos, como a do Saco das Bananas, Fortaleza, Ilha dos Búzios, Vitória, etc. Uma das características dessas praias é o seu relativo isolamento geográfico causado pela ausência de estradas. Nessas praias, a combinação entre

a agricultura e a pesca é ainda um fator determinante na organização social da produção. As alterações por que passou o Litoral Norte de São Paulo, no entanto, não pouparam mesmo essas praias longínquas, pressionando esses pequenos produtores a dedicar uma parte maior de seu tempo à produção de mercadorias. Nesse sentido, remanescentes da policultura caiçara descrita anteriormente de algum modo diferenciam-na daquele período em que essa forma de produção tinha contatos muito mais fluidos com a economia mercantil do planalto do início do século. O contato mais freqüente e profundo com a economia mercantil capitalista redefiniu, em maior ou menor escala, algumas modalidades de utilização da força de trabalho como o mutirão, de remuneração do trabalho, etc.¹¹ A transformação da terra em mercadoria e sua procura intensa por especuladores colocam o morador dessas praias ante o dilema de continuar trabalhando nela com a ajuda da família e da vizinhança, ou vendê-la e ir para a cidade. O fato de alguns moradores terem optado pela segunda alternativa coloca os demais em situação difícil, dada a dificuldade em se encontrar força de trabalho para executar determinadas tarefas agrícolas antes realizadas em forma de mutirão.

2 A desestruturação da pequena produção mercantil simples dos pescadores-lavradores

Durante os anos de 1920, começaram a aparecer em Ubatuba, à semelhança do que ocorrera em Cananéia, barcos provenientes de Santos, como o Audaz, Nair, Dragão, para comprar peixes da região. O pequeno produtor litorâneo começa a se dedicar mais à pesca, à medida que os contatos com os centros metropolitanos regionais (agora o eixo São Paulo—Santos) se tornam mais fre-

¹¹ A permanência de alguns elementos básicos, sobretudo as relações de produção, o tradicionalismo das atividades e dos costumes, podem induzir a alguns erros de análise ao se tentar identificar completamente essa forma de produção no momento atual com o que ela significava no começo do século. Valem plenamente aqui as observações de Bradby (1972, p. 8): "Al estudiar casos reales de modos de producción vigentes que son todavía predominantemente precapitalistas, pero que están en una situación de articulación con el capitalismo, se hará evidente que es imposible distinguir através de una observación superficial como eran las diversas relaciones de este modo de producción antes de su contacto con el capitalismo. La propia situación de articulación puede transformar ciertas relaciones tradicionales en una forma compatible con el capitalismo...".

qüentes. Não se trata, no entanto, da penetração da economia capitalista numa região tradicional. Esta região, desde os tempos da economia colonial, sempre participara da economia de mercado, com maior ou menor intensidade. A desorganização da economia cafeeira em fins do século passado motivou uma menor intensidade dessas relações com os centros urbanos maiores, mas elas continuaram a existir. A prova disto está no surgimento das célebres canoas de voga, enormes canoas feitas a mão, que após o colapso da navegação de exportação interligavam Ubatuba a Parati, São Sebastião a Santos, levando pipas de aguardentes, fumo e produtos regionais para a comercialização nas praças supracitadas. A não ser em sentido restrito não se pode falar, mesmo nesse período, de economia fechada.

Em Ubatuba, por volta de 1930, surgia uma nova fase para a pesca local: a fase da captura da sardinha, espécie muito abundante, contrastando com o período anterior, caracterizado por um velho pescador da região, da seguinte forma:

“Até por volta de 1930 o mais que a gente pescava era tainha, no tempo frio, que a gente vendia para o Auzáz, ou escalava e vendia para os caçpiras da serra acima de Paraitinga”.

Apesar do centro da pesca da sardinha ser a Ilhabela, Ubatuba também dela participava. A captura da sardinha já exigia equipamentos bem mais caros — a rede de cerco (traina) — fora do alcance do caçara local. Já escrevia Gioconda Mussolini, em 1945:

“Salvo alguns proprietários de barcos do bairro do Sombrio (o único centro da Ilhabela especializado em pesca), está fora do alcance do pequeno pescador local o dispor de capital para empacar num barco de 120 mil cruzeiros ou uma traineira (rede especial para apanhar sardinha), que custa a insignificância de 60 mil cruzeiros”.

Na época analisada por G. Mussolini, muito mais do que hoje, a pesca da sardinha através dos barcos e da traineira superava as possibilidades de apreensão da organização social local: essa pesca era realizada em grandes proporções, por barcos vindos de Santos, que, além de pescar utilizando equipamentos mais modernos, compravam o produto dos pescadores locais para revendê-lo.

Em 1945, G. Mussolini analisava detalhadamente a diferenciação entre o pequeno produtor caiçara e os pescadores dos barcos de pesca, as traineiras.

“O pequeno pescador da ilha dispõe somente de aparelhamento rudimentar, produzido no local. Não dispõe de meios para a conservação do peixe fresco, e a combina (a pesca), para garantir a própria existência e a dos seus, a mais de uma atividade, aliando comumente a pesca à pequena lavoura da sua quadra. É este pescador que, condicionado a um deslocamento pequeno para além de onde reside, mantém mais conservados os meios tradicionais de pesca, detém conhecimentos seguros sobre a vida dos peixes e condições ambientais mais restritas à sua zona e oferecem maior resistência à inovação, quer porque se tenha habituado a uma forma determinada de fazer as coisas, quer porque não disponha de capital para inverter nos aparelhamentos que a técnica moderna apontou como mais eficientes” (MUSSOLINI, 1945).

A pesca da sardinha, ao contrário de outros peixes tradicionalmente pescados, era dirigida totalmente para a venda, não sendo consumida localmente. O processo de trabalho exigia formas de cooperação bem mais complexas, dado o tamanho da rede, geralmente trazida de fora, e as diversas tarefas diferenciadas envolvidas em seu manejo.

Essa pesca era então feita por duas equipes especializadas, com funções distintas na captura: a tripulação do barco e a tripulação da rede — a traina.

A tripulação do barco, geralmente proveniente de Santos, constava de um mestre, primeiro maquinista, primeiro marinheiro, segundo marinheiro, moço de bordo, cozinheiro e de um sobressalente. Outra era a tripulação da rede, geralmente contratada *in loco* para a captura da sardinha. Durante a pesca, a tripulação do barco ficava funcionalmente subordinada à tripulação da rede. Acabada a pescaria, o mestre da rede vendia a sardinha capturada ao mestre do barco pelo preço local, sendo o dinheiro então dividido entre os compâneiros da rede. O mestre do barco, por sua vez, levava o peixe para Santos e vendia na praça, a preços mais altos. A diferença entre o preço local e o da praça de Santos era o lucro da tripulação do barco que participava da nova partilha.

Dois outros fatores vieram modificar o panorama da pesca em Ubatuba: a criação do entreposto e a difusão do cerco flutuante.

O entreposto para a recepção e comercialização do pescado foi construído por volta de 1940. Constituiu um fator de maior

estabilidade para a produção pesqueira local, sobretudo pela fabricação de gelo que transformou as técnicas e as condições de conservação do pescado.

A introdução do cerco flutuante, tipo de rede circular, exerceu grande influência sobre a pequena pesca, aumentando a capacidade de captura. Foi introduzida por volta de 1920, na Ilhabela, por pescadores japoneses residentes no local, que já usavam esta armadilha em seu país de origem. Gioconda Mussolini descreve assim a armadilha de pesca que mais se adapta às condições locais e que em 1942 foi levada para Ubatuba (praia do Flamengo):

“o cerco flutuante, cerco-de-japonês ou simplesmente cerco, como é mais comumente designado hoje, consta essencialmente de duas partes: a casa (rodo) e a espia (caminho). A primeira, que é o reservatório, assemelha-se a um grande coador de café, embora não afunilado, e assenta-se no fundo, denunciando-se à superfície das águas apenas por uma elipse de gomos de taquaruçu... Quanto ao caminho, tem ele comprimento variado, de acordo com a distância em que se acha do costão (15, 20, 30 braças)”.

É uma armadilha cara e foge às possibilidades da grande maioria dos pescadores caiçaras. Normalmente ele é de propriedade de um intermediário de comercialização, ou atravessador, que domina a pesca de praia. Já por volta de 1950, havia a concentração dos cercos nas mãos de uns poucos ricos,

“e os mais favorecidos da fortuna eram possuidores de três, quatro ou mais aparelhos, todos localizados em regiões piscosas, não permitindo essa situação que os pescadores desprovidos de maiores recursos pecuniários tivessem uma oportunidade qualquer de usufruir proveitos desse sistema de pesca” (MUSSOLINI, 1946).

Depois de 1945, segundo informações de velhos pescadores locais, começaram a surgir os primeiros motores de centro de oito a 10 H.P. A abertura de uma ligação melhor entre Caraguatatuba e Ubatuba, através de uma rodovia estadual (1948), constituiu-se num incentivo à pequena pesca, pois a venda aos barcos de Santos era muito inconstante. Até então, o caiçara pescava, e, quando não conseguia vender o pescado, o salgava. Depois de 1952, começaram a surgir os atravessadores de maior porte, que compravam o pescado do caiçara e vinham revendê-lo em São Paulo. Por volta de 1954, foi construído o mercado de peixes em Ubatuba, mas os pescadores continuavam na dependência de um ou de outro

atravessador que monopolizava o mercado, pagando preços irrisórios pelo pescado capturado pelo caiçara. O atravessador funcionava, à semelhança de Cananéia, como financiador de equipamentos ao pescador que, endividado, ficava cada vez mais dependente.

A abertura da estrada para Ubatuba, em Caraguatatuba, incentivou uma outra atividade regional: o turismo. Frente a uma nova demanda, os diversos tipos de pesca reagiram de modo diferente: a captura da sardinha não sofreu grandes alterações com o fluxo dos turistas, pois sua produção visava o mercado de São Paulo.

Os pequenos produtores litorâneos se comportariam diversamente em relação ao turismo. A fimbria inferior da camada caiçara que constituía o maior núcleo dos pequenos pescadores, à medida que as casas de veraneio invadiam suas praias, foi se incorporando a atividades ligadas ao turismo: a construção civil, caseiros (especialmente), passando a pescar muito ocasionalmente.

Já na década de 60, um número bastante reduzido desses pequenos pescadores, que passaram a se dedicar mais exclusivamente ao abastecimento urbano, sobretudo nas temporadas de turismo, conseguiu motorizar suas canoas. Esses passaram a se dedicar ao arrasto do camarão, espécie de alto valor de mercado. Possuindo canoas motorizadas, muitos deles passaram a levar para a cidade a produção de outros pescadores de canoas a remo¹².

Os pequenos produtores, que não tinham capital suficiente para a aquisição dos motores, ficaram nas praias, mas a base de sua organização social, a pequena agricultura, começou a se desestruturar, sobretudo pela especulação imobiliária. Poucos caiçaras possuíam os títulos de propriedade de seus terrenos nas praias, que tradicionalmente passavam de pai para filho. Percebendo o grande potencial turístico dessa área, grupos econômicos começaram a se apropriar dessas terras, ludibriando a boa fé dos moradores. Se, na década de 50, os moradores das praias eram expulsos

¹² Ir para a cidade comprar uma canoa motorizada para pescar camarão é o objetivo de muitos caiçaras que venderam suas posses nas praias. Nem sempre, no entanto, o objetivo é atingido, e o caiçara, iludido, acaba aumentando o contingente das populações pobres nas cidades litorâneas. "Conquistei a amizade deles oferecendo biscoitos e pacotes de farinha. Feito o primeiro contato social, a Loba do Mar passou aos negócios. A primeira transação comercial foi feita com um pescador conhecido como Japão. Levei-o para Ubatuba, diz ela. E o Japão faturou 200 cruzeiros. O que não conseguiu tomar de pinga, guardou para comprar um bote. Mas o dinheiro, guardado num saco de farinha, acabou todo embolorado" (BATAGLIERI. *Comunicação pessoal*, 1976. p. 6).

por especuladores individuais, atualmente são empresas de turismo, que, com planos de construção de hotéis, exercem pressão sobre os pequenos pescadores. Muitas aparecem com projetos de turismo, que dizem ter sido aprovados pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), o que nem sempre ocorre, e as áreas adquiridas e cercadas permanecem desocupadas à espera de uma valorização crescente.

Não faltou, no entanto, o uso da violência armada dos especuladores para expulsarem os antigos donos de suas terras. Com efeito, a ocupação recente do Litoral Norte e Sul de São Paulo está marcada pela violência armada contra os caiçaras que, privados do acesso ao mar ou à laguna, eram obrigados a abandonar uma de suas atividades mais importantes: a pesca¹³.

O resultado inevitável tem sido o esvaziamento dos povoados e o abandono das atividades tradicionais do caiçara: os novos ocupantes passaram a cercar os terrenos, proibindo o trânsito e acesso à praia, o cultivo do morro e das encostas. Todas as atividades do caiçara ligadas à agricultura ou à pesca passaram a ser proibidas ou dificultadas¹⁴.

Efetivamente, privados de suas terras, acossados pelos especuladores e seus capangas, os caiçaras foram obrigados a abandonar seus lugares de origem e de vida. Os que tinham algum

¹³ "Os métodos para desalojar os pescadores, contudo, nem sempre são assim pacíficos. Uma milícia fortemente armada de quarenta homens transformou uma bucólica casa de Trindade em fortaleza, e com sua presença atemorizou os pescadores, uma vez que toda a vila e suas adjacências estão incluídas em projetos turísticos... A primeira tarefa dos homens armados que apareceram em Trindade, após ameaçar os pescadores, era derrubar as casas e destruir as lavouras das famílias para eliminar todo vestígio de posse... 'Se a gente quiser plantar, diz ele, não adianta. Vem o zebu e come. De fato, Taunus e seus prepostos diversas vezes destruíram as roças de mandioca, espalhando pelo povoado seu rebanho de zebu. O homem emperrou com a gente', lamenta-se Jonata Lopes de Oliveira, com 47 anos e três filhos" (BATAGLIERI. *Comunicação pessoal*, 1976).

¹⁴ O abandono da roça nem sempre é causado pela venda da posse. Em Itacuruçá, praia isolada da Ilha do Cardoso, no Litoral Sul de São Paulo, vivem cinco famílias de moradores que se dedicam à lavoura (mandioca, arroz e milho) e à pesca. Com a transformação da ilha em parque florestal, os moradores não podem fazer roça nas encostas, somente na várzea, onde plantam apenas mandioca. Dos cinco moradores, dois conseguiram comprar um motor pequeno de centro, financiado pelo atravessador de Cananéia, a quem se comprometeram a vender a produção. Agora têm de comprar o arroz e o milho na cidade. Com o fim da roça de arroz, terminou também a forma tradicional de cooperação, o mutirão, e os jovens começam a embarcar nos camaroeiros que atuam na região da Ilha do Bom Abrigo.

capital, proveniente da venda dos terrenos, migraram para a periferia das cidades litorâneas, tendo comprado pequenas embarcações motorizadas, passando a se dedicar exclusivamente à pesca.

A história de vida do seu Nunésio é típica para a maioria dos pescadores-sitiantes que abandonaram as praias de Ubatuba nos últimos anos. Seu Nunésio nasceu em Ubatumirim, em 1917, e desde criança trabalhou na roça e na pescaria de praia. A posse de terra perto da praia, onde plantava mandioca e banana, ele havia recebido de herança. A vida na praia começou a ficar difícil quando o peixe começou a escassear. “O pessoal também começou a comprar a farinha de mandioca que vinha do Sul. Vendi então a posse e vim para a cidade, porque aqui tem mais recursos...” Em 1975, pouco antes da abertura da estrada litorânea, seu Nunésio vendeu a posse em troca de uma baleeira de sete metros de comprimento, recebendo mais Cr\$ 40 000,00 em dinheiro. “O dinheiro eu botei num terreno, no bairro da Estufa, e comecei a construir aos pouquinhos, em fins de semana, com a ajuda dos amigos.”

O seu Ferreira tem uma história de vida parecida à anterior. Nasceu em 1950, também na praia de Ubatumirim. Até a idade de 15 anos trabalhava na roça, aparecendo na praia para ajudar na puxada da rede. A farinha que a família produzia na casa de forno era vendida aos pescadores de Picinguaba, que não tinham terreno para plantar a mandioca. Em 1965, abandonou a lavoura e embarcou numa traineira, indo pescar entre Santos e Rio de Janeiro. Trabalhou nove anos como embarcado, até que, em 1974, comprou uma canoa média, de seis metros de comprimento, no valor de Cr\$ 3 000,00. Quando deixou a traineira, comprou um motor Yamar de 10 cavalos, valendo Cr\$ 12 000,00. Começou então a pescar camarão sete-barbas. Com a pequena canoa que tem, não pode pescar muito.

“Fico contente quando a pescaria dá para pagar o combustível, a prestação do motor e a comida do dia. O senhor vê, estou voltando da pescaria com esses 12 quilos de camarão, que vendo pro atravessador a 7 cruzeiros o quilo. Vou ganhar 84 cruzeiros. Dá desconto 15 cruzeiros de combustível, mais uns 10 cruzeiros de gelo, mais o rancho. Se eu tivesse um camarada, pra dividir o que sobra, estava perdido. Não dava nem pra pagar a prestação do motor e encher o tanque de óleo. Agora, no fim, quem ganha é o atravessador, que compra de nós a 7 cruzeiros o quilo do camarão, e, virando a esquina vende a 30, ali no mercado.”

Seu Ferreira não quer mais voltar à vida de embarcado em traineira.

"O que eu gostaria é de poder comprar um barco maior e pescar mais longe. Agora, filho meu eu não quero nessa profissão ingrata."

Os outros foram engrossar as fileiras dos desempregados ou subempregados que vivem como caseiros ou como biscateiros, vendendo sua força de trabalho aqui e ali, em épocas de temporada turística ¹⁵.

Por outro lado, os moradores, que ficaram nas praias como vigias de terras que lhes haviam pertencido antes, passaram a ter de enfrentar a concorrência dos barcos de fora, que arrastavam próximos à praia, praticando uma pesca predatória que motivou uma diminuição da captura por parte dos pequenos pescadores. Esses tiveram de se limitar a colocar suas redes de espera em lugares onde os arrastões não passassem, pois tornou-se comum o desaparecimento e/ou destruição de seus equipamentos de pesca.

Finalmente, os jovens, não podendo continuar a exercer a pesca, acabaram embarcando nas traineiras, onde pensavam ter uma renda mais estável e um dia comprar uma embarcação motorizada onde eles mesmos fossem patrões.

Resumindo, a desorganização da produção dos pescadores-lavradores está intimamente ligada às transformações generalizadas das condições naturais de produção (recursos pesqueiros, etc.) em mercadoria.

Na região estudada, a passagem da produção pesqueira, centrada na obtenção dos meios de subsistência, para a de mercadoria se fez sob a pressão de uma demanda externa, a dos mercados urbanos de Santos e São Paulo, e Rio de Janeiro. Nesse sentido, foi fundamental o papel do comércio, descrito por Marx ¹⁶, no

¹⁵ A urbanização dos pescadores reflete, de alguma forma, o abandono crescente da complementaridade entre a agricultura e a pesca, predominante até a década de 40 em muitas regiões brasileiras.

Pelo censo de 1970, constata-se que a maioria dos pescadores do Norte e Nordeste vive em pequenas comunidades espalhadas ao longo do litoral, identificando-se sobretudo com as populações rurais (67,6% na primeira e 55,5% na segunda). Em alguns Estados, as populações de pescadores afastadas dos centros urbanos atingem proporções elevadas, como no Maranhão (74%) e Pará (65%). Já, nas Regiões Leste e Sul, 69,8% e 63%, respectivamente, vivem em áreas urbanas. Pode-se inferir que, nas Regiões Leste e Sul, os pescadores vivem mais exclusivamente da pesca na medida em que não dispõem de terreno para a agricultura, como é o caso no Norte e Nordeste, onde o grau de urbanização dos pescadores é menor.

¹⁶ "...The development of commerce and commercial capital brings about everywhere an orientation of production towards exchange values, increases

processo de dissolução da forma de produção baseada na produção dos valores de uso. No entanto, estaríamos simplificando a análise do processo ao atribuir somente ao comércio do pescado a dissolução das formas anteriores da produção litorânea. Como afirma Marx, o resultado do processo de dissolução depende, em última instância, do caráter do antigo modo de produção. Nesse aspecto, ganha importância a separação gradativa do pequeno produtor litorâneo das condições naturais de produção (sítio, sua praia), motivada pela especulação imobiliária, etc.

its volume, multiplies and universalizes it, develops money into world money. Commerce therefore has everywhere more or less of a dissolving influence on the existing organization of production, which, in all its different forms, is primarily oriented towards use value. The extent to which commerce brings about a dissolution of the old mode of production depends on the solidity and internal structure of the latter. The outcome of this process of dissolution, or in other words, what new mode of production will take the place of the old, does not depend on commerce but on the character of the old mode of production itself" (apud BOTTOMORE, T. B. & RUBEL, M. 1963. p. 115).

CAPÍTULO XI

A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS

A pescaria dos pescadores artesanais com baleeiras e canoas motorizadas representa ao mesmo tempo uma continuidade e o início da ruptura com a pequena pesca dos pescadores-lavradores.

A continuidade se reflete na imprevisibilidade da produção enfrentada tanto na canoa a remo quanto na canoa a motor. Ambas exploram um meio ambiente limitado devido ao tamanho e potência dos meios de produção. Ruptura, na medida em que a canoa/baleeira motorizada permite o arrasto, técnica mais predatória do que a normalmente utilizada pelos pescadores-lavradores. Além disso, chegando mais rapidamente ao pesqueiro, a canoa motorizada tem mais vantagens que aquela movida a remo. Essa capacidade maior de predação da primeira tem levado freqüentemente a conflito entre essas duas categorias de produtores. Esse conflito pode assumir maiores proporções quando os pescadores motorizados provêm de outras praias, como ocorreu recentemente em Cananéia, com a vinda dos catarinenses. Esses eram acusados de raspar o fundo do mar, matar os filhotes dos peixes, além de, com o arrasto, destruírem os aparelhos fixos usados no interior da laguna. Nesse ecossistema limitado e explorado pela comunidade dos pequenos pescadores, até alguns anos, era impensável o arrasto do camarão-legítimo, pois essa técnica estaria destruindo as bases mesmas da subsistência da irmandade. Atualmente, ambas as categorias de pescadores têm que se defrontar com o arrastão, que varre a costa à procura do camarão sempre mais escasso, jogando ao mar toneladas de peixe acompanhante chamado lixo e que vem poluir as praias usadas pelos pequenos pescadores.

Em alguns pontos da costa, no entanto, a canoa motorizada passou a explorar um outro espaço inatingido pelas canoas a remo: o espaço costeiro. Em Cananéia, por exemplo, o "mar de dentro" (a laguna) continua sendo o espaço dos cercos de bambu, dos

picarés, da pesca a linha, de baixo poder de predação, ao passo que o “mar de fora”, o mundo de “fora da barra”, é explorado pelo pescador artesanal com sua canoa motorizada.

O mar de fora significa o perigo, o imprevisto, a iminência de uma tempestade que pode virar a canoa. Desses perigos só pode escapar uma embarcação a motor, dirigida por quem conhece os segredos do tempo e do mar: aí o pescador persegue o peixe, e não espera que ele venha ao seu encontro, como no caso da pesca por armadilhas fixas. Começa no mar de fora o verdadeiro mundo marinho, em contraposição ao mundo da terra. Para o pescador-lavrador, que espera a entrada da tainha na laguna, o espaço aquático é como a extensão da terra: são as baías, as enseadas ao abrigo das tempestades e dos perigos do mar grosso. Nesse sentido, o mar de fora é um elemento de base na produção do pescador que vive da pesca, em oposição ao pescador-lavrador. Viver do mar significa conhecer os seus segredos, as suas manhas. Tanto para o pescador-lavrador, quanto para o pescador artesanal, o mar de fora é o oceano traiçoeiro. A diferença é que o primeiro o evita, e o segundo passa a viver dele, enfrentando-o. Em Cananéia, as histórias de pescadores não tratam do mar de dentro; elas começam na travessia da barra, esse cemitério de tantos pescadores que começavam a se aventurar “lá fora”. Quando a barra, por algum imprevisto, deve ser atravessada à noite, com mar grosso,

“a gente se agarra ao Senhor Bom Jesus de Iguape e à experiência, para não se rebentar em algum baixio”.

A insegurança¹ é que marca a vida do mar em oposição à vida da praia. O mar é o espaço das correntes perigosas, dos ventos que mudam de direção, do peixe que se desloca; e, finalmente, mesmo com o peixe no cesto, o pescador enfrenta a instabilidade do mercado. Daí a preocupação constante com a produção dos outros: “fulano vem chapado de peixe”, o que significa, não somente uma boa pesca, mas também a possibilidade do rebaixamento do preço pelo atravessador.

¹ A separação do mundo da terra é vista pelo pescador sobretudo como um abandono das fainas agrícolas. Assim, em Ericeira, Portugal, o pescador tem “uma mentalidade que o faz, sem ser por orgulho, desprezar todo trabalho ou atividade relacionada com o campo... É talvez o desprezo pelo trabalho agrícola que motiva seu desinteresse até pelo arrancar do golfo, a apanha das algas — trabalho que é realizado pela gente terrestre, os salvios” (ALVES, J. L. 1965. p. 22).

Mourão, analisando a passagem da pesca a remo para a pesca motorizada, explora as diferentes percepções que os vários estratos de pescadores têm do meio ambiente. O pescador que explora o mar de fora, com a canoa motorizada, já apresenta

“uma certa identificação com o mar, em que a gratificação do trabalho aumenta, não só com as maiores quantidades capturadas, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber, embora indiretamente, que, apesar do mau tempo, venceu o mar, despertando-lhe uma certa vaidade, na medida em que sabe que o fato é comentado pela comunidade” (1971. p. 124).

Já o pescador-lavrador, ainda que integre num complexo calendário anual uma série de atividades econômicas, vive, ainda mais do que o pescador artesanal, na dependência dos ciclos naturais. Obrigados, em maior ou menor escala, a seguir o ciclo de reprodução natural do pescado, ambos os pescadores valorizam a liberdade em que exercem suas atividades em relação à escravidão daquele que é embarcado. “Eu sou dono da minha canoa, e vou pescar onde e quando quero”, reflete o controle que o pequeno pescador detém do processo de trabalho em relação ao embarcado, tripulante de um barco grande de pesca.

A liberdade caminha junto com o conhecer adquirido ao longo de anos de experiência. O conhecer do velho pescador se traduz pela sabedoria, algo distinto do saber-fazer. A sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo. A sabedoria, o pescador a adquire não somente pela experiência, mas indo pescar e ouvindo os mais velhos.

No entanto, para uma boa pescaria não é suficiente o conhecer. É preciso ter sorte. A sorte traduz o outro lado da medalha: a existência móvel dos cardumes, o seu aparecimento nem sempre previsível. A sorte tem um peso ainda maior quando o pequeno pescador trabalha com armadilhas fixas, mas mesmo aí o conhecer do pescador é fator de sucesso. “É preciso ter ciência para assentar bem um cerco.” Isso traduz a necessidade do conhecimento do perfil de fundo, da direção das marés, etc. O conhecer é contrabalanceado pela sorte, porque, muitas vezes, dentre dois cercos assentados próximos, um pode amanhecer cheio de tainhas, enquanto o outro está vazio.

Para os pescadores de Jurujuba (RJ), fazer uma

“boa maré significa mais do que matar uns tantos quilos de peixe. É também necessário ressaltar que esse resultado não é apenas

resultado do trabalho: é aquilo até onde o trabalho pode ir, onde até o seu ponto máximo esbarrou na natureza. Uma boa maré, por oposição a uma maré fraca, não significa que o trabalho foi maior ou menor — a relação pode ter sido até inversa. Significa que a produção é o resultado do trabalho, mas também da sorte (DUARTE, 1978. p. 72).

À medida que o barco se torna mais possante e os equipamentos mais produtivos, a sorte cede mais lugar à experiência e à técnica. Cerca de 80% dos pescadores-lavradores de Cananéia, acima de 35 anos, davam à sorte, ao destino e à amizade, a razão do sucesso pessoal e da riqueza, ao passo que poucos os relacionavam ao esforço pessoal e ao trabalho. A situação era diferente para o pescador artesanal, trabalhando com canoa motorizada, que atribuía o sucesso e a riqueza mais ao trabalho que à sorte (MOURÃO, 1971. p. 15).

A amizade e o companheirismo, como terceiro fator responsável pelo sucesso e riqueza, nos remetem à importância da solidariedade na pesca realizada em companhia e em sociedades.

A sociedade diz respeito sobretudo ao grupo dos iguais em contraposição à tripulação dos grandes barcos em que os embarcados podem vir de praias e cidades distintas. “Agora tudo terminou, veio gente de fora, ambiciosa, briguenta, até jagunço entrou”, é o comentário mais comum dos pescadores que vêem o seu antigo modo de vida se decompor, seja frente à frota empresarial-capitalista, seja frente à invasão de suas praias e de seus pesqueiros. O referencial da sociedade é sempre a família ou o conjunto de famílias que compõem a praia e a vizinhança.

O pescador artesanal motorizado também se refere aos parceiros e camaradas, mas o seu significado começa a ser diferente. Como vimos no caso estudado de Ubatuba, a maioria desses pescadores motorizados já vive no centro urbano. Quando o seu Inácio, do Portinho, fala em botar sociedade com o irmão, para evitar o pagamento da taxa do INPS do camarada, ele já não está se referindo à mesma sociedade que antes caracterizava a pesca da praia de onde ele mesmo viera.

“A verdadeira companhia é assim situada no passado como um referencial de legitimidade comum. Um passado em que a produção pesqueira se fazia exclusivamente em canoas movidas a remo, utilizando redes de algodão tecidas a mão e ocupando a força de trabalho segundo um regime permeado pelo igualitarismo e pela influência da organização familiar sobre a qual se tecia uma rede

de reciprocidade. A vigência desse espírito na produção correspondia, assim, às noções de uma corporação de pescadores, de uma comunidade de famílias de pescadores, de uma tradição comum de irmandades" (DUARTE, 1978. p. 4).

Mesmo vivendo acoados em bairros próximos ao mar, onde são considerados como o povo pobre, os pescadores artesanais, tanto do Portinho, em Ubatuba, quanto os do Acaraú, em Cananéia, tentam recriar os laços tradicionais que existiam nas praias de onde vieram.

Aliás, essa tendência dos caiçaras de formar núcleos fechados já é relatada por França (1954), na década de 40, quando os pescadores de Ilhabela abandonavam suas praias para ir trabalhar em Santos.

A amizade, enquanto fator de sucesso na vida, está associada à ajuda da família extensa, à colaboração dos compadres. No Portinho, a noção de irmandade diz respeito à solidariedade existente nas praias de onde esses pescadores vieram. A família esfacelada do caiçara migrante não pode mais exercer inteiramente as funções que exercia numa sociedade marcada pelas atividades agrícolas.

"Os filhos vão à escola, procuram outro ofício, e assim sou obrigado a procurar um camarada de fora para ir pescar comigo."

A produção das canoas motorizadas e das baleeiras começa a distanciar-se da produção das canoas a remo, e um dos elementos indicativos dessa mudança está na introdução dos gastos comuns, já descritos anteriormente. Eles denunciam uma importância cada vez maior dos instrumentos de trabalho e de sua propriedade do processo produtivo.

A distinção maior, no entanto, entre a pesca dos pescadores-lavradores e a dos pescadores artesanais está no surgimento, entre esses últimos, do que podemos chamar de corporação de ofício. Os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. Esse sentido de pertencer a um determinado grupo se concretiza no possuir a carteira de pescador profissional. "Eu vivo da minha profissão de pescador" não significa somente a dependência exclusiva dos produtos da pesca, mas também participar de um grupo que domina os segredos do mar, como se locomover nele, como identificar as diversas espécies de pescado, seus hábitos migratórios, etc. O que caracteriza

o pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca. O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão. É fundamental nessa caracterização a unidade entre a força de trabalho e os instrumentos de trabalho. Esses são adaptados ao corpo humano, e sua utilização exige uma técnica especial que é o apanágio do artesão. Mesmo trabalhando em grupo, a técnica é essencialmente individual. Ao contrário da pesca, num grande arrastão moderno, em que a máquina se interpõe entre o trabalhador direto e seu objeto de trabalho, impondo o seu ritmo aos trabalhadores, na pesca artesanal o pequeno produtor tem o domínio completo das operações da captura.

Podemos dizer que, no caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato. Se compararmos o pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de captura utilizados para diferentes espécies de pescado, num meio ambiente em contínua mudança. A menor falha no assentamento da rede, no lançamento dos cabos, pode destruir o equipamento ou danificar irremediavelmente o motor². Isso pode significar a perda de um capital considerável, adquirido depois de anos de trabalho intenso.

O centro desses conhecimentos não se situa no fazer enquanto tal, mas sobretudo no conhecer. O saber-fazer diz respeito à realização de determinados atos, como, saber dar o nó, soltar a poita, dar partida no motor. Por aí é que começa o aprendizado do jovem pescador.

Tornar-se um pescador profissional, entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quando, onde e por que

² Frequentemente, o pescador que explora vários tipos de meio ambiente marinho e captura várias espécies de pescado segundo as estações é obrigado a ter diferentes tipos de apetrechos adaptados a situações diferentes. Dado o seu alto custo, o pescador pode dispor somente de um ou outro desses apetrechos, dependendo de outros pescadores para realizar certos tipos de pesca. Nesse caso, há uma rotação no papel do dono da rede e uma certa difusão da propriedade dos meios de produção.

fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de idéias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura.

Cordell (1974), analisando certos grupos de pescadores nordestinos, afirma que fazer o lanço certo implica na habilidade do profissional em usar o conhecimento adquirido pela experiência e tomar decisões rápidas num meio ambiente muito variável. Para ele, o pescador experiente consegue simplificar uma gama de alternativas, segundo modelos relativamente complexos de conhecimento, a fim de tirar um melhor proveito das variáveis naturais³.

Um dos aspectos mais interessantes do segredo da profissão é a localização dos bancos de peixe e parcéis existentes no mar de fora. Em todo o litoral nordestino, desde os jangadeiros no Rio Grande do Norte até os pescadores de bote a vela de Itaipava, no Espírito Santo, o saber localizar e guardar na memória os bons pontos de pesca constitui um dos núcleos do segredo profissional.

Galvão (1968) relata como os pescadores de Tibau do Sul (RN) dividem o mar em níveis de profundidade e tipos de fundo (*cabeços*: da praia até 12 braças; *tassos* entre 14 e 15 braças; *altos* até 30 braças de profundidade, etc.). Onde acabam os *rasos* (a 50 braças de profundidade), os jangadeiros usam o sistema de *marcas*, conseguido através de triangulação visual com objetos fixos no litoral (torre de igreja, montanha, etc.). Em Itaipava (ES), os pescadores por nós estudados usavam idêntico sistema de mar-

³ Os pescadores sabem que os peixes são migratórios e que seus *habitats* variam segundo as temporadas, condições climáticas, tipos de fundo do mar, períodos de chuva, etc. Como no mundo dos homens, o mundo dos peixes é vivo e cheio de malícia. "Tem peixe burro e peixe inteligente, peixe molengo e peixe lutador. A sardinha, por exemplo, é peixe burro", dizem os pescadores de Ubatuba.

"O peixe, diferentemente da maior parte dos objetos de trabalho, é dotado de vida animal e comporta-se como tal, isto é, locomove-se, alimenta-se, procria, batalha pela sua sobrevivência... Há uns quatro anos, nessa baía aqui entrava tainha em quantidade. Aqui na baía, nessa hora, a gente ia pra prainha, cercar, que ela estava de volta, igual ao chefe de família, sem tirar nem pôr. Ela vem para cá, correr, e de tarde ia para Santa Cruz, dormir. Então a gente cercava, de manhã cedo, para não assustar. Atualmente ela não vem mais aqui. Ela já está dormindo lá fora, no fundão. O peixe agora fica no meio do mar, no meio do oceano" (relato de um pescador, em DUARTE, 1978. p. 84).

cas, para determinar os parciais que passavam a explorar com exclusividade, à semelhança dos jangadeiros de Tibau do Sul⁴.

Forman (1970), que estudou o sistema de marcas dos jangadeiros de Coqueiral (Alagoas), encontrou a mesma divisão imaginária do espaço marítimo, a cujas fatias os pescadores davam nomes como "restinga", "raso", "parede", etc. Quando os jangadeiros se afastavam muito e os contornos do litoral desapareciam, as linhas traçadas inicialmente (chamadas de confrontação) eram tomadas como base. Daí para a frente, no entanto, a localização dos parciais era completada pela *sassanga* ou lançamento da linha de chumbo. Uma vez chegado ao fundo, o chumbo era retirado da água, cheirado e observado para atestar se o substrato marinho era composto de areia, lodo ou pedra.

Kottak (1966) afirma que os mestres de pesca artesanal não revelam a maneira de se localizar seus pontos preferidos para assegurar uma maior produção ao seu barco e, conseqüentemente, uma certa ascendência sobre os demais pescadores. O segredo do ofício seria assim utilizado pelos mestres para justificar também um quinhão maior na hora da partilha. Na comunidade de jangadeiros estudada por Forman, no entanto, a maioria dos pontos de pesca é do conhecimento geral dos pescadores. Somente alguns deles, os mais produtivos ou que exigem maior experiência na sua (re)localização, continuam como propriedade temporária de quem o descobriu.

Mas a explicação de Forman é que o segredo sobre esses pontos não se justifica pela possibilidade do controle dos mestres experimentados sobre os demais, ou pela porção maior na partilha, pois nessa comunidade eles não ganham uma parte maior que os demais. É um mecanismo utilizado para diminuir a competição sobre recursos escassos, pois a sobrepesca nesses pontos levaria

⁴ "Aindagorinha, João de Dode estava me contando: há pescadores tão experientes entre os que deixaram a atividade que, quando a gente chega no porto e tira os peixes do samburá, eles dizem: este peixe foi de tal lugar... Cada *tassi* (entre 14 e 15 braças de profundidade), *coruba* (entre 16 e 17 braças)... tem seu nome próprio e alguns se caracterizam pelas espécies de peixe que produzem. Daqui aquela observação inicial do informante de que os velhos pescadores identificam, pela qualidade, o local de onde foram capturados os peixes... Esses *tassis*, estas *corubas*, esses *rasos* são pesqueiros descobertos por antigos e novos pescadores que os localizam na superfície aquática com a mesma facilidade com que os agricultores localizam o seu costado na superfície terrestre... Estes locais ficam pertencentes aos descobridores, até que os abandonem ou que fiquem em *xira* (pouco produtivos) ou ainda pela invasão de outros pescadores" (GALVÃO, 1968. p. 14-35).

rapidamente à sua exaustão. Estaria no segredo das marcas a base para a sobrevivência da comunidade dos pescadores que tiravam sua subsistência da pesca⁵.

O domínio dos segredos da profissão passa então a ser o elemento distintivo do pescador em relação ao não-pescador. Mourão (1971) analisa em Cananéia o surgimento de uma ideologia de pesca no processo da passagem da pesca em canoa a remo para a pesca artesanal, em canoas motorizadas. O surgimento dessa ideologia como conjunto de valores próprios aos pescadores artesanais estaria associado não somente ao domínio de técnicas de pesca mais produtivas, mas também a uma vinculação maior com o mercado dos produtos do mar.

Esse feixe de conhecimentos, que identifica o *métier* do pescador artesanal, vai se perdendo à medida que, por uma razão ou outra, ele é obrigado a embarcar como simples tripulante de um grande arrastão. Daí o temor expressado pelo pescador artesanal do Portinho em relação ao embarque: "Na traineira, só embarco como mestre". Embarcar como simples tripulante é o caminho temido para a desqualificação profissional, para a perda do conhecer que constitui o cerne do *métier*. Daí se explica também o comportamento violento de alguns mestres de traineira, provindos da pesca artesanal, durante o período de introdução da ecosonda para identificação eletrônica dos cardumes, ou do piloto automático para facilitar a navegação: eles danificavam propositalmente esses equipamentos com receio de serem substituídos por eles. Não se tratava de uma selvageria de mestres ignorantes, mas uma forma de proteger o conjunto de conhecimentos adquiridos pela experiência e pela tradição e que se identificava com a própria possibilidade de sobrevivência enquanto pescador e que era tido como ameaçado pela nova técnica.

Em resumo, no processo de dissolução da forma de produção do pescador-lavrador o afastamento da terra e de suas condições naturais de produção é um fator fundamental. Na destruição do artesanato pesqueiro as razões são outras. A dissolução dessa forma de produção se dá pela perda ou separação dos instrumentos de

⁵ "Any economic activity thus affected by the law of diminishing returns requires a mechanism for the conservation of the stock, maintaining up to a point both the overall productivity capacity of the community and the maximum efficiency of individual units. To go beyond that point could mean over-exploitation to the last detriment of the fisherman themselves... Free access to sea resources and common knowledge of all fishing spots could encourage over-exploitation through excessive competition" (FORMAN, 1970. p. 136).

trabalho e da arte de pesca. Aliás arte de pesca e instrumento de trabalho estão intimamente ligados na produção artesanal. Como afirma Marx:

“A arte de se apropriar realmente do instrumento, de o manipular enquanto meio de trabalho, surge como um talento particular do trabalhador, que faz dele o proprietário do instrumento. Em suma, o caráter essencial do sistema de mestria e das corporações — onde o trabalho artesanal se constitui em sujeito e, nessa medida, em proprietário — define-se pela relação com o instrumento de produção (instrumento de trabalho como propriedade) diferentemente da relação com a terra, com o solo (com a matéria-prima como tal) detido em propriedade” (1973. p. 35-6).

Reside nessa arte de pesca, como meio de produção (característica do fator trabalho), um fator fundamental na compreensão da resistência à proletarianização⁶ tantas vezes demonstrada pelos pescadores artesanais no litoral brasileiro e constatada em muitas pesquisas empíricas através da preferência pelo trabalho autônomo.

⁶ Em condições específicas, os pescadores artesanais podem agir como grupo solidário, especialmente quando vêem sua própria existência ameaçada pela pesca industrial-empresarial, que disputa os recursos pesqueiros de uma mesma área. Assim, na Malásia, entre 1970 e 1973 houve mais de 100 incidentes graves entre as pequenas embarcações dos pescadores artesanais e os grandes *trawlers* que invadiam as águas costeiras. Nessas confrontações, em que se envolveram cerca de 400 *trawlers* e 800 pequenas embarcações, cerca de 60 barcos foram afundados e 23 pescadores foram mortos. Na Indonésia, depois de uma série de incidentes, o Governo proibiu a operação de 1 000 *trawlers* que competiam com os pequenos pescadores. No Iêmen do Norte, o Governo foi obrigado a interdizer os *trawlers* de empresas camaroeiras quando os pequenos pescadores protestaram contra a devastação de suas áreas de pesca. Incidentes semelhantes ocorreram na Índia, Tailândia, Filipinas e Costa do Marfim (PANAYOTOU, 1982).

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS NO USO DO CONCEITO DE PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL NA PESCA

As características básicas das subformas de organização social da produção que analisamos — a dos pescadores-lavradores e a dos pescadores artesanais — remetem-nos a uma categoria teórica específica mais abrangente: a da pequena produção mercantil. As duas subformas mencionadas acima são consideradas como variantes da pequena produção mercantil enquanto modalidades de apropriação material e social de determinados recursos existentes nos ecossistemas marinhos. O emprego dessas categorias, no entanto, coloca algumas dificuldades teóricas que passaremos a discutir. A primeira dificuldade reside no fato de que o estudo dos chamados modos pré-capitalistas de produção¹ é relativamente recente, estando ainda o próprio conceito em fase de elaboração.

A preocupação fundamental de Marx, como vimos, era a análise interna do modo capitalista de produção, e somente de maneira marginal ele tratou dos modos pré-capitalistas de produção e de sua transição para o primeiro.

Nos últimos anos, especialmente na França, alguns antropólogos marxistas se lançaram à pesquisa teórica e de campo com o objetivo de elaborar os instrumentos teóricos necessários à produção de conhecimentos sobre as formas de organização pré-capitalistas. Apesar dos indiscutíveis avanços na análise dessas formas e de sua articulação com as capitalistas podemos dizer como Godelier que a construção teórica ainda está ao nível de canteiro de obras. Uma outra dificuldade encontrada é que os estudos feitos, até agora em sua maioria foram realizados dentro das fronteiras do Estado nacional, onde os aparelhos de Estado já estavam domi-

¹ "Pré-capitalistas no sentido de anteriores à emergência histórica do capitalismo ou no sentido de que o desenvolvimento de suas forças produtivas se encontram num estágio inferior ao já atingido pelo capitalismo."

nados pelo capitalismo (POST, Ken, 1972) ². Trata-se aqui de estudar essa articulação num ramo específico da divisão social da produção — a pesca — que, além de tudo, apresenta problemas específicos em relação a outros setores.

Uma das características fundamentais dessas formas pré-capitalistas de produção é sua articulação a outras formas de produção, que lhes são dominantes.

É necessário reter essa primeira característica da pequena produção mercantil: é uma forma subordinada, articulada a outras modalidades de produção ³. Dessa forma, a identificação dos elementos básicos da produção mercantil, na análise de um caso concreto, torna-se difícil na medida em que a própria articulação introduz mudanças nas características internas dessa forma de organização da produção. Estudando as formas de produção pré-capitalistas, mas articuladas à capitalista, torna-se impossível distinguir, através de uma observação artificial, como eram organizados seus elementos básicos antes do contato com o capitalismo. A própria situação de articulação pode transformar certas relações tradicionais numa forma mais compatível com o capitalismo (p. ex. a transformação da renda-trabalho, etc.) (BRADBY, 1972).

Essa articulação tampouco é uma justaposição de formas diferentes de produção. Cada uma delas tem leis próprias de reprodução de seus fatores e de suas relações de produção, ou, como afirma Barel (1973), cada uma dessas formas tem um ciclo definido de reprodução de seus elementos que se influenciam mutuamente quando articulados ⁴. É, no entanto, o tempo ou ciclo de

² Uma outra dificuldade na utilização do conceito de pequena produção mercantil reside no fato de que essa forma de produção, ao nível empírico, pode cobrir uma grande variedade de situações, tais como a pequena agricultura, a pequena indústria familiar rural, o artesanato urbano, etc.

³ "Or, le mode de production paysan, tel que nous comprenons ici n'est pas générateur d'une formation sociale particulière, il s'incruste dans une série de formations, s'y adapte, intériorise à sa façon les lois économiques de chacune et marque au même temps plus ou moins, chacune d'elles de son empreinte" (TEPICHT, 1973. p. 17).

⁴ Barel (1973), ao analisar a articulação de formas de produção, sublinha a coexistência contraditória, num momento dado, de ciclos de reprodução e de sistemas de idades diferentes. Ou ainda: a reprodução do sistema global resulta da articulação de vários ciclos de reprodução correspondentes, às vezes, a lógicas sociais distintas. Isso nos remete à idéia central da formação econômico-social constituída por modos de reprodução de distintas idades históricas (seja em termos de desenvolvimento de forças produtivas ou de temporalidade). Desta maneira, o anacronismo encontrado por autores fun-

reprodução da forma de produção dominante que dá o ritmo e as modalidades da reprodução do sistema como um todo.

Quais são os elementos estruturais que definem a pequena produção mercantil e quais são as relações que se reproduzindo lhe garantem a sobrevivência? ⁵

Marx afirma que a pequena produção atinge sua forma mais clássica no momento em que o trabalhador é proprietário dos meios de produção, que ele próprio controla. É o caso do camponês que detém a terra que cultiva ou do artesão que maneja suas ferramentas como um virtuoso. Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo, a dispersão dos meios de produção. Ele exclui também uma divisão de trabalho acentuada e um livre desenvolvimento das forças produtivas. É um modo de produção compa-

cionalistas em termos tecnológicos e culturais não constitui reminiscências isoladas, mas instâncias próprias de formas de organização diferenciadas em graus distintos de realização.

A existência histórica de uma formação social está ligada, de um lado, à reprodução das relações fundamentais que caracterizam o modo de produção dominante, e, de outro lado, como consequência disso, à reprodução da dominância de um determinado modo de produção sobre os demais (com a reprodução da dominação de um sistema de classe ou de uma classe social sobre os demais). Ora, essa reprodução da dominância de um modo de produção é determinada historicamente e está ligada às modalidades de articulação entre os modos de produção que compõem uma formação social. Daí afirmar Barel (1974) que num momento histórico há uma coexistência de ciclos de reprodução e de sistemas de "idades" diferentes. Ora, a reprodução de modos de produção com ciclos diferentes implica contradições e formas contraditórias de dominação/subordinação. Assim, por exemplo, Barel cita o modo de produção mercantil simples, cuja duração foi mais longa que o modo de produção feudal, e coexistindo tanto com este como com o modo de produção capitalista, ainda que, em nenhuma das duas articulações, o modo de produção mercantil simples tenha sido dominante. ⁵ Althusser (1970), ainda que se limitando à análise da reprodução do sistema capitalista, oferece indicações para o estudo teórico do processo de reprodução social. Para ele, a reprodução das condições de produção recaem sobre dois elementos fundamentais: a reprodução das forças produtivas (agentes e meios de produção) e a reprodução das relações de produção. No que diz respeito às forças produtivas, a reprodução se dá em termos de meios de produção e da força de trabalho. Isto é: de uma parte, cabe-nos indagar como são repostos, a cada ano ou ciclo produtivo, a matéria-prima, as instalações, os instrumentos de trabalho, e, de outra parte, como é garantido o aporte da força de trabalho necessário ao processo de produção. No sistema capitalista, trata-se, no fundo, da reprodução do próprio capital, tanto constante quanto variável através da relação básica da extração da mais-valia. Mais especificamente no que toca ao capital variável ou força de trabalho, sua reprodução é garantida através de salários que representam a parte do valor produzido pelo uso da força de trabalho indispensável à sua reprodução (comida, alojamento, etc.).

tível somente com uma sociedade que existe em limites estreitos e primitivos.

Daí serem a propriedade dos meios de produção, o controle do processo de trabalho, a dispersão dos meios de produção, a reduzida divisão do trabalho levando a um fraco desenvolvimento das forças produtivas, as principais características da pequena produção mercantil. Esta pode ser mais bem analisada se comparada com a produção capitalista. Nesta existe uma separação completa entre os trabalhadores e os meios de produção, que se instalaria com a presença de um não-trabalhador que impõe as condições de produção e reprodução pela extração da mais-valia ⁶.

Já na pequena produção mercantil, embora exista a propriedade individual ou privada dos meios de produção, não há o surgimento do não-trabalhador, nem a extração da mais-valia de quem participa do processo de trabalho.

Cabem aqui algumas considerações sobre as relações de produção existentes na pequena produção mercantil pesqueira. Relações de produção são aquelas que se estabelecem entre os agentes e os meios materiais de produção ⁷. Essas relações não se reduzem a simples contatos intersubjetivos. Post (1974) atribui um papel fundamental às relações de produção na própria determinação de

⁶ Desta maneira, o mecanismo de funcionamento do sistema capitalista reproduz continuamente a relação fundamental capital/trabalho. Os mecanismos de extração da mais-valia permitem ao não-trabalhador acumular novos capitais e se reproduzir enquanto classe dominante, e, ao mesmo tempo, levam a classe operária a vender sua força de trabalho e a se reproduzir como classe dominada. É o que afirma Marx: "Le rapport n'est pas seulement reproduit, pas seulement produit dans des proportions toujours plus massives, il ne se borne pas à créer pour lui-même plus de travailleurs qui ne lui étaient pas soumis jusque là, mais comme on l'a vu dans l'exposé du mode de production spécifiquement capitaliste, il se reproduit dans des conditions plus favorables pour une des parties, les capitalistes" (MARX, 1971-a. p. 171).

⁷ É possível distinguir-se dois tipos de relação de produção: 1) as relações técnicas de produção são as modalidades de controle que os agentes da produção exercem sobre os meios de produção em particular e sobre o processo de trabalho em geral. Elas dizem respeito às formas de cooperação que se estabelecem entre os agentes da produção no processo de apropriação material ou do domínio da natureza. A cooperação pode ser simples, quando a divisão do trabalho é reduzida (na pequena pesca, por exemplo), e complexa, quando o processo de trabalho comporta uma série de atividades exercidas por diversos trabalhadores ao término das quais aparece o produto final comum; 2) as relações sociais de produção são as que se estabelecem entre os agentes da produção por intermédio da posse ou propriedade dos meios de produção.

uma forma de organização social da produção. Para ele, os meios de produção e a força de trabalho se transformam em forças produtivas através das relações de produção. Marx pensa essas relações em termos de relações de distribuição, pois elas determinam não só o destino do produto final como também distribuem os agentes da produção em classes sociais. Elas determinam, por sua vez, as modalidades de extração do sobretrabalho que é apropriado por aqueles que são proprietários dos meios de produção.

Na produção capitalista a expropriação do sobretrabalho se faz com a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e com a perda do controle do processo de trabalho. Já em formas não-capitalistas de produção, essa extorsão do sobretrabalho se faz sem que o trabalhador direto tenha perdido totalmente a posse ou o controle dos meios de produção.

Ora, na forma de produção ora estudada, apesar da grande variedade de relações de trabalho existentes empiricamente, o camarada ou companheiro dispõe de um certo controle sobre o processo de trabalho através do conhecimento acumulado das artes de pesca e mesmo do uso de uma parte dos instrumentos de trabalho utilizados na captura. Assim, por exemplo, na pesca da lagosta em Marataízes, no Espírito Santo, cada pescador leva a sua rede meijoadada (espécie de rede de espera) numa embarcação que pertence a um dono de barco que participa ou não do processo de trabalho. Em ambos os casos, o dono do barco ganha 1/5 da produção das redes dos camaradas. Caso o dono do barco participe da captura, além do resultado da pescaria de sua rede ele leva ainda o quinto dos outros pescadores. Esse quinto pode ser considerado uma forma de renda, renda-produto, que é a forma assumida pela extração do sobretrabalho dos camaradas. O pagamento dessa renda pode ser dispensado pelo dono do barco quando o resultado da pescaria for tão mesquinho que impossibilite ao camarada obter os seus meios de subsistência.

Trata-se, então, a nosso ver, de um sistema de parceria, em que o camarada ou parceiro ainda não se encontra totalmente despojado dos meios de produção e tem um controle variável sobre o processo de trabalho. Esse controle sobre o processo de trabalho se traduz, por exemplo, no conhecimento acumulado das artes de pesca, dos hábitos alimentares dos peixes, etc. Na pequena pesca, mesmo que o camarada não embarque com os seus equipamentos, ele entra na canoa com uma bagagem de conhecimentos que o dono da rede respeita e considera ao tomar uma decisão sobre onde e

quando lançar a rede. Além disso, o pescador, que é camarada hoje, amanhã pode decidir sair para pescar sozinho com sua linha ou outros apetrechos de pesca. Efetivamente, nos levantamentos realizados no Litoral Sul de São Paulo, em 1970, cerca de 25% dos pescadores trabalhavam sozinhos, ao passo que muitos dos que trabalhavam em parceria freqüentemente pescavam sós ou com seus filhos.

Essa parcela retida do produto excedente pelo dono da rede, que pode ser o terço, o quarto ou o quinto da produção, poderia ser chamada de renda *in natura* no caso da produção dos pescadores sitiantes. Efetivamente, após a captura, a divisão do pescado se dá na praia, fazendo-se os montes de pescado que cabem a cada pescador. O terço da rede ou da canoa constitui um monte à parte, que é levado por seu dono, além de seu quinhão como participante do processo de trabalho. O pescador dispõe do seu quinhão como deseja, vendendo-o ou levando-o para casa. Nessa forma de produção, no entanto, o sustento da família é prioritário. “Fulano é esganado. Vende até o peixe que devia levar para alimentar os filhos” é a censura que a comunidade faz ao pequeno pescador que vende seu pescado na praia, levando somente os peixes miúdos para casa.

Na Prainha (CE), os jangadeiros pescam em geral em linha separada ou ponta solta, isto é, cada pescador trabalha para si, marcando o peixe com um corte que indica sua propriedade. No fim da viagem, cada pescador cede ao dono da jangada a metade de sua produção, o que pode ser considerado uma renda *in natura*, paga ao dono dos meios de produção. Cada um dos três pescadores ainda é proprietário do produto final, o pescado, e também de uma parcela dos meios de produção (a linha e o conhecimento empírico necessário à captura) (DIEGUES, 1978. p. 102).

Na produção dos pescadores artesanais, a parte da rede ou do barco toma a forma de renda em moeda na medida em que a partilha se dá somente após a venda da produção pelo dono dos instrumentos de produção.

Na medida em que os apetrechos de pesca representam um investimento maior de capital e a produção do excedente é mais estável, é difícil dizer se a parte ou quinhão que cabe a cada pescador representa um salário ou formas não-capitalistas de remuneração da força de trabalho. Um caso típico é a pesca da manjuba (*Anchoviella hubsi*) no ecossistema lagunar Iguape—Cananéia. Essa pescaria lagunar, realizada anualmente de outubro a abril,

ocupa cerca de 2 000 pescadores que capturam aproximadamente 5 000 toneladas de manjuba. Há indicações de que, em 1926, quando se iniciou essa pesca, as redes de algodão, tingidas de jacatirão, pertenciam aos pescadores de Iguape e Icapara. A produção era vendida às salgas dos industriais que vendiam a manjuba salgada e seca em São Paulo, no Paraná e mesmo no Nordeste. O processamento da manjuba é feito em estufas em pequenas indústrias que utilizam principalmente uma força de trabalho sazonal (freqüentemente feminina).

A partir da Segunda Guerra Mundial, as redes de cerco feitas de algodão foram substituídas por grandes redes de náilon, e as canoas a remo, por canoas motorizadas. Dado o alto custo desses equipamentos, somente as indústrias poderiam comprá-lo. O industrial passou então a alugar a rede e a canoa motorizada a uma equipe de pescadores, chefiada pelo mestre da rede. Estes usam os equipamentos durante a safra, comprometendo-se ao final desta a entregá-los ao industrial em bom estado. A produção é também vendida compulsoriamente ao dono de indústria a um preço irrisório, após o desconto dos custos de produção (combustível, desgaste do equipamento, etc.) considerado como preço pelo aluguel dos equipamentos de pesca. O líquido recebido é dividido entre os pescadores (três ou quatro) sendo que o mestre recebe um quinhão maior que os camaradas. O controle dos industriais sobre a força de trabalho é enorme, pois uma grande parte dos manjubeiros tem um emprego regular somente durante a safra da manjuba, caindo no subemprego ao final desta. São totalmente dependentes dos industriais, pois grande parte deles recebe vales, com os quais adquire as mercadorias nos armazéns dos industriais. Os pescadores que tentarem vender a produção fora da indústria correm o risco de não poderem mais trabalhar na pesca da manjuba, pois não serão aceitos como pescadores em nenhuma outra indústria. Os industriais, por sua vez, controlam mesmo a Colônia dos Pescadores, da qual um deles chegou a ser o presidente por longos anos. Os pescadores, por não serem considerados empregados, mas proprietários independentes que alugavam os apetrechos de pesca, estão excluídos dos benefícios sociais (INPS, fundo de garantia, férias, etc.), sendo obrigados a pagar suas mensalidades como trabalhadores autônomos. A Colônia de Pescadores, usada pelos industriais como centro de serviço social (dentário, médico, etc.) fornecido grátis aos pescadores, realça o espírito de corporação que deveria existir entre os pescadores e as indústrias. O sistema de partilha usado para remunerar a força de trabalho no interior

das unidades de produção é utilizado como argumento de que o pescador recebe segundo sua produção. Por outro lado, uma parte considerável dos custos de reprodução da força de trabalho recai sobre a família dos pescadores, cujos membros, sobretudo as mulheres, trabalham como domésticas ou caseiras. Considerando os manjubeiros como autônomos remunerados pelo sistema de partilha, os industriais não só exploram a mais-valia absoluta, forçando os pescadores a longas horas de trabalho na água, como também remuneram somente a força de trabalho do pescador individual. É necessário ressaltar que os mestres e pescadores que não apresentarem alto rendimento são preteridos na safra seguinte. Por outro lado, todo aumento de produção recebe como resposta uma diminuição do preço pago ao pescador pelo industrial que obtém assim não somente a mais-valia do pescador como um sobrelucro comercial, vendendo com bons lucros a manjuba beneficiada.

Pelo que expusemos acima, dificilmente poderíamos chamar esse regime de trabalho como parceria, pois os manjubeiros estão totalmente desprovidos dos meios de produção e na total dependência dos industriais. Pago por quilo ou arroba de pescado capturado, o que o manjubeiro recebe no final da safra é a remuneração da sua força de trabalho. Nesse sentido, essa forma de remuneração parece se aproximar do salário por peça, que garante ao industrial uma exploração ótima da força de trabalho, sem se preocupar com as tarefas de controle encontrado no trabalho das fábricas, onde o salário é por tempo.

Existe, pois, uma diferença importante entre a parceria descrita anteriormente e as relações de produção analisadas na pesca da manjuba. Entretanto, ambos os processos de trabalho estão marcados pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos no ritmo e no volume da acumulação de capital. No segundo processo de trabalho o volume da acumulação nas mãos dos industriais é bem maior que a dos donos de rede. Os primeiros compensam no entanto essa imprevisibilidade, investindo os lucros em outras atividades, como a especulação imobiliária, a compra de casas, etc. Explorando a mais-valia absoluta do manjubeiro, não interessa ao industrial introduzir inovações e novas técnicas no processo de captura. Nas safras em que os cardumes de manjuba aparecem mais escassos a reprodução do capital constante é garantida pelo aluguel descontado antes mesmo do pagamento aos pescadores. É com eles que o industrial divide os riscos do empreendimento, mas jamais os lucros.

A pesca da manjuba não é, no entanto, típica da pequena pesca que viemos analisando.

Na produção dos pescadores-sitiantes e dos pescadores artesanais, as modalidades de remuneração da força de trabalho se aproximam, portanto, da parceria e apresentam algumas similitudes com esse regime de trabalho existente no campo.

Nessa forma de produção o excedente, normalmente reduzido e inconstante, não é convertido em capital que compra a força de trabalho, mas apropriado pelo modo de produção dominante, através da esfera de circulação⁸.

Essa articulação entre a forma da produção mercantil simples e a capitalista pode se revestir de diferentes modalidades. A modalidade clássica, analisada por Marx, se caracteriza pela despossessão do pequeno produtor de seus meios de produção e sua transformação em força de trabalho assalariada⁹.

No entanto, se, a longo termo, a articulação descrita pode levar à completa desarticulação da pequena produção mercantil, algumas evidências sugerem que, em países de economia dependente, essa simbiose pode ter longa duração, dados os benefícios que o modo de produção dominante retiraria dessa articulação. Segundo alguns autores, o intercâmbio com os modos pré-capita-

⁸ Mandel (1964) desenvolve a noção de sobreproduto social, dizendo que todo aumento da produtividade cria a possibilidade da realização de um excedente e a luta pela sua apropriação. À medida que se divisam dois grupos, um de produtores diretos e outro de não-produtores, há o trabalho necessário, próprio à satisfação de necessidades do grupo de produtores diretos e o sobretrabalho que é retido pelos não-produtores ou classe dominante.

Samir Amin (1973) retoma o conceito de excedente como elemento caracterizador dos diversos modos de produção. Para ele, a análise de uma formação social concreta deve se situar ao nível da geração do excedente específico, da transferência eventual deste excedente de proveniência ou em direção a outras formações e a distribuição deste excedente entre as diversas classes sociais. A geração do excedente varia segundo as formas de organização da produção de onde ele provém. Uma questão essencial é então se saber qual é o modo de produção dominante e sua forma predominante excedente.

⁹ "Its annihilation, the transformation of the individualized and scattered means of production into socially concentrated one, of the pigmy property of the many into the huge property of the few, the expropriation of the great mass of the people from the soil, from the means of subsistence and from the means of labour, this fearful and painful expropriation of the mass of people forms the prelude of the history of capital... The expropriation of the immediate producers was accomplished with merciless vandalism and under the stimulus of passions the most infamous, the most sordid..." (MARX, 1970. p. 360).

listas de produção é uma necessidade em todas as etapas do desenvolvimento capitalista¹⁰.

Na região estudada, há dois subtipos da produção mercantil: o primeiro denominamos de produção mercantil simples dos pescadores-lavradores; o segundo, a pequena produção dos pescadores artesanais.

Enquanto o primeiro subtipo, a produção do lavrador-pescador, se enquadraria dentro da noção de campesinato, a produção do segundo subtipo se aproximaria mais da corporação de ofício. Essa diferença entre o campesinato e o artesanato para Tepicht (1973) tem aspectos estruturais e históricos. Na economia camponesa, somente uma parte da produção é comercializada, ao passo que, na artesanal, todo o produto se destina ao mercado (1973. p. 18).

Para este autor, não seria possível colocar a produção camponesa e artesanal sob a mesma designação de pequena produção mercantil. Não há, porém, a nosso ver, uma diferença estrutural entre ambas, na medida em que seu objetivo é a subsistência dos produtores e não a produção do valor de troca ou a acumulação de capital, ainda que em maior ou menor escala ambos os subtipos produzam valores de troca¹¹. Como afirma Marx, tanto o camponês quanto o artesão independente têm uma dupla personalidade: uma como proprietário dos meios de produção, comportando-se como um capitalista, e outra como operário, ele é seu próprio trabalhador assalariado, explorando-se a si mesmo enquanto tal (MARX, 1971b).

Essa distinção pode trazer alguma luz sobre a discussão se o pescador pode ou não ser considerado um camponês ou se ele

¹⁰ Para Rey (1973), nos países subdesenvolvidos, numa primeira etapa, o capitalismo não teria levado à destruição as outras formas de produção com a finalidade de se utilizar da força de trabalho delas liberada, segundo as necessidades, e também da matéria-prima. Uma destruição muito rápida dos antigos modos de produção poderia criar problemas para o fornecimento gradativo da mão-de-obra. Daí a persistência de relações de produção não-capitalistas. Num segundo momento, o capitalismo deitaria raízes e se tornaria o modo de produção dominante. Mesmo aí, ele utilizaria certos fatores de produção provenientes de formas de produção não-capitalistas.

¹¹ "Le but immédiat et principal de la production des métiers citadins est la subsistance des artisans en tant que tels donc, la valeur d'usage et non l'enrichissement: ce n'est pas la valeur d'échange et la création de valeurs d'échange. La production est partout subordonnée à une consommation préexistente, l'offre y est fonction de la demande et ne s'élargit que lentement" (MARX, 1971b p. 307).

participa de uma economia camponesa. A nosso ver, somente se ele está inscrito na produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo é que poderia ser considerado um camponês (pescadores-lavradores).

Diversos autores chamam de camponesa a economia e a sociedade dos pequenos pescadores em muitas partes do mundo. Firth (1946. p. 22) usa indistintamente os termos sociedade de pescadores e economia camponesa. Para ele, a economia pesqueira malaia apresenta analogias estruturais com a camponesa e pode ser tratada como parte desta última. A diferença entre ambas reside mais nos recursos explorados que na sua organização ainda que o termo camponês tenha no Oriente significado diferente do que lhe é atribuído na Europa.

Para Firth, o camponês malaio pode ser um agricultor numa estação e pescador em outra, e mesmo que o pessoal ocupado em outras atividades não seja o mesmo, agricultores e pescadores estão muitas vezes ligados por vínculos econômicos de produção e troca, de casamento, além de apresentarem valores e instituições comuns.

Para Firth, existem algumas diferenças entre a forma de organização da produção dos agricultores e dos pescadores¹².

Enquanto a colheita agrícola é predominantemente sazonal, a produção pesqueira pode ser diária. Por isso é que o próprio agricultor pode trabalhar alguns dias como pescador na espera de algum dinheiro extra. O agricultor recebe o valor de sua produção por ocasião da colheita e pode prever a porcentagem dos ganhos que será consumida ou investida na compra de equipamentos, etc. Já o pescador pode ter uma renda diária, mas de maneira irregular e imprevisível. Por outro lado, enquanto o agricultor armazena sua produção, o pescador em geral não pode fazê-lo,

¹² Deve se ter em mente que Firth, num trabalho posterior (1970), não mais identificou a economia camponesa à sociedade de pescadores. Nesse trabalho recente, Firth afirma que, ainda que se possa usar a expressão economia camponesa para a dos pescadores, existe uma grande diferença entre os lavradores e os outros pequenos produtores, como os artesãos e pescadores. O lavrador (camponês) pode adquirir um direito permanente, transferível, sobre a terra, o principal fator de produção, o que não ocorre no controle de recursos menos duráveis, como os utilizados na pesca ou no artesanato. Para Firth, aqueles que controlam a terra adquirem um status especial na comunidade. Se os direitos sobre o uso da terra são transferidos para outrem, não existe somente um problema de reciprocidade econômica, mas também uma questão de subordinação. O trabalhador que arrendou a terra passa a ter um status inferior àquele que recebe a renda.

dada a perecibilidade do produto, daí resultando uma maior dependência do intermediário.

Além disso, na agricultura a unidade da produção é normalmente a família, ao contrário da pesca, que, por exigências próprias de atividade aquática, se restringe em geral ao trabalho masculino, requisitando a cooperação de grupos mais amplos (o que exige, por outro lado, um sistema de comunicação mais complexo).

Além disso, enquanto o agricultor investe mais na terra de maneira permanente, o investimento do pescador em equipamentos está sujeito a perda e/ou destruição.

Wolf (1966) tende a fazer uma diferenciação entre o pescador e o camponês, na medida em que este é: 1) mais agricultor que pescador, negociante rural ou artesão; 2) proprietário da terra ou controlador do processo de produção; 3) orientado mais para a produção de subsistência, sendo que as operações de compra e venda visam mais a subsistência que a produção de excedente. Wolf (1966) enfatiza a idéia de que camponês é aquele produtor rural que produz um excedente superior às suas necessidades biológicas mínimas.

Ele produz quatro tipos de fundo: 1) um fundo de subsistência que é a reposição de calorias necessárias à subsistência biológica; 2) um fundo para a reposição dos instrumentos de trabalho; 3) um fundo de cerimonial que assegura o sistema das relações sociais de produtor com seus parentes e vizinhos, o sistema religioso e o sistema político; e 4) um fundo de renda, apropriado por um não-produtor.

Segundo Wolf (1966) é a existência desse fundo de renda apropriado pelo dono da terra que define a existência do campesinato.

Forman (1970), identificando o pagamento da renda com a taxa paga pelo pescador à Colônia de Pescadores, não hesita em aplicar o conceito de economia camponesa àquela em que estão integrados os jangadeiros no Nordeste.

Ivo (1975) faz ressalva no uso do conceito de economia camponesa à do pequeno pescador, porque cada um se integra dentro de modos específicos de produção. Este autor argumenta que a pesca se situa num estágio anterior ao da agricultura (o da extração). Enquanto os limites definidos em cada propriedade agrícola incentivam a produtividade (dada a necessidade de reposição da fertilidade do solo), o mesmo não se dá na pesca, onde

a propriedade comum do mar e a falta de controle sobre o produto levam o pescador a uma atitude predatória.

Os tipos de propriedade também estabelecem diferenciações entre o camponês e o pescador. No setor agrícola, o sistema de propriedade da terra determina o caráter de classe do campesinato em oposição ao senhoriato, ao passo que na pesca o fato de os pescadores deterem somente a propriedade dos instrumentos de trabalho leva-os a variar suas situações, definindo-se às vezes em termos de uma classe mais característica de áreas urbanas, ou mais tipicamente rural, dependendo do espaço que ocupa.

O sistema de propriedade na agricultura permite a acumulação, pois o excedente pode ser investido na compra de porções adicionais de terra, aumentando a propriedade, o mesmo não ocorrendo na pesca. Segundo Ivo (1975), o investimento a ser feito na compra de uma embarcação é muito grande e não pode ser feito gradativamente ¹³.

A nosso ver, somente o subtipo que denominamos "produção mercantil simples do pescador-lavrador litorâneo" se insere dentro da economia camponesa. Isso se deve, fundamentalmente:

- a) à importância do trabalho agrícola para a reprodução da família do pequeno produtor ou do pescador-lavrador. Além disso, é o calendário agrícola que determina o uso do tempo entre as atividades complementares (pesca, extração, etc.);
- b) ao fato de a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho passar necessariamente pelo trabalho agrícola;
- c) à importância do trabalho familiar como limite extremo na organização da produção;
- d) à baixa capacidade de acumulação decorrente do reduzido excedente gerado nesse tipo de economia;
- e) à produção voltada sobretudo para o autoconsumo e eventualmente para o comércio;
- f) à dependência desse pequeno produtor *vis-à-vis* aos comerciantes.

Somente uma análise concreta de cada uma das formas pelas quais os meios de produção e a força de trabalho se organizam

¹³ Em muitas partes do mundo, como na Noruega e também no Brasil (КОТТАК, 1966), o pequeno pescador pode adquirir porções de uma rede pertencente a outrem, recebendo um quinhão a mais no momento da partilha. Na Noruega, como vimos, essa dispersão da propriedade permite a extensão da pequena propriedade a muitos pequenos pescadores.

é que nos permite situar ou não os pequenos pescadores na chamada economia camponesa.

Como vimos anteriormente, o pescador artesanal surgiu historicamente da decomposição da produção dos pescadores-lavradores. Ambos os subtipos, no entanto, se enquadram ainda dentro da pequena produção mercantil simples na medida em que os trabalhadores diretos são proprietários dos meios de produção, participam diretamente do processo do trabalho e possuem o controle do conhecer tradicional pelo qual se apropriam materialmente da natureza.

O pescador artesanal não é um camponês, apesar de ambos participarem da pequena produção mercantil¹⁴. O primeiro vive exclusivamente da pesca e é dessa atividade que ele deve retirar não somente os seus meios de subsistência, mas o excedente, que, transformado em dinheiro, irá pagar os seus compromissos com o comerciante-financiador onde adquiriu o seu motor ou sua rede. No entanto, o próprio caráter de pequena produção não lhe permite uma acumulação constante, na medida em que vive ainda ao sabor dos ciclos naturais. A possibilidade de se reproduzir como produtor independente reside na abundância relativa do pescado, nas áreas costeiras, que pode alcançar com sua embarcação. A dependência cada vez maior do mercado pode induzi-lo a explorar esses recursos acima de sua capacidade de reprodução natural. A predação desordenada desses recursos poderá significar também seu fim como produtor independente e sua proletarização em algum barco de pesca industrial ou sua marginalização como subempregado nas áreas urbanas.

Quais seriam as causas dessa reduzida capacidade de produção de excedente e quase impossibilidade de acumulação que caracteriza o pequeno produtor?

Tanto Marx quanto Chayanov (1966) partem do pressuposto de que na economia camponesa a acumulação do capital depara com limitações estruturais. Para Marx, o pequeno produtor atribui

¹⁴ Ainda, seguindo Archetti e Stöllen (1975, p. 127), a economia camponesa se movimenta dentro de um círculo de escassez, e por isso não tem defesas frente a uma crise na colheita, na demanda ou nos preços. O camponês, por isso mesmo, nessas crises, tende a converter-se em artesão, pescador ou extrativista, além de poder participar ocasionalmente do mercado enquanto força de trabalho assalariada. Além disso, outra estratégia adotada para maximizar a renda está em utilizar os membros do grupo doméstico em atividades complementares — tais como a cata de mariscos, a confecção de cestos, esteiras — e mesmo no pequeno comércio.

a si mesmo um salário, após deduzir os custos de produção¹⁵. Ele abandonará a pequena produção no momento em que seu trabalho não lhe garantir a reprodução dos meios de subsistência. Enquanto puder cobrir os custos de produção, continuará a cultivar a terra, mesmo que tenha que reduzir seu próprio salário até os limites estritos da sobrevivência física. Por outro lado, a repetição do ato de vender tem como objetivo a satisfação das próprias necessidades. A circulação simples da mercadoria — o ato de vender para comprar o que não produz — se dirige também a seu objetivo último: a satisfação de determinadas necessidades.

Para Chayanov (1966), o volume da produção camponesa é determinado pelo tamanho, composição e produtividade da força de trabalho familiar, e sobretudo pelo grau de auto-exploração da força de trabalho. O nível de utilização da força de trabalho é determinado por um certo equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a fadiga ou intensidade do trabalho. O camponês fará um esforço adicional quando a fadiga causada pelo trabalho for compensada pela satisfação das necessidades do consumo familiar.

Girando em torno da satisfação das necessidades da unidade familiar, e baseando sua produção na força de trabalho existente aí, a pequena produção atinge somente um reduzido desenvolvimento das forças produtivas. Daí também a sua baixa capacidade de produção de excedente e de acumulação.

No caso da produção do pescador-lavrador litorâneo, a produção do pescado está sujeita a uma grande instabilidade e variabilidade. Quando a safra da tainha ou da manjuba for boa, ele poderá fazer algum dinheiro, mas será sempre para atender às necessidades familiares. O excedente é reduzido e quase nem lhe permite a reposição de seus instrumentos de pesca, que passa pela dependência do comerciante.

O aumento físico da produção nesse subtipo da produção mercantil simples depende quase que exclusivamente da abundân-

¹⁵ "El límite de la explotación, para el campesino parcelario no es, de una parte, la ganancia media del capital, cuando se trata de un pequeño capitalista, ni es, tampoco, de otra parte, la necesidad de una renta, cuando se trata de un propietario de tierra. El límite absoluto en que tropieza como pequeño capitalista no es sino el salario que se abona a si mismo, después de deduzir lo que constituye el costo de producción. Mientras el precio del producto lo cubra cultivará su tierra, reduciendo no pocas veces su salario hasta el límite estrictamente físico" (MARX. *El capital*. Tomo III, p. 682. Apud ARCHETTI & STÖLLEN, 1975. p. 114).

cia ocasional dos recursos naturais, por exemplo, a chegada de um cardume excepcional de tainha que se aproxima da praia.

Esse excedente, no entanto, convertido em dinheiro, nunca será utilizado para a compra da força de trabalho de outrem, dado o caráter efêmero e inconstante da sua atividade.

Não é baseado nesse excedente irregular que normalmente o pescador-sitiente se transforma em pescador artesanal que vive exclusivamente dos produtos de sua profissão. O capital necessário¹⁶ para a compra do barco a motor e das redes especiais provém geralmente de um ato que nega a continuidade do pequeno produtor enquanto agricultor: a venda da sua posse da terra e o abandono da agricultura. A reprodução desse novo estrato social, o do pescador artesanal, já não passa mais pela agricultura de subsistência. Ela passa sobretudo pela sua habilidade, pelo seu conhecimento dos cardumes e de seus hábitos. Sua reprodução enquanto produtor independente passa também pela sua habilidade de viver na corda bamba, na ameaça da proletarização ou da miséria, caso não consiga pagar o empréstimo que fez ao negociante, ou caso a sobre-pesca leve ao desaparecimento das espécies de pescado sobre as quais se baseava a sua captura.

Já para os pescadores-lavradores as exigências ou necessidades do capital eram bem menores, sendo providas em geral por atividades de fora da pesca. Forman (1970) enfatiza, por exemplo, a importância do artesanato de palha como fonte de renda para a compra de equipamentos de pesca, numa comunidade de jangadeiros de Alagoas.

O compadrio também é um meio de se obter o capital necessário à compra dos instrumentos de produção.

Já na produção artesanal, na medida em que os pescadores moram em áreas urbanas e suburbanas, a única fonte de rendimento é a pesca, cujo resultado deve garantir ao menos a reprodução dos instrumentos de trabalho, além das necessidades da reprodução física do trabalhador e sua família. Há, porém, a reposição contínua dos meios de produção que são consumidos diaria-

¹⁶ Mandel (1964) faz uma distinção entre a existência do capital e a do modo de produção capitalista. O primeiro, segundo ele, existe também na pequena produção mercantil. Archetti e Stöllen (1975) distinguem, também, na pequena produção, o capital empregado nos equipamentos e instrumentos de trabalho, o capital/dinheiro, para satisfazer as necessidades do consumo, e o capital reservado, para iniciar um novo ciclo produtivo (empregado na compra de sementes, etc.).

mente e que na pesca motorizada representam um grande consumo de capital. São o combustível, o óleo lubrificante, o gelo ¹⁷.

Se a compra da canoa motorizada ou da baleeira é garantida pela venda de um terreno, os custos operacionais têm de ser cobertos pela venda do pescado.

Instaura-se assim uma contabilidade desconhecida do pescador-sitiente. Este, para continuar se reproduzindo enquanto produtor, dependia fundamentalmente da reposição das calorias gastas no processo de trabalho (e as de sua família). O pescador artesanal, além da reposição dos meios de subsistência, é obrigado a repor uma parte do capital investido na canoa motorizada, nas redes, e ter condições de repor continuamente o combustível, o óleo, o gelo, etc.

Para o pescador-sitiente, custo de produção é tudo aquilo que exige um desembolso de dinheiro, e em nenhum caso inclui o uso da força de trabalho (MOURÃO, 1971). O fato de o trabalho não ser contabilizado como custo de produção, ou considerado como mercadoria que tem um valor de venda, pode ser considerado um dos indicadores da presença de uma forma de produção em que a mercadoria ainda não invadiu todos os setores da produção ¹⁸.

¹⁷ "One is tempted to think of these oriental fishing communities as possessing or requiring little capital or having their labour as their main investment. This could be a misconception. The amount of fixed capital involved is very considerable if it is measured in relation to local income levels" (FIRTH, 1946. p. 9).

¹⁸ O conceito de sociedade com mercado periférico, empregado por Bohannan e Dalton (1968), parece se aplicar à forma de organização da produção que analisamos. Para esses autores, nas sociedades de mercado periférico já existe o mercado enquanto princípio de determinação dos preços, mas ele ainda não se tornou um princípio regulador de toda a economia. Ele está sujeito às variações sazonais, sendo também influenciado por fatores extra-econômicos. As forças do mercado, por exemplo, não são responsáveis pela alocação da força de trabalho. No entanto, ao contrário do que afirmam esses autores, o mercado não pode ser analisado independente do processo de produção e distribuição dos meios de produção e também dos agentes de produção em classes sociais.

CAPÍTULO XIII

O PARTICULARISMO DOS PESCADORES E SUA INTEGRAÇÃO NO MUNDO URBANO

1 O pescador e a vida nas cidades

Pescadores-lavradores e pescadores artesanais fazem parte de um mundo ao mesmo tempo idêntico e diferente. Ambos são grupos sociais caracterizados pela dependência frente aos não-trabalhadores — os comerciantes — e aos proprietários não-pescadores¹. Ambos são produtores independentes, mas ambos são sem poder, são grupos dominados. Ambos conservam ainda, em maior ou menor grau, a propriedade dos bens de produção e do saber-fazer/ /conhecer: uns mais vinculados à terra, outros mais vinculados ao mar.

No Litoral Norte de São Paulo, ambos passam a experimentar formas de vida diferentes. Os pescadores-lavradores continuam a viver nas comunidades, nas praias distantes dos centros urbanos, onde com dificuldade alguns guardam a posse da terra onde fazem

¹ Os proprietários não-pescadores são aqueles que possuem mais de uma canoa, jangada ou saveiro. Ao contrário dos proprietários mestres e proprietários pescadores, aqueles em geral não vivem exclusivamente da atividade pesqueira. Os proprietários não-pescadores não são necessariamente atravessadores ou comerciantes. Um caso típico são os donos de saveiros descritos por Ivo (1975. p. 126) e que ficam com 1/5 do total da produção. Esses proprietários não-pescadores se encontram com maior frequência nas praias do Nordeste, sendo raros no litoral paulista. Em algumas praias nordestinas, como no Ceará, chegam a representar 60% dos proprietários, e no Rio Grande do Norte, 63%. Os pescadores são considerados parceiros e ganham pelo sistema tradicional de quinhões ou partes, sem que exista nunca entre eles uma divisão técnica da produção, como, por exemplo, na pesca da traineira. No litoral paulista, na pequena produção mercantil pesqueira, predominam os proprietários pescadores. Os armadores, conforme vimos, já se situam na pesca capitalista, dado o volume do capital empregado e uma acentuada divisão do trabalho.

suas pequenas roças. Alguns, tendo-se tornado caseiros das propriedades que antes lhes pertenciam, vêem os filhos partirem para as cidades.

Os pescadores artesanais, pela vinculação maior com o mercado, moram na própria cidade ou em suas proximidades.

A cidade, no entanto, enquanto espaço físico e social para onde se encaminha o excedente da produção de ambos, passa a ter um sentido diferente para uns e para outros.

Para os pescadores-lavradores em vias de desaparecimento a cidade é um lugar aonde se vai algumas vezes por ano, somente por ocasião das festas, para fazer algumas compras essenciais e depois voltar para a roça.

Para os pescadores artesanais a cidade é o mercado por excelência, onde dia a dia eles se defrontam com os atravessadores no momento de vender o peixe. É ali também que vão procurar o combustível, o gelo, o óleo. É ali que eles habitam também, geralmente em casas pobres, nos arrabaldes da cidade, ou entulhados na área do porto. Desapareceu a roça, a plantação e surgiu o mar, para onde diariamente saem para buscar o peixe, imediatamente transformado em valor de troca. Em Ubatuba, o pescador artesanal não come o camarão. Dado o seu alto valor de mercado, ele é totalmente comercializado. Somente o peixe acompanhante é que vai para sua mesa.

Enquanto os pescadores-lavradores vêem a cidade como um pólo de referência mais ou menos distante, os pescadores artesanais passam a integrar o meio urbano com os seus valores, os seus atrativos.

Já os pescadores embarcados experienciam a cidade de uma maneira diferente. Eles não têm uma cidade, pois descarregam a sardinha onde o preço estiver melhor: pode ser Santos, Ubatuba ou Rio de Janeiro. A cidade não é um lugar de moradia: é o entreposto, onde passam horas descarregando o barco, e depois carregando com o rancho, o combustível e tudo o mais para ir de novo à pesca. A cidade são os bares, a zona de prostituição em redor do porto; para alguns, a cidade é o próprio barco, onde dormem nos beliches e preparam a comida.

Para os pescadores-lavradores, a cidade hoje, como antes do surgimento dos pescadores artesanais, significa o centro para onde se dirige o seu parco excedente, seja agrícola, seja pesqueiro. As cidades, no entanto, seja Ubatuba, Cananéia ou Iguape, mudaram. Antes elas viviam das praias e da agricultura do interior. Hoje, tudo vem de fora, e mesmo a pequena produção agrícola, especial-

mente a hortícola, é toda exportada para a capital do Estado, retornando depois para as casas de comércio local².

Até fins do século passado, tanto Iguape quanto Ubatuba eram importantes portos estaduais: o primeiro, na exportação de arroz, e o segundo, na de café. No momento da transformação do peixe em mercadoria (1910-1920), essas cidades estavam em plena decadência.

Apesar de o contato com os pequenos centros urbanos ser pouco freqüente durante todo o ano, a pequena cidade, através de seu comércio, representava, em termos espaciais, o centro para onde fluía o excedente reduzido dos pequenos produtores.

Aí estavam os armazéns, casas de comércio, para onde o sitiante-pescador podia levar seu arroz, a farinha de mandioca, o palmito, o peixe seco e mesmo a lenha cortada, em feixes, que servia para alimentar os fogões. Nessas mesmas vendas compravam-se a fazenda para o vestuário, o café e alguns instrumentos de trabalho como os anzóis, as enxadas, as foices, os machados, etc.

Quando os pescadores-sitiantes não podiam ir à cidade, abasteciam-se nas pequenas chibocas ou vendas dos lugarejos mais próximos. Esses pequenos comerciantes serviam de intermediários entre o pequeno produtor e os comerciantes das cidades litorâneas.

Em ambas as casas de comércio ficava o pequeno produtor endividado, especialmente nas épocas de colheitas magras ou de minguadas safras de tainha.

Inúmeros autores insinuam que não há economia camponesa sem as cidades. Alguns antropólogos, como Foster (1963, 1967), Potter (1967) e Redfield (1967), enfatizaram as relações estruturais entre as aldeias, comunidades e vilas dos camponeses com as cidades.

Assim Redfield (1967) afirma que a palavra camponês aponta uma categoria social que se define em relação às cidades. Os lavradores que preexistiam às cidades podem ser chamados de cultivadores primitivos. Para ele, os camponeses participam de uma sociedade mais ampla, uma sociedade urbana, onde moram elites com as quais eles se relacionam. Foster (1967) chamou as sociedades camponesas de sociedades parciais (*part-society — half society*), que fazem parte de um complexo social mais amplo, normalmente uma nação. Wolf (1966), por seu lado, argumenta que o pólo que dá sentido à existência de uma economia campo-

² Nos municípios de Iguape e Ubatuba estabeleceram-se horticultores japoneses que se especializaram no cultivo de certas espécies (pimenta, pimentão, etc.) que por serem plantadas na entressafra do planalto ganham um bom preço no mercado central de São Paulo, o Ceagesp.

nessa é o Estado. É seu aparecimento que marca a transição entre o cultivador primitivo e o camponês, pois é com o Estado que surgem as classes e estratos sociais que dominam o campesinato.

É preciso lembrar, como faz Post (1972, p. 230), que essas relações não se reduzem a um aspecto espacial cidade/campo, mas são mediadas pela noção de um excedente produzido pelos camponeses e expropriado pelas classes dominantes que se concentram no meio urbano. Post enfatiza que a entrega desse excedente é não somente a venda de produtos ou coisas, mas expressa uma relação de dominação. Daí, a relação assimétrica de poder: de um lado, uma camada social, por exemplo, os comerciantes, que, através de termos desiguais de troca, compram a produção a baixo preço; de outro lado, os sitiantes, que constituem um conjunto de produtores desprovidos do poder. Dessa forma, entre a cidade e o campo existem não somente relações de troca, mas também de dominação e subordinação.

Conscientes de sua falta de poder, os pescadores-sitiantes buscam apoio através do apadrinhamento e compadrio. Para tanto, buscam a proteção de um político influente, do vigário, do doutor, a quem convidam, por exemplo, para serem padrinhos de casamento, batismo, etc. Evidentemente, a busca de afilhados significa para os padrinhos o aumento de sua influência no meio rural.

Analisando internamente um conjunto de pescadores-lavradores que viviam — e dos quais alguns ainda vivem — nas praias e comunidades espalhadas na Região Sudeste, vemos que existem poucas diferenciações sociais no interior delas. Dado o fraco desenvolvimento das forças produtivas, a precariedade dos instrumentos de trabalho, em geral relativamente acessíveis a todos, e o importante papel desempenhado pelas atividades complementares (agricultura, caça, extração), não se desenvolveram classes sociais específicas nesse tipo de economia camponesa.

O fato de quase 50% desses pescadores em Ubatuba terem sua própria rede mostra que a propriedade dos meios de produção é mais ou menos difusa, e não pode ser considerada como base para uma diferenciação social acentuada. Os grupos de pescaria mudam constantemente de membros e não existe compromisso por parte do parceiro em continuar pescando com o outro. O mesmo fenômeno foi observado por Araújo (1974), em Itamaracá, onde os pescadores mudam constantemente de embarcação, ora operando com uma jangada, ora com uma canoa, ora com ambas simultaneamente.

É de se ressaltar o caráter bastante igualitário nessa forma de produção pesqueira, pela qual cada um dos trabalhadores diretos

ganha um quinhão idêntico na divisão do produto final, constituído em geral pelo mesmo número de peixes. Além disso, são reservados alguns peixes para os camaradas doentes, para os velhos, etc.

Os donos de rede somente constituem uma camada social diferenciada quando são também proprietários de uma venda, onde os pescadores vão comprar fiado as poucas mercadorias de que necessitam (óleo, gás, cachapa, etc.), vendendo aí também o seu pescado³.

No interior das vilas e praias instaura-se certa igualdade social, a do grupo de produtores independentes que só ganham identidade social própria frente aos intermediários, marchantes e atravessadores que, em geral, moram nas cidades. É de se ressaltar que o tipo de cooperação simples existente no grupo da pequena pesca favorece essa homogeneidade. Um exemplo é a chamada pesca de linha junta, em que os vários pescadores colocam em comum o que pescam, para a divisão em partes após a pescaria. A medida que o pescado se transforma em mercadoria, as características pessoais de cada pescador, sua produtividade, passam a ter mais importância, surgindo a pesca em linha separada, onde cada um coloca uma marca (corte) particular no peixe capturado para distingui-lo do capturado pelos demais. A pesca em linha separada tornou-se a norma na produção dos barcos linheiros de propriedade empresarial na Bahia (Ivo, 1975). Nesse aspecto seguimos Gutelman (1974, p. 37), ao afirmar que, quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas é extremamente baixo, não é possível haver uma divisão do grupo em classes sociais diferenciadas. A esse nível de técnica e de produtividade social, a solidariedade grupal é uma condição material e física indispensável para a sobrevivência da comunidade.

O não-surgimento de camadas sociais diferenciadas residia, a nosso ver, no fato de a apropriação material dos recursos renováveis da natureza ser feita através de meios de produção de fácil acesso. A terra, enquanto objeto e meio de produção, que garantia a subsistência do grupo familiar, era acessível a todos os pequenos

³ Como constatamos, tanto em Cananéia quanto no Litoral Norte do Estado de São Paulo, a propriedade dos aparelhos de pesca por si só não se transforma em capacidade de acumular, a não ser quando o dono da rede é também negociante em vilas menores, comprando a produção de outros pescadores e transportando-a para a cidade em barcos motorizados próprios. Por fim, nas vilas mais distantes é ele quem consegue sustentar com o fornecimento de mantimentos não produzidos artesanalmente (óleo, açúcar, cigarros, etc.) os demais pescadores quando o mar está grosso e não se pode sair para pescar.

produtores. E o mar, também enquanto objeto de trabalho, podia ser explorado por qualquer um dos pequenos produtores, com instrumentos de produção relativamente simples. Além disso, a própria natureza da atividade pesqueira dificultava, no interior das praias e comunidades de pescadores, a acumulação do excedente e do capital⁴.

Kottak (1966), estudando uma pequena comunidade de pobres jangadeiros em Arembepé, concluiu que, ainda que se possa falar em diferentes *status* econômicos entre os pescadores, não existia ali diferenciação de classes.

Para o autor, esse nivelamento social é fruto da própria atividade pesqueira realizada em escala reduzida, da inexistência de atrativos locais para a aplicação de capital, de tecnologia rudimentar com que os habitantes exploravam o ambiente marinho, além do isolamento da comunidade em relação aos centros do poder a nível nacional.

O fato de o mar ser um ambiente comum, não apropriado individualmente, é, segundo o autor, mais um obstáculo à acumulação do capital, além de a atividade nele exercida ser muito aleatória, não permitindo a realização contínua do excedente.

Os pescadores-sitiantes não participam da sociedade global de uma determinada formação econômico-social somente através da compra e venda de produtos, mas, através da cidade, participam da grande tradição de que fala Redfield. Segundo ele, a cultura de uma comunidade camponesa não é autônoma, e sim um aspecto ou dimensão da civilização de que faz parte (1955. p. 26).

Essa participação na grande tradição, que tem seu foco nas cidades, é realizada pelos pescadores-lavradores através das festas religiosas⁵.

⁴ Essa relativa homogeneidade interna dos pescadores-lavradores, de um lado, e sua subordinação e dependência a classes e estratos sociais urbanos colocam a questão do campesinato como classe, bem como dos processos que levariam a uma diferenciação social interna desse grupo de produtores.

Os pescadores-lavradores, vivendo espalhados por inúmeras e longínquas praias, não chegam a apresentar nenhum comportamento de classe. Eles se encontram sozinhos diante dos atravessadores, que os exploram.

⁵ O folclore caiçara é um dos mais ricos de todo o Brasil. Dança-se ainda a congada, que relata as aventuras do rei Dom Sebastião em sua luta contra os mouros. A dança das fitas é realizada nos grandes dias de festa, podendo ser dançada nas casas ou nos terreiros. O caiapô, inspirado em festa e luta dos aborígenes, integrou-se ao ritmo do carnaval caiçara. Além disso, existem os pasquins, tipo de literatura de cordel, onde se relatam histórias de naufrágio, dificuldades da vida, acontecimentos na vida das comunidades, etc.

Além das festas do Divino já mencionadas, organiza-se a festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, quando se realiza uma procissão de barcos.

A festa de Reis, ou folia de Reis, realizada entre o Natal e o dia 6 de janeiro, festa de adoração dos Reis Magos, tem no litoral um sentido meramente local, comunitário, realizada principalmente pelos próprios moradores. Já a festa do Divino tem características diferentes, pois a Bandeira representando o Divino Espírito Santo sai em canoas da cidade e percorre os sítios e praias recebendo doações dos moradores (aves, sacos de arroz, etc.) para a realização da grande festa na cidade no dia de Pentecostes.

A maior festa religiosa do Litoral Sul — a de Bom Jesus de Iguape — propicia a oportunidade de os pequenos produtores participarem dos leilões, circos e quermesses, consumindo-se aí grande parte da pequena poupança conseguida através da venda da tainha, cuja safra termina logo antes das referidas festas.

No Litoral Norte de São Paulo, a Igreja Católica, com seus padres e freiras, garante uma certa ligação dessas comunidades isoladas com a cidade. Na maioria dos casos, no entanto, a vinda do padre para rezar a missa se restringe a umas poucas vezes por ano.

O mutirão, forma de ajuda mútua, já está em desuso, seja pela dificuldade em se encontrar vizinhos em número suficiente, seja porque a festa que o organizador dava ao fim do dia de trabalho começava a custar muito caro. Além disso, ao final do mutirão, costumava-se dançar o “São Gonçalo”, que supunha a presença da imagem do santo, rejeitada como adoração de imagens pelos protestantes, agora numerosos no litoral.

A migração dos jovens, a maior vinculação à economia de mercado que destruiu uma certa auto-suficiência ao nível da praia, além da quebra do mundo de valores religiosos, serviu para aumentar o nível dos conflitos. Estes se refletem, por exemplo, no aumento constante do consumo da cachaça. “A festa dos Reis, o Divino, estão fracassando; crente não vai na festa. O povo está esquecendo as antigüidades. Agora é baile e só dá briga” (entrevista com um pescador de Ubatimirim, católico). “Festas? Às vezes São João e São Pedro, mas não se usa fazer mais Reis. Antes o festeiro oferecia comida, peixe seco, agora tudo acabou. Entrou o Evangelho e o povo desacreditou da festa das Imagens” (entrevista com pescador de Picinguaba, adventista).

A secularização do comportamento atinge de forma diferenciada o pescador embarcado e o pequeno pescador. Enquanto, entre os primeiros, mais de 40% vão regularmente a bailes, a frequência cai a menos de 20%, entre os segundos.

Os pescadores artesanais, por sua vez, dada a necessidade da aquisição do gelo e do combustível, bem como a presença de um

mercado melhor para o peixe, se urbanizam⁶. Não perdem, entretanto, o contato com as praias, onde deixaram parte de sua família.

Ao contrário dos pescadores-lavradores, os pescadores artesanais fazem parte de uma estrutura de classes urbanas, ainda que como produtores independentes.

Eles passam a fazer parte dessa estrutura de classes urbanas de uma maneira especial, como pescadores, isto é, com o particularismo da gente do mar, como afirma Mordrel (1972).

Esse particularismo provém de um lado da especificidade da atividade pesqueira como profissão e das condições especiais em que ela se exerce: o mar quase sempre perigoso, a caça ao peixe, etc.

O particularismo da gente do mar se reflete, por exemplo, na forma de moradia nas cidades. Os pescadores costumam se concentrar em certos bairros, geralmente próximos aos portos de desembarque. Sem dúvida, o cuidado constante com os equipamentos de pesca, o perigo de roubo, extravio, obriga o pescador a estar perto do porto. Quando a embarcação tem beliche, o pescador que é de fora costuma dormir no próprio barco. Os pescadores artesanais de Ubatuba, como vimos, se concentram no Portinho, no bairro de Umuarama e no Saco da Ribeira. Fazendo parte da gente pobre, sem renda fixa, vivendo de uma atividade aleatória, os pescadores são em geral desprezados, considerados como gente de segunda categoria. A propósito disso, há pouco tempo atrás o prefeito (1976) queria transferir o grupo de casas de pescadores do Portinho (Barra do Rio), no centro da cidade, para a periferia, por considerar que eles "sujavam uma parte nobre da cidade"⁷.

Verifica-se entre os pescadores artesanais um certo imobilismo geográfico. Cerca de 80% dos pescadores artesanais moravam na praia ou local onde tinham nascido. O mesmo se verifica em Itamaracá (PE) e Santa Catarina, onde 62% e 87,5% dos pescadores haviam nascido na localidade onde moravam por ocasião da pesquisa (ARAÚJO, 1974 e LAGO, 1961). O imobilismo geográfico é mais acentuado entre os pescadores artesanais que entre os embarcados. Em Ubatuba, cerca de 53% dos embarcados tinham

⁶ Essa urbanização dos pescadores é variável, segundo as regiões litorâneas. No litoral Norte e Nordeste, onde a presença dos pescadores-lavradores é mais marcante, o grau de urbanização é menor que nas Regiões Sul e Leste. Pelo censo de 1970, a porcentagem dos pescadores morando em zona urbana atingia 70% na Região Sudeste, e somente 44% no Nordeste.

⁷ Em outros países, como a França, os pescadores se concentram também em bairros especiais: o Le Mole em Sete, o La Marine em Boulogne, etc.

nascido fora da praia, contra 6% dos artesanais. O mesmo ocorre, por exemplo, em Salvador (BA):

“enquanto, no setor artesanal, os indivíduos permanecem vinculados ao local de nascimento, no setor empresarial verifica-se uma incorporação de indivíduos migrantes de outras regiões litorâneas do Estado (25%), de outros Estados do Sul e do Norte do país (22%) e até mesmo de outro país (3%)” (Ivo, 1975. p. 120).

O particularismo de uma categoria social considerada fechada se reflete na consciência dos pescadores de uma forma às vezes simplória: “Não é todo mundo que agüenta a vida do mar; em primeiro lugar, é preciso não enjoar nem vomitar no mar”. Há, por outro lado, a noção de profissão especial, que é preciso aprender durante anos, transferida de pai para filho. Ajunta-se a isso a noção de vocação: “Pra ser pescador é preciso vocação”.

Em Ubatuba, cerca de quase 70% dos pescadores artesanais trabalham na pesca há mais de 20 anos, sendo que desses uma grande maioria sempre tinham sido pescadores, vindos de famílias cujos chefes tinham sido pelo menos pescadores-lavradores.

O imobilismo profissional se constata pela persistência na atividade pesqueira. Nesse aspecto, os pescadores artesanais estão na profissão há mais tempo que os embarcados. Em Ubatuba, por exemplo, 57% dos pescadores artesanais tinham nascido e se criado na pesca, ao passo que 43% tinham passado primeiro por outras profissões. Já somente 16% dos embarcados tinham entrado diretamente para a pesca embarcada, ao passo que 82% tinham exercido anteriormente outras profissões.

O fato de somente os sócios da Colônia de Pescadores poderem exercer legalmente a profissão contribui para a criação de um certo sentido de corporação que tem sua base nos particularismos anteriormente mencionados. Esse espírito de corporação é reforçado pelo Estado com a criação, em 1922, das Colônias de Pescadores, instituições a que obrigatoriamente o pescador deve pertencer para poder exercer sua profissão. À semelhança das Confrerias de Pescadores da Espanha, os associados eram chamados à vigiância sobre o litoral brasileiro para proteger o patrimônio nacional. Os pescadores são considerados defensores do litoral, e deveriam constituir uma reserva de marinheiros, em caso de guerra. “Sem pescadores, não há Marinha de Guerra nem Mercante”, escrevia José Saturnino de Brito, em 1934 (CONGRESSO NACIONAL DA PESCA, 1 *Anais...* 1943, p. 411).

O Estatuto para as Colônias de Pescadores, aprovado pelo Ministério da Agricultura (Portaria n.º 471, de 25/12/1973), não elimina o caráter corporativista das Colônias de Pescadores muito visível na lei que as instituiu em 1922. Efetivamente, são considerados sócios das Colônias não somente “os pescadores profissionais, como também os armadores de pesca, os industriais de pesca e os pescadores amadores que exerçam a atividade pesqueira na jurisdição da Colônia” (cap. II). Colocando numa mesma instituição os pescadores artesanais, os pescadores embarcados, os armadores e industriais da pesca, objetiva-se ignorar os interesses opostos e mesmo conflitantes entre os proprietários dos meios de produção e os da força de trabalho, forçando-se um pacto entre eles⁸.

A interferência desses armadores e industriais da pesca na vida das colônias se realiza no sentido de controlar a força de trabalho dos pescadores. É muito freqüente também a presidência da colônia ser exercida por indivíduos que não são pescadores e que estavam ligados à política local.

Forman (1970) analisa também o controle da Colônia de Pescadores exercido por pessoas que pertenciam à elite local de Coqueiral (AL) e que não eram pescadores.

Esses não-pescadores muitas vezes são eleitos para a Diretoria porque em toda a comunidade de pescadores eles eram os únicos a controlar “a leitura e a escrita”. Através desse mecanismo, não é raro os próprios atravessadores (comerciantes) controlarem a associação dos pescadores⁹.

Na medida em que as colônias não representam os interesses dos pescadores, a participação destes é em geral reduzida, apesar de compulsória. Em Ubatuba, cerca de 61% dos pescadores artesanais não pagam suas quotas na colônia. Esta, como a grande maioria das colônias, se limita à distribuição das carteiras de pescadores e atividades sociais marcadas por um alto grau de paternalismo, como a distribuição de remédios, serviços dentários, etc. Através dessas atividades, seu presidente, pertencente a uma facção

⁸ Mordrel (1972) analisa com bastante acuidade o reforço da ideologia da participação pelas instituições de pesca na França, essas também marcadas pelo corporativismo. Haveria uma correspondência entre as relações sociais da produção, marcadas pela partilha e a ideologia da corporação existente nas instituições sociais da pesca.

⁹ “A rudimentary knowledge of reading, writing and simple arithmetic helps them differentiate themselves from the lower class, from which they themselves have arisen and which they constantly and publicly malign. More often than not, it is the local bigwigs who perpetuate the myth of the lazy, ignorant and uncooperative peasant” (FORMAN, 1970. p. 36).

política governamental, controla os votos dos pescadores para seu partido em épocas de eleição ¹⁰.

Identificados com o mundo do mar, pertencendo a uma organização própria de profissionais — a colônia —, os pescadores ganham uma identidade própria que não se encontra em outras profissões, tais como os marceneiros, sapateiros, etc. Desse mundo do mar participam ainda mais intensamente os embarcados das traineiras e dos barcos de empresa de pesca. O fato de esses últimos serem obrigados a se associar à Colônia de Pescadores mascara uma realidade básica que separa o pescador artesanal de um embarcado. Enquanto o primeiro é dono de seus aparelhos de pesca e de um conhecer tradicional, o segundo já está em vias de proletarização, tendo sido separado não somente da propriedade dos meios de produção, mas também progressivamente do seu conhecer artesanal.

O trabalhar por conta própria, o ter sua própria embarcação e continuar a ser um produtor independente são objetivos de vida colocados por uma grande parte dos pescadores artesanais em Ubatuba. O embarque geralmente desprezado pelo pescador artesanal só é realizado em última instância, e o trabalho de embarcado é considerado vida de escravidão. A mesma conotação de privação de liberdade se estende a todo trabalho com horário fixo. Daí a rejeição de trabalhos que exijam, por exemplo, turnos noturnos, pois isso os impede de pescar à noite, de vez em quando, dando-se preferência a trabalhos como o do DER, na conservação de estradas, que lhes permite soltar a rede à noite ou em fins de semana. O trabalho como operário de fábrica é descartado, não somente porque lhe impede esta autonomia, mas também porque sua oferta na região é limitada. De qualquer forma, é significativo que nas firmas estabelecidas na região, mesmo no setor pesqueiro, como a Confrio, a presença de ex-pescadores é quase nula.

Entre os jovens de Picinguaba, no entanto, trabalhos com direitos continuam a exercer grande atração sobre aqueles que não têm uma posse de terra na praia para vender e comprar uma baleeira na cidade.

¹⁰ A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — Sudepe —, criada em 1962 para incentivar as atividades pesqueiras, é geralmente vista pelo pequeno pescador como um órgão do Governo a serviço dos armadores e industriais. No Litoral Norte de São Paulo, essa vinculação ganha força pelo caráter repressivo com que muitas vezes é feito o controle da pesca. Algumas vezes por ano, segundo orientações da Sudepe, os fiscais apreendem e queimam as redes cujas malhas não obedecem às dimensões permitidas, o que representa uma perda enorme de capital, já escasso, para o pequeno pescador.

Entre essas duas categorias sociais — os pescadores artesanais e os embarcados — existem no entanto diferenças já importantes: os primeiros participam de um sistema de classes e estratos sociais em ambiente urbano; os segundos tendem a se constituir numa classe social própria do mundo marítimo: a dos proletários do mar, que potencialmente se oporão, através do assalariamento, não aos compradores de peixe, mas aos capitalistas proprietários das empresas de pesca.

2 O beco sem saída dos pescadores artesanais

Na época em que realizávamos a pesquisa de campo, tanto em Cananéia quanto em Ubatuba começaram a aparecer pequenos armadores de fora, ex-pescadores que administravam dois ou três pequenos barcos, onde haviam colocado como mestres irmãos, primos ou conhecidos. Em outros casos, apesar de disporem de mais de uma embarcação, esses pequenos armadores continuavam trabalhando como mestres de uma de suas embarcações, ao mesmo tempo que empregavam como mestres das outras seus parentes e conhecidos. É importante se observar, no entanto, que não pudemos encontrar nenhum pescador artesanal local que houvesse acumulado capital suficiente para a compra dos pequenos barcos de arrasto de camarão, bastante comuns naquelas áreas.

Uma das razões principais que limitam essa passagem é a grande dependência, não só dos fatores naturais, mas também de um não-pescador, aquele que, em última análise, se apropria do produto final: o atravessador, o intermediário, ou marchante como é chamado ao longo do litoral brasileiro aquele que se ocupa da comercialização do pescado. A pesca, mais do que qualquer outra atividade econômica, se caracteriza pela perecibilidade do produto¹¹. A conservação da produção em escala comercial exige câmaras de conservação ou outros processos igualmente caros, como a salga e a secagem.

Nas épocas de safra, como na maioria dos portos, a capacidade de conservação é reduzida e muitos lotes de peixe são jogados fora. Em Manaus, por exemplo, cerca de 60% da produção é jogada

¹¹ Pudemos constatar a perecibilidade do pescado numa pesca de rede de espera, em Cananéia. O pescador havia deitado a rede de espera na véspera à noite. Quando chegamos, no dia seguinte, para despescar, havia grandes bagres já em estado de decomposição, dada a temperatura da água naquela época do ano.

no rio (NEIVA & XIMENES, 1975). No entanto, essas forças de mercado, longe de serem naturais, fazem parte da estratégia dos intermediários, no sentido de exercer sobre o pescador independente o controle mais absoluto. Para manter uma elevada taxa de lucro, através de preços elevados, os atravessadores de Manaus preferem jogar uma parte do pescado no rio, para prejuízo do pequeno produtor.

O papel de intermediário é, em geral, exercido por mais de uma pessoa. No Rio Grande do Norte, constatamos a presença de seis intermediários ou marchantes. Nas praias, o marchante imediato é o que detém a propriedade da caixa, grande recipiente de alumínio e isopor para onde é levado o peixe, logo após o desembarque. O outro intermediário é representado pelo dono do transporte, ou o comerciante que dispõe de caminhão para levar a produção ao atacadista, na cidade. Este vende o pescado aos varejistas que por sua vez o distribuem aos vendedores ambulantes ou cesteiros.

Se o pombeiro, marchante ou atravessador controlam toda a atividade dos produtores artesanais, uma pequena proporção dos lucros obtidos é reinvestida na pesca. Tão comum quanto a pobreza do pescador é o investimento do atravessador em casas para alugar, no comércio ou em outras atividades econômicas alheias à pesca¹².

O papel dos intermediários, como fulcro do processo de acumulação na pequena pesca, é realçado por Ivo quando estuda a pesca na Bahia.

“Considerando-se, portanto, a formação histórica desta atividade e a vinculação existente entre o capital comercial e a exploração do pescado, conclui-se que a atividade de comercialização é o ponto axial da pesca regional, verificando-se, nesta etapa, o estrangulamento da economia pesqueira natural, que reduz todo pescador artesanal a uma força de trabalho dependente e, aos poucos, marginalizada pelos proprietários dos meios de produção, que, ao mesmo tempo, controlam toda a comercialização do produto” (1975. p. 86).

¹² Para uma análise do estrato dos intermediários no processo de acumulação na pequena pesca, veja-se o artigo de J. Galtung. “No que diz respeito à exploração, o principal empresário local na pesca em Sakthikulangara construiu sua própria fábrica de gelo e comprou 15 caminhões isotérmicos, tendo um faturamento anual de 30 milhões de rupias (em 1969). Algum dinheiro retornou à vila dos pescadores em forma de uma igreja azul e branca de cinco andares. A maior parte do dinheiro, no entanto, foi investido em sua própria casa, um palácio protegido por muros altos, guardados por guardas armados” (1973. p. 6).

No entanto, esses marchantes e atravessadores das praias não podem ser considerados isoladamente. Recentemente no litoral paulista, mas também em outras regiões do Brasil, eles se tornaram simples agentes de comercialização, ligados a estruturas industriais-comerciais que controlam a comercialização e distribuição do pescado nas grandes cidades. Dessa forma, no caso estudado do Litoral Norte de São Paulo, o ponto central da acumulação de capital proveniente da pequena pesca não está no atravessador da praia, mas no atacadista do Ceagesp, em São Paulo. Este se tornou, na verdade, o financiador dos outros atravessadores menores pelo fato de dispor, monopolisticamente, de um boxe de comercialização no mercado central. Os comerciantes de pescado das praias, se não estão ligados aos atacadistas da capital, tornaram-se testas-de-ferro de grandes empresas de pesca, para onde, quase imperceptivelmente, acaba se escoando uma boa parte da produção pesqueira artesanal.

Dependendo de fatores naturais, como a presença de cardumes, sobre os quais têm um controle muito reduzido, e dominados pelos comerciantes, os pescadores artesanais vivem continuamente na corda bamba, seja pela ameaça do embarque como simples tripulante, seja pelo sonho de ser um armador¹³.

No dia-a-dia do pescador artesanal, e sobretudo do mestre proprietário, há sempre a esperança de um dia de sorte, do encontro de um grande banco de camarão, que lhe permita tirar um bom dinheiro das partes, comprar um barco maior e talvez transformar-se num armador de pesca. Se, para a maioria deles, esse dia jamais chegará, para uns poucos uma maré boa poderá transformá-los em pequenos armadores, que trocam continuamente de embarcações, procurando uma certa estabilidade dificilmente encontrável. E que a maré boa que veio uma vez poderá não surgir num momento em que o pequeno proprietário mais precisa de um capital adicional para reparar o motor que quebrou, o casco que apodre-

¹³ A sua transformação em armador, bem como a do armador em empresário da pesca suporia um reinvestimento de capital em barcos e apetrechos de pesca de maior poder de captura. Ora, dada a imprevisibilidade que caracteriza a pesca, há uma tendência acentuada por parte desses dois tipos de proprietários em investir seus lucros em outros ramos de atividade econômica, especialmente na construção civil, compra de terrenos, de casas comerciais, onde a rentabilidade média pode ser maior. Essa situação é bem diferente daquela por nós descrita, quando tratamos da pesca na Escandinávia. Ali os pequenos armadores reinvestiam os seus lucros na própria pesca.

ceu ou mesmo reembolsar o intermediário que lhe emprestou dinheiro para a compra de equipamentos. A história de vida do seu Vitório, dono da baleeira Ataliba, que descarrega no Portinho, em Ubatuba, é um exemplo das dificuldades por que passa o pescador artesanal preso ao atravessador e à inflação.

“Saí de Picinguaba moço, com 16 anos, e embarquei numa dessas traineiras que descarregava em Santos. Isso foi por volta de 1950. Esse tempo todo trabalhei como tripulante, às vezes como cozinheiro em diversas traineiras. Mestre mesmo não fui, porque não depende só da gente... Casei, e minha mulher e filhos ficaram na praia, na casa dos pais. A família mesmo tomou conta. Nesse tempo todo ganhei e perdi dinheiro, mas vida de embarcado é coisa pra moço... Faz dois anos que desembarquei definitivo e com um pouco de dinheiro e ajuda de um pessoal de São Paulo comprei essa baleeira. Tem 7,30 m de comprimento, e custou 27 500 sem pintura. O acabamento fui eu mesmo que fiz. O motor, esse Yamar de 10 cavalos, estou pagando por mês. Agora, a vida é apertada. Só a rede de camarão custa 1 500 cruzeiros e precisa tomar um cuidado louco, porque se arrastar numa pedra, ela rasga toda e vai embora. Saio de manhã, às quatro e meia, com esse camarada aqui, e vamos pescar sete-barbas nas Toninhas ou na Lagoinha, que fica a uma hora de viagem. Em geral, damos três lances, cada um de hora e meia. Com a viagem, dá umas sete horas de motor. Gasto uns 14 litros de óleo, um pouco de gelo. O rancho eu compro fiado na venda de um conhecido. A produção diária fica nos 30 a 40 quilos de camarão, que o atravessador paga a sete cruzeiros o quilo. Na temporada, vendo aos turistas e dá para apurar um pouco mais. Agora, tenho que dividir com o camarada que trabalha comigo. Ainda pago o INPS meu e às vezes ajudo o camarada a pagar o dele, que é autônomo porque senão nem tratamento tem quando precisa. Ainda tem mais, de quatro em quatro meses, precisa puxar o barco para pintura e só na puxada vai uns 400 cruzeiros, mais a tinta. O sr. pode fazer a conta pra ver o que sobra... E quando quebra o motor é aquela agonia... Agora, com barco maior dá para pescar mais, mas aí tem que pagar o INPS dos tripulantes, e aí a coisa piora...”

Em Cananéia, onde também se pratica a pesca de arrasto do camarão sete-barbas e legítimo, a corda bamba em que vive o pescador artesanal é a mesma. A diferença é que muitas vezes o pescador de fora, na viagem de saída para a barra, arrasta o camarão legítimo, de alto valor de mercado, o que é proibido pela Sudepe. Essa pesca predatória começou a ser praticada em maior

escala por pescadores vindos de fora. Daí os desembarques miraculosos de que fala o pescador abaixo:

O pescador A. C. veio para Cananéia, em junho de 1969, embarcado num barco de pesca, "vindo do Sul com Cr\$ 25,00 no bolso". Em conseqüência de uma boa pescaria que o barco fez, recebeu de parte Cr\$ 1 090,00. Desembarcou. Resolvendo fixar-se na cidade, viajou para o Sul (Santa Catarina) e comprou bateira completa com rede de arrasto e motor (gasolina) por Cr\$ 1 800,00 pagando Cr\$ 1 000,00 a vista e ficou devendo o saldo de Cr\$ 800,00 para pagar em 30 dias.

Tendo trabalhado 15 dias na área de Cananéia, conseguiu Cr\$ 2 800,00 brutos. Na época, o sete-barbas estava a Cr\$ 1,00/kg; o legítimo, a Cr\$ 4,00/kg, e a gasolina estava a Cr\$ 0,60/litro.

Pouco tempo depois, vendeu a bateira por Cr\$ 3 000,00 e comprou dois botes usados por Cr\$ 3 000,00, com 30 dias para pagar.

Vendeu um dos botes (depois de alguns consertos e pintura) por Cr\$ 3 000,00, e o outro por Cr\$ 2 500,00, para fazer sociedade com um tio (do Sul) para comprar Cr\$ 3 000,00 de redes. Entretanto o tio . . . comportou-se mal . . . com ele, e acabou ficando com todas as redes, perdendo assim A. C. todo o dinheiro empacado. Para poder reerguer-se, A. C. trabalhou de camarada com outro pescador (H. G.) e foi juntando algum dinheiro. Com o dinheiro economizado ele comprou uma canoa usada (sem motor) por Cr\$ 1 000,00, para pagar em 30 dias.

Arranjou então um motor Stoll usado, a gasolina, por Cr\$ 1 200,00, que foi financiado por um comprador de peixe. O total do motor, mais a bordadeira da canoa, custou-lhe cerca de Cr\$ 3 000,00. Assim é que trabalhou dentro da região lagunar durante cerca de um ano.

No fim desse período, vendeu o motor pelo mesmo preço (Cr\$ 1 200,00) e trocou a canoa por um casco de bote, avaliado em Cr\$ 1 500,00. Gastou cerca de Cr\$ 20 000,00 para arrumar somente o casco. Aí comprou um motor diesel novo, Yamar, de 10 H.P., para pagar em cinco meses, sendo que o preço a vista, de Cr\$ 14 580,00, financiado ficou por Cr\$ 19 900,00.

Trabalhou um ano com essa embarcação no camarão. Entretanto, devido a uma quebra de safra do camarão, atrasou-se três meses no pagamento das prestações do motor, e teve de pagar um acréscimo de 3 900 cruzeiros de juros.

Quando não tinha ainda terminado de pagar o motor, foi obrigado — para melhorar as características da embarcação — a

fazer uma reforma completa, trocando o cavename — cadaste, quilha e sobrequilha; conserto esse que importou em Cr\$ 11 450,00, e que foi financiado pelo comprador de peixe. O barco ficou puxado 30 dias, sem trabalhar. Quando o barco ficou pronto, pescou novamente muito camarão na região, o que lhe permitiu pagar o saldo do motor ($9\ 900 = 6\ 000 + 3\ 900$ de juros), assim como o empréstimo do atravessador, em apenas 15 dias de trabalho.

Se a trajetória de vida do pescador A. C., mesmo com uma derrota e o embarque como simples camarada após ter perdido todo o capital, lhe permitiu reerguer-se e comprar dois barcos, a história dos três irmãos, JH, MC, e AB, foi bem diferente. Em 1970, os três irmãos pescadores catarinenses, em Cananéia, resolveram tirar um financiamento para construir um barco de 14 m. O estaleiro foi à falência e eles decidiram continuar por conta própria. Ao fim do empreendimento estavam altamente endividados e venderam um terreno na praia para saldar parte das dívidas. Um dos irmãos, JH, embarcou como radiotelegrafista para conseguir mais dinheiro, o mesmo acontecendo com o outro, MC, que foi para a Marinha Mercante. Entregaram o barco a um mestre conhecido, ficando a administração para o terceiro irmão. O mestre, no entanto, não deu provas, e o irmão que se ocupava da administração do barco, AB, entrou como mestre. Algumas marés pouco felizes forçaram os irmãos a vender o barco e a sair da pesca.

À medida que os equipamentos da pesca artesanal se tornam mais caros, sua propriedade se restringe a um número menor de pescadores. Essa concentração progressiva dos meios de produção coloca em evidência um elemento novo: o número crescente de camaradas ou companheiros. A diferença dos camaradas dos pescadores-sitiantes que possuíam uma roça, os novos camaradas que vivem em meio urbano passam a depender mais da própria pesca ou de empregos temporários, tais como os de caseiro, vendedor ambulante. Se a unidade de produção dos pescadores-sitiantes era constituída de produtores autônomos, donos de sua parcela de terra, que lhes garantia os meios de subsistência, a composição da unidade de produção dos pescadores artesanais, sobretudo dos que vivem no meio urbano, é diferente. Como o capital técnico é maior, e sua propriedade se encontra mais concentrada, os camaradas nem sempre podem ser considerados produtores independentes.

Freqüentemente, mesmo o seu conhecimento de pesca é limitado, motivo pelo qual são muitas vezes engajados como aprendizes

pele mestre-proprietário. Distintamente das corporações, esses aprendizes poderão se tornar mestres proprietários somente quando tenham adquirido não só a mestria, mas também capital suficiente para comprar seus instrumentos de pesca, em geral de custo relativamente alto se compararmos aos instrumentos usados na pequena agricultura. Dependendo da habilidade do camarada, poderá vir a ser convidado para ocupar a posição de mestre não-proprietário em uma embarcação de um proprietário não-pescador e eventualmente tornar-se ele mesmo um mestre proprietário.

No período, no entanto, em que trabalha como camarada pode-se dizer que ele produz um sobretrabalho apropriado pelo mestre proprietário. Em alguns casos, essa renda/produto ou renda/dinheiro lhe é extraída de uma maneira clara: quando, por exemplo, cada camarada entrega ao proprietário da embarcação uma parcela do produto ou de seu valor a título de aluguel dos instrumentos de produção.

No entanto, entre os donos de canoa e os camaradas existe uma oposição não-antagônica, na medida em que estes ainda dominam alguns segredos da profissão e são aparentados ou vizinhos. O diferencial de renda entre ambos existe e tem tendências a aumentar. Daí situarem-se esses camaradas entre os grupos mais pobres entre os pescadores, com altos índices de analfabetismo, péssimas condições de moradia, etc.

A vinculação crescente dos pescadores artesanais ao mercado, sobretudo agora com os custos do combustível (óleo diesel ou gasolina), agrava essa corda bamba que caracteriza sua vida, vivida na dificuldade.

A reposição dos instrumentos de trabalho é sempre difícil. Em Ubatuba, no cálculo dos custos de produção, quase nenhum pescador artesanal colocava o item de amortização. Como comprar um novo motor para substituir o velho que sempre está parando? Como passar de um motor a gasolina cujo preço sobe constantemente e que tem provocado tanto incêndio no mar para um motor a óleo diesel que custa mais caro, mas cujos custos operacionais são mais baixos?

Além disso: "como vou guardar dinheiro, se, quando os pescadores daqui do Portinho fazem boa pescaria, os atravessadores que levam o camarão para São Paulo dizem que o preço tava ruim e que só deu para cobrir o frete? Eles não mostram as contas e assim quase nunca dá muita coisa! Quando o mar está brabo, ninguém consegue sair, mas as crianças em casa precisam comer".

À ameaça quotidiana da queda na miséria se associa o medo do empréstimo bancário e o receio de se endividar¹⁴. “Que banco empresta dinheiro a pescador que não tem terreno legalizado como garantia?” Ou ainda: “Nenhum banco aceita barco como garantia, e, mesmo que aceitasse, se amanhã não consigo pagar o ‘papagaio’ e a maré não dá, eles me tomam o barco. E daí, a família?” A motorização das embarcações por si só não anuncia o surgimento desse estrato novo de pescadores: os pescadores artesanais. Num estudo anterior, no litoral do Ceará, analisamos a produtividade e a rentabilidade das diversas embarcações utilizadas pelos pescadores. Em 1974, constatamos que o bote a motor apresentava uma produtividade maior (1 130 kg/mês) que a jangada (500 kg/mês). No entanto, o valor unitário do pescado capturado pela jangada era cerca de 40% mais elevado que o do bote motorizado. Esse diferencial pode ser explicado, tanto pelo tipo diferente de recurso explorado, quanto pela habilidade dos pescadores. O custo menor da jangada e o seu baixo custo operacional podem levar o pescador a se utilizar dessa embarcação considerada primitiva, mas que pode adaptar-se melhor ao ambiente ecológico explorado (mar com recifes).

A corda bamba em que continuamente vive o pescador artesanal coloca-o dia a dia frente a situações que tendem a transformá-lo, seja em simples embarcado, com a conseqüente redução a um trabalhador em barco de pesca, ou, então, na necessidade de acumular para se transformar em armador de pesca.

Algumas vezes, o pescador artesanal é obrigado a embarcar num barco de pesca como simples tripulante. Isso pode ocorrer quando naufragou, perdendo a embarcação, ou quando a sua produtividade é tão baixa e os custos de produção tão altos que seu endividamento se torna insuportável.

Nesse caso, o pescador artesanal poderá embarcar durante um certo tempo, esperando poupar algum dinheiro para adquirir ou readquirir barco e equipamentos próprios. Em outros casos, o pescador pode jogar com a rentabilidade diferenciada de sua embarcação, de acordo com as safras do pescado, trabalhando algu-

¹⁴ “Por outro lado, os passos mais importantes, mais significativos, são passos no escuro; abrir demais os pés nesse ir à frente pode significar desequilíbrio e queda. A representação sobre o crédito, sobre o empréstimo, está cheia desses termos e dessa atração. Não gostar de dívidas, assumi-las com repugnância, é um traço constante desses eternos devedores, refletindo uma tentativa de cálculo dos custos reais de intensificação do capital em um mundo marcado pela imprevisibilidade, pelo risco quotidiano” (DUARTE, 1978. p. 122).

mas semanas ou meses como embarcado em um barco em que poderá ganhar mais que em sua própria embarcação. Essa alternativa é descrita por Forman (1970) no caso da comunidade de jangadeiros de Coqueiral. No verão, quando é possível pescar dentro dos recifes, o jangadeiro do Coqueiral usa sua própria jangada, ao passo que nas épocas em que a pescaria fracassa, por causa do mau tempo, ele vai pescar numa jangada grande pertencente a outrem¹⁵.

O dono de canoa baleeira motorizada pode optar pelo embarque se a remuneração pelas partes for maior que o que ele ganha como produtor independente. Os cálculos que fizemos para Cananéia e Ubatuba indicam que o pescador, dono de uma baleeira motorizada, poderia ganhar mais como produtor independente que como tripulante de um barco pertencente a um armador.

Em Cananéia, por exemplo, em 1970, a parte do tripulante embarcado por mês esteve por volta de 162 cruzeiros, ao passo que um pescador motorizado conseguia tirar cerca de 220 cruzeiros mensais.

Outros argumentos, como as dificuldades e os rigores da vida embarcada, o afastamento compulsório da família por vários dias, podem ser elementos que pesam na decisão de embarcar, mesmo quando o rendimento monetário poderia ser mais elevado que o obtido da pescaria independente.

A outra alternativa será de passar à grande pesca de fora como proprietário de uma grande traineira ou arrastão, ou como armador, dono de várias embarcações. Esta passagem está condicionada fundamentalmente ao custo dos equipamentos e do barco usado na grande pesca.

Em 1970, no litoral paulista, o custo de uma canoa a remo e um picaré ou tresmalho estava por volta de Cr\$ 1 500,00. Já o custo de uma canoa motorizada (baleeira) de 7 metros, motor de centro de 6 H.P., duas redes de arrasto de camarão de 50 braças, estava por volta de Cr\$ 6 000,00. Uma traineira de 14 metros, com um motor de 90 H.P. e traina, já estava por volta de 500 000 cruzeiros.

¹⁵ "The alternation of fishing pattern between independent production and fishing as a member of a crew on someone else's raft represents a highly rational adaptation to local ecological conditions that took place long before the introduction of hull sailboats. Jangadeiros maximise their own productive efforts by using several types of raft equipped to exploit a variety of fisheries" (FORMAN, 1970. p. 70).

Percebem-se então os distintos degraus de acumulação necessários à aquisição dos instrumentos de produção nas diversas formas de organização de produção. O passo entre o pescador artesanal motorizado e o armador de uma traineira dificilmente pode ser franqueado pela acumulação de capital realizada ao nível da pequena produção mercantil, requerendo o recurso a fontes de financiamento que estão fora do alcance limitado da pequena pesca. Dada a quase impossibilidade de acumulação de capital fornecido na pesca artesanal, poder-se-ia supor que os empréstimos aos comerciantes/financiadores pudessem fornecer os mecanismos de passagem do mestre proprietário à condição de armador de pesca.

Ora, na maioria das vezes o capital avançado pelos intermediários tem como única conseqüência o aumento da dependência dos pescadores artesanais em relação ao capital comercial¹⁶. Em Itaipava e Marataízes (ES), tanto os frigoríficos (empresas com câmaras de gelo próprias) como os intermediários financiam barcos motorizados aos pescadores, que devem pagar com a produção, cujo preço é ditado pelo financiador. Os pescadores trabalham ali durante anos, e, quando finalmente conseguem pagar o barco, ele já foi amplamente amortizado, tornando-se imprestável, o que requer o financiamento de uma nova embarcação. Recomeça-se assim um novo ciclo de endividamento e exploração do pescador.

A exploração do pescador artesanal pelos comerciantes e financiadores da produção não se faz sem antagonismos. O pescador artesanal do Portinho tem consciência da exploração a que está submetido pelo fato de receber somente a metade do valor da produção que entrega ao atravessador. "O atravessador fulano ou sicrano é um ladrão. Ele tira o pão da boca de meus filhos"...

¹⁶ O tipo de relação de dependência entre o pescador artesanal e os intermediários ou industriais leva à reprodução dessas duas polarizações sociais: de um lado, o produtor independente; de outro, o comerciante/financiador. Há situações, no entanto, em que as empresas de pesca, na premência do lucro rápido, acabam expropriando os pescadores artesanais de seus meios de produção, sem no entanto transformá-los diretamente em proletários. Colocam-nos, isso sim, na situação em que a migração e o subemprego nas cidades passam a constituir a única alternativa de vida para esses pescadores.

No Ceará, por exemplo, firmas de comercialização de lagosta chegaram em algumas praias emprestando os manzuás (covos para a captura da lagosta) aos pescadores, que, em contrapartida, lhes vendiam a produção. Em breve, começaram a financiar a reposição das jangadas. Pouco depois, a firma era proprietária da maioria dos meios de produção. Quando a predação levou à diminuição da produtividade, a firma levou embora os manzuás, deixando os pescadores na miséria.

Mas a consciência da exploração termina na pessoa do atravessador. Numa situação limite, a extinção dos atravessadores não fará desaparecer a exploração a que está submetido o pequeno produtor. É que o adversário dos pequenos produtores, como afirma Gutelman (1974), não é este ou aquele comerciante ou financiador, mas o capital financeiro ou a formação econômico-social mercantil como um todo. Nesse caso, a eliminação física do comerciante, do usuário, de nada adiantaria, pois outros apareceriam em seu lugar. Por isso a reação mais freqüente dos pequenos produtores se resume na apatia, nas tentativas de ludibriar o comerciante ou eventualmente uma explosão momentânea sem grandes conseqüências políticas e sociais. Entre os pescadores, as primeiras alternativas parecem muito comuns. Quando recebem redes financiadas por um comerciante, ao qual devem entregar a produção a um preço fixo e baixo, alguns pescadores acabam vendendo em outros portos e mercados, fugindo assim ao trato anterior. É uma resposta pessoal a uma dominação que os pequenos pescadores sentem na carne, mas não têm condições de superar, a não ser participando das lutas de outras classes sociais que pela sua posição nas relações de produção dispõem de meios mais eficazes para combatê-la.

CAPÍTULO XIV

A DIVISÃO DE TRABALHO NA PESCA DOS EMBARCADOS E A PRODUÇÃO DO SOBRETALHO

A pesca da sardinha, que representa, em volume, mais de 50% do pescado descarregado na Região Sudeste é a única que, dada a abundância dos cardumes, permite uma certa regularidade na captura. A sardinha-verdadeira, *Sardinella aurita*, é um peixe pelágico que forma grandes cardumes, sendo no Brasil capturado na superfície. Segundo Matsuura (1979), o *habitat* da sardinha se estende desde o Cabo São Tomé (22°S) até o Cabo de Santa Marta (29°S), numa faixa de cerca de 50 milhas náuticas. Matsuura (1969) observou deslocamentos dos cardumes não somente na fase da desova como também na idade adulta. Esses deslocamentos influenciam, por exemplo, as condições de trabalho dos embarcados em Ubatuba. “No tempo frio, a sardinha mora longe da costa e dá trabalho ir buscar ela lá fora por causa da friagem” (pescador de Picinguaba).

A sardinha é a espécie mais desembarcada no entreposto de Ubatuba, representando em média cerca de 93% da captura entre 1968 e 1972. Em 1968, foram desembarcadas cerca de 3 740 toneladas, e, em 1972, aproximadamente 5 100 toneladas.

Cerca de 14 traineiras médias (entre 10 e 20 m de comprimento) descarregavam com alguma regularidade no entreposto de Ubatuba. Analisamos a produção de três traineiras típicas da região, o Guaiúba I, o Guaiúba II e o Amapá, barcos de aproximadamente 15/18 m, que levam uma tripulação de 12 a 14 pescadores. A descarga média mensal de cada barco aumentou, de 36 000 kg em 1967, para 57 000 kg em 1969, e 80 000 kg em 1970. No entanto, dada a instabilidade do preço da sardinha naquela época, a renda média bruta de cada embarcação foi de Cr\$ 18 000,00 em 1969 e somente Cr\$ 20 000,00 em 1970, apesar de a produção neste último ano ser sensivelmente superior à do ano precedente.

Uma traineira média, medindo entre 13 e 17 m de comprimento, tem em geral um mastro, a carangueja, de onde o proeiro procura ver os cardumes de sardinha, revelados nas noites de escuro pela ardentia.

Ao contrário das pequenas baleeiras de boca aberta, uma traineira já apresenta diversos espaços distintos, onde se desenvolvem as atividades de navegação e pesca: o convés, utilizado para as operações de pesca, é o lugar onde trabalham os homens do convés que se ocupam diretamente da captura; a casa das máquinas e de comando, ocupada pelos motoristas e pelo mestre. Os primeiros ficam nos porões, enquanto que o segundo dirige o barco em cabine especial. Atrás da cabine do mestre, em geral situa-se a cozinha, ocupada pelo cozinheiro e seu ajudante. No porão, trabalha o gelador, responsável pelo gelo e pelo acondicionamento do peixe. Também no porão estão os beliches, onde os tripulantes se acomodam para dormir.

Uma traineira grande (de mais de 20 m de comprimento) possui uma estrutura física de maior resistência que lhe possibilita afastar-se mais da costa, sendo tripulada por mais de 15 pescadores. Ela está dotada de um sistema de roldanas movido pelo próprio motor, o que facilita o fechamento e o recolhimento da rede (traina ou traineira). O pau-de-carga e o sarico é um sistema combinado que lhe permite esvaziar a rede para armazenar a sardinha nos porões com gelo, situados em geral na proa. A ecossonda é utilizada pelas traineiras maiores para a detecção dos cardumes. O radiotransmissor permite ao mestre se comunicar com os outros barcos ou com a terra.

A traina ou traineira é uma rede grande de cerco, cujo tamanho nos barcos estudados varia entre 200 e 300 braças de comprimento por 25 de altura. A rede possui um dispositivo que permite fechá-la por baixo após o cerco do cardume. Hoje ela é confeccionada com náilon, e seu preço é extremamente alto, constituindo o equipamento de maior valor na embarcação.

A unidade básica do processo de trabalho da traineira é a viagem que inclui a ida às áreas de pesca, a pescaria propriamente dita e o retorno ao porto, que pode ou não ser o ponto de partida. A preparação da viagem já implica diversas atividades, entre as quais o abastecimento em combustível, em gelo e em comida (rancho). Essas atividades preparatórias são dirigidas pelo mestre, uma vez que os armadores delegam essas responsabilidades a quem dirige a pesca. O mestre conta com o apoio da tripulação, especialmente do gelador, do motorista e do cozinheiro. Uma vez abastecida, a traineira deixa o porto, e o mestre deve tomar a primeira decisão

de onde ir pescar¹. Essa decisão é tomada principalmente em base às experiências prévias, mas também nas conversas com os “outros mestres do porto. Quando a sardinha se torna rara, o sucesso dos outros mestres torna-se um elemento importante na localização dos cardumes”².

Na viagem, a traineira pode passar por diversos cardumes de sardinha, mas o mestre somente manda descer a rede quando o lance vale a pena. Nas noites de escuro, a localização dos cardumes se dá pelo aparecimento da ardentia, mancha luminosa provocada pelo movimento dos peixes na água, que faz com que certos micro-organismos se tornem fosforescentes.

Localizado e avaliado o cardume pelo mestre — proeiro —, inicia-se o cerco com a descida do caíque, pequena embarcação transportada pela traineira para as operações de cerco. O pescador que vai no caíque segura os cabos de uma das extremidades da rede. O caíque fica parado, enquanto a traineira cerca o cardume, lançando a rede pela popa. Feito o círculo, o tripulante do caíque joga os cabos para o convés da traineira, fechando a rede, operação que se realiza puxando-se a carregadeira (cabo reforçado que corre dentro das anilhas na parte inferior da rede). Uma vez recolhida a rede, a sardinha fica presa no ensacador para ser recolhida pelo sarico, pequena rede em forma de coador movimentada pelo pau-de-carga (eixo movediço que preso ao mastro funciona como guindaste). O sarico descarrega pouco a pouco o peixe no porão. Guardado o pescado, arrumada a rede e recolhido o caíque, parte-se para um novo lance cuja operação total dura em média entre uma e três horas.

Sobretudo nas traineiras grandes existe já uma apreciável divisão de tarefas, ainda que nos momentos de trabalho mais intenso, como a puxada da rede, todos participem. Nesse sentido, a divisão técnica do trabalho na traineira é mais complexa que numa canoa ou baleeira motorizada.

¹ O despistar os outros mestres envolve a cooperação dos tripulantes. O mestre X, de Picinguaba, gosta de se lembrar de como ele conseguiu despistar por vários dias os outros mestres que queriam saber de onde ele vinha tão chapado de sardinha, enquanto as outras traineiras nada pescavam. Ele chegava a apagar as luzes da traineira ao sair do porto para que ninguém o seguisse. Quando ele descarregava em Santos, a maior pressão vinha dos amigos da sua praia natal, Picinguaba, que queriam saber onde estava o pesqueiro.

² A localização dos cardumes, feita tradicionalmente em noite sem lua, pode agora ser feita a qualquer hora com a ajuda da ecossonda, mas de que somente as grandes traineiras são equipadas.

de cartas de navegação, conhecimento das leis do tráfego marítimo, leitura de bússola e outros instrumentos de navegação); escolha do rumo do pesqueiro (baseado em geral na experiência, conhecimento empírico e também informações ocasionais pelo rádio); localização e avaliação dos cardumes, controle do cerco do cardume. Exige-se do mestre, hoje em dia, uma "carta de patrão de pesca", fornecida pela Marinha após um curso e/ou demonstração de experiência. A carta lhe permite oficialmente exercer as funções de navegação, mas o conjunto de conhecimentos que o transforma num mestre de pesca respeitado é fruto de longos anos de experiência.

Outras habilidades são consideradas inatas, como a liderança e também a sorte. Por isso, para a tripulação, o mestre não se forma; ele vira mestre. "Como o pescador vira mestre? O mestre percebe que um tripulante se interessa pela pescaria, é atento. Então ele chama o rapaz para ajudar ele... Dá pra ele até uma meia parte a mais... Então vai mostrando isso e aquilo, e o cara vai pegando experiência... Uns mostram quedas, outros não..." (entrevista com um tripulante).

O papel do mestre é carregado de ambigüidade... pois, ao mesmo tempo que representa o armador na traineira, é responsável pelo barco, ele depende de uma boa tripulação para matar o peixe. Se é ele quem toma as decisões de onde levar o barco, e aí sua autoridade não é contestada, o contato com a tripulação é contínuo, escutando as diversas opiniões. Mas no fundo ele está consciente de que, perante o armador e mesmo para o sucesso da pescaria, a responsabilidade é dele.

Ao contrário do "mestre da pequena pesca", que nem sempre retira vantagens monetárias de sua posição no momento da partilha, na produção das traineiras o mestre/proeiro chega a receber seis vezes mais que um simples tripulante. Em Picinguaba, as casas dos mestres entrevistados sobressaíam das demais por serem de alvenaria, terem móveis, fogão a gás, rádio, etc. "Quando venho aqui em Picinguaba, é para visitar a família... Desço para a praia somente para dirigir o trabalho de remendo da rede. Não me meto pelas vendas, onde só vendem pinga, porque sai muita confusão e pancadaria..." (mestre em Picinguaba). Ainda que em intensidade diferente, o mestre/proeiro daquela praia carregava as mesmas contradições dos mestres de pesca do arenque estudados por Andersen e Stiles (1971) e Tunstall (1969): sua posição dúbia de representante do armador e chefe dos tripulantes leva-o a manter uma certa distância da tripulação, ao mesmo tempo que necessita

dela para se manter em sua posição. Daí o seu isolamento, o seu pouco falar, características que num mestre experimentado lhe proporcionam uma áurea quase mística. Em relação aos tripulantes, por exemplo, ele é mais otimista em relação ao futuro da pesca em Picinguaba. Enquanto somente 43% dos tripulantes estavam decididos a permanecer na pesca mesmo após a abertura da estrada litorânea BR-101, 80% dos mestres consideravam a pesca uma atividade suficientemente rendosa, e, por isso mesmo, pretendiam continuar na profissão.

A segunda função mais importante na pesca da traineira é a do motorista, a quem compete manter em funcionamento o motor da embarcação. É uma tarefa de grande responsabilidade, e as condições de trabalho são bastante difíceis porque ele deve permanecer longas horas na parte inferior da traineira, onde o ruído e o calor tornam extremamente penosa sua atividade. Nas traineiras grandes, o motorista pode dispor de um ajudante.

O gelador é responsável pela conservação do pescado a bordo, que é feito através do gelo, usado em barras ou em escamas. É também um trabalho difícil, pelas longas horas passadas em um ambiente a baixa temperatura, que pode causar doenças como o reumatismo, resfriado crônico, etc. O gelador é chamado também de contramestre, sendo o eventual substituto do mestre.

O cozinheiro é responsável pela preparação das refeições a bordo. Nas traineiras grandes, ele também pode ter um ajudante.

O pessoal do convés, ou tripulantes, é responsável pelo lançamento, recolhimento da rede e descarga do pescado. São tarefas que exigem força física e destreza, pois sobretudo em dias de mar grosso os perigos de queda no mar são constantes. Além disso, os tripulantes se revezam no leme em geral de duas em duas horas (o quarto).

O número de embarcados depende de uma série de fatores, mas sobretudo do tamanho da embarcação. Numa tripulação de traineira média com 14 pessoas, além das cinco primeiras funções, descritas anteriormente, restam nove postos para tripulantes. Nas traineiras grandes, dado o número maior de tripulantes, pode haver uma especialização maior das tarefas, sem que no entanto implique uma remuneração maior. Efetivamente foi a traineira, com uma tripulação que chega até 17 pescadores, a primeira embarcação a comportar uma divisão de tarefas mais complexa. Ao contrário do pescador artesanal, ao mesmo tempo motorista e pescador, que dominava o processo todo de trabalho, os embarcados poderiam ser chamados de trabalhadores parciais no sentido atribuído por

Marx ao analisar a cooperação e divisão de trabalho na produção capitalista. O produto final é fruto de tarefas parciais executadas por trabalhadores, alguns dos quais, como os mestres, são qualificados, ao passo que os demais executam tarefas manuais sem qualificação e que podem ser executadas alternadamente por todos. A mercadoria não é portanto fruto do trabalho de um só trabalhador, mas do conjunto deles, dos tripulantes. Ao contrário do produto do pescador artesanal imediatamente convertido em mercadoria, o valor de venda da tripulação somente se manifesta no produto comum, o resultado da viagem, cuja comercialização lhe escapa.

Na medida em que muitos desses homens de convés eram anteriormente pescadores artesanais ocorreu o que Marx denomina como diminuição do valor da força de trabalho. A depreciação relativa da força de trabalho como desaparecimento ou diminuição dos gastos de aprendizado implica uma valorização maior do capital, pois tudo o que contribui para reduzir o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho contribui também para aumentar o raio de ação da mais-valia.

Na produção dos armadores já é o capital que garante a cooperação entre os pescadores, possuidores somente de sua força de trabalho. Nesse sentido, os embarcados como pessoas independentes são indivíduos que entram em relação com o capital, pois a cooperação entre eles começa no processo de trabalho, e, ao entrar nele, são absorvidos pelo capital. Nesse momento e somente aí os tripulantes se transformam em força produtiva social do trabalho. E como força produtiva social do trabalho se apresentam também como força produtiva do capital que organiza a cooperação entre eles. A produção das traineiras, na medida em que grande parte das tarefas é executada manualmente, pode ser considerada uma modalidade de transição para a produção empresarial-capitalista marcada pela introdução da máquina, pela captura em larga escala e por uma cooperação mais complexa entre os trabalhadores. Por simples ou complexas que sejam, as tarefas do cerco da sardinha conservam seu caráter manual, dependendo da força, da destreza, da rapidez e da segurança com que cada tripulante exerce as suas funções.

Se na pesca artesanal o pescador estava unido à sua profissão e aos meios de produção como um caracol à sua casca, se a produção do armador na traineira transforma o pescador em trabalhador parcial, a captura industrial-capitalista é o ponto final de um processo pelo qual o conhecimento, a ciência, se separa do

trabalho como poder independente de produção, passando para o lado do capital. Efetivamente, na pesca industrial o pescador lança a rede acionando uma alavanca que põe em movimento um motor, controla a sua posição na água através de vigias eletrônicos e a recolhe mecanicamente. O pescado capturado é filetado e congelado no próprio barco por métodos industriais sem que o pescador ponha nele a sua mão. A ferramenta, a rede, se converte em máquina quando passa das mãos do pescador a uma pesca de mecanismo. A partir desse momento, o homem deixa de agir diretamente sobre o objeto de trabalho. A introdução da máquina na pesca supõe uma grande concentração de meios de produção e já escapa ao armador individual ou à empresa familiar requerendo uma produção em escala.

Nas traineiras estudadas em Ubatuba, toda a remuneração da força de trabalho se faz na base da partilha. O número de partes que cabe ao pescador varia em função da atividade de cada um e também em função do tipo de pesca, e forma de propriedade da embarcação. Da receita bruta apurada com a venda da produção deduzem-se as despesas consideradas comuns (gastos com óleo, rancho, gelo, combustível, taxas diversas). Em muitos casos, o armador retira uma certa porcentagem (variando entre 10 e 20 por cento), a título de despesas de conservação do barco. Em princípio, essa taxa cobriria os desgastes dos equipamentos de pesca ⁴.

Uma vez efetuados os descontos acima, a renda líquida resultante é dividida em duas partes: uma do barco e outra da tripulação. A parte do barco é apropriada pelo armador, enquanto que a outra é dividida entre os embarcados, obedecendo geralmente à seguinte distribuição: o mestre recebe seis partes (havendo um mestre/proeiro, cada um dos mestres recebe três partes), o motorista recebe três partes; o gelador e o cozinheiro recebem uma parte e meia cada um, e cada tripulante recebe uma parte.

⁴ Ocorre que essa taxa continua sendo cobrada mesmo após a amortização do capital empregado na compra da traineira. Ora, 45,7% dessas embarcações têm mais de 20 anos e já foram amplamente pagas. O armador no entanto continua utilizando-a e cobrando a mesma taxa de desgaste. Investindo pouco na melhoria da embarcação e na sua melhoria técnica, o armador explora com maior intensidade a mais-valia absoluta dos tripulantes. A proporção dessa taxa de desgaste varia segundo o tipo de embarcação. Nos camaroeiros mais novos e modernos, essa taxa parece ser mais elevada, sendo calculada arbitrariamente pelas empresas.

As traineiras grandes, os camaroeiros grandes e os atuneiros pertencem em geral a empresas de pesca, e em todos eles vigora ainda o sistema partilha, como forma de remuneração da força de trabalho. Há notícias, no entanto, segundo as quais algumas empresas estão pagando um salário fixo a embarcados que não participam diretamente da captura, como é o caso do motorista e do cozinheiro.

Nesses barcos grandes, ainda que as condições de trabalho possam ser mais favoráveis, devido às maiores dimensões, equipamentos novos, etc., a remuneração da força de trabalho nem sempre é maior que nos menores. É possível que as empresas, na ânsia de reaver o grande capital investido na embarcação, em geral importada, estejam cobrando taxas de despesa mais elevadas. Essas taxas, como aliás toda a contabilidade das partes, fogem ao controle dos tripulantes, favorecendo assim uma maior possibilidade de exploração dos embarcados.

Se na produção dos armadores e embarcados predomina a remuneração por partes, na produção empresarial-capitalista no Brasil existem certas modalidades de remuneração mais nitidamente assalariadas. Estas tendem a aparecer quando a produção do pescado é mais estável ou quando seu valor é elevado, como acontece com a captura da lagosta no Ceará. Em 1975, quando estudamos esse tipo de pesca no Ceará, das 6 548 toneladas de lagosta capturadas, mais de 70% eram descarregadas por barcos que pertenciam às 15 empresas de pesca situadas em Fortaleza e Camocim. Do total considerado como captura industrial, cerca de 60% da produção provinham de barcos pertencentes às firmas e 40% eram comprados de pescadores artesanais.

Na pesca empresarial-capitalista da lagosta, no Ceará, coexistem várias formas de remuneração da força de trabalho (DIEGUES, 1978. p. 102): a) sistema tradicional de partes, b) pagamento de salário fixo e um adicional por quantidade capturada para o mestre, motorista, gelador e cozinheiro. Os tripulantes recebem uma porcentagem sobre a produção.

Quando a tripulação é responsável pela armação do barco (compra do rancho, combustível, etc.), a empresa paga-lhe um salário fixo e um adicional por quilo de lagosta capturado. Em 1976, tendo vendido o quilo da lagosta por Cr\$ 120,00, o dono do barco recebia Cr\$ 60,00 e a tripulação Cr\$ 60,00. Desta parte, o mestre recebia Cr\$ 30,00 e os tripulantes dividiam entre si os Cr\$ 30,00 restantes.

Quando as despesas de viagem cabem à empresa, esta fica com a produção, pagando um preço fixo por quilo de lagosta, cabendo então 40% ao mestre e 60% aos tripulantes.

Em Porto Seguro (BA), fomos informados de que o mestre e o motorista que trabalhavam para um gelador (bote que sai para pescar levando gelo) pertencente ao frigorífico local (indústria de pescado) ganhavam um salário fixo por viagem de oito dias. Os tripulantes pescavam a linha e cada um por si, vendendo o quilo do peixe por um preço fixo ao frigorífico que era proprietário do barco. Essa forma de trabalho e remuneração pode ser interpretada como assalariamento, na medida em que os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção. O mestre e motorista são remunerados com salário por tempo (semanal), e os tripulantes, por salário por pesca, que consiste, segundo Marx, numa forma convertida de salário por tempo.

CAPÍTULO XV

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA PESCA CAPITALISTA

1 As relações de trabalho

Ao contrário dos companheiros da pequena pesca, os tripulantes ao começarem o trabalho numa traineira estabelecem com o armador ou a empresa uma relação de trabalho formalizada: o embarque. Esse vínculo formal de emprego é controlado pela Capitania dos Portos, à qual o pescador deve apresentar sua caderneta de embarque, equivalente à carteira de trabalho para o trabalhador em terra. O rompimento desse vínculo é chamado desembarque, que deve ser também assinado pelo armador ou empresa e ratificado pela Capitania dos Portos.

O reconhecimento desses direitos do embarcado é fenômeno recente, e representa, sem dúvida, uma certa segurança para o pescador embarcado. Essa segurança do embarque no Litoral Norte de São Paulo é vista de maneira diferente pelos diversos trabalhadores integrados na pequena produção mercantil. Para o pequeno pescador, o integrado na pesca de sociedade, o que vive nas praias, o embarque é visto como um engajamento que compromete sua liberdade. Além disso, como vimos, os pequenos produtores não motorizados se situam numa faixa etária em que certas exigências para a obtenção dos documentos dificilmente podem ser satisfeitas, tal é o caso da leitura e da escrita.

O embarque pode ser feito em condições de total instabilidade por um certo período de tempo. Em muitas traineiras grandes, os armadores embarcam um número mínimo legal de tripulantes, e burlam a lei, levando outros escondidos nos porões até a saída do porto, onde a fiscalização pode apreendê-los. Como os custos com os encargos sociais são descontados das despesas comuns, os armadores contam com a cumplicidade dos demais membros da tripulação, que esperam, assim, conseguir partes maiores.

Esses direitos são, principalmente, o 13.º salário, as férias, o salário-família e o INPS. Num sistema de produção marcado pela imprevisibilidade, o pagamento dessas vantagens é considerado um grande ônus pelos armadores, que procuram fugir deles por todos os meios.

A legislação brasileira é bastante confusa no que diz respeito às relações de trabalho entre o armador e os embarcados, dificultando o conhecimento que o embarcado possa ter de seus direitos¹. O Decreto n.º 64 618, de 2/6/69, que aprova o regulamento a bordo das embarcações pesqueiras, em seu art. 3.º considera o empregador, para os efeitos deste regulamento, o armador da embarcação pesqueira, seja ou não o proprietário dela. Entretanto, pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 5 452 (CLT), considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

A legislação previdenciária acompanha a mesma tendência, considerando como empregados quaisquer tripulantes de barcos de pesca, como se verifica, por exemplo, na Orientação de Serviço SAF 299/79, de 12/5/75, que disciplina atualmente o salário de contribuição devido pelos armadores e que prescreve que o salário de contribuição dos tripulantes de barcos de pesca que não possuam carta e dos pescadores engajados mediante ajuste com parte ou quinhão no frete, corresponderá aos seguintes valores, em salários mínimos regionais, quaisquer que sejam os resultados da pescaria:

- | | | | | |
|------------------------------|---|----------|---------|------------|
| a) patrão de pesca | 3 | salários | mínimos | regionais, |
| b) condutor motorista . . . | 3 | " | " | " |
| c) mestre de rede | 2 | " | " | " |
| d) pescador, moço | 1 | salário | mínimo | regional. |

¹ A legislação brasileira prevê que a remuneração dos embarcados pode ser feita pelo regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pela parceria. O armador da embarcação ou parceiro armador poderá reunir-se com pescadores profissionais mediante contrato de parceria de pesca, e será o caixa da parceria (art. 68, 69 e 74 do Código de Pesca). Além disso, os parceiros contribuirão para o empreendimento comum com a embarcação apta a operar, com equipamentos, materiais e com o trabalho ou só com este, conforme se ajustar no contrato, repartindo os ganhos ou perdas no termo de cada viagem ou expedição de pesca (art. 73). Acentua-se, portanto, a noção de empreendimento comum mesmo para a pesca embarcada. O armador, segundo o mesmo código (art. 78), pode ser pessoa física ou jurídica. São direitos dos armadores: designar o patrão de pesca ou capitão e o tripulante motorista da embarcação, exigir o cumprimento do contrato de trabalho, determinar a zona de pesca e exigir do patrão de pesca (mestre) a conservação e manutenção da embarcação, equipamentos, etc. (art. 81).

Uma vez que o pescador é considerado trabalhador rural, deve, por força do Decreto n.º 76 022, de 24/7/75, pagar 0,5% do Seguro de Acidentes de Trabalho Rural, que é acrescido aos 2,0% cobrados pelo Funrural sobre o valor global da nota de venda do pescado descarregado no entreposto.

Por outro lado, o INPS cobra igualmente do armador (considerado como empregador, mesmo que ele próprio faça parte da guarnição do barco) um outro seguro de acidentes de trabalho, para cada tripulante.

Como resultado desta legislação que confunde as relações de trabalho na pesca artesanal com aquelas existentes na grande pesca, o total de tributação previdenciária distribuída entre os armadores e tripulantes chega atualmente a 31,7% sobre um ou mais salários mínimos, de acordo com a tabela da SAF 299/79, acima citada (RAMOS, 1977) ².

Segundo a legislação brasileira, poderão contribuir como pescadores autônomos ao Instituto Nacional de Previdência Social aqueles que operem em barcos movidos a remo, vela e motor de popa tripulados por até três pessoas. Além desse número, o barco passa a ser considerado como empresa, e os pescadores, como empregados, o que obriga o dono da embarcação a contribuir para o INPS, juntamente com os trabalhadores.

Se a legislação previdenciária considera os tripulantes como empregados de uma empresa, já a legislação concernente ao pagamento do imposto de renda compara-os aos parceiros rurais. O rendimento proveniente das partes ou quinhões não é tributável para efeito de pagamento de imposto sobre a renda. Verifica-se, portanto, uma grande confusão jurídica na definição de um tripulante de barco de pesca remunerado pelo sistema de partes. Para o Instituto Nacional de Previdência Social, o embarcado é um assalariado, enquanto que para efeitos de imposto de renda ele é equiparado a um parceiro rural.

² O resultado imediato dessa carga tributária sobre os donos de baleeiras que pescam com um ou dois camaradas é evidente: ele é obrigado a pescar sozinho ou com um parente, que coloca como sócio do barco para evitar essa carga tributária que se aplica a embarcações com convés. Esses encargos tornam-se também um obstáculo sério a suas pretensões de passar a ser armador. É o que ocorre com seu "X", dono da baleeira Bom Samaritano, no Portinho, em Ubatuba. Ele trabalha com o irmão, pois, se procura mais tripulantes, deverá pagar Cr\$ 450,00 por mês de INPS, além de sua própria contribuição. Como ainda está pagando a baleeira em prestações mensais, se pagasse a contribuição dos tripulantes, "chegaria ao fim do mês sem dinheiro para pagar o combustível" (1976).

No ato de desembarque, o tripulante deve dar baixa na caderneta junto à Capitania dos Portos. O desembarque é em geral feito com o acordo entre os armadores e os tripulantes, quase sempre em prejuízo desses últimos que acabam se contentando com qualquer indenização. Em Santos, o acordo aparece em 70% dos casos de desembarque estudados (LEME, 1972). Outras causas comuns de desembarque não são registradas, pois "sujariam a caderneta do embarcado: brigas a bordo, embriaguez, indisciplina, etc."

A percepção dessas vantagens trabalhistas varia também segundo as funções exercidas pelos tripulantes. Assim, à semelhança da pesca na Inglaterra, estudada por Tunstall, as funções não diretamente ligadas à captura, tais como a dos motoristas, dão mais valor a esses direitos trabalhistas que os homens de convés, mais interessados no valor das partes. No Rio de Janeiro (DUARTE, 1978. p. 220), as categorias não-ligadas à captura (cozinheiros, motoristas) são as que mais procuram os sindicatos quando ocorrem disputas em relação aos seus direitos³.

O aparecimento desses conflitos coloca em evidência dois aspectos fundamentais da pesca embarcada: a diferença da percepção da exploração a que embarcados e pequenos pescadores estão sujeitos. Para os pequenos pescadores, a exploração situa-se sobretudo na expropriação do seu produto, o peixe, pelo baixo preço pago pelo comerciante. Os adversários são aí os atravessadores.

Já na pesca embarcada, os conflitos começam a ganhar uma outra amplitude e ocorrem em vários níveis: o primeiro é o conflito com o armador na hora da partilha. Mas aí o verdadeiro caráter do conflito é mascarado pelo sistema da partilha. O armador se apresenta diante do atacadista como portador de uma produção que aparentemente pertence a ele mesmo e à tripulação. Um bom preço conseguido é aparentemente transmitido aos embarcados como um lucro adicional. Da mesma forma a exploração da força de trabalho dos embarcados toma a aparência do lucro, repartido entre o armador e sua tripulação. Essa justificativa ideológica pela qual os interesses dos armadores são apresentados como os interesses de toda a tripulação é reforçada pela relação paternalista

³ Os motoristas estão filiados ao Sindicato de Condutores da Marinha Mercante. Podendo trabalhar também em barcos da Marinha Mercante, esses motoristas têm uma maior mobilidade que os homens de convés ou mestres, trazendo também uma combatividade maior na defesa dos direitos trabalhistas.

que em geral se desenvolve entre o armador e os tripulantes. Na medida em que nas empresas de pesca essa relação pessoal desaparece, os conflitos entre interesses opostos podem surgir com maior clareza e intensidade.

Apesar do paternalismo, os armadores são criticados pelos tripulantes por levarem um número excessivo de partes e por colocarem como despesas comuns um número sempre crescente de itens novos (taxas de administração, aluguel de equipamentos, etc.). “O armador é que leva a parte do leão” é o comentário mais freqüente que se ouve quando se conversa sobre as partes. Leme (1972), em pesquisa realizada no Litoral Norte (Ilhabela), estudou a aceitação ou repulsa dos tripulantes em relação ao sistema de partes na pesca das traineiras. É interessante observar-se que a preferência pelo salário mensal aumenta nas categorias de pescadores que recebem partes menores. Assim 83% dos mestres e 75% dos motoristas preferem o sistema de partes contra 37% dos tripulantes e 25% dos cozinheiros. Cerca de 56% dos tripulantes, 66% dos geladores e 75% dos cozinheiros preferem a remuneração por salário. A mesma pesquisa revela que 100% dos mestres consideram justo o sistema de partilha, considerado injusto por 33% dos tripulantes e 50% dos cozinheiros. Além disso, metade dos mestres acha possível melhorar esse sistema com fins de beneficiar a tripulação, mas 75% dos tripulantes não acreditam que essa melhoria seja possível. Dentre aqueles que acham que vale a pena reclamar da partilha injusta, muitos indicam que o mestre poderia ser o porta-voz dessas reclamações. Uma minoria, cerca de 6% dos tripulantes, iria ao Sindicato apresentar queixas.

Existe o Sindicato de Pescadores, em Santos, mas a maioria dos pescadores não o procura em caso de conflito, pois acham que está controlado pelos armadores. “O pescador paga o Sindicato, mas os armadores é que mandam” (LEME, 1972. p. 25).

Já o não-pagamento dos direitos começa, especialmente no porto do Rio de Janeiro, a criar um embrião de conflito sindical.

Se em nenhum momento da história da pesca o Governo brasileiro incentivou uma organização efetiva dos pescadores na defesa de seus interesses, esse apoio não faltou à organização dos armadores e empresários. A ANEPE, Associação Nacional dos Empresários da Pesca, dispõe de volumosos recursos, provindos do deságio, ou 2% sobre o valor de todo projeto de pesca industrial aprovado pela Sudepe. Esse deságio criado em 1968 era destinado à Associação Brasileira de Indústrias Alimentícias. Em 1972, os empresários da pesca se desligaram dessa associação criando a

ANEPE. Esta instituição tem-se destacado na luta pela manutenção dos incentivos fiscais e pela associação de empresas brasileiras com o capital estrangeiro, através da criação de *joint-venture*.

O fato de os pescadores de sardinha não terem acesso às contas feitas pelos armadores, sobretudo no que se refere às despesas comuns, é uma fonte constante de conflitos. No Rio de Janeiro, segundo depoimento de pescadores de Ubatuba, os conflitos parecem ser mais intensos. "Quando chega a hora de fazer as contas, às vezes dá discussão, mas não chega a briga... No Rio de Janeiro é que dá muita briga, porque o pessoal lá é mais unido e mais enfezado" (tripulante de Picinguaba). Na maior parte das vezes o protesto do tripulante é silencioso. Impotente frente aos armadores, ele prefere abandonar a traineira, procurando uma outra. Efetivamente, em Picinguaba cerca de 80% dos embarcados haviam mudado de traineira ao menos uma vez por ano, à procura de uma parte maior, de melhores condições de trabalho ou no caso de um desentendimento com o mestre ou o armador. Uma outra alternativa é tentar estabelecer-se por conta própria, comprando sua própria embarcação artesanal. Em Picinguaba, uma parcela considerável dos tripulantes (86%) gostaria de poder comprar sua própria embarcação e transformar-se num pescador autônomo. Entre os pescadores de mais de 40 anos, esse objetivo de vida era bem mais marcante que entre os jovens. Esses, comparativamente à vida de camarada ou agricultor, achavam melhor a profissão de embarcado. Efetivamente, cerca de 70% dos tripulantes consideravam passável a vida de embarcado, especialmente os jovens. "Na vida de embarcado a gente não esquentava a cabeça", afirmavam muitos jovens pescadores de Picinguaba. Sem dúvida, guardavam eles, mais do que os tripulantes mais velhos, a esperança de uma boa maré, de ganhar dinheiro fácil em comparação à vida de agricultor ou de pescador-lavrador que muitos deles levavam antes.

Na etapa atual da pesca no Brasil, um problema básico que se coloca é a possibilidade histórica de transformação do estrato de pescadores embarcados em trabalhadores-proletários de barcos de pesca, como ocorreu em países como a Inglaterra e a Alemanha, ou, em outros termos, a transformação dos pescadores numa classe social ou uma parcela de classe; a dos trabalhadores-operários do mar, com uma ideologia de classe operária trabalhando num ramo específico da produção social. Num sentido mais amplo, significaria a inserção dos pescadores num conjunto de trabalhadores do mar que incluiria os marinheiros da Marinha Mercante, os traba-

lhadores do porto, etc. Essa transformação histórica depende, em primeiro lugar, do tipo de relações sociais de produção que venham a se estabelecer entre os pescadores embarcados e os armadores donos de empresa. Esse processo é concomitante à possibilidade de surgimento de uma possante indústria de pesca, com barcos onde a divisão social e técnica da produção se assemelharia, por exemplo, aos grandes arrastões e barcos-fábricas já existentes em países como o Japão, a Alemanha, etc.

Ora, já analisamos as limitações estruturais do projeto governamental da implantação de uma pesca empresarial-capitalista no Brasil. Trata-se fundamentalmente de uma deficiência estrutural no processo de acumulação decorrente das dificuldades em se elevar o nível das forças produtivas no setor e a consecução de um lucro médio ao menos equivalente a outros setores da produção social (indústria, mineração, etc.).

A formação de uma classe social dos trabalhadores-proletários do mar depende não só do aumento numérico de seus membros assalariados, mas também de sua representação social ao nível de organização de classe.

As instituições ligadas à pesca, criadas pelo Governo em bases corporativistas, continuarão sendo um entrave livre à organização sindical dos pescadores embarcados. O rompimento dessa tutela que favorece principalmente os armadores e empresas de pesca dependerá não só do aumento quantitativo do número de embarcados na pesca empresarial, como também da superação da remuneração à parte e da capacidade de organização desses trabalhadores do mar na defesa de suas condições de trabalho.

2 O sentido da remuneração da força de trabalho pelo sistema de partes

Como constatamos anteriormente, na pequena produção dos pescadores artesanais, a relativa dispersão dos instrumentos de trabalho nas mãos dos agentes de produção, o caráter freqüentemente familiar ou de vizinhança da atividade pesqueira, o domínio do segredo da profissão e, conseqüentemente, o fraco desenvolvimento das forças produtivas não comportam a presença de um não-trabalhador ou de um não-pescador. O dono do barco e seus companheiros e camaradas defrontam-se com as condições naturais da produção enquanto produtores diretos. Na medida em que o camarada não vende a sua força de trabalho, tampouco é um assalariado.

É importante se observar que no processo de trabalho dos pescadores artesanais existe a produção parcial dos meios de subsistência pelos próprios pescadores. Ao lado da quase totalidade da produção levada ao mercado, os camaradas levam para casa a mistura ou o peixe consumido como prato de base da família. A produção dos valores de uso é no entanto limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda. Daí não existir a extração da mais-valia absoluta, mesmo quando no processo de trabalho os agentes de produção permaneçam no mar por mais tempo que o previsto, tendo encontrado um bom cardume.

Na produção dos armadores de pesca embarcada e na produção das empresas de pesca a situação é diferente. Ambas são consideradas por nós capitalistas, ainda que as relações sociais de produção e o papel desempenhado pelo capital apresentem algumas diferenças.

Consideramos ambas as modalidades de produção como subtipos da produção capitalista.

De fato, na produção dos armadores já aparece o não-trabalhador, isto é, aquele que não sai para o mar. Eles não participam das atividades da captura, à frente das quais colocam um ou mais prepostos, os mestres, segundo o número de embarcações de que sejam proprietários. O armador já detém um certo volume de capital que se expressa na propriedade dos barcos e equipamentos de pesca. Na medida, no entanto, em que não dispõem de capital suficiente para transformar a matéria-prima em produto industrializado, os armadores ficam também na dependência do capital comercial. Nesse sentido, os armadores de pesca podem ser considerados como pequenos capitalistas, no sentido atribuído por Marx⁴. Aquele produtor que, dispondo de um mínimo de capital, se reserva unica-

⁴ Na pesca é preciso se ter em conta que os armadores ou donos de empresa de pesca são proprietários dos instrumentos de trabalho, como os barcos e as redes, mas não são proprietários formais do objeto do trabalho: o mar. Aí a pesca se diferencia, por exemplo, da agricultura, onde o proprietário é dono não somente dos instrumentos de produção (arados, tratores), mas também das forças produtivas da natureza contidas no solo. No ambiente marinho não existe propriedade formal das forças produtivas da natureza, que, em princípio, são consideradas propriedade coletiva: os peixes são apropriados por quem chega primeiro, ou melhor, por quem dispõe dos instrumentos de trabalho, necessários à sua captura, ou do conhecimento suficiente para pescá-los.

mente a função de direção do processo de trabalho e o comércio das mercadorias. A dependência dos armadores capitalistas *vis-à-vis* aos comerciantes das grandes praças como a de Santos é total e constitui um elemento essencial para a compreensão dessa forma de produção. São esses intermediários que compram a produção, revendendo-a, seja para o consumo *in natura*, seja para o beneficiamento ou transformação em farinha de peixe.

As indústrias de pesca fogem parcialmente ao domínio do capital comercial, estabelecendo suas próprias frotas. Dada a imprevisibilidade do empreendimento, as próprias empresas, além da captura própria, estabelecem pontos de compra de pescado ou acabam adquirindo uma parte de sua matéria-prima dos próprios intermediários.

Na região estudada, em ambos os subtipos de produção vigora o sistema de remuneração por partes, ainda que a Confrio, por exemplo, garanta uma remuneração mínima mensal, quando a pescaria fracassa ⁵.

Mordrel (1972) e Bidet (1974) consideram o sistema de partes como uma máscara utilizada pelo capital para melhor explorar a força de trabalho, num tipo de produção caracterizado por uma configuração particular das forças produtivas (pouco domínio sobre as condições naturais, incertezas do mercado, etc.). Para Bidet (1974), trata-se de uma forma particular da exploração da força de trabalho no quadro das relações de produção capitalistas, marcada pelo caráter objetivamente aleatório da pesca, em condições técnicas determinadas. O sistema de partes bem como a idéia de parceiros em pé de igualdade no processo produtivo seriam a cobertura ideológica encontrada pelos proprietários dos meios de produção para mascarar o caráter capitalista da exploração da

⁵ Zoetwey (1956) discute o problema da existência da remuneração por partes mesmo na pesca capitalista em termos de redução dos riscos. Para o proprietário, é uma forma de repartir os riscos com a tripulação, protegendo-se melhor da aleatoriedade da captura e do mercado, que poderia ser fatal sobretudo para o pequeno armador. Para esse, se a tripulação fosse remunerada por salário, uma série de viagens consecutivas sem bons resultados poderia significar a falência. Já para as grandes empresas, o risco pode ser dividido entre várias embarcações. Zoetwey (1956) constata, por outro lado, que a remuneração por salário no Japão era mais comum entre as grandes que entre as pequenas empresas de pesca. Para o mesmo autor, o sistema de partes já não apresenta as mesmas vantagens para os tripulantes, pois ele freqüentemente se traduz por uma grande oscilação na renda. Em geral, privados do acesso à contabilidade das embarcações, os pescadores ficam também à mercê dos armadores.

força de trabalho que lhes está submetida⁶. Para esse autor, o sistema de remuneração por partes aparece como aquele que melhor responde às necessidades do capital num estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas, levando a uma intensificação e a um prolongamento da jornada de trabalho. Bidet pretende desmistificar a farsa através da análise detalhada daquilo que parece ser o cerne da mistificação: as despesas comuns. Cada viagem deve pelo menos cobrir os gastos comuns que compõem-se de elementos heterogêneos: elementos relativos ao salário (tais como a comida, os encargos sociais, etc.), elementos pertencentes ao capital constante (combustível, gelo, lubrificantes, etc.), e elementos constituintes do lucro do capital.

Na medida em que esses elementos heterogêneos são considerados gastos comuns dos armadores e dos embarcados, a distribuição própria do modo de produção capitalista (reprodução do capital constante, do variável e dos lucros) se obscurece, dando lugar a uma tríplice distribuição ideológica:

- as despesas comuns, que correspondem, na verdade, a parte da reprodução do capital constante, parte dos salários e parte do lucro;
- a parte do barco, que corresponde à parte mais significativa do capital constante e dos lucros, e que vai para os armadores;
- a parte da tripulação, que corresponde a uma parte dos salários e que toma a forma enganosa de participação no empreendimento comum.

Como essas despesas comuns, consideradas em parte como um adiantamento, dívida para com o barco, têm que ser pagas, custe o que custar, o armador tem certeza de que, por pior que seja a pescaria, ao menos uma parte do capital constante e variável será reproduzido. Assim, na aparência, existem três parceiros: o dono do barco, que entra com a embarcação e as redes (A), a tripulação, que entra com o trabalho (B) e a associação composta pelo dono do barco e pela tripulação, que entram com as despesas comuns (C). Nas aparências, (A) e (C) aparecem como dois

⁶ A cobertura ideológica desse pseudo-empreendimento comum, em que finalmente os proprietários dos meios de produção saem sempre mais ricos e os trabalhadores da pesca, sempre mais pobres, é reforçada pelas condições especiais da vida a bordo. Os tripulantes frente aos perigos do mar desenvolvem, juntamente com o mestre, um tipo especial de solidariedade que envolve o próprio barco. Sozinhos no mar, os embarcados se sentem solidários frente aos perigos comuns e co-responsáveis por um empreendimento comum.

capitalistas, cada um assumindo riscos e investindo um capital específico. Na realidade, (A) e (C) pertencem ao mesmo capital, possuído desde o início pelo não-trabalhador direto que converte seu dinheiro em meios de produção ao comprar o combustível, o alimento, etc.

No que se refere à reprodução da força de trabalho, a condição de assalariado é obscurecida pelo fato duplo de que a parte da alimentação a bordo aparece como algo emprestado do capitalista e que, ao final, é pago com o fruto do trabalho direto, não-alienado, do trabalhador direto: o pescado capturado. No modo de produção tipicamente capitalista, o salário é sempre uma despesa para o capitalista que o fornece e para o assalariado que o gasta posteriormente. Nesse caso, não são despesas comuns, nem são gastos sucessivos. No caso da pesca, as despesas comuns de alimentação fazem parte do salário, que permite ao embarcado se reproduzir enquanto trabalhador. A representação ideológica, negando-lhe sua qualidade de componente do capital variável, faz crer que as despesas comuns não trazem nenhum lucro aos proprietários dos instrumentos de trabalho, e que são somente uma dívida antecipada da tripulação para com os armadores. Essa forma engenhosa de remuneração fornece, ao mesmo tempo, as condições ótimas de exploração da força de trabalho e o seu disfarce⁷, causando uma pressão de fadiga considerável sobre o pescador, assegurando uma certa autodisciplina e ritmo de trabalho. Essa confusão para os embarcados se torna maior pelo fato de, numa boa viagem de alguns dias, a sua parte poder significar o salário de um mês de uma outra categoria de trabalhador em terra. Daí a ilusão do lucro. No entanto, ao longo termo as boas marés são compensadas por aquelas em que quase nada se pesca. Realiza-se assim um salário médio, isto é, o preço que o capitalista paga à força de trabalho para que ela aceite o emprego. Para o empresário capitalista, o lucro médio se realiza ao longo de muitas viagens, situando-se normalmente acima dos custos de produção (abaixo do qual normalmente o capitalista se retiraria do setor,

⁷ Esse disfarce, no entanto, pode funcionar melhor quando o embarcado se relaciona diretamente com o armador, com o qual muitas vezes desenvolve relações de compadrio, e em relação ao qual o endividamento pode ganhar características pessoais. Ele se torna menos aceitável quando se trata de empresa de pesca, onde o fosso entre o trabalhador e não-trabalhador é mais evidente. Assim, no Canadá (Newfoundland), onde 72% dos grandes barcos pertencem às empresas de pesca, os tripulantes se opõem à posição de empregados autônomos que lhes é atribuída pela legislação, considerando-se empregados assalariados *tout court*.

investindo em outro). Para o embarcado, no entanto, a variação no rendimento determina uma média que coincide com a remuneração média de sua força de trabalho, equivalente ao que ele colocou no processo produtivo. O armador, porém, sai desse processo com um adicional que lhe permite crescer seu capital, ao passo que o pescador sai dele como entrou: proprietário de sua força de trabalho.

Se a média das viagens boas e das viagens fracassadas permite ao armador retirar o seu lucro médio, certas condições naturais especialmente favoráveis lhe permitem extrair ainda um super-lucro⁸.

Entendido como um assalariamento disfarçado⁹, o sistema de remuneração à parte garantiria ao armador mais facilmente a extração da mais-valia absoluta resultante de um prolongamento habitual e crescente das horas de trabalho no mar, além do necessário à produção dos meios de subsistência do trabalhador. O sistema de remuneração por partes, que na pequena pesca representa um regime de trabalho do tipo parceria, como vimos anteriormente, transporta-se para a produção capitalista, mas da parceria guarda somente os aspectos formais. Na pequena pesca, o camarada entra com o *savoir-faire* (entendido como meio de produção) e muitas vezes leva seus próprios instrumentos de trabalho (a linha, por

⁸ É o que acontece, por exemplo, com a descoberta de um banco de vieira ou lagosta, espécies de alto valor de mercado e que lhe permite a realização de lucros consideráveis, e, ao pescador, uma remuneração da mão-de-obra mais elevada que o pagamento dos meios de subsistência. Isto é, com a mesma intensidade de trabalho é possível se extrair um sobreproduto extra-tivo, gerado pela exploração das forças produtivas da natureza. Skibberg (1974) argumenta que, nesse caso, a exploração não se faz somente sobre a mão-de-obra, mas sobre a natureza que, uma vez depredada, não tem mais condições de se reproduzir. Essa destruição, que se reflete em cascata sobre outros recursos naturais ou espécies que se alimentavam da vieira ou do camarão, por exemplo, não é considerada como custo de produção. Indiretamente são as gerações futuras dos homens que são exploradas, na medida em que podem perder o acesso a essas riquezas naturais.

⁹ Existe no entanto uma outra explicação possível para a sobrevivência dessa forma atípica de remuneração da força de trabalho. Na medida em que a produtividade pesqueira depende muito da habilidade e do empenho da força de trabalho e não somente do capital técnico, e na medida em que o capitalista individual não pode controlar *in loco* o processo de trabalho, pode-se pensar a partilha como forma de relações não-capitalistas de produção. Nesse sentido, o armador capitalista estaria à frente de um empreendimento econômico voltado para a produção de mercadorias e do lucro com base, no entanto, em formas outras de remuneração que não o salariato. A esse nível de desenvolvimento das forças produtivas, onde as condições naturais de produção marcadas pela irregularidade dos cardumes exigem um conhe-

exemplo) numa embarcação que não lhe pertence. Na pesca dos armadores, ele já nada possui ou leva a não ser a sua força de trabalho. Nessa relação entre salário e partes é importante se lembrar do que ocorreu na pesca na Inglaterra com a introdução da pesca industrial-capitalista em fins do século passado, quando todos os tripulantes (com exceção dos mestres) recebiam salário semanal. Alegando aumento dos custos de produção, os armadores introduziram o sistema de remuneração por partes, com grande oposição dos tripulantes. Vimos também que por esse sistema os embarcados passaram a constituir, décadas depois, um dos grupos de trabalhadores de renda mais baixa da Inglaterra. Esse fato nos leva a concluir que, para os armadores, salários ou partes são formas de remuneração equivalentes, desde que consigam extrair, de forma mais racional, a mais-valia dos embarcados. O regime de salariedade puro, no entanto, é introduzido quando, com o aumento da composição orgânica do capital e com uma certa regularidade na captura, a atividade pesqueira se aproxima dos outros setores da produção social.

É significativo, por outro lado, que o armador capitalista na pesca da sardinha não introduza mudanças radicais nas técnicas de produção que lhe proporcionariam a extração de uma mais-valia relativa pela diminuição do tempo necessário ao trabalhador para produzir seus meios de subsistência. O sistema de remuneração à parte incita os pescadores a trabalhar mais tempo, até encher os porões do barco.

Ora, a obtenção da mais-valia absoluta caracteriza também a produção num momento em que a força de trabalho se encontra formalmente subordinada ao capital. A produção das traineiras

cimento e uma aplicação especiais, a partilha seria a forma ideal de remuneração que garantiria a subordinação do trabalho ao capital. Ao armador capitalista, em princípio, não importa se a força de trabalho é remunerada por partes ou por salário, desde que seja possível ao capital se apropriar do trabalho excedente como mais-valia. O que interessa ao armador capitalista é que, ao fim de um processo produtivo, o capital aplicado apareça aumentado para que possa reinvesti-lo, seja na compra de outros barcos, ou de casas e terrenos. Como afirma Martins (1979), "a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada das contradições do capitalismo, o movimento contraditório não de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas pré-capitalistas... O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão como forma de garantir a produção não-capitalista do capital naqueles lugares e setores da economia que se vinculam no mundo capitalista da produção através das relações comerciais".

pode ser considerada um momento de passagem possível à subordinação real do trabalho ao capital, pela qual se instaura a produção plenamente capitalista, a produção empresarial-capitalista ou a produção em larga escala. É importante se ter em consideração que, à medida que, pela introdução do maquinismo, da ciência e mesmo do automatismo, a produção do excedente é mais constante, o tripulante é remunerado pelo salariedade (ainda que possa ganhar um adicional por tonelada de peixe capturado).

Daí, a grande produção pesqueira não pode ser realizada dentro dos quadros de um capitalismo individual ou dentro dos quadros de uma empresa familiar.

Em subordinação formal do trabalho ao capital, o trabalhador aceita trabalhar para o capitalista porque somente este é possuidor dos meios de produção. O trabalhador faz face às condições objetivas (barco, equipamentos de pesca) e às condições subjetivas do trabalho (meios de subsistência) como capital, monopolizadas pelo comprador da força de trabalho. Na medida, no entanto, em que ainda não se introduziu o maquinismo que dispensaria uma habilidade física e intelectual (*savoir-faire*), essa oposição entre o produtor direto e as condições de trabalho não se completou definitivamente como na produção empresarial-capitalista em larga escala.

Com a subordinação real do trabalho ao capital efetua-se a dupla separação (das condições objetivas e subjetivas da produção), sobrevindo também a remuneração da força de trabalho pelo assalariamento, como já sucedeu na pesca de certos países industrializados, como vimos na primeira parte¹⁰. Nesses países, a submissão real do trabalho ao capital se acompanha de uma revolução completa do modo de produção, da produtividade do trabalho e das relações entre os detentores do capital e da força de trabalho.

A aplicação maciça de capital técnico na pesca não somente modificou radicalmente a captura como também a industrialização e a distribuição do pescado. Ao contrário do que ainda ocorre no

¹⁰ "La soumission réelle du travail au capital va de pair avec les transformations du procès de production que nous venons de mentionner: le développement des forces de la production sociale du travail et grâce au travail à une grande échelle, application de la science et du machinisme à la production immédiate. D'une part, le mode de production capitaliste qui à présent apparaît véritablement comme un mode de production *sui generis* donne à la production matérielle une forme différente; d'autre part, cette modification de la forme matérielle constitue la base pour le développement des rapports capitalistes, qui exigent donc un niveau déterminé d'évolution des forces productives pour trouver leur forme adéquate" (MARX, 1971a. p. 218-9).

Brasil, a atividade pesqueira nesses países não depende mais do capital comercial.

É uma indústria verticalmente integrada, em que o lucro é gerado não somente pela exploração da força de trabalho assalariado na captura, mas também no beneficiamento e comercialização. A interligação entre as técnicas de captura e beneficiamento a bordo num mesmo processo de trabalho, realizado pelos trabalhadores do convés, completou o ciclo de extração da mais-valia. O pescador transformou-se num operário do mar.

No caso brasileiro, analisamos as condições históricas em que os ensaios dessa passagem foram efetuados e as razões de seu fracasso.

Como conseqüência dessa transição abortada parece subsistir e se reforçar uma articulação especial entre formas diferentes de organização da produção: o capital comercial explorando armadores e embarcados através dos baixos preços pagos ao produtor; o capital industrial, representado pelas poucas empresas de pesca integradas verticalmente, explorando igualmente os pequenos armadores e pescadores artesanais, além de seus próprios pescadores embarcados.

No processo de expansão e concentração regional do capital, realizado com uma espantosa destruição dos recursos naturais, envolveram-se os pescadores, quer artesanais ou embarcados, igualmente explorados, ainda que sob modalidades diversas. Os primeiros, pelos baixos preços pagos pelo seu pescado; os segundos, pela extração da mais-valia absoluta, extorquida nas longas e penosas horas passadas no mar onde os cardumes se fazem sempre mais reduzidos.

CONCLUSÕES

A atividade pesqueira, mesmo apesar do grande desenvolvimento das forças produtivas do trabalho aí verificado nos últimos decênios, guardou uma de suas características básicas: a de ser uma atividade de caça. E, por ser uma atividade econômica em que o homem extrai das condições naturais o objeto do trabalho sem nada repor, no limite, a pesca contém em si o germe de sua própria destruição. Essa afirmação geral, no entanto, precisou ser qualificada. Naquelas formas de organização social da produção em que o objetivo da atividade humana era principalmente a produção dos meios de subsistência do grupo, ou em que o trabalho fazia parte das condições objetivas da produção, em suma, naquelas comunidades em que era baixo o nível das forças produtivas histórico-sociais, o homem vivia numa certa simbiose com as forças da natureza, dela retirando somente o necessário para a sua subsistência, sem destruí-la.

Essa situação existiu, *grosso modo*, até o início da Revolução Industrial na Europa, onde a pesca era uma atividade secundária, própria das regiões costeiras onde a fertilidade do mar era elevada, como no Mar do Norte e Mediterrâneo.

A pesca moderna foi o resultado do capital e de seu movimento. Na Inglaterra, ele implicou o afastamento dos produtores diretos — os pequenos pescadores — de suas condições naturais da produção, de suas áreas de pesca, de seus instrumentos de trabalho e de suas comunidades pesqueiras espalhadas ao longo do litoral. O movimento do capital significou sua concentração nas áreas portuárias urbanas, onde os barcos de pesca a vapor vinham descarregar.

A construção de portos pesqueiros em áreas urbanas, já no século XIX, serviu como pólo de atração para os milhares de pescadores que não dispunham de capital suficiente para investir em barcos e equipamentos melhores que lhes possibilitaria explorar espaços marinhos além das áreas costeiras já esgotadas depois de séculos de captura. A acumulação de capital dessas empresas se fez, como em qualquer outra indústria do século XIX, sobre a

exploração violenta da força de trabalho desses ex-pequenos pescadores, expropriados não somente de seus precários instrumentos de produção, mas sobretudo de seu *savoir-faire* e conhecer tradicional das artes de pesca. A introdução do maquinismo nessa indústria se fez de modo diferente dos outros ramos da produção social, pois se dava dentro dos limites do barco de pesca, cujas dimensões, ao contrário de uma indústria têxtil, têm limitações físicas definidas (capacidade de manobra, etc.). A introdução da máquina atingiu inicialmente a propulsão do barco (antes a vela). As máquinas, no início a vapor, requeriam trabalhadores qualificados, oriundos em geral de outros setores industriais: os maquinistas, os foguistas, etc. A introdução da máquina atingiu posteriormente as próprias tarefas de captura. As dimensões e complexidade das grandes redes introduziram uma divisão de trabalho crescente entre os trabalhadores do mar, que foram obrigados a se adaptar ao ritmo da captura mecanizada. Rompia-se assim a unidade entre o instrumento de trabalho e o pescador. Desaparecendo essa unidade, desaparecia o caráter artesanal ou de *métier* que caracterizava até então a pesca.

As conseqüências desse afastamento crescente entre o pescador e o produto final chegaram a seu clímax nas grandes unidades modernas de produção, como o barco-fábrica.

A proletarização dos trabalhadores do mar, como no caso inglês, não se fez, no entanto, sem a violência na extração da mais-valia pelos capitalistas. As lutas dos trabalhadores do mar na Inglaterra inúmeras vezes foram feitas contra as condições desumanas de trabalho, nas longas semanas passadas nos gelados mares do Norte, nas horas infundáveis passadas no arrasto das redes, na exploração do trabalho do menor, nos perigos quotidianos de naufrágio, etc.

A organização sindical desses pescadores refletia as contradições iniciais entre os trabalhadores de convés, ainda não totalmente atingidos pelo maquinismo, e os trabalhadores da casa de máquinas, fortemente influenciados pelas lutas sindicais dos outros ramos da produção.

Em outras áreas do Atlântico Norte, a desorganização da pequena produção não se fez com a mesma intensidade daquela verificada na Inglaterra. As condições físicas dos fiordes, ricos em peixe, na Escandinávia, exigiam técnicas de captura em que o conhecimento de cada nicho ecológico pelo pescador se transformava num meio de produção de importância capital. Daí a sobrevivência dos pescadores artesanais que, organizados em cooperativas, conseguiam competir com a frota das empresas. Usando a mão-de-

-obra familiar, mas incorporando inovações técnicas apreciáveis, a pequena pesca tem conseguido uma posição importante, na pesca dos países escandinavos. É ela, no entanto, que garante às empresas a força de trabalho necessária à reprodução da pesca empresarial-capitalista que explora a pesca oceânica.

A depredação gradativa dos recursos pesqueiros do Atlântico Norte e o aumento constante do consumo do pescado nos países europeus motivaram o início da exploração de grandes bancos pesqueiros situados na plataforma continental e proximidades dos países subdesenvolvidos. Essa expansão da pesca nos países industrializados se fez, seja pelo envio puro e simples de suas frotas para explorar os recursos pesqueiros situados nas costas dos países subdesenvolvidos, seja pelo investimento direto na pesca desses países, direcionando a produção para a exportação.

O avanço da grande pesca não se conteve na Terra Nova e seguiu em direção às costas africanas e da América do Sul.

As modalidades e efeitos desse avanço são múltiplos. No caso africano, os barcos de pesca europeus anteciparam ou seguiram os navios de guerra, na conquista dos impérios coloniais. Constituíram-se, em muitos casos, duas esferas de produção distintas: de um lado, a pequena pesca realizada dentro dos quadros de uma economia comunitária e tribal em transformação pela penetração da produção mercantil; e, de outro lado, a pesca realizada por barcos da metrópole, que predavam as águas costeiras e carreavam diretamente o produto da captura para a Europa.

Em outros países de economia dependente, como o Peru, a pequena produção mercantil pesqueira anterior à Segunda Guerra foi totalmente desorganizada pelo aparecimento das empresas de pesca e industrialização da anchoveta. Em poucos anos, o Peru tornou-se o maior produtor de pescado do mundo. Essa massa enorme de proteínas no entanto se destinou à produção de farinha de pescado, que exportada serviria para engordar porcos e galinhas nos países industrializados. Ao mesmo tempo, os pescadores artesanais desamparados pelo Governo produziam quantidades mais reduzidas de pescado em relação às necessidades de alimentação do povo peruano.

A produtividade natural imensa das águas, causada pelo fenômeno da ressurgência, propiciou o estabelecimento de uma industrialização sem precedentes do produto do mar. O domínio das empresas estrangeiras foi aí mais marcante do que em nenhum outro país dependente, com todos os efeitos negativos de exploração de mão-de-obra local, com a predação dos recursos naturais e com o achatamento dos preços no mercado internacional.

Fenômenos recentes de extrema importância vieram marcar a economia pesqueira mundial: o aparecimento das multinacionais que nos países industrializados dominam o setor desde a captura até a comercialização dos produtos congelados (Findus, etc.); o controle da pesca pelas grandes frotas, sobretudo pelos barcos-fábricas japoneses e russos, e a extensão do mar territorial para 200 milhas por parte de vários países.

A acumulação do capital na pesca brasileira apresentou, no entanto, características especiais.

Analisamos com maior detalhe a pesca no Litoral Sudeste-Sul, onde a transformação do pescado em mercadoria atingiu um clímax no Brasil e onde as relações sociais de produção mais se aproximam da compra e venda da força de trabalho. A acumulação de capital verificada nessa área no setor pesqueiro colocou-a como região que domina as outras, na medida em que se estabeleceram aí as grandes empresas de pesca do país. Mesmo certas empresas do Norte e Nordeste, às vezes até mais antigas, passaram a depender, de uma forma ou de outra, dessa estrutura empresarial-capitalista existente na região estudada. A fração da classe capitalista no setor pesqueiro¹ das Regiões Sudeste-Sul mostraram maior dinamismo que aquela de outras regiões, como atestam os inúmeros recursos em capital que souberam carrear da Sudepe nos anos recentes.

Procuramos desvendar as condições históricas para o surgimento nessa região de uma camada ou categoria social: a dos pescadores artesanais, ligada em princípio ao meio rural, mas se urbanizando progressivamente. Essa urbanização significou a separação das condições primitivas da produção — a terra, a agricultura — e o surgimento de um estrato social, o dos pescadores artesanais portadores de uma profissão, de uma certa visão de mundo ligada às coisas do mar. Concomitantemente, o surgimento das traineiras para a pesca da sardinha, que possibilitava um volume de produção maior e mais contínuo, passou a incorporar aquela força de trabalho que, por não possuir capital suficiente para a compra de equipamentos de pesca, não teve outra alternativa senão se vender enquanto tripulante dos barcos dos armadores e, posteriormente, das empresas. É no interior dessas embarcações maiores — quer traineiras ou arrastões — que se processa uma divisão técnica do

¹ Como vimos, dificilmente se pode falar ainda numa burguesia empresarial pesqueira, como no caso da burguesia rural. Uma parte considerável dos empresários de pesca tem interesses prioritários em indústrias também em outros setores (têxtil, metalúrgico, etc.).

trabalho, dando surgimento a categorias profissionais específicas, como a dos motoristas, dos operadores de rádio, etc.

Verifica-se, portanto, a transição entre a pequena produção dos pescadores artesanais e a produção empresarial-capitalista, com uma fase intermediária: a dos armadores.

As limitações estruturais dessa fase intermediária (falta de capital, falta de estrutura empresarial) levaram o Governo a deslançar um processo de criação dessas empresas capitalistas, através do Decreto-lei n.º 221, com o objetivo de criar um setor pesqueiro moderno e dinâmico.

A estratégia do Governo, com o Decreto-lei n.º 221, era romper o círculo fechado da baixa produtividade da pesca, causada pelo reduzido desenvolvimento das forças produtivas e pelas características dos canais de comercialização no contexto da pesca artesanal e da produção dos armadores e embarcados. A solução encontrada inscrevia-se também no modelo de desenvolvimento brasileiro dos últimos anos, baseado na concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria e na exportação. Partia-se da afirmação de que o pequeno pescador e o pequeno armador eram ignorantes, atrasados e pouco produtivos, porque não sabiam pescar com as técnicas modernas. A solução foi a constituição de empresas onde os pescadores poderiam se transformar em simples assalariados manejando instrumentos de produção mais rentáveis. Não se levou em consideração o fato de que essa baixa produtividade da força de trabalho se devia, parcialmente, às limitações e características do estoque pesqueiro próximo à plataforma continental; muitas espécies, mas com um volume limitado de pescado em cada uma delas (com exceção dos cardumes de sardinha). Ora, para esse tipo e distribuição dos cardumes, a pequena pesca, utilizando-se sobretudo da força de trabalho intensiva, era a organização produtiva mais adaptada. Um apoio efetivo a esses produtores, em forma de regularização da comercialização, da construção de entrepostos médios de descarga, do financiamento criterioso dos instrumentos de pesca, poderia ter evitado o desastre em que se encontra a pesca no Brasil onde o pescado continua sendo de alto preço para o consumo interno e de baixa qualidade. Financiando barcos de empresa que passaram a competir em desigualdade com os pescadores artesanais na exploração do mesmo ecossistema costeiro e litorâneo, a Sudepe nada mais fez que apressar a exploração irracional dos recursos pesqueiros, com o empobrecimento gradativo de milhares de pequenos pescadores. Passados alguns anos de pesca predatória do camarão, com o aumento dos custos de produção não era de se estranhar que uma parte considerável dos

barcos de pesca começasse a se enferrujar ou apodrecer nos cais ociosos das empresas à borda da falência. Enquanto isso, cardumes de atum a alguma distância da costa brasileira eram explorados por barcos de países longínquos, pois as empresas brasileiras não tinham se equipado para a exploração dessas espécies.

Os chamados industriais da pesca nada perderam, pois todo seu capital, inclusive o de giro, veio em grande parte dos incentivos fiscais, dinheiro fácil da Sudepe. Além disso, mesmo nos momentos de euforia, uma boa parte dos lucros foi utilizada em outros setores da divisão social da produção onde a taxa média era mais elevada (construção civil, setor imobiliário, etc.).

Comprometidas ficaram as forças produtivas da natureza, anteriormente exploradas de forma mais racional pelo pescador artesanal, para o qual nenhum pescado era desperdiçado. A depredação dos recursos naturais (para a qual colaborou a poluição urbano-industrial) levou à miséria inúmeros pequenos pescadores que tinham na exploração de ecossistemas costeiros e estuarinos sua fonte de renda. A especulação imobiliária acabou privando também muitos pescadores das praias de onde saíam com suas canoas para pescar. Apesar de tudo isso, cerca de 50% da produção de pescado, especialmente das espécies finas, é realizada ainda pelos pequenos pescadores, dos quais muitas das empresas incentivadas compram o pescado. Com esse expediente, o capital se utiliza da pequena produção mercantil para sua própria expansão, que é realizada a baixo custo, uma vez que a reprodução da força de trabalho continua a cargo dos pequenos produtores e suas famílias.

Finalmente, explorada foi a força de trabalho dos embarcados, a mercê do capital, ainda que essa exploração seja mascarada pelo sistema de remuneração por partes, pela qual empresas e armadores fazem crer aos tripulantes que participam de um empreendimento comum. Os trabalhadores do mar, sem sindicatos próprios que defendam seus interesses, participando compulsoriamente de instituições controladas pelos armadores e empresários da pesca, vivem no trabalho estafante do mar sem ter acesso a muitos direitos trabalhistas que foram conquistados há tempos pelos trabalhadores urbanos.

Confirmam-se, na pesca, as características da trajetória da expansão da produção capitalista em outros setores da produção social: ela se desenvolve esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores.

ANEXO

APARELHOS DE PESCA

Os aparelhos de pesca, segundo Von Brandt, de modo geral podem ser classificados da seguinte maneira:

- 1) *Pesca sem aparelhos* — A captura ou coleta é feita a mão, sem apetrechos especiais, ou com auxílio de aves pescadoras (cormorans). É o método utilizado pelos pescadores praieiros ou pelos mergulhadores, para a coleta de moluscos diversos, esponjas, alga, ouriços, vermes e outros organismos semelhantes.
- 2) *Aparelhos de fisgar, ferir ou enganchar* — São apetrechos diversos em forma de lanças, arpões, tridentes, fisgas, flechas, sarabatanas, etc., utilizados nas mais diversas pescarias tanto para a captura de peixes como para a caça da baleia e outros mamíferos marinhos. Nessa categoria acham-se também incluídas as garras ou ganchos especiais para a coleta de moluscos de fundo.
- 3) *Métodos de pesca por comoção ou intoxicação* — Incluem diversos instrumentos contundentes, projéteis, explosivos, deflagrantes, granadas, dinamite, assim como a pesca elétrica e a com auxílio de venenos ou entorpecentes (timbó ou rotenona).
- 4) *Pesca de linha* — As linhas geralmente estão providas de um ou mais ganchos ou anzóis, com ou sem iscas naturais ou artificiais. Em certos casos especiais, as linhas não têm anzóis, que são substituídos por chumaços de pano ou material semelhante, onde o peixe fica retido pelos dentes ou pelos espinhos. Nesta categoria se inclui uma grande variedade de aparelhos, tais como a linha de mão, a linha de corso (“corrico”), a linha de fundo ou flutuante, a “pargueira”, o espinhel, o *long-line*, a garatêia e os bicheiros.
- 5) *Armadilhas* — Uma grande variedade de aparelhos deste tipo existe em todo o mundo. Consistem geralmente em armações ou compartimentos fixos no fundo, ou flutuantes, construídos

de bambu, junco, cipó, taquara ou redes diversas, às vezes de grandes dimensões, onde o peixe entra e não consegue mais sair. No Brasil são conhecidos pelos nomes de "cercadas", "cercos", "currais ou paris". As armadilhas pequenas, portáteis, construídas de bambu ou tela de arame (os "covos" ou "manzuás") constituem o aparelho principal para a captura da lagostá no Nordeste.

- 6) *Armadilhas para peixes em saltos* — São aparelhos destinados à captura de peixes que costumam dar saltos fora d'água quando encontram um obstáculo, caindo então sobre o pano da rede estendido horizontalmente sobre a superfície líquida. No Brasil este aparelho é denominado de "parador", e é encontrado principalmente nas lagoas freqüentadas por tainhas;
- 7) *Redes de saco, de boca armada* — Existe uma grande variedade de aparelhos deste tipo, de diversas dimensões, mas todos construídos em forma afunilada, com ou sem uma armação fixa na boca. No Brasil, além do "puçá de camarão", "puçá de arrasto" ou "puçá de espera", bem como o "sarico", pode-se mencionar, entre outras, a "rede de saco" e "rede chinesa", encontrada na Lagoa dos Patos.
- 8) *Aparelhos de arrasto* — Nesta categoria se incluem dragas de diversos tipos, assim como as diferentes artes de arrastais como o "arrastão de boca armada" (*beam trawl* ou *chalut à perche*); o "arrastão de portas" (*otter trawl* ou *chalut à panneaux*); o "arrastão de parelha" (*bull trawl* ou *chalut-boeuf*); o "arrastão de meia-água" (*mid-water trawl* ou *chalut pelagique*).

Desses aparelhos, os únicos utilizados comumente no Brasil são o "arrastão de portas" e o "arrastão de parelha", de diversos tipos e dimensões, tanto para peixes como para camarão.

- 9) *Senas* — Esses aparelhos entre nós também são chamados, conforme o caso, de "redes de lançar" ou "arrastões de praia" (*beach seines*), e podem ter ou não um ensacador ou bolsa. A "sena dinamarquesa" (*danish seine*) é um aparelho misto que combina a "rede de lanchar" com o "arrastão", e é utilizada unicamente no Mar Báltico para a captura de linguados e solhas. No Brasil, um tipo de rede de arrasto com saco é denominada "mangote", em Alagoas. Redes de lançar são também o "reducho", o "picaré", o "tresmalho" (R. G. do Norte).

- 10) *Redes de cerco* — Os principais tipos desses aparelhos são a “rede de traina” (*purse seine* ou *filet tournant*) ou “rede de anilhas” (*ring net*), e também a “lampara”.

A “rede de traina” é constituída de um pano retangular, podendo ser de 500 m, ou mais, de comprimento, e de 30 a 50 m de altura. Na parte inferior da rede existe uma série de anilhas de metal onde corre um longo cabo, a “carregadeira”, que serve para fechar a rede depois de ter sido cercado o cardume pela “traineira” (nome do barco que trabalha com essa rede); a rede “lampara” é menor do que a “traina” e dispõe de um saco no corpo do aparelho. Esse aparelho é bastante comum na Argentina, sendo desconhecido no Brasil.

- 11) *Redes de suspender* (*dip nets*, *lift nets* ou *carrelets*) — São aparelhos de panos quadrados ou redondos, fixados geralmente a armações rígidas e instalados permanentemente em locais adequados, mantidos cevados para atrair os peixes ou crustáceos.

No Brasil, a versão menor e mais comum desse aparelho é o “puçá de siri” ou “tetéia”.

- 12) *Redes de arremesso* — O tipo mais comum desses aparelhos é a “tarrafa” (*cast net* ou *épervier*), de várias malhas e dimensões, de acordo com a espécie que se tem em vista capturar. A variante mais comum dessa rede, no país, é a tarrafa de carapuça que se destina especificamente à captura do camarão.

- 13) *Redes de emalhar* (*gill nets* ou *filets calés*) — Esses aparelhos são geralmente constituídos de panos retangulares de comprimentos e malhas variáveis, de acordo com o peixe procurado.

Podem ser utilizados fixos, no fundo, em meia-água ou em superfície. Podem também ser utilizados como aparelhos derivantes, isto é, apenas fixados à embarcação por uma de suas extremidades, sendo carregados pela correnteza (“redes de corrico”). Quando não fixos, incluem o “tresmalho” (*trammel nets* ou *trémails*), as “caçoeiras” ou “malhões”, ou ainda as “menjoadas” ou “redes estaquadas”. No Hemisfério Norte as redes de deriva (os *drift nets*) foram muito utilizadas, no passado, para a pesca do arenque.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVICH, Y. *La industria pesquera en Peru*. Lima, Génesis, Apogeo y Crisis, CIES, 1973.
- ACHURRA, L. *La main d'oeuvre dans l'industrie de pêche au Pérou*. Roma, FAO, 1970.
- AGUIAR, S. *Mudança em um grupo de jangadeiros de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1965.
- AGUILAR DE TORRES. Estudio de 600 pescadores de anchoveta en el puerto de Chimbote. *Revista de Servicio Social*. Lima, (12-13), 1965.
- ALBUQUERQUE, O. *Reencontros com a pesca nordestina*. Brasil, Ministério da Agricultura, 1961.
- ALMEIDA, A. P. Usos e costumes praianos. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, (104):79, 1945.
- ALTHUSSER, L. & BALIBAR. *Lire Le Capital*. Paris, Collection Maspero, 1973.
- . Idéologie et appareils idéologiques de l'État. *La Pensée*. Paris, (151), mai/juin, 1970.
- ALVES CÂMARA, A. *Ensaio sobre as construções navaes indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1888.
- ALVES, J. L. *A linguagem dos pescadores de Ericeira*. Lisboa, 1965.
- ANDERSEN, R. & STILES, G. *Man and the sea; human factors in marine environments*. New York, Selected Academic Readings, 1971.
- & WADEL, C., ed. Hunt and deceive; information management in Newfoundland Deep-Sea Trawler Fishing. In: — & — . *North Atlantic fishermen*. Toronto, Memorial University of Newfoundland, 1972.
- ARAÚJO, J. B. et alii. *Análise da situação sócio-econômica da população envolvida na pesca predatória em Itamaracá*. Recife, 1974. Mimeogr.
- ARCHETTI & STOLLEN, R. *Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.

- BACK, P. *Peasants in the modern world*. 3. ed., Mexico, University of Mexico Press, 1968.
- BALANDIER, G. Structures sociales traditionnelles et changements économiques. *Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée*. Paris, 1973.
- BANAJI. For a theory of colonial modes of production. *Economy and Political Weekly*. 8(52), 1970.
- BANTORE, M. *The relevance of models for social anthropology*. London, Tavistock Publication, 1969.
- BARDACH, J. & RYTHER, J. *The status and potencial of aquaculture*. The Executive Office of the President. Washington, D.C., 1968.
- ; —; MACLARNEY. *Aquaculture; the farming and husbandry of freshwater and marine organisms*. New York, Wiley Interscience, 1972.
- BAREL, Y. *La reproduction sociale*. Paris, Anthropos, 1973.
- BARRAU. Ecosystèmes, civilisations et sociétés humaines; le point de vue d'un naturaliste. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 14(1), 1975.
- BELSCHAW, C. *Traditional exchange and modern markets*. New York, Prentice Hall, 1965.
- BERNARDES, S. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 1, ano XII, 1950.
- . Pescadores da Ponta do Caju; aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. Separata da *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 2, 1958.
- BESNARD. Considerações gerais em torno da região lagunar de Iguape—Cananéia. *Boletim do Instituto Oceanográfico*. São Paulo, fase I, 1950.
- BIDET, J. Sur les raisons d'être de l'idéologie; rapports sociaux dans le secteur de la pêche. *La Pensée*. Paris, n. 174, avr. 1974.
- BIOLAT, G. *Marxisme et environnement*. Paris, Éditions Sociales, 1973.
- BOHANNAN & DALTON. *Markets in Africa*. Northwestern University Press, 1968.
- BOOKCHIN, M. *Pour une société écologique*. Paris, Christian Bourgons Éditeur, 1976.
- BOTTOMORE, T. B. & RUBEL. *Economic and philosophical manuscripts; Karl Marx early writings*. London, Pelican Books, 1963.

- BOURDIEU, P. Reproduction culturelle et reproduction sociale. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 10(2), 1972.
- BOURGOIGNIE, G. Etho-écologie d'une collectivité régionale; les cités lacustres en Dahomey. *Canadian Journal of African Studies*. n. 6, 1972a.
- . *Perspectives en écologie humaine*. Paris, Éditions Universitaires, 1972b.
- BOVY, P. L. *O pescador do litoral: um desconhecido*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1972. (Coleção Ciências Humanas.)
- BOYER, A. *Les pêches maritimes*. Paris, PUF, 1967. (Collection Que sais-je.)
- BRADBY. The destruction of national economy in Peru. *Economy and Society*. Lima, (4), maio, 1972.
- BRAHTZ, P. *Coastal zone management*. New York, John Wiley and Sons, 1972.
- BRITO, R. et alii. *Pesca empresarial no Pará*. Belém, IDES, 1975.
- BRITO SOEIRO, R. Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos, Ensaios e Documentos*. Lisboa, 1960.
- BROX, O. Recruitment and organizational stability in industrially underdeveloped area. In: ANDERSEN, R. & STILES, G. *Man and the sea; human factors in marine environments*. New York, Selected Academic Readings, 1971.
- BUCLEY, W. *Society and modern system theory*. New Jersey, Prentice Hall, 1967.
- BUTTLER, P. The problems of pesticides in estuaries; symposium on estuarine fisheries. *American Fisheries Society*. New York, n. 3, 1967. (Special Publication.)
- CÂMARA CASCUDO, L. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro, MEC, 1957.
- CAMPLEMAN, G. The transition from small-scale to large scale industry. *Journal of the Fisheries Board of Canada*. Ottawa, 30(12), 1970.
- CANDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- CARVALHO, A. N. et alii. *Comunidades isoladas*. São Paulo, SVR, 1969.
- CARVALHO, M. Vicente de. O pescador no litoral do Estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 92, ago./set., 1943.
- . O pescador do litoral paulista. In: CONGRESSO DE GEOGRAFIA, 9. *Anais...* Rio de Janeiro, 1944. v. 3.

- CASTILHO, G. A critical view of a subculture of peasantry. In: WHARTON. *Subsistence agriculture and economic development*. Frank Less, 1970.
- CEASM. *Rentabilité des pêcheries artisanales groupées*. Paris, 1973a.
 — . *L'animation dans la pêche artisanale*. Paris, 1973b.
 — . *L'aménagement de la mer côtière*. Paris, 1973c.
 — . *Pêche et conchyliculture dans l'aménagement du littoral*. Paris, 1974.
- CHAYANOV, A. *Theory of peasant economy*. Illinois, The American Economic Association, 1966.
- CHRISTY, F. & SCOTT, A. *The common wealth in Ocean fisheries*. Baltimore, John Hopkins Un. Press, 1965.
- COELHO, R. G. A. *Estrutura social e dinâmica psicológica*. São Paulo, EDUSP, 1969.
- COLLINS, B. *Marx and Engels basic writings: The Capital*. London, 1959.
- COMITINI, S. Marine resources exploitation and management in the economic development of Japan. *Economic Development and Cultural Change*. University of Chicago (4), July, 1966.
- COOK, S. Production, ecology and economic anthropology. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, n. 12, 1973.
- CORDELL, R. The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil. *Ethnology*. v. 13, Oct., 1974.
- CRONIN. The role of man in estuarine processes. In: LAUFF. *Stuaries*. Washington, 1967.
- DAGET, J. L'avenir incertain des grandes lagunes ouest-africaines. *Revue du Palais de la Découverte*. Paris, 3(23), déc., 1974.
- DAJOZ, R. *Précis d'écologie*. 2. éd. Paris, Dunod, 1971.
- DALTON, G. *Tribal and peasant economies*. Natural History Press. 1967.
- D'ANGELIS, R. Exploitation et description des lagunes saumâtres de la Méditerranée. *Etd. et Rev. GGPM*. Roma, 1960.
- DASMANN, M. *Ecological principles of economic development*. Washington, D.C., 1973.
- DEUTSCH, A. C. On the interaction of ecological and political systems; some potential contributions of the social sciences to the study of man and his environment. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 13(6), 1974.
- DIEGUES, A. C. S. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Tese de Mestrado. São Paulo, USP, 1973.

- . *A pesca em Ubatuba; um estudo sócio-econômico*. São Paulo, Sudelpa, 1974.
- . *L'écosystème lagunaire Iguape—Cananéia; une étude de cas*. Paris, Centre International de Recherche sur l'Environnement et Développement, 1976.
- . *Pesca artesanal e empresarial no Nordeste brasileiro*. São Paulo, Instituto de Pesca, 1978. Mimeogr.
- DOUMENGE, F. Actualités de la pêche et de l'aquaculture japonaises. Extrait du *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie*. Montpellier, n. 1, 2 et 3, 1975.
- DREUX, R. *Précis d'écologie*. Paris, PUF, 1974.
- DUARTE, F. D. *As redes do suor; a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, 1978.
- EMERSON, D. *Rethinking artisanal fisheries development; Western concepts, Asian experiences*. Washington, World Bank, 1980.
- ENZSBERGER, H. A critique of political ecology. *New Left Review*. (84), 1974.
- FIREY, W. *Man, mind and land; a theory of resource use*. Illinois, The Free Press of Glencoe, 1960.
- FIRTH, R. *Malay Fishermen; their peasant economy*. London, 1946.
- & YANEY. *Capital, savings and credit in peasant society*. Chicago, Ald. Publ., 1964.
- . Social structure and peasant economy; the influence of social structure upon peasant economies. In: WHARTON. *Subsistence agriculture and economic development*. Frank Less, 1970.
- FORMAN, S. *The raft fishermen; tradition and change in the Brazilian peasant economy*. Indiana University Press, 1970.
- FOSTER, G. What is folk culture. *American Anthropologist*. New York, v. 55, 1963.
- . The peasants and the image of limited goods. *American Anthropologist*. New York, v. 62, 1965.
- . What is a peasant. In: POTTER, J. M. et alii. *Peasant societies*. Boston, Little Brown, Series in Anthropology, 1967.
- FRANÇA, A. Ilha de São Sebastião; estudo de geografia humana. *Boletim de Geografia*. São Paulo, USP, n. 10, 1954.
- FRASER, T. *Rusembilan; a malay fishing village in Southern Thailand*. Cornell University Press, 1960.

- FREDERICK & WEINER. *The Brazilian lobster*. Washington, O. J. Fisheries, 1978.
- FRICKE, Ph. *Seafarer and community; towards a social understanding of seafaring*. London, 1973.
- GALTUNG, J. *Development from above and blue revolution*. Oslo, Peace Research Institute, 1974.
- GALVÃO, H. *Novas cartas da praia*. Natal, Edições do Val, 1968.
- GODELIER, M. La monnaie de sel chez Baruya de Nouvelle Guinée. *L'Homme*. Paris, n. 9, 1969a.
- . *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris, Maspero, 1969b.
- . *Horizons, trajets marxistes en anthropologie*. Paris, Maspero, 1973a.
- . Modes de production, rapports de parenté et structures démographiques. *La Pensée*. Paris, n. 172, 1973b.
- . Considérations théoriques et critiques sur le problème des rapports entre l'homme et son environnement. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 13(6), 1974.
- GORZ, A. *Écologie et politique*. Paris, Éditions du Seuil, 1978.
- GREGORY, J. Image of limited good or expectation of reciprocity. *Current Anthropology*. v. 16, Mar., 1975.
- GUILHERME VELHO, O. *O capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.
- GULLAND, J. The concept of maximum sustained yield and fishery management. *Fisheries Technical Papers*. Roma, FAO, n. 70, 1968.
- GUTELMAN, M. *Structures et reformes agraires*. Paris, Petite Collection Maspero, 1974.
- HALBAWACHS, M. A classe média. In: IANNI, O. *Teorias da estratificação social*. São Paulo, CEN, 1972.
- HAMLISCH, R. Credit for aquaculture; technical conference on aquaculture. *Fisheries Technical Papers*, Roma, FAO, n. 65, 197.
- HARDESTY, D. The human ecological niche. *American Anthropologist*. June, 1974.
- HARNECKER, M. *Les concepts élémentaires du matérialisme dialectique*. Bruxelles, Éd. Contradictions, 1974.
- HARVEY. Population and ideology of science. *Economic Geography*. New York, Nov., 1974.
- HERSKOVITZ, M. *Economic anthropology; a study in comparative economics*. New York, Knopf, 1952.

- HERUBEL, M. *L'évolution de la pêche*. Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1928.
- IPARRAGUIRE, C. *Política económica de la pesquería*. Lima, Ministerio de la Agricultura, 1965.
- ISARD, W. *Ecologic-economic models for regional development*. New York, The Free Press, 1972.
- IVO, A. B. L. *Pesca, tradição e dependência; um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial de Salvador*. Tese de Mestrado. Salvador, UFBA, 1975.
- IWAI, M. *O camarão no Centro-Sul do Brasil*. São Paulo, Sudelpa/Instituto Oceanográfico, 1972.
- KERZONCUF, J. *La pêche maritime; son évolution en France et à l'étranger*. Paris, Éd. Challomel, 1917.
- KOTTAK. *The structure of equality in a Brazilian fishing community*. Columbia University, 1966.
- LACLAU, E. *Feudalism and capitalism in Latin America*. *New Left Review*. New York, 1971.
- LAGER, K. *Man-made lakes*. Roma, UNDP-FAO, 1969.
- LAGO, P. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, jan./mar., 1961.
- & GOUVEIA. *Comunidades pesqueiras de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Serviço de Inf. Agríc. do Ministério da Agricultura, 1968.
- LANGEVIN. *Écologie et politique*. *La Pensée*. Paris, n. 173, 1973.
- LAUFF, H. *Stuaries*. Washington, 1967.
- LEMAIRE, E. *Dictionnaire de l'environnement*. Paris, Verviers, Marabout Un., 1975.
- LEME, M. S. *Justiça distributiva; um estudo de variáveis relacionadas ao equilíbrio de um grupo social*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1972.
- LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. Paris, Maspero, 1977.
- LIPTON, M. The theory of the optimizing peasant. *Journal of Development Studies*. Haia, 1968.
- LÖFGREN, O. Resource management and family firms; Swedish West Coast fishermen. In: ANDERSEN & WADEL. *North Atlantic fishermen*. Toronto, Memorial University of Newfoundland, 1972.
- LOFTAS, T. *The last resource; man's exploitation of the ocean*. London, Pellican Books, 1970.
- LONKIN & WILIMOWSKY. Contemporary methods and future trend in fishery management and development. *Journal of Fisheries Research Board of Canada*. Ottawa, 30(6):227, 1973.

- LOPES, J. B. *Desenvolvimento e estrutura agrária no Brasil*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- LUGO & SUEDEKER. *Models for planning and research for the South Florida environmental studies*. Miami, 1971.
- LUNA, J. *América Latina y su potencial pesquero; perspectivas y tareas*. Washington, BID, 1974.
- LUXEMBURG, R. *L'accumulation du capital*. Paris, Maspero, 1967.
- MALINOWSKY, O. *Magic, science and religion and other essays*. Glencoe, Free Press, 1948.
- . *Le jardin de corail*. Paris, Maspero, 1974.
- MANDEL, E. *Initiation à la théorie économique marxiste*. Paris, Cahiers du Centre d'Études Socialistes, 1964.
- MARTINS, J. S. *A imigração e crise no Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- . *O cativo da terra*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *Pre-capitalist formations*. Editado com uma introdução de J. Hobsbawn. Londres, Laurence and Wishart, 1964.
- . *Fondements de la critique de l'économie politique*. Paris, Éd. Anthropos, 1968.
- . The Capital; historical tendency of capitalist accumulation. In: WORSLEY K. *Modern sociology; introductory readings*. Pelican Books, 1970.
- . La production des rapports de production et la reproduction du rapport de production spécifiquement capitaliste. *La Pensée*. (156), 1971a.
- . *Un chapitre inédit du Capital*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1971b.
- . *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Édit. Sociales, 1972.
- . *Formações económicas pré-capitalistas*. Porto, Edições Escorpião, 1973.
- . *Grundrisse; 2. Chapitre du Capital*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1975. (Col. 10/18.)
- . *Le Capital*. Paris, Édit. Sociales, 1976.
- MATSUURA, Y. Distribution and abundance of eggs and larvae of the Brazilian Sardine — *Sardinella brasiliensis* — during 1974/75 and 1975/76 Season. *Bulletin of the Japanese Society of Fisheries Oceanography*. n. 34, 1979a.
- . *Recursos pesqueiros do Brasil*. São Paulo, Instituto Oceanográfico, 1979b.

- MEILLASSOUX, C. Essai d'interprétation du phénomène économique dans les sociétés traditionnelles et d'auto-subsistance. *Cahiers d'Études Africains*. Paris, 1960.
- . *Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire*. Paris, Mouton, 1964.
- . From reproduction to production. *Economy and Society*. 1(1), 1972.
- . *Mulheres, celeiros e capitais*. Lisboa, Crítica e Sociedade, 1977.
- MENCIA MORALES et alii. *Avaliação da indústria pesqueira brasileira; capacidade, produção e mercado*. Brasília, PDP/PNUD/FAO, 1976.
- MERKELBACH, A. *L'aménagement de la mer côtière*. Paris, CEASM, 1973.
- MORDREL. *Les institutions de la pêche maritime, histoire et évolution; essai d'interprétation sociologique*. Tese de Doctorat. Paris, 1972.
- MOSCOVICI, S. *La société contre nature*. Paris, 1972. (Collection 10/18.)
- . *Hommes domestiques et hommes sauvages*. Paris, 1974. (Collection 10/18.)
- MOURÃO, F. *A pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo; o pescador lagunar de Iguape—Cananéia*. Tese de Mestrado. São Paulo, USP, 1967.
- . *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1971.
- MUSSOLINI, G. O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. *Revista de Sociologia*. São Paulo, 7(3), 1945.
- . O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil. *Sociologia*. São Paulo, 8(3), 1946.
- NASH. *Primitive and peasant economy system*. Chandler, 1966.
- NEIVA, G. & XIMENES, R. *Síntese sobre observações relativas à pesca no Estado do Amazonas*. Relatório à Suframa. Manaus, 1975. Mimeogr.
- NICHOLSON, M. *La révolution de l'environnement*. Paris, Gallimard, 1966.
- NORTH, G. & GRIFFIN, H. *Ripple, a wave; the story of union organization in the B. C. Fishing Industry*. Vancouver, 1974.
- OCDE. *Examen des pêcheries dans les pays-membres de l'OCDE*. Paris, 1976.
- ODUM, E. *Fundamentals of ecology*. Philadelphia, W. B. Saunders, 1971.
- OIT. *Conditions of work in the fishing industry*. Genebra, 1952.
- . *Stabilization of employment and earnings*. Genebra, 1978.

- OLIVEIRA, F. & CARDOSO, F. H. *Estado e sociedade no Brasil; o planejamento regional no momento da Sudene*. São Paulo, CEBRAP, 1976.
- OROZA, G. M. Fishermen guilds in Spain. *International Labour Review* Genebra, n. 94, 1966.
- PANAYOTOU, T. The development and management of small-scale fisheries. *Fisheries Technical Papers*, Roma, FAO, 1982.
- PETRONE, P. A Baixada do Ribeira; estudo de geografia humana. *Boletim da FFCL*. São Paulo, USP, n. 283, 1966.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. Survey de Icapara. *Sociologia*. São Paulo, n. 9, 1947.
- POGGIE, J. & GERSON, C. *Fishermen of Galilea; the human ecology of a New England coastal community*. Kingston, Univ. of Rhode Island, 1974.
- POLANY, Y. Primitive, archaic and modern economy. In: DALTON, ed. *Trade and markets in the early empires*. New York, Free Press, 1957.
- POLLY-HILL. *Studies in rural capitalism in West Africa*. Cambridge, Univ. Press, 1970.
- POST, Ken. Peasantisation and rural political movements in Western Africa. *Archives Euro-Sociales*. 13: 223-54, 1972.
- . *The social formation and its contradiction*. Haia, Institute of Social Studies, 1974. Mimeogr.
- POTTER, J. et alii. *Peasant societies*. Boston, Little Brown, 1967. (Series in Anthropology.)
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero, 1968.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1959.
- PRICE, R. Magie et pêche à la Martinique. *L'Homme*. Paris, 4(2):84-113, 1972.
- PROSKIE, A. & ADAMS. *Survey of the Labour force in the offshore fishing fleet, Atlantic Coast*. Ottawa, Dep. of the Environment, 1971.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. A posição social do sitiante na sociedade global brasileira. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo, n. 1, 1968.
- . *O campesinato brasileiro*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/EDUSP, 1973.
- RAMOS, E. *Subsídios para uma melhor definição do pescador artesanal brasileiro*. São Paulo, Instituto Oceanográfico da USP, 1977.

- ; VERRONE; GALLO. Descrição técnica preliminar da frota pesqueira paulista. In: CONGRESSO NACIONAL DE TRANSPORTES MARÍTIMOS E DE CONSTRUÇÃO NAVAL, 6. *Anais...* 1976.
- RAPPOPORT, R. The flow of energy in agricultural society. *Scientific American*. 224(3), 1971.
- REDFIELD, R. The social organization of tradition. In: POTTER, J. et alii. *Peasant societies*. Boston, Little Brown, 1967. (Series in Anthropology.)
- REDINHA, J. *Etnias e culturas de Angola*. Luanda, Ed. Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.
- RELATÓRIO da Missão Portuguesa no Brasil. *Introdução ao estudo da pesca no Brasil*. Lisboa, 1956.
- REMICA, S. Systèmes spatiaux et structures regionales. *Spaces et Sociétés*. Paris, n. 12, Mai, 1974.
- REY, Ph. *Les alliances de classe*. Paris, Maspero, 1973.
- ROBINSON, J. Formalistic marxism and ecology without classes. *Journal of Comt. Asia*. 3(4), 1974.
- ROEMER, M. *Fishing for growth; export led development in Peru*. Harvard Univ. Press, 1970.
- SACHS, I. Environnement et styles de développement. *Annales*. Paris, n. 3, 1974.
- SAMIR AMIN. *Le développement inégale; essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*. Paris, Éd. Minuit, 1973.
- SCHMIDT, A. *The concept of nature in Marx*. London, NLB, 1971.
- SHANNIN, T., ed. *Peasants and peasant societies*. London, Penguin Books, 1971.
- SILVEIRA, J. D. Baixadas quentes e úmidas. *Boletim da FFCL*. São Paulo, USP, 1952. (Geografia, 8.)
- SIMÃO, A. & GOLDMAN. Itanhaém; estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. *Boletim da FFCL*. São Paulo, USP, 226(1), 1958.
- SKIBERG, G. Marxisme et écologie. *L'Esprit*. Paris, (11), 1974.
- SMITH, H. The development of Shettland fisheries and fishing communities. In: ANDERSEN & STILES. *Man and the sea; human factors in marine environments*. New York, Selected Academic Readings, 1971.
- SUDENE. *Núcleo pesqueiro de caiçara*. Natal, 1970.
- SURGY, A. *La pêche traditionnelle sur le Litoral Eohe et Mina*. Paris, Éd. Outre-Mer, 1974.

- TAVARES, M. *Um estudo de tomada de decisões na pesca*. Tese de Mestrado, Univ. Brasília, 1975.
- TEPICHT. Les complexités de l'économie paysanne. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 1973.
- TERRAY, E. *Le marxisme devant les sociétés primitives*. Paris, Maspero, 1974.
- TROADEC, J. P. Practices and prospects for fisheries development and management; the case of Northwest African Fisheries. *Fisheries Technical Papers*, Roma, FAO, 1982.
Fisheries Technical Papers, 1982.
- TUNSTALL, J. *The fishermen*. London, Mac. Gibbon and Cel., 1969.
- VAN RAAY, H. *Subsistence economy and environment*. Haia, Institute of Social Studies, 1973.
- VAYDA, A. *Environment and cultural behaviour*; ecological studies in cultural anthropology. New York, 1969.
- WADEL, C. Capitalization and ownership; the persistence of fishermen ownership in the Norwegian Herring Fishery. In: — & ANDERSEN, R., ed. *North Atlantic fishermen*. Toronto, Memorial University of Newfoundland, 1972.
- WARD, B. Chinese fishermen in Hong-Kong; their post peasant economy. In: ANDERSEN & STILES. *Man and the sea*; human factors in marine environments. New York, Selected Academic Readings, 1971.
- WOLF, E. *Peasants*. Englewood Cliffs. Prentice Hall, 1966.
- WRONSKI, H. Pêche collective en URSS. *Archives Internationales de la Coopération et du Développement*. Paris, jan./juin, 1975.
- YESAKI & BAGER, K. Histórico da evolução da pesca industrial no Rio Grande. Brasília, PDP, 1975.
- YOSHIDA, T. et alii. Technological and social changes in a Japanese fishing village. *Journal of Asian and African Studies*. 9(1-2), Jan./Apr., 1974.
- ZOETWEY, H. Fishermen remuneration. *Economies of Fisheries*. Roma, FAO, 1956.